



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

IZABEL LARISSA LUCENA SILVA

A EXPRESSÃO DA EVIDENCIALIDADE NO PORTUGUÊS ESCRITO
DO SÉCULO XX NO CONTEXTO DE GÊNEROS TEXTUAIS

FORTALEZA

2013

IZABEL LARISSA LUCENA SILVA

A EXPRESSÃO DA EVIDENCIALIDADE NO PORTUGUÊS ESCRITO
DO SÉCULO XX NO CONTEXTO DE GÊNEROS TEXTUAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística. Linha de pesquisa: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

FORTALEZA

2013

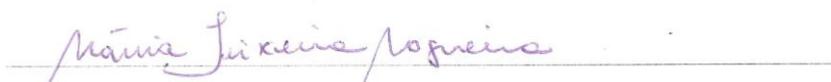
IZABEL LARISSA LUCENA SILVA

A EXPRESSÃO DA EVIDENCIALIDADE NO PORTUGUÊS ESCRITO DO
SÉCULO XX NO CONTEXTO DE GÊNEROS TEXTUAIS

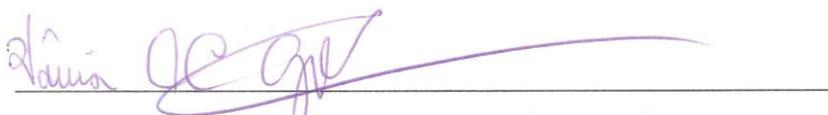
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, na Área de concentração Linguística. Linha de pesquisa: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em 08/04/2013.

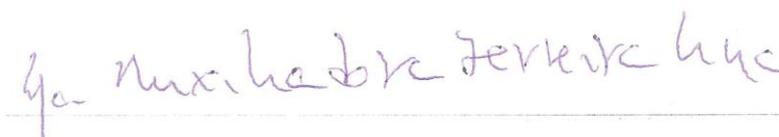
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (Orientadora - UFC)



Dra. Profa. Vânia Cristina Casseb-Galvão (UFG)



Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima (UFPI)



Profa. Dra. Márluce Coan (UFC)



Prof. Dr. Júlio César Araújo (UFC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

S58e Silva, Izabel Larissa Lucena.
A expressão da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais
/ Izabel Larissa Lucena Silva. – 2013.
224 f. : il., enc. ; 30 cm.

Tese(doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Linguística.
Orientação: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

1.Gramática funcional do discurso. 2.Língua portuguesa – Escrita – Séc. XX. 3.Gêneros literários.
I. Título.

Ao meus amores, Joseton, Noni e
Belinha.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me manter de pé nos momentos de dificuldade.

Ao meu esposo, meu maior incentivador. Amor verdadeiro.

À minha mãe, pelo exemplo de mulher forte e batalhadora.

Ao meu pai, que, nos últimos meses de redação desta Tese, mostrou-me que a felicidade está nas coisas mais simples da vida.

À minha irmã gêmea, também doutoranda, que compartilhou comigo as dúvidas e as alegrias nesses quatro anos de pesquisa.

Ao meus irmãos, pela força.

À minha companheira de curso, Klébia Enislaine, que, nesses quatro anos, tornou-se uma grande amiga e parceira.

Aos amigos queridos, por compreenderem meus momentos de ausência.

À família de meu esposo, pela torcida.

À minha orientadora, Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira, pela amizade e pelo incentivo durante a realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. J. Lachlan Mackenzie, pela orientação no Estágio Sanduíche (PDSE) e pela simpatia com que sempre me recebeu no ILTEC.

A todos os meus professores do PPGL, que enriqueceram meu conhecimento em Linguística nesses quatro anos de doutorado.

À Profa. Dra. Márluce Coan, pelas valiosas sugestões e críticas feitas nas leituras deste trabalho.

À Profa. Dra. Vânia Casseb-Galvão, pelas sugestões e críticas dadas na leitura do Projeto desta pesquisa.

À Nadja, pela ajuda com o SPSS e pelas palavras de incentivo.

Ao Bosco e à Ediene, por terem atendido minhas solicitações em relação ao COMTELPO.

Ao Eduardo e à Antônia, pela prontidão com que atenderam minhas solicitações no PPGL.

À CAPES, pelo apoio financeiro e pela Bolsa de Doutorado Sanduíche no ILTEC.

“Tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração como para o Senhor e não para os homens.”

(COLOSSENSES 3:23).

“[...] o rigor no estabelecimento de tipologias de modalidade poderia ser flexibilizado em favor de uma interpretação das estratégias argumentativas dos indivíduos usuários de uma língua”.

(NOGUEIRA, 2011, p. 74).

RESUMO

O presente estudo investiga, sob a perspectiva funcionalista, a manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais. Tendo em vista o suporte teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF - HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), analisamos a correlação entre a expressão da evidencialidade e os condicionamentos cognitivos e discursivos originados nos agrupamentos dos gêneros da ordem do narrar (GON), do relatar (GOR), do argumentar (GOA), do expor (GOE) e do prescrever (GOP). Para isso, utilizamos o COMTELPO (2006) - *Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa*, de onde selecionamos 400 páginas escritas no século XX em Portugal e no Brasil. Com o auxílio do programa computacional SPSS, observamos que a evidencialidade Reportativa é mais utilizada nos GOR, nos GOE e nos GOA, assumindo efeitos reportativos distintos, a depender da capacidade de linguagem envolvida no agrupamento. A evidencialidade Inferida ocorre com maior frequência nos GOA, sugerindo que essa estratégia evidencial é condicionada pela necessidade comunicativa de se chegar a conclusões a partir de premissas (dados). A evidencialidade Genericidade é recorrente nos GOA e nos GOE, demonstrando que seu uso é motivado pelas ações de linguagem argumentativa e expositiva. A evidencialidade Percepção de Evento está relacionada à narração, no mundo real (GOR) ou no mundo ficcional (GON), de fatos obtidos de forma direta. Os GOP são os que menos favorecem a expressão da evidencialidade, apresentada, quase sempre, na forma Reportativa. No Nível Retórico-Textual, verificamos que a sequência textual determina as escolhas realizadas no plano evidencial. A evidencialidade Reportativa predomina nas sequências explicativa e narrativa. A evidencialidade Inferida e a Genericidade são mais frequentes na sequência argumentativa. A Percepção de Evento ocorre com maior frequência na sequência narrativa. Nas sequências dialogal e descritiva, predomina a evidencialidade Reportativa. No Nível Interpessoal, as unidades evidenciais exercem funções ligadas às motivações pragmáticas inerentes aos agrupamentos de gêneros. A função retórico-textual, relacionada à construção organizacional do texto, é mais frequente nos GON, manifestando-se na forma Reportativa e Percepção de Evento. A função pragmática, ligada às necessidades argumentativas do Falante, predomina nos GOA e nos GOR, expressando-se por marcas Inferidas e Reportativas. A função informacional, que diz respeito ao conhecimento de mundo do Falante, é mais recorrente nos GOE e nos GOP,

exteriorizando-se como uma unidade Reportativa ou Genericidade. No Nível Representacional, os dados demonstram que, na maioria dos casos, o Falante, ao apresentar a fonte da informação, designa, também, o modo de obtenção dessa informação. No Nível Morfossintático, a Expressão Linguística (composta por duas Orações) e o Sintagma Preposicional constituem os meios mais frequentes de manifestação da evidencialidade. Por fim, os dados sugerem que entre as categorias cognitivo-pragmáticas e a codificação da evidencialidade há um alinhamento, refletido na preferência pela ordem direta do enunciado evidencial, representado, na maior parte das ocorrências, por meio de uma Expressão Linguística construída pela fonte da informação explicitada (lexical ou pronominal), por um verbo de elocução de valor axiológico não marcado (marca Reportativa) e pelo conteúdo asseverado na forma de discurso indireto.

Palavras-Chave: Gramática Discursivo-Funcional. Evidencialidade. Gêneros Textuais. Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The present study investigates, under the functionalist perspective, the manifestation of evidentiality in 20th century written Portuguese in the context of textual genres. Given the Functional Discourse Grammar theoretical-methodological support (FDG - HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), we analyzed the correlation between the expression of evidentiality and discursive and cognitive conditioning originated from the Narrative genres (NGs), Report genres (RGs), Argumentative genres (AGs), Expository genres (EGs) and Prescription Genres (PGs). For this, we used the Minimum Corpus of Written Texts in Portuguese (2006), in which we selected 400 pages written in the twentieth century in Portugal and Brazil. With the aid of SPSS computer program, we observed that the Report evidentiality is more used in the RGs, in the EGs and in the AGs, assuming different report effects, depending on the capacity of language involved in the group. The Inferred evidentiality occurs more frequently in the AGs, suggesting that this evidential strategy is conditioned by the communicative need to reach conclusions from premises (data). The Genericity evidentiality is recurrent in the AGs and in the EGs, demonstrating that its use is motivated by the actions of expository and argumentative language. The Event Perception evidentiality is related to narration, in the real world (RGs) or the fictional world (NGs), from the facts obtained directly. The PGs are the least favor the expression of evidentiality, presented almost always in the Report form. At a Rhetorical-textual level, we found that the textual sequence determines the choices made in the evidential plan. The Report evidentiality predominates in the explanatory and in the narrative sequences. The Inferred evidentiality and genericity are more frequent argumentative sequences. Perception Event occurs more often in narrative sequence. The Report evidentiality predominates in dialogical and descriptive sequences. At an Interpersonal level, the evidential units perform functions related to pragmatic motivations inherent to groupings of genres. The textual-rhetorical function, related to the organizational construction of the text, is more common in NGs, manifesting itself in the Report and Event Perception form. The pragmatic function, linked to argumentative needs of the speaker, predominates in the AGs and the RGs, expressing itself by Inferred and Report marks. The informational function, which relates to the knowledge of the speaker's world, is more recurrent in the EGs and the PGs, externalizing as a Report or genericity unit. At a Representational Level, the data show that, in most cases, the speaker, while presenting the information

source, means also for obtaining this information. At a Morphosyntactic Level, the Linguistic Expression (composed of two clauses) and the prepositional phrase are the most frequent manifestation of evidentiality. Finally, the data suggest that there is an alignment between the cognitive-pragmatic categories and evidentiality codification, reflected in the preference for direct order from the evidential statement, represented at the occurrences through a constructed Linguistic Expression by an explicit source of information (lexical or pronominal), by an unmarked axiological value verb (Report mark) and the content asserted in the form of indirect speech.

Keywords: Functional Discourse Grammar. Evidentiality. Textual Genres. Portuguese.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de interação verbal segundo a Gramática Funcional.....	29
Figura 2 - A GDF como parte de uma teoria de interação verbal.....	33
Figura 3 - Esquema geral da GDF.....	35
Figura 4 - Organização do Nível Interpessoal na GDF.....	37
Figura 5 - Organização do Nível Representacional na GDF.....	40
Figura 6 - Organização do Nível Morfosintático na GDF.....	45
Figura 7 - Equacionamento entre modalidade epistêmica e evidencialidade.....	59
Figura 8 - Proposta de equacionamento da avaliação epistêmica.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Camadas da estrutura frasal segundo a Gramática Funcional.....	31
Quadro 2 - Proposta tipológica de Willet para os evidenciais.....	67
Quadro 3 - Evidencialidade na GDF.....	80
Quadro 4 - Aspectos categoriais e funcionais dos usos de [<i>diskⁱ</i>], segundo o modelo da GDF.....	83
Quadro 5 - Sistema esboçado pelos usos de [<i>diskⁱ</i>] no português do Brasil segundo Casseb-Galvão (2011b).....	83
Quadro 6 - Proposta de agrupamento de gêneros textuais segundo Dolz; Schneuwly (1996).....	104
Quadro 7 - Ficha de análise das ocorrências.....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - A evidencialidade na totalidade da amostra textual.....	123
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipo de evidencialidade em função dos agrupamentos de gêneros textuais.....	127
Tabela 2: Relação: evidencialidade, variação do português e período do século XX.....	136
Tabela 3: Tipo de evidencialidade em função da sequência textual.....	139
Tabela 4: Tipo de discurso nos agrupamentos textuais.....	146
Tabela 5: Tipo de Ilocução.....	149
Tabela 6: Função do tipo de evidencialidade nos agrupamentos de gêneros.....	154
Tabela 7: Presença de marcas de adesão/afastamento à fonte da informação.....	160
Tabela 8: Presença de modalizador epistêmico.....	162
Tabela 9: Presença de modalizador epistêmico na sequência textual.....	163
Tabela 10: Tipo de fonte e agrupamento de gêneros.....	165
Tabela 11: Relação entre fonte e modo de obtenção da informação.....	171
Tabela 12: Modo de obtenção: relato.....	172
Tabela 13: Modo de obtenção: inferência.....	173
Tabela 14: Modo de obtenção: evidência sensorial.....	175
Tabela 15: Valor semântico dos verbos de elocução.....	176
Tabela 16: Valor semântico de verbo de elocução nos agrupamentos de gêneros....	178
Tabela 17: Contexto morfossintático de manifestação da evidencialidade.....	179
Tabela 18: Relação entre classe de palavra e agrupamentos de gêneros textuais.....	188
Tabela 19: A ordenação da marca evidencial no enunciado.....	194
Tabela 20: Relação entre tipo de evidencialidade e ordenação da marca evidencial no enunciado.....	196

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A₁: ato
A: adjetivo
ABS: absoluto
Ap: sintagma adjetival
Adp: sintagma adposicional
Adjvp: sintagma adverbial
Adv: advérbio
Aw: palavra adjetival
C: conteúdo comunicado
Cl: oração, cláusula
^{dep}Cl: oração dependente
COMPL: completivo
CNTRL: controle
DECL: declarativa
Det: determinante
e: estado-de-coisas
ep: episódio
f: propriedade
F1: ilocução
F: feminino
GDF: Gramática Discursivo-Funcional
GF: Gramática Funcional
Gw – palavra gramatical
INF: infinitivo
INFERR: inferida
l: lugar
Le: expressão linguística
m: modo
M: movimento
NON.A/S: não-nominativo
Np: sintagma nominal
Nw: palavra nominal

p: conteúdo proposicional

p^I: posição inicial

p^M: posição medial

p^F: posição final

P1: participante (falante)

P2: participante (ouvinte)

PASS: passado

PFV: perfectivo

Pro: pronome

q: quantidade

r: razão

R: subato referencial

RECEPST: passado recente

REP: reportativo

SG: singular

t: tempo

T: subato atributivo

TOP: tópico

TR: marca de transitividade

V: verbo

Vp: sintagma verbal

Vw: palavra verbal

x: indivíduo

Xp: sintagma

Xw: palavra

Xs: morfemas, raízes

Aff: afixo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
2 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO.....	27
2.1 A Gramática Funcional.....	28
2.2 A Gramática Discursivo-Funcional.....	32
2.2.1 A arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional.....	34
2.2.2 Nível Interpessoal.....	36
2.2.3 Nível Representacional.....	39
2.2.4 Nível Morfossintático.....	44
2.3 Síntese conclusiva.....	47
3 A EVIDENCIALIDADE.....	50
3.1 Estatuto linguístico da evidencialidade.....	51
3.2 Estudos tipológicos da evidencialidade.....	63
3.3 Evidencialidade na Gramática Discursivo-Funcional.....	76
3.4 Tratamento da evidencialidade em língua portuguesa.....	84
3.5 Síntese conclusiva.....	98
4 METODOLOGIA.....	100
4.1 Características do <i>COMTELPO</i>.....	100
4.1.1 Agrupamentos de gêneros.....	102
4.2 Constituição e delimitação da amostra textual da pesquisa.....	107
4.3 Procedimentos metodológicos gerais da pesquisa.....	108
4.3.1 Categorias de análise.....	109
4.3.1.1 Tipo de evidencialidade.....	110
4.3.1.2 Categorias contextuais.....	111
4.3.1.3 Categorias do Nível Retórico-Textual.....	112
4.3.1.4 Categorias do Nível Interpessoal.....	113
4.3.1.5 Categorias do Nível Representacional.....	115
4.3.1.6 Categorias do Nível Morfossintático.....	116
4.4 Síntese conclusiva.....	119
5 A EVIDENCIALIDADE NO PORTUGUÊS ESCRITO DO SÉCULO XX NO CONTEXTO DE GÊNEROS TEXTUAIS.....	121
5.1 Categorias contextuais.....	122

5.1.1 A evidencialidade na totalidade da amostra textual.....	122
5.1.2 A evidencialidade nos agrupamentos dos gêneros textuais.....	127
5.1.3 A relação entre evidencialidade, variação do português e período do século XX.....	135
5.2 Categorias do Nível Retórico-Textual.....	138
5.2.1 A relação entre evidencialidade e sequência textual.....	138
5.2.2 Tipo de discurso enquadrando a fala reportada.....	145
5.3 Categorias do Nível Interpessoal.....	148
5.3.1 Tipo de ilocução.....	149
5.3.2 Função dos tipos de evidencialidade.....	152
5.3.3 Marcas de adesão/afastamento à fonte da informação.....	159
5.3.4 A relação com a modalidade epistêmica.....	161
5.4 Categorias do Nível Representacional.....	164
5.4.1 Tipo de fonte da informação.....	164
5.4.2 Modo de obtenção da informação.....	170
5.4.3 Valor semântico do verbo de elocução.....	176
5.5 Categorias do Nível Morfossintático.....	178
5.5.1 Contexto morfossintático de manifestação da evidencialidade.....	178
5.5.2 Classe morfológica da marca evidencial.....	187
5.5.3 Ordenação da marca evidencial no enunciado.....	194
5.6 Síntese conclusiva.....	198
6. CONCLUSÃO.....	201
7. REFERÊNCIAS.....	211
8. ANEXOS.....	217

1 INTRODUÇÃO

A evidencialidade é definida como uma categoria linguística indicadora da fonte da informação. Seus efeitos de sentido estão relacionados a duas funções. A primeira função (mais básica) diz respeito à noção de que, a partir da fonte da informação, o falante revela o modo de obtenção dessa informação. A segunda, secundária em relação à primeira, está ligada ao efeito de que, a depender do tipo de fonte da informação, o falante demonstra também seu grau de comprometimento em relação ao conteúdo expresso na proposição.

No tocante à sua manifestação linguística, a evidencialidade pode ser expressa por elementos gramaticais (afixos, por exemplo) ou por elementos lexicais ou menos gramaticais (verbos encaixadores de conteúdo proposicional, por exemplo). Em sistemas evidenciais gramaticais, o uso da marca evidencial constitui um requisito obrigatório do enunciado, cabendo ao falante apenas escolher entre os tipos de fontes disponíveis no sistema. Por outro lado, em sistemas evidenciais lexicais (ou menos gramaticais), como é o caso do português, o uso da evidencialidade não é obrigatório. Como a expressão lexical é opcional, ou seja, cabe ao falante, de acordo com suas intenções comunicativas, revelar ou não a qualidade da fonte da informação, sua manifestação contém nuances semânticas que os paradigmas gramaticais não apresentam, uma vez que têm sua expressão condicionada por fatores internos ao sistema. Na verdade, em sistemas evidenciais lexicais, a fonte da informação é utilizada apenas quando o falante julga haver uma boa razão para seu uso, ou seja, está relacionada a uma máxima conversacional de Grice (1975) segundo a qual uma informação é fornecida porque é relevante para a interação verbal (máxima da relevância).

No que diz respeito à classificação dos tipos evidenciais expressos nas línguas naturais, de modo geral, em sistemas evidenciais mais gramaticalizados, verificam-se, pelo menos, três tipos de evidências: a direta (visual ou não-visual – o falante é a fonte e afirma ter obtido a informação de modo direto por meio sensorial), a menos direta (o falante é a fonte e afirma ter derivado a informação por meio de uma inferência – de resultados ou de raciocínio lógico) e a indireta (o falante não é a fonte, mas outro, e afirma ter obtido a informação por meio de um relato de 2ª ou 3ª mão) (WILLET, 1988; CASSEB-GALVÃO, 2001).

Em sistemas evidenciais menos gramaticalizados, os tipos evidenciais tendem a

fazer a distinção apenas entre evidência direta (“de primeira mão”) e evidência indireta (“não de primeira mão”). Ainda no caso de sistemas evidenciais essencialmente lexicais, ressaltamos que a evidencialidade direta parece constituir a forma não marcada de manifestação da fonte da informação, tal como propõe Anderson (1986), quando constata que os evidenciais são raramente usados quando o falante observa diretamente o evento; apenas em sentido enfático.

De fato, independentemente da discussão sobre as restrições de codificação gramatical ou lexical da evidencialidade, hoje, muitos estudiosos afirmam ser a natureza da evidencialidade um fenômeno cognitivo, comunicativo-funcional ou pragmático (BOYE; HADER, 2009). Tal concepção lança a hipótese de que todas as línguas naturais apresentam formas de manifestação ou referência à fonte da informação (“estratégias evidenciais”), colocando a evidencialidade como um domínio cognitivo-funcional sujeito à codificação gramatical e/ou lexical. Além disso, tal aceção sugere que a fonte da informação constitui um domínio cognitivo-funcional não apenas conceitualmente independente, mas também hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, qualificação a partir da qual o falante expressa os julgamentos que faz sobre o conteúdo de seus anunciados.

No âmbito da língua portuguesa, os estudos sobre a evidencialidade se organizam, genericamente, em torno de dois grandes objetivos: (i) aqueles que visam a analisar a expressão lexical da evidencialidade em contextos reais de uso da língua (DALL’AGLIO-HATTNER, 1999; CARIOCA, 2005, 2009; LUCENA, 2008; SANTOS, 2008; VENDRAME, 2005, 2010); (ii) aqueles que objetivam analisar o processo de gramaticalização envolvido no uso de certas unidades evidenciais, adotando, na investigação desse processo, um ponto de vista sincrônico (CASSEB-GALVÃO, 2001) ou sincrônico-diacrônico (GONÇALVES, 2003).

Os estudos do primeiro grupo, resguardadas suas especificidades, embora tenham enriquecido fortemente o quadro teórico de investigação das propriedades formais e funcionais da expressão lexical da evidencialidade em língua portuguesa, limitam-se ora à análise da fonte da informação em um contexto específico de uso da língua, ora à investigação de certas unidades lexicais que se prestam à manifestação da evidencialidade em língua portuguesa (por exemplo, itens verbais).

Os estudos do segundo grupo, por sua vez, analisam a evidencialidade do ponto de vista do paradigma da gramaticalização, dando ênfase à trajetória de mudança linguística de um item evidencial em particular. A principal contribuição desses estudos

deve-se ao fato de terem lançado a hipótese de que, no português brasileiro (PB), pode estar em constituição um subsistema evidencial gramaticalizado, representado, principalmente, pelos usos evidenciais dos operadores funcionais *dizque* (CASSEB-GALVÃO, 2001, 2010) e *parecer* (GONÇALVES, 2003). Embora constituam propostas de investigação pioneiras sobre o processo de gramaticalização envolvendo marcadores evidenciais no PB, os dados desses trabalhos não esgotam a discussão em torno desse tema, ao contrário, incitam a realização de mais pesquisas que busquem comprovar empiricamente tal hipótese.

Tendo em vista, portanto, esse cenário atual da pesquisa sobre a evidencialidade no PB, propomos como objetivo geral desta Tese descrever e analisar, sob a perspectiva funcionalista, a manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever ou instruir). Considerando o pressuposto de que as escolhas realizadas no plano linguístico são fortemente condicionadas (*controladas*, nos termos de Van Dijk, 2012) por fatores de natureza contextual (como o gênero textual), acreditamos que uma investigação da evidencialidade em cinco diferentes agrupamentos de gêneros textuais permite compor um quadro mais amplo dos usos das marcas evidenciais e de suas funções no português escrito do século XX, promovendo, assim, uma análise mais completa da manifestação da evidencialidade em correlação com as propriedades cognitivas e discursivas específicas de cada agrupamento de gêneros. Na verdade, esse tratamento da evidencialidade em diferentes contextos de gêneros textuais autoriza não apenas uma identificação mais precisa das formas, dos tipos e dos sentidos das construções evidenciais no português escrito do século XX, mas consente, principalmente, a elaboração de “gramáticas evidenciais” que demonstrem as preferências relativas a cada dimensão textual-discursiva.

Outro aspecto relevante desta pesquisa diz respeito ao fato de que, na coleta dos dados, consideramos não apenas as marcas evidenciais mais gramaticais, mas também levamos em conta a expressão lexical da evidencialidade. Tal opção teórico-metodológica se justifica porque não compreendemos a relação entre léxico e gramática como uma relação dicotômica, mas como uma relação que se estende em um contínuo de gramaticalização, em que formas velhas podem ser recrutadas para novas funções (gramática emergente). De fato, essa escolha metodológica revela nossa preocupação em corroborar a hipótese sobre a existência de um subsistema evidencial em língua portuguesa, fornecendo dados empíricos que contribuam com as discussões acerca das

propriedades que caracterizam esse domínio funcional.

Para a efetivação dessa proposta de investigação da evidencialidade, utilizamos amostras textuais pertencentes ao *Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa* – COMTELPO, organizado por Figueiredo-Gomes e Pena-Ferreira (2006). Esse banco de dados é constituído por textos agrupados em cinco categorias de gêneros textuais, segundo a classificação proposta por Dolz; Schneuwly (1996), a saber: gêneros da ordem do narrar (domínio social da cultural literária ficcional), do relatar (domínio social da memória e da documentação das experiências vividas), do argumentar (domínio social da discussão de temas controversos), do expor (domínio social da sistematização do conhecimento humano em diferentes áreas do saber) e do instruir ou prescrever (domínio social da instrução, da normatização, da prescrição ou regulamentação de ações). Ressaltamos, ainda, que essa coletânea é composta por gêneros do século XII ao século XX, produzidos em Portugal e no Brasil. Na presente pesquisa, utilizamos textos elaborados, especificamente, durante o século XX em Portugal e no Brasil. Tal recorte metodológico se justifica porque visamos a verificar as possíveis diferenças existentes entre os sistemas evidenciais do português europeu (PE) e brasileiro (PB), um vez que é no final do século XIX e no início do XX que o PB passa por transformações estruturais que não acontecem no PE¹.

Para o estudo da evidencialidade no contexto de gêneros textuais, optamos por uma abordagem teórico-metodológica que considere as unidades linguísticas como configurações de aspectos cognitivos e pragmáticos, reafirmando, assim, uma relação não arbitrária, mas sistemática entre as funções das expressões linguísticas e seu contexto de uso. Esse requisito é preenchido pelo Paradigma Funcionalista, mais especificamente pelos modelos da Gramática Funcional (GF - DIK, 1997) e da Gramática Discursivo-Funcional (GDF – HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A opção pela orientação funcionalista se justifica pelo fato de que o modelo de gramática proposto pela GDF permite dar conta de fenômenos lexicais e/ou gramaticais, correlacionando as propriedades semântico-pragmáticas, morfossintáticas e fonológicas das unidades linguísticas a níveis e camadas que explicitam o escopo de atuação da

¹ Segundo Ilari; Basso (2009), o final do século XIX e o início do XX são particularmente importantes para a história do português do Brasil. Esse período é marcado não só por uma série de eventos que afetam a língua “de fora para dentro”, mas por importantes transformações estruturais, tais como: (i) omissão do objeto direto quando ele consiste em um pronome átono (“comprei um livro e li”), (ii) prevalência de uso do sujeito pronominal (“eu fiz”), (iii) prevalência de uso de orações relativas cortadoras ou copiadoras (“a colega que eu saí ontem”, “a colega que saí ontem com ela”), (iv) prevalência de uso da ordem sujeito-verbo (“ele era adepto da homeopatia”).

unidade evidencial em termos de suas funções interpessoais ou representacionais.

Levando em conta, portanto, o objetivo de fornecer uma análise mais completa da expressão da evidencialidade e de suas funções interpessoais e representacionais em correlação com diferentes contextos comunicativos, a presente pesquisa formula o seguinte problema geral:

- Como se manifesta a evidencialidade no português escrito do século XX no contexto² de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever)?

Considerando que a evidencialidade constitui uma estratégia cognitivo-pragmática responsável pela manifestação da fonte da informação ou do modo de obtenção de uma informação, o que está, indiretamente, relacionado ao grau de comprometimento do falante com o conteúdo expresso na proposição; e que o domínio textual-discursivo reflete opções significativas realizadas no plano linguístico, sustentamos a hipótese de que a manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX caracteriza-se por propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas condicionadas por fatores cognitivos, funcionais e composicionais inerentes aos cinco agrupamentos de gêneros textuais nos quais as marcas evidenciais são utilizadas.

Partindo, então, da definição desse objeto, a presente pesquisa estabelece como objetivos os que se seguem:

- a) Descrever os meios linguísticos (lexicais, gramaticais ou em processo de gramaticalização), integradamente a aspectos semânticos e pragmático-discursivos, que se prestam à manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais.
- b) Analisar a correlação entre fonte da informação e modo de obtenção da informação na manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais.
- c) Analisar os tipos de expedientes linguísticos e/ou contextuais que marcam os

² A menção ao termo *contexto* demonstra, na verdade, nossa consciência de que os gêneros textuais são práticas sociais condicionadas por fatores não apenas linguísticos ou textuais, mas, também, por fatores cognitivos, discursivos, históricos e sociais, que inserem o texto em suas condições de produção, sem dissociar sua historicidade. Além disso, mostra, também, que o texto não pode ser interpretado fora de suas condições de produção, uma vez que são essas condições que atribuem seu sentido.

graus de comprometimento do falante na manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais.

- d) Analisar, comparativamente, os cinco agrupamentos de gêneros textuais de modo a identificar as formas mais frequentes, ou seja, preferíveis, relacionadas aos agrupamentos de gêneros textuais.
- e) Analisar os agrupamentos de gêneros mais favoráveis à manifestação da evidencialidade.
- f) Analisar os fatores contextuais que condicionam a manifestação dos subtipos evidenciais e seus efeitos de sentido nos agrupamentos de gêneros textuais.

No tocante à estruturação das informações nesta Tese, ela está organizada nos seguintes capítulos:

O capítulo 1, esta Introdução, tem como finalidade apresentar uma visão geral do tema investigado nesta pesquisa, ressaltando-se o objeto de estudo, a perspectiva teórica adotada, a justificativa que explica a relevância da pesquisa, seu problema geral e seus objetivos.

O capítulo 2 trata do suporte teórico funcionalista, mais especificamente dos modelos teóricos da Gramática Funcional, de Dik (1997), e da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld; Mackenzie (2008), destacando-se os principais pressupostos teórico-metodológicos para a descrição e análise linguística da evidencialidade neste trabalho.

O capítulo 3 versa sobre a evidencialidade, apresentando, inicialmente, uma discussão em torno de seu estatuto linguístico e sua relação com a modalidade epistêmica. Em seguida, apresentamos uma síntese dos principais estudos tipológicos realizados sobre a evidencialidade em várias línguas do mundo. Depois, expomos a classificação proposta pela Gramática Discursivo-Funcional para o estudo da evidencialidade. Por fim, resumimos os principais estudos funcionalistas sobre a evidencialidade em língua portuguesa.

O capítulo 4 estabelece as bases metodológicas utilizadas na presente investigação, atentando-se para a constituição e delimitação do *corpus* de análise e os parâmetros para a descrição e análise da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais. Esse capítulo traz, ainda, algumas considerações acerca dos critérios adotados por Dolz; Schneuwly (1994; 1996) para a constituição dos cinco agrupamentos de gêneros textuais. Tais informações são relevantes para que

possamos compreender melhor como o contexto de produção linguística condiciona o uso da evidencialidade.

O capítulo 5 versa sobre os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados em cada um dos agrupamentos de gêneros textuais. Nele, expomos e discutimos os resultados com base nos dados quantitativos sugeridos pelo programa computacional SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), descrevendo e analisando a evidencialidade na construção dos agrupamentos de gêneros textuais.

Por fim, no capítulo 6, apresentamos a conclusão geral desta Tese.

CAPÍTULO 2

FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

“Numa concepção geral, desvinculada de propostas de escolas particulares, o funcionalismo é uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins a que servem as unidades linguísticas, o que é o mesmo que dizer que o funcionalismo se ocupa, exatamente, das funções dos meios linguísticos de expressão” (NEVES, 2006, p. 17).

O termo *funcionalismo* é utilizado para designar um paradigma de investigação linguística. Embora possamos destacar a existência de diferentes vertentes funcionalistas³, podemos dizer que os diferentes modelos compartilham um “denominador em comum”: o interesse por investigar a gramática das línguas dentro de um quadro geral de interação verbal (propósito comunicativo, seus participantes, contexto social), o que leva o funcionalismo a priorizar a análise das funções⁴ das unidades linguísticas sobre seus aspectos estritamente formais.

O presente estudo adota como suporte teórico para a descrição e análise da manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX em contextos de gêneros textuais o chamado *funcionalismo holandês*, especificamente o modelo teórico da *Gramática Funcional* (GF - DIK, 1997) e o da *Gramática Discursivo-Funcional*

³ A pesquisa de orientação funcionalista pode seguir diferentes modelos teóricos. Segundo Nichols (1984), há o funcionalismo *conservador*, que aponta a inadequação da análise formalista, sem, contudo, propor uma análise funcionalista da estrutura linguística; existe o *moderado*, que indica as inadequações das propostas estritamente formais e propõe uma análise funcionalista; e o chamado funcionalismo *extremado*, que nega a própria estrutura, considerando as regras das línguas naturais como funções decorrentes do uso ou da pressão do discurso.

⁴ De acordo com Nichols (1984), o termo “função” concerne a algum tipo de dependência de um elemento ou processo linguístico com fatores de ordem estrutural, cognitiva ou pragmático-discursiva no contexto mais amplo da linguagem e da comunicação. Segundo Neves (2001), essa relação de dependência pode manifestar-se de três formas na Linguística: relação entre uma forma e outra (função interna), relação entre uma forma e seu significado (função semântica) e relação entre o sistema de formas e seu contexto (função externa).

(GDF – HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Apesar de constituírem modelos teóricos autônomos, a GF e a GDF compartilham muitos pressupostos. Um de seus principais objetivos é compreender como a estrutura morfossintática das línguas naturais reflete propriedades pragmáticas e semânticas originadas na cognição humana e na comunicação inter-humana (HENGEVELD; MACKENZIE, 2010). Em outras palavras, a GF e a GDF interessam-se, particularmente, por fenômenos linguísticos funcionalmente motivados, como correlatos cognitivos e/ou discursivos.

Podemos dizer, ainda, que o funcionalismo holandês constitui-se de propostas teórico-metodológicas que se encontram a meio caminho das abordagens formais radicais, que se limitam ao estudo das formas linguísticas independentes de seu contexto de uso e consideram a estrutura das unidades linguísticas como a idealização de um conjunto de regras subjacentes, e a meio caminho das abordagens funcionais radicais, que tendem a negar a existência da estrutura linguística e vê-la apenas como a manifestação efêmera da tentativa do falante em expressar suas intenções comunicativas (BUTLER, 2003).

Para subsidiar a descrição e a análise da manifestação da evidencialidade neste estudo, apresentamos, a seguir, uma síntese da teoria da GF e da GDF. Nas seções 2.1 e 2.2, resenhamos, respectivamente, os principais pressupostos teórico-metodológicos que definem a investigação linguística sob o enfoque da GF e da GDF, procurando apontar, na seção 2.2, os principais avanços alcançados pelo modelo da GDF em relação ao da GF. Na seção 2.3, apresentamos uma síntese conclusiva.

2.1 A Gramática Funcional

Na Gramática Funcional de Simon Dik, o usuário assume papel central, pois o objetivo da investigação linguística é explicitar como falantes e ouvintes se comunicam entre si, de modo eficiente, por meio da expressão linguística (DIK, 1989, 1997). Para Dik, a descrição funcionalista da linguagem deve considerar não apenas a capacidade linguística dos indivíduos, ou seja, a capacidade que as pessoas têm de codificar e decodificar expressões linguísticas em sua língua, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória (*competência comunicativa*).

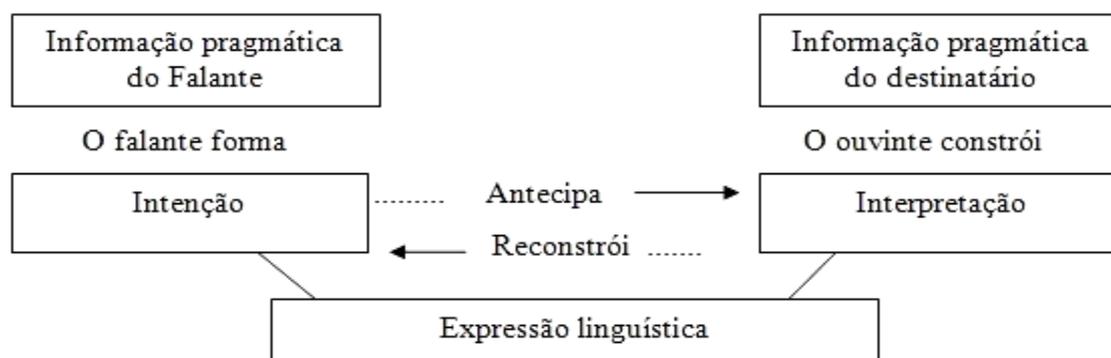
Ao considerar a *competência comunicativa*, e não apenas a linguística, dos

usuários de língua, Dik aponta que a Gramática Funcional visa a investigar as relações entre as unidades linguísticas e as capacidades epistêmica, lógica, perceptual e social. Para Dik, em uma interação verbal, as pessoas são capazes de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado (*capacidade epistêmica*); de empregar regras de raciocínio para extrair novos conhecimentos a partir de conhecimentos prévios (*capacidade lógica*); de perceber o ambiente e dele derivar conhecimento (*capacidade perceptual*); e de usar a linguagem de acordo com a situação de interação (*capacidade social*).

Essas capacidades, segundo Dik, não funcionam de modo isolado, mas em conjunto, produzindo, assim, cada uma, um *output* fundamental para a produção e a interpretação da linguagem. Ressaltamos, ainda, que, ao enfatizar a competência comunicativa e não apenas a linguística, Dik demonstra o fato de que o entendimento (ou o desentendimento) entre os indivíduos nas interações sociais não depende apenas dos sentidos que são codificados pelas expressões linguísticas, mas, também, está relacionado aos conteúdos socialmente compartilhados entre falante e ouvinte (que não precisam ser explicitados), às informações que podem ser inferidas ou percebidas nos gestos, olhares, expressões faciais.

Para Dik, um paradigma funcionalista compreende a língua não como um conjunto de expressões linguísticas arbitrárias que podem ser estudadas fora do contexto de uso, mas como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com a intenção de estabelecer, primeiramente, interações comunicativas. Esse processo de interação que se dá por meio da linguagem é ilustrado por Dik (1997, p. 8) da seguinte maneira:

Figura 1: Modelo de interação verbal segundo a Gramática Funcional



Fonte: Traduzido de DIK (1997, p. 8).

Segundo Dik, os seres humanos estabelecem interações visando a provocar algum tipo de modificação na informação pragmática do destinatário. A informação pragmática é compreendida como o conjunto de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões e sentimentos que tanto o falante como o ouvinte dispõem (e ativam) no ato da interação verbal. Para alcançar a modificação pretendida na informação pragmática do ouvinte, o falante, então, constrói sua expressão linguística tendo em vista uma intenção comunicativa, uma espécie de “plano mental” concernente à modificação que ele deseja provocar na informação pragmática do ouvinte, e que, por sua vez, é elaborada com base na antecipação que o falante faz da interpretação que o ouvinte dará a sua expressão linguística. O ouvinte, por seu turno, interpreta o propósito comunicativo do falante com base na expressão linguística, na informação pragmática que possui e na hipótese que faz a respeito da intenção comunicativa do falante.

Já a expressão linguística é vista, na perspectiva do modelo de interação de Dik, como *mediadora*, no sentido de que ela relaciona, como uma “ponte”, a intenção comunicativa do falante e a interpretação dada pelo ouvinte a essa intenção. Em outras palavras, o que Dik deseja ressaltar é que, do ponto de vista do falante, a expressão linguística não corresponde à verbalização direta de sua intenção comunicativa, e, do ponto de vista do ouvinte, essa expressão não é a única “ferramenta” disponível ao ouvinte para interpretar a intenção comunicativa do falante.

Resumidamente, podemos dizer que, nesse modelo de interação, a expressão linguística é função: (i) da intenção comunicativa do falante; (ii) da informação pragmática do falante; (iii) da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte. E a interpretação do ouvinte é função: (i) da expressão linguística; (ii) da informação pragmática do ouvinte; (iii) da sua conjectura sobre a intenção comunicativa do falante (NEVES, 2001, p. 20).

Na formulação da GF, Dik define a interação verbal como uma *atividade cooperativa*, porque envolve, no mínimo, dois participantes (falante e ouvinte); e altamente estruturada por dois sistemas de regras: o que comanda os padrões de interação verbal (*regras pragmáticas*) e o que governa a constituição dos enunciados (*regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas*).

Outro aspecto importante da GF diz respeito à proposta de *integração dos níveis de análise*, ou seja, da existência de uma sistematização entre os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática. De acordo com Dik (1989, 1997), a pragmática é vista como o quadro abrangente no qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é

instrumental em relação à pragmática, e a sintaxe, instrumental em relação à semântica. Ao colocar o componente pragmático como o mais abrangente da teoria (a pragmática interna à gramática), dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas, Dik mostra a relevância do contexto comunicativo para a interpretação das unidades linguísticas, superando, assim, o problema metodológico que muitas teorias linguísticas encontram ao desconsiderar o papel do contexto social na interação verbal.

Em relação à descrição linguística, Dik propõe que a estrutura oracional seja analisada em camadas hierarquicamente ordenadas. Nos níveis mais subjacentes (baixos), a oração representa um *estado-de-coisas* que é entendido como algo que pode ocorrer em um dado mundo real ou ficcional (*função representacional*). No nível acima, a oração designa uma *proposição* que é definida como um “conteúdo proposicional”, um “fato possível”, que, revestida de uma força ilocucionária, corresponde, em um nível mais externo (alto), a uma *cláusula*, um ato de fala (*função interpessoal*). Essa representação em camadas pode ser visualizada no quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Camadas da estrutura frasal segundo a Gramática Funcional

Unidade Estrutural	Tipo de Entidade	Nível	Função
Cláusula	Ato de fala	4	Interpessoal
Proposição	Fato Possível	3	
Predicação	Estado-de-Coisas	2	Representacional
Termo	Entidade	1	
Predicado	Propriedade/relação	∅	

Fonte: Adaptado de DIK (1989, p. 46).

Como podemos observar no quadro 1, a construção de uma expressão linguística pressupõe um *predicado* que se aplica a um certo número de *termos*, resultando em uma *predicação*. Os predicados designam propriedades ou relações, os termos são expressões referenciadoras que representam as entidades que preenchem os argumentos dos predicados, e as predicações designam um conjunto de estado-de-coisas (EC), que, como dissemos, dizem respeito a algo ou alguma coisa que pode ocorrer em um mundo real ou ficcional. Um EC pode ser especificado por operadores gramaticais que têm a função de localizar o EC no tempo e no espaço.

Uma predicação pode ser construída em uma estrutura de ordem superior denominada *proposição*. Segundo Dik, tal unidade pode ser motivo de dúvida, de surpresa, pode ser negada, lembrada ou, ainda, ser considerada falsa ou verdadeira.

Uma proposição, revestida por uma força ilocucionária, corresponde, como já dissemos, a uma *cláusula* (frase), que designa um ato de fala especificado pela proposição. A forma, a ordem e o padrão entonacional dos constituintes desse nível são determinados pelo sistema de regras de expressão da língua em questão.

Essa representação da estrutura oracional em camadas tem uma vantagem: possibilita distinguir o escopo de atuação dos operadores gramaticais e satélites lexicais, inclusive, em relação aos diferentes tipos de modalidade (categoria mais ampla dentro da qual a evidencialidade está inserida no modelo da GF).

Destacamos, no entanto, que essa representação *bottom-up* (ascendente) da estrutura oracional proposta pela GF não diz respeito à representação da produção do discurso, pois, como vimos, no modelo de interação de Dik, a expressão linguística, como mediadora, é função da intenção comunicativa do falante, que, por sua vez, interage visando a provocar uma modificação na informação pragmática do ouvinte.

2.2 A Gramática Discursivo-Funcional

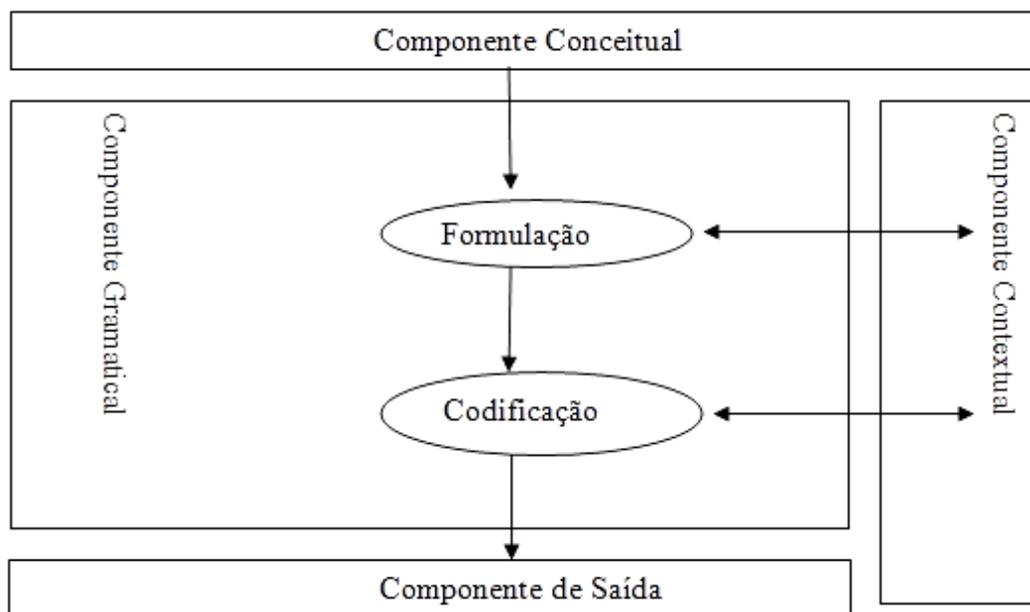
A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) se distingue de outras teorias funcionalistas por um conjunto de características essenciais. De modo geral, podemos dizer que a GDF: (i) tem uma organização *top-down* (descendente); (ii) toma o *Ato Discursivo* como unidade básica de análise; (iii) inclui as representações morfológicas e fonológicas como representações de propriedades pragmáticas e semânticas do Ato Discursivo; (iv) como é concebida como um Componente Gramatical de uma teoria de interação verbal, liga-se, sistematicamente, a um *Componente Conceitual*, a um *Componente Contextual* e a um *Componente de Saída* (de Expressão). A seguir, apresentamos cada um desses pressupostos.

A GDF assume que a descrição linguística deve partir da intenção comunicativa do falante para a articulação da expressão linguística no Componente de Saída. Tal suposição é baseada na hipótese de que um modelo de gramática será mais eficiente quanto mais se aproximar do processamento da linguagem realizado pelos indivíduos (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 02). Isso não significa dizer que a GDF é um modelo do falante, mas, na verdade, procura, apenas, em sua organização *top-down*,

“espelhar” evidências psicolinguísticas em relação à produção da linguagem pelos indivíduos, já que pesquisas mostram que a produção linguística é um processo *top-down*, ou seja, inicia-se com a intenção comunicativa do falante e termina com a articulação da expressão linguística (LEVELT, 1989). Ressaltamos, ainda, que os autores esclarecem que a GDF não é uma gramática do discurso; muito menos um modelo de descrição da organização do discurso, mas é, em sua essência, um modelo de gramática que procura compreender como as intenções comunicativas e as conceitualizações cognitivas interferem na codificação da expressão linguística.

Na figura 2, a seguir, podemos visualizar como o modelo *top-down* da GDF insere o componente gramatical em uma teoria mais ampla de interação verbal, relacionando esse componente gramatical aos componentes não gramaticais. Nessa perspectiva, duas operações têm de ser distinguidas na organização *top-down* dos enunciados: a operação de *Formulação* e a de *Codificação*. Tais operações interagem entre si e com os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída:

Figura 2: A GDF como parte de uma teoria de interação verbal



Fonte: Traduzido de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 06).

Como podemos observar na Figura 2, é por meio das operações de *Formulação* e de *Codificação* que ocorre a interação entre o Componente Gramatical e os Componentes Conceitual (cognitivo), Contextual (comunicativo) e de Saída (*output*). A operação de *Formulação* está relacionada às configurações semânticas e pragmáticas

relevantes nas línguas, e a operação de Codificação relaciona-se à forma morfossintática e fonológica que as configurações semânticas e pragmáticas realizam nas línguas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 12).

O *Componente Conceitual* representa o conhecimento prévio do falante, tal como sua competência comunicativa, seu conhecimento de mundo e sua competência linguística. Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 06), é responsável tanto pelo desenvolvimento da intenção comunicativa do falante como pelas conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. Para esses autores, o Componente Conceitual não inclui cada aspecto da cognição humana, mas apenas aqueles que afetam a intenção comunicativa imediata do falante. É, segundo os autores, a “força motriz” por trás do Componente Gramatical, que, como já dissemos, é motivado, condicionado pela intenção comunicativa do falante. A ligação entre o Componente Conceitual e o Gramatical é feita por meio da operação de Formulação, responsável por traduzir configurações conceituais em distinções semânticas e pragmáticas relevantes em uma língua. De acordo com os autores, tal distinção varia de uma língua para outra.

O *Componente Contextual* relaciona-se ao contexto comunicativo no qual o falante desenvolve sua expressão linguística. Diz respeito não apenas às informações deriváveis do discurso precedente (informação de curto prazo), mas também às informações socioculturais relevantes do contexto de interação verbal (informação de longo prazo) que afetam a expressão linguística. Em outros termos, podemos dizer que tal componente armazena dois tipos de informações: informações linguísticas necessárias para o desenvolvimento dos enunciados e informações não linguísticas sobre a situação comunicativa que condicionam as escolhas de determinados mecanismos linguísticos.

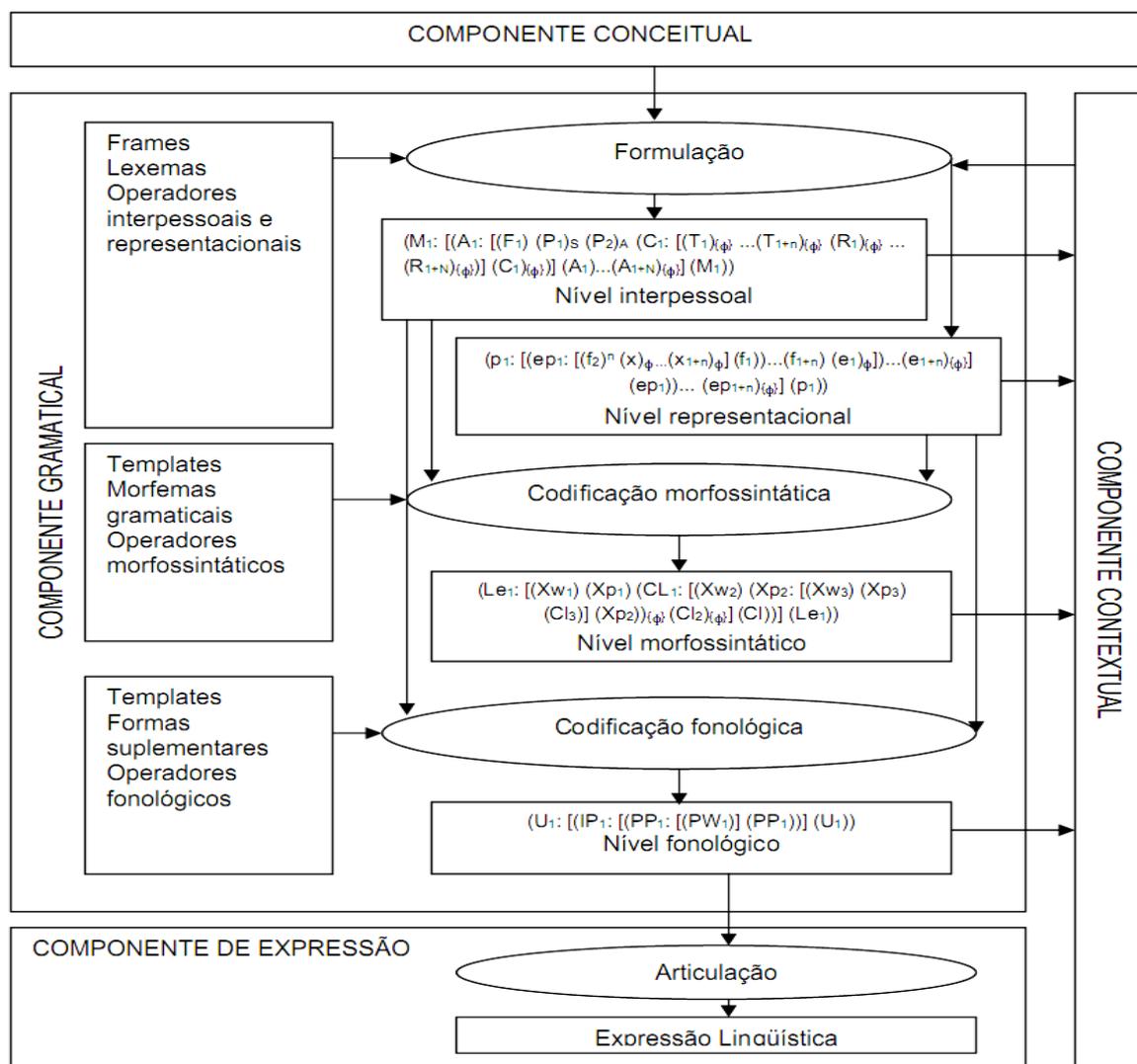
No que diz respeito ao *Componente de Saída*, este é responsável por converter a informação fonológica em sinais acústicos, gráficos ou visuais.

2.2.1 A arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional

A seguir, apresentamos a figura 3, que revela, com maiores detalhes, a organização *top-down* da GDF e a interface entre os níveis (Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico) do Componente Gramatical e os componentes não gramaticais. Como podemos observar, ao centro, encontra-se o Componente Gramatical. O Componente Conceitual localiza-se na parte superior, o

Componente Contextual, à direita, e o Componente de Saída, na parte inferior. As setas representam a perspectiva descendente da GDF, as elipses contêm as operações, os quadros, à esquerda, contêm os primitivos usados nas operações, e os retângulos contêm os níveis de representação produzidos pelas operações.

Figura 3: Esquema geral da GDF



Fonte: Adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 13).

No Componente Gramatical, distinguem-se os níveis Interpessoal (Pragmático), Representacional (Semântico), Morfossintático e Fonológico, nesta ordem hierárquica. A estratificação descendente e a separação desses níveis são diferenças importantes com relação à proposta de Dik. Ao contrário do modelo da GF, que é um modelo ascendente (*bottom-up*), em que a descrição da expressão linguística vai das unidades menores às maiores (ato de fala), a GDF, como modelo que reflete a produção do discurso, exhibe

uma estratificação descendente (*top-down*). Em outros termos, nesse modelo, a geração de estruturas subjacentes e, particularmente, as interfaces entre os vários níveis, pode ser descrita em correlação com as decisões comunicativas que um falante toma quando constrói um enunciado.

Embora a GDF estabeleça uma separação entre os níveis, isso não significa dizer que eles sejam autônomos; ao contrário, regras de mapeamento ligam o Nível Interpessoal ao Representacional nos casos em que um conteúdo semântico é necessário para transmitir uma intenção comunicativa. Nos casos em que só um conteúdo pragmático tem de ser transmitido, regras de expressão ligam diretamente o Nível Interpessoal ao Morfossintático.

Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008), a GDF capta as estruturas das unidades linguísticas em termos do mundo que elas descrevem (*função representacional*) e das intenções comunicativas com as quais elas são produzidas (*função interpessoal*). Ao organizar a gramática dessa forma, a GDF postula que a Pragmática governa a Semântica; a Pragmática e a Semântica governam a Morfossintaxe; e a Pragmática, a Semântica e a Morfossintaxe governam a Fonologia.

Vejamos, a seguir, cada um dos níveis de organização da gramática e suas unidades de análise.

2.2.2 Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal representa uma expressão linguística em termos de sua função comunicativa. Diz respeito às distinções de Formulação que são relevantes na interação comunicativa entre o falante e o ouvinte e que são refletidas na forma linguística. A unidade de análise hierarquicamente mais alta no Nível Interpessoal é o *Move* (M), que pode conter um ou mais *Atos Discursivos* (A)⁵. Cada Ato Discursivo contém uma *Ilocução* (F), que especifica uma relação entre o ato de fala dos *Participantes* (P1 - falante; P2 – ouvinte) e o *Conteúdo Comunicado* (C). O Conteúdo Comunicado, por sua vez, contém um número variável de *Subatos Atributivos* (T) e *Subatos Referenciais* (R). Devemos notar que essas duas últimas unidades atuam na mesma camada, não havendo uma relação hierárquica entre elas (relação de equipolência, representada por meio de colchetes).

⁵ No decorrer de nossa exposição, manteremos os termos (com iniciais maiúsculas) e as abreviações utilizadas pelos autores em virtude da extensa formalização proposta.

Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 49), o Nível Interpessoal pode ser representado da seguinte forma:

Figura 4: Organização do Nível Interpessoal na GDF

(π M1: [Movimento
(π A1: [Ato Discursivo
(π F1: ILL (F1): Σ (F1))	Ilocução
(π P1: ... (P1): Σ (P1))S	Falante
(π P2: ... (P2): Σ (P2))A	Ouvinte
(π C1: [Conteúdo Comunicado
(π T1: [...] (T1): Σ (T1)) Φ	Subato Atributivo
(π R1: [...] (R1): Σ (R1)) Φ	Subato Referencial
](C1): Σ (C1)) Φ	Conteúdo Comunicado
](A1): Σ (A1)) Φ	Ato Discursivo
](M1): Σ (M1))	Movimento

Fonte: Adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 49).

Para a GDF, o *Move* é a maior unidade de interação relevante para a análise gramatical. É definido como sendo uma contribuição autônoma para iniciar a interação e constitui a menor unidade livre de discurso capaz de entrar em uma estrutura de troca. Caracteriza-se como uma unidade que pode ser uma ação (ato ilocutório) ou uma reação a uma ação (ato perlocutório).

Hengeveld; Mackenzie (2008) explicam que um *Move* pode ser composto por um ou mais *Atos Discursivos*, os quais, por seu turno, são definidos como a menor unidade identificável de conduta comunicativa. Quando o *Move* é constituído por dois ou mais *Atos Discursivos*, os *Atos* podem estar em uma relação de *equipolência*, quando o Falante dá estatuto comunicativo igual aos dois *Atos*; ou de *dependência*, quando o falante dá estatuto comunicativo desigual aos dois *Atos*.

Vejamos, no exemplo (1), a seguir, a diferença entre *Move* e *Ato Discursivo*:

(1) A: O que aconteceu ontem no Scottish Premier League? (M1, A1)⁶

B: O Celtic ganhou. (A1) E o Rangers perdeu. (A2) (M2)

Em um único *Move* de Reação (B), há dois *Atos* que estão em uma relação de

⁶ A: What happened yesterday in the Scottish Premier League?

B: Celtic won. And Rangers lost (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 53).

equipolência. Por outro lado, o exemplo (2), a seguir, ilustra uma relação de dependência entre dois Atos. Tal relação é indicada como uma função retórica no Ato Discursivo dependente, que constitui a motivação que levou o Falante a proferir o primeiro Ato:

(2) A: Tome cuidado (A1), pois vai haver pegadinhas na prova (A2). (M1)⁷

Como dissemos anteriormente, diferentemente da GF, que estabelece como unidade básica de análise a frase, a GDF estabelece o Ato Discursivo como unidade básica para a descrição linguística, visando a uma expansão do modelo - de uma gramática da frase para uma gramática orientada para o discurso. Essa expansão, segundo os autores, justifica-se pelas seguintes razões: primeiramente, há muitos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados em termos de unidades maiores que a frase em si mesma, tais como formas verbais narrativas, partículas discursivas, cadeias anafóricas etc. Além disso, o Ato Discursivo permite analisar, por outro lado, expressões linguísticas que são menores do que a frase, mas que funcionam como enunciados completos e independentes no discurso.

No que tange à sua estruturação, o Ato Discursivo pode ser constituído de: *Ilocução*, *Participante(s)* e *Conteúdo Comunicado*.

A *Ilocução* é uma das formas de representar as intenções comunicativas do falante, indicando o uso interpessoal convencionalizado dos Atos Discursivos. A *ilocução* pode ser representada tanto por uma unidade lexical (por exemplo, um verbo performativo, do tipo *I promise/Eu prometo* ou *I inform/Eu informo*) como também por uma unidade abstrata (“performativos implícitos”), que envolve a escolha de uma *Ilocução* pronta, frequentemente chamada, segundo os autores, de “sentença-tipo”. Há uma variedade de forças ilocucionárias, tais como: Declarativa, Interrogativa, Imperativa, Proibitiva, Optativa, Imprecativa, Exortativa, Comissiva, Admoestativa, Suplicativa, Mirativa (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 71-72).

No que diz respeito aos *Participantes* da interação ((P1) e (P2)), podemos dizer que eles se alternam como Falante e Ouvinte. Segundo os autores, suas referências podem ser feitas por meio de vocativos, pronomes de primeira ou de segunda pessoa.

O *Conteúdo Comunicado* contém a totalidade do que o Falante deseja evocar na

⁷ Watch out, because there will be trick questions in the exam (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 53-54).

sua comunicação com o Ouvinte. Cada Conteúdo Comunicado pode apresentar um ou mais Subatos, os quais, por sua vez, podem ser de dois tipos: *Subatos Atributivos* (T) e *Subatos Referenciais* (R). É por meio dos Subatos Atributivos que o Falante evoca propriedades ou relações e por meio dos Subatos Referenciais que o Falante evoca referentes.

Vejam, a seguir, o exemplo (3) que demonstra como essas unidades do Nível Interpessoal são analisadas em conjunto:

(3) Jonh estava na festa⁸.

Em (3), há um Move (M1) que contém um Ato Discursivo (A1) com uma força ilocucionária Declarativa (DECL). Os Participantes P1 e P2 não são especificados na situação por meio de pronomes de 1ª e 2ª pessoas, mas estão presentes na situação, pois uma Ilocução Declarativa é comunicativa (de conteúdo). O Conteúdo Comunicado (C) contém, por sua vez, dois Subatos: um Subato Atributivo⁹ (T1), expresso pelo verbo *estar*, preenchido por meio da seleção de um item lexical no Nível Representacional; e um Subato Referencial (R1 – *Jonh*), que é preenchido apenas no Nível Interpessoal (e não no Representacional), visto que constitui um nome próprio, sem conteúdo semântico. Nesse caso, o referente é marcado pelo operador “+id” como identificável pelo Ouvinte; ou seja, em (3), o Falante assume que o Ouvinte pode identificar tal referente. Por último, o termo *na festa* é indicado no Nível Representacional como uma entidade designada como Lugar.

2.2.3 Nível Representacional

De acordo com Hengeveld; Mackenzie (2008), o Nível Representacional está relacionado aos aspectos semânticos das unidades linguísticas. O termo “semântico” deve ser entendido de duas formas distintas, segundo os autores: (i) como o modo pelo qual as línguas se relacionam com o mundo que descrevem e (ii) como o significado de unidades semânticas lexicais e de unidade semânticas complexas sem levar em consideração a maneira pela qual essas unidades são utilizadas na comunicação

⁸ Jonh was at the party (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 117).

⁹ Para a GDF, “Predicar” é “Atribuir”.

(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 128-129).

As unidades de análise do Nível Representacional são descritas em relação ao tipo de entidade ou categoria semântica ontológica que elas designam, por isso, neste nível, as unidades referem-se à função de designação (e não de evocação, que ocorre no Nível Interpessoal). Aos três tipos de categorias estabelecidos por Lyons (1977), Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 131) acrescentam uma categoria de ordem mais baixa, a Propriedade (p), propondo quatro categorias semânticas básicas, a saber: indivíduo (x) – entidade de primeira ordem, que pode ser localizada no espaço e pode ser avaliada em termos de sua existência; Estado-de-Coisas (e) – entidade de segunda ordem, que pode ser localizada no espaço e no tempo e pode ser avaliada em termos de sua realidade; Conteúdo Proposicional (p) – entidade de terceira ordem, que constitui um construto mental, não podendo ser localizada nem no espaço nem no tempo, mas em termos de seu valor verdade; Propriedade (f) – entidade que não tem existência independente e pode ser caracterizada em termos de sua aplicabilidade. Além dessas categorias semânticas básicas, Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 135) afirmam que há línguas que dispõem de outros tipos de categorias semânticas, tais como: Episódio (ep), Lugar (l), Tempo (t), Modo (m), Quantidade (q) e Razão (r).

Vejamos, a seguir, como elas estão organizadas na estrutura hierárquica do Nível Representacional:

Figura 5: Organização do Nível Representacional na GDF

($\pi p1$:	Conteúdo Proposicional
($\pi ep1$:	Episódio
($\pi e1$:	Estado-de-Coisas
[($\pi f1$: [Propriedade Configuracional
($\pi f1$: ♦ ($f1$): [σ ($f1$) Φ])	Propriedade Lexical
($\pi x1$: ♦ ($x1$): [σ ($x1$) Φ]) Φ	Indivíduo
...	
] ($f1$): [σ ($f1$) Φ])	Propriedade Configuracional
($e1$) Φ): [σ ($e1$) Φ])	Estado-de-Coisas
($ep1$): [σ ($ep1$) Φ])	Episódio
($p1$): [σ ($p1$) Φ])	Conteúdo Proposicional

Fonte: Adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 140).

O *Conteúdo Proposicional* (p) é a unidade hierarquicamente mais alta do Nível Representacional. Diz respeito a construtos mentais, tais como conhecimentos, crenças

e desejos, podendo ser factuais, quando correspondem a conhecimentos ou crenças sobre o mundo real, ou não factuais, quando correspondem a desejos ou expectativas em relação a um mundo imaginário (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 144). Ressaltamos, também, que o Conteúdo Proposicional pode ser caracterizado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento comum partilhado, evidências sensoriais, inferência). A principal diferença entre o Conteúdo Proposicional (p) e o Conteúdo Comunicado (C) é o fato de que este sempre está relacionado ao Falante, enquanto aquele pode ser atribuído a outras pessoas que não sejam o Falante. O exemplo (4), abaixo, atesta essa distinção:

(4) Jenny acredita *que sua mãe iria visitá-la*¹⁰.

Em (4), o complemento do verbo *acreditar* constitui um Conteúdo Proposicional, que se manifesta na forma de uma oração finita [(*que*) *sua mãe iria visitá-la*]. Nesse caso, o Conteúdo Proposicional da oração encaixada é inferido com base no conhecimento que *Jenny* tem sobre os hábitos de sua mãe (o fato de, por exemplo, sua mãe sempre visitá-la no final do ano). Por outro lado, o exemplo (5), a seguir, caracteriza-se como um Conteúdo Comunicado em termos de sua natureza reportativa: o falante reporta, em seu próprio Ato Discursivo, um Conteúdo Comunicado obtido de uma fonte externa a ele:

(5) De acordo com John, *a mãe de Jenny irá visitá-la*¹¹.

O Conteúdo Proposicional podem conter *Episódios* (ep). Tais unidades consistem de um ou mais Estados-de-Coisas tematicamente coerentes, que possuem unidade ou continuidade de Tempo (t), Lugar (l) e Indivíduos (x). Os *Estados-de-Coisas* (e), por sua vez, são entidades que dizem respeito a eventos e estados que podem ser localizados em tempo relativo e podem ser avaliados em termos de sua realidade. A diferença entre Episódios e Estado-de-Coisas consiste no fato de que o Episódio caracteriza-se por modificadores de tempo absoluto (como *yesterday/ontem, today/hoje, tomorrow/amanhã* etc.), e a categoria Estado-de-Coisas (estados, eventos) relaciona-se a modificadores de tempo relativo (como *after lunch/depois do almoço, in two hours/em*

¹⁰ Jenny believed that her mother would visit her (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 144).

¹¹ According to John... (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 145).

duas horas, moday/segunda-feira etc.), tal como podemos verificar no exemplo (6) a seguir:

(6) *Ontem* Sheila saiu *antes* do jantar¹².

O modificador de tempo absoluto *ontem* situa temporalmente tanto o Estado-de-Coisas *Sheila saiu* quanto o Estado-de-Coisas *jantar*, formando, assim, um único Episódio. Nesse contexto, o modificador *antes*, por outro lado, especifica a relação temporal relativa entre os dois Estados-de-Coisas: *sair* e *jantar*.

O *Indivíduo* (x) designa entidades concretas. Tais entidades, por sua vez, ocupam um lugar no espaço, de tal modo que dois Indivíduos não podem ocupar o mesmo lugar. As *Propriedades* (f) são categorias semânticas que não têm existência independente, podendo ser avaliadas apenas em termos de sua aplicabilidade. Assumem um papel fundamental no Nível Representacional, pois podem ocorrer nas representações semânticas de todas as unidades desse nível. Ressaltamos que podem ser de dois tipos: *Propriedades Lexicais* e *Propriedades Configuracionais*. A seguir, apresentamos um exemplo dado por Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 216) que ilustra o primeiro tipo de Propriedades, as Lexicais:

(7) Uma casa *antiga* (f₁) e uma *moderna* (f₂)¹³.

As *Propriedades Configuracionais*, por seu turno, correspondem ao inventário de esquemas de predicação relevantes em uma língua e que são igualmente relevantes na construção de representações semânticas. A aplicação de uma Propriedade Configuracional pode ser observada na representação semântica do exemplo (8), a seguir, em que é possível verificar como uma entidade de primeira ordem e uma de zero ordem podem entrar na construção de uma predicação:

(8) Sheila (x) está doente (f)¹⁴.

O Estado-de-Coisas pode, ainda, ser caracterizado em termos de Propriedades

¹² Sheila went out before dinner (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171).

¹³ Una casa antigua y una moderna (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171).

¹⁴ Sheila (x) is ill (f) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 181).

Configuracionais *Aspectuais*. Tais operadores podem codificar as fases envolvidas no desenvolvimento de um Estado-de-Coisas (aspecto progressivo, resultativo etc.) e a (in)completude do desenvolvimento de um Estado-de-Coisas (oposição Perfectivo e Imperfectivo). Os *Lugares* (l), tal como os Indivíduos (x), são entidades concretas, tangíveis. Tanto substantivos como advérbios e até orações podem indicar lugares, tais como: “I live *in this home*/Moro *nesta casa*”, It is very cold *here*/Aqui é muito frio”, “I like *where you hung that picture*/Gosto do *local onde você pendurou este quadro*”.

A categoria semântica *Tempo* (t) diz respeito aos diversos tipos de expressões de tempo: às ligadas ao momento da fala (como *today/hoje, next year/no próximo ano*), às que estabelecem pontos relativos na linha do tempo (como *before friday/antes de sexta-feira*), às que se relacionam a um calendário socialmente estabelecido (como *Wednesday Carnival/Quarta-feira de Carnaval, Christmas day/dia de Natal*), às que identificam um ponto na linha do tempo (como *moment/momento, at 2 o'clock/às 14 horas*) e às que indicam um período na linha do tempo (como *period/período, april/abril*) (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 257). A categoria semântica *Modo* (m) está relacionada a expressões linguísticas que designam a maneira como um Estado-de-Coisas acontece (como *Mary dance beautifully/Maria dança lindamente*).

A categoria semântica *Quantidade* (q) designa quantias de fenômenos incontáveis e números de fenômenos contáveis (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 268) (como em *Mary eats a large amount of cheese/Maria comeu uma grande quantidade de queijo*). Por último, a categoria semântica *Razão* (r) específica, de acordo com Hengeveld; Mackenzie (2008, p.272), um tipo especial de Conteúdo Proposicional que representa os pensamentos que orientam ou conduzem um agente humano a agir de uma determinada maneira. Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 272), o item *why* do Inglês exemplifica a existência dessa categoria.

Tal como discutimos anteriormente, os níveis Interpessoal e Representacional estão relacionados com a operação de Formulação, pois traduzem, respectivamente, representações pragmáticas e semânticas relevantes nas línguas em estruturas subjacentes às formas linguísticas. Os Níveis Morfossintático e Fonológico estão, por sua vez, relacionados com a operação de Codificação, a qual é responsável por codificar as distinções interpessoais e representacionais nas línguas em formas linguísticas. A seguir, discutimos alguns pontos pertinentes sobre o Nível Morfossintático, mais especificamente aqueles aspectos relevantes para os objetivos do presente trabalho. Em relação ao Nível Fonológico, este não será tratado, posto que as distinções feitas neste

nível de análise não estão no escopo deste estudo da expressão da evidencialidade no Português.

2.2.4 Nível Morfossintático

O Nível Morfossintático está relacionado à operação de Codificação. Por meio dessa operação, o Nível Morfossintático, que apresenta suas próprias unidades de análise, é responsável por receber informações pragmáticas e semânticas relevantes, respectivamente, disponíveis nos níveis Interpessoal e Representacional, e organizá-las em uma única representação estrutural, que será, em seguida, convertida em uma estrutura fonológica no Nível Fonológico. Como podemos observar, o Nível Morfossintático é “alimentado” pelos níveis Interpessoal e Representacional, funcionando como *input* para o Nível Fonológico, que, por seu turno, fornece *input* ao Componente de Saída (*output*), onde acontece a articulação.

Face a essa relação entre os níveis Interpessoal e Representacional e o Nível Morfossintático, muito do que ocorre no Nível Morfossintático é motivado, sendo governado por três princípios básicos: (i) Iconicidade; (ii) Integridade do Domínio; (iii) Estabilidade Funcional.

A Iconicidade relaciona-se aos níveis mais altos, como a ordenação dos Estados-de-Coisas, que estão ligados à experiência física e mental dos indivíduos. A Integridade refere-se à preferência por unidades que, juntas nos dois primeiros níveis, podem ser justapostas umas às outras no Nível Morfossintático. Por último, a Estabilidade Funcional diz respeito ao fato de que os constituintes com a mesma especificação sejam colocados na mesma posição em relação às outras categorias (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p 284 - 286).

Com relação à representação estrutural do Nível Morfossintático, temos o seguinte esquema, apresentado na página adiante:

Figura 6: Organização do Nível Morfossintático na GDF

(Le1:		Expressão Linguística
(C11:		Oração
(Xp1 :		Sintagma
(Xw1:		Palavra
	(Xs1)	Raiz
	(Aff1)	Afixo
	(Xw1))	Palavra
	(Xp1))	Frase
(C11))		Oração
(Le1))		Expressão

Fonte: Adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 219).

No nível morfossintático, a unidade linguística é analisada em termos de sua composição sintática e morfológica, não havendo uma distinção rígida entre esses dois aspectos, uma vez que os princípios utilizados na formação de palavras são os mesmos para a formação de frases e orações. No Nível Morfossintático, a descrição linguística é feita com base nas seguintes unidades hierarquicamente ordenadas: Expressão Linguística (Le), Oração (Cl)¹⁵, Sintagma (Xp) e Palavra (Xw). Ainda, conforme Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 291 - 292), podemos distinguir, dentro de cada Palavra, Morfemas (Xs) e Afixos (Aff).

Uma *Expressão Linguística* (Le) é definida como qualquer conjunto de, pelo menos, uma unidade morfossintática, podendo ser composta por Orações, Sintagmas e Palavras. Ao introduzir a Expressão Linguística como a categoria hierarquicamente mais alta no Nível Morfossintático, a GDF cria a possibilidade de lidar com expressões linguísticas não apenas oracionais, mas também não oracionais, sem um núcleo verbal.

Esclarecemos, ainda, que as unidades que compõem a Expressão Linguística podem apresentar uma relação de dependência ou não, tais como: dependência mútua entre orações e sintagmas (relação de equiordenação), dependência de uma unidade apenas (relação de cossubordinação - entre orações - e relação de extraoracionalidade - entre sintagmas), não dependência (relação de coordenação - entre orações - e relação de enumeração - entre palavras).

A *Oração* (Cl) é considerada pelos autores como uma categoria universal no que diz respeito à estrutura morfossintática. É definida como um agrupamento de um ou

¹⁵ Ou Cláusula (*Clause*).

mais Sintagmas, e possivelmente Palavras, caracterizado por um padrão para a ordenação dos Sintagmas (ordenação Sujeito-Verbo-Objeto, ou Sujeito-Objeto-Verbo, ou Verbo-Sujeito-Objeto, por exemplo) e por expressões morfológicas de conexão (como concordância e regência, por exemplo).

O *Sintagma* (Xp) se caracteriza por ter um núcleo (item lexical) que é transmitido a partir do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional ao Nível Morfossintático. Entre os tipos de Sintagmas, os autores destacam: o Sintagma Verbal (Vp), o Sintagma Nominal (Np), o Sintagma Adjetival (Ap), o Sintagma Adverbial (Advp) e o Sintagma Adposicional (Adp). Ainda de acordo com os autores, não há uma correspondência biunívoca necessária entre os tipos de Sintagmas e as classes de lexemas correspondentes em uma dada língua. É possível que uma língua tenha uma classe de lexemas altamente flexível, podendo ter uma variedade de tipos de Sintagmas.

A *Palavra* (Xw) pode ter uma estrutura morfossintática altamente complexa, especialmente em línguas polissintéticas. Pode ser composta por Morfemas (Xm), como também pode, exatamente como qualquer outra camada de análise morfossintática, encaixar camadas superiores, como Sintagmas e Orações.

Ressaltamos, ainda, que o “mapeamento” entre as unidades do Nível Interpessoal e do Nível Representacional no Nível Morfossintático se dá com base em três tipos de *Alinhamento*: (i) *alinhamento interpessoal*: a organização morfossintática reflete a organização do Nível Interpessoal, em termos das funções pragmáticas (Tópico, Foco etc.) e das propriedades referenciais das unidades linguísticas (definitude, especificidade etc.); (ii) *alinhamento representacional*: a organização morfossintática reflete a organização do Nível Representacional, no que diz respeito às funções semânticas (Ator, Beneficiário etc.) e à designação delas (animacidade, pessoa etc.); (iii) *alinhamento morfossintático*: a organização morfossintática tem sua própria estruturação em termos das funções sintáticas (Sujeito, Objeto) e da complexidade dos constituintes (Palavras, Sintagmas, Orações), não sendo um “espelho fiel” da organização do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 317).

Um caso que ilustra bem o alinhamento morfossintático é a ordenação dos constituintes na oração. Na GDF, podemos reconhecer, pelo menos, três posições: a inicial (p^I), a medial (p^M) e a final (p^F). Tais posições podem refletir a complexidade estrutural de uma oração. É o que ocorre, por exemplo, com as orações subordinadas, em que a oração dependente aparece, geralmente, na posição final da construção, em

razão de sua complexidade estrutural. O exemplo (9), a seguir, demonstra isso:

(9) É uma pena *que ele tenha ido embora*¹⁶.

Lembramos que, como o Nível Morfossintático pode refletir unidades dos níveis Interpessoal e Representacional, as orações subordinadas são classificadas, no Nível Morfossintático, em termos das camadas interpessoais ou representacionais. Assim, uma oração subordinada pode corresponder a Moves, Atos Discursivos, Conteúdos Comunicados (Nível Interpessoal) ou a Conteúdos Proposicionais, a Episódios, a Estado-de-Coisas (Nível Representacional).

No que diz respeito às relações internas da oração, a marcação de pessoa, por exemplo, pode ser feita, segundo os autores, por meio de referência cruzada (quando a marcação de pessoa no verbo é suficiente) e de concordância (quando a marcação de pessoa é expressa por uma unidade livre, lexical ou pronominal).

A seguir, apresentamos uma síntese conclusiva que resume os aspectos mais importantes abordados neste capítulo.

2.3 Síntese conclusiva

Neste capítulo, apresentamos os principais pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Funcional de Simon Dik (GF - 1989, 1997) e da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld; Mackenzie (GDF - 2008). De modo geral, sob tais perspectivas funcionalistas, a análise linguística é orientada para a correlação entre estrutura linguística e aspectos cognitivo-discursivos.

Mostramos que, embora tais propostas compartilhem alguns aspectos teóricos importantes, a GF e a GDF são modelos de gramática independentes. Podemos afirmar que a GDF representa um avanço significativo em relação à GF, uma vez que considera o discurso na gramática da língua, englobando, na análise, tanto as unidades menores quanto as unidades maiores que a oração.

Frisamos, também, que a GDF, por ser um modelo tipológico-funcional, procura desenvolver uma análise linguística baseada em um quadro mais amplo de interação verbal. Isso fica evidente na correlação que os autores fazem entre o Componente

¹⁶ It is a pity that he has left (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 331).

Gramatical e os componentes Conceitual (cognitivo) e Contextual.

Vimos que esse modelo não propõe apenas adicionar a suas reflexões sobre a linguagem aspectos relativos à situação de comunicação. Como esclarece Neves (2012, p. 69), não se trata, apenas, de banalmente conferir relevância ao contexto comunicativo, e com isso, marcar a ligação do enunciado com os enunciadores. Na verdade, a GDF, ao propor um modelo *top-down* de organização dos enunciados, conferindo ao Componente Conceitual uma especial relevância (“força motriz que está por trás do Componente Gramatical como um todo” (p. 5)), revela que o Ato Discursivo nasce motivado por esse componente, ou seja, deve sua origem ao componente cognitivo-perceptual.

Na exposição, verificamos, também, que o Componente Gramatical organiza-se em quatro níveis interdependentes (cada qual estruturado em suas próprias camadas de representação), a saber: o Nível Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico.

O Nível Interpessoal diz respeito aos aspectos formais de uma unidade linguística que reflete as intenções comunicativas do Falante. A camada mais alta desse nível é o *Move*, definido como uma “unidade livre de discurso”. O Nível Representacional está relacionado às categorias semânticas que as unidades linguísticas designam. A camada mais alta desse nível é o *Conteúdo Proposicional*, que corresponde a conhecimentos e crenças do Falante, podendo ser avaliado em termos de seu valor de verdade. O Nível Morfossintático recebe, por sua vez, *input* dos níveis Interpessoal e Representacional, fazendo emergir, em sua estrutura, tais representações pragmáticas e semânticas. O Nível fonológico, finalmente, é responsável por converter a estrutura morfossintática em estrutura fonológica, a qual será articulada no Componente de Saída.

No capítulo seguinte, tratamos da evidencialidade, abordando-a sob uma perspectiva mais ampla: como um domínio conceptual-funcional. Além de discutirmos questões sobre o estatuto linguístico da evidencialidade e seus critérios de delimitação, apresentamos, também, estudos desenvolvidos sobre a evidencialidade em várias línguas, bem como em língua portuguesa. Nesse capítulo, resenhamos, também, a tipologia da GDF para o estudo da evidencialidade.

Frisamos, no entanto, que tal condução textual não reflete, obviamente, uma hierarquização dos conteúdos apresentados nesta Tese: na verdade, representa apenas uma tentativa de distribuir as informações neste trabalho de modo mais didático,

partindo de uma visão mais geral dos pressupostos teórico-metodológicos que norteiam esta investigação para, em fim, discutir o objeto de estudo o qual visamos descrever e analisar: a evidencialidade em língua portuguesa.

CAPÍTULO 3

A EVIDENCIALIDADE

“Every language has some way of making reference to the source of information” (AIKHENVALD, 2004, p. 10).

Conversamos diariamente sobre o que presenciamos, ouvimos e percebemos. Tais ações com a linguagem são comuns em nossa vida. No entanto, a maior parte das pessoas não se dá conta de como essas práticas são complexas do ponto de vista cognitivo e discursivo. Na verdade, enunciados do tipo *Vi João jogando futebol*, *Ouçô João jogar futebol*, *Parece que João jogou futebol*, *Maria disse-me que João jogou futebol*, *Disseram-nos que João jogou futebol* revelam a fonte da informação que está por trás do conteúdo veiculado na proposição, demonstrando, conseqüentemente, o modo como essa informação foi obtida.

Ao manifestar essas marcas de indicação da fonte do conhecimento, o falante está recorrendo ao que, na Linguística, denomina-se *evidencialidade*. Esse termo é definido como um domínio funcional responsável pela origem da informação, permitindo a explicitação não apenas da fonte do conteúdo informado e do modo de obtenção desse conteúdo, mas também do grau de comprometimento do falante em relação a tal informação.

A evidencialidade é um dos fenômenos linguísticos mais estudados do ponto de vista tipológico, o que leva a maior parte dos pesquisadores afirmar que a “fonte da informação”, ou “fonte de evidências”, ou “fonte de justificativas” constitui um domínio cognitivo universal, manifestado, nas línguas naturais, por meio de itens gramaticais ou lexicais.

O termo *evidencialidade* tornou-se usual na Linguística em 1957, com a publicação do trabalho *Shifters, verbal categories, and the Russian verb*, de Jakobson. Esse autor foi, segundo Aikhenvald (2004), o primeiro a estabelecer uma distinção entre modo e evidencialidade como categorias independentes. Na década de 1980, ganhou atenção especial dos linguistas quando se tornou assunto de uma conferência realizada em Berkeley (EUA), em 1981. Os trabalhos apresentados nesta ocasião foram, então,

reunidos e publicados por Chafe; Nichols (1986) sob o título *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Depois disso, outros eventos sobre esse tema ocorreram, como, por exemplo, o Colóquio Internacional de Pragmática, em 1998, em que várias discussões intituladas *Débat's sur l'Evidentialité* foram realizadas sob a coordenação de Patrick Dendale e Liliane Tasmowski.

No presente capítulo, objetivamos definir a evidencialidade enquanto domínio funcional, buscando apresentar argumentos que sustentem o ponto de vista segundo o qual a evidencialidade é um fenômeno que marca, além da origem da informação, o nível de comprometimento do falante em relação ao conteúdo apresentado na proposição. Visamos, também, a demonstrar que, embora em língua portuguesa a evidencialidade se manifeste primordialmente por itens lexicais ou itens em estágios mais iniciais de gramaticalização, ela pode ser descrita em termos das tipologias evidenciais gramaticalizadas, constituindo importante estratégia textual-discursiva na construção do texto/discurso.

Este capítulo se organiza em quatro seções, em que apresentamos, na sequência, os seguintes subtemas: na seção 3.1, discutimos o estatuto linguístico da evidencialidade. Na seção 3.2, resenhamos as principais tipologias que contribuem para a descrição da evidencialidade em diferentes línguas. Na seção 3.3, apresentamos a proposta da Gramática Discursivo-Funcional para o estudo tipológico da evidencialidade. Na seção 3.4, relatamos os principais estudos sobre a evidencialidade em língua portuguesa. E, finalmente, na seção 3.5, apresentamos a síntese conclusiva do capítulo.

3.1 Estatuto linguístico da evidencialidade

A evidencialidade é geralmente concebida como uma categoria¹⁷ que diz

¹⁷ Segundo Mattoso Câmara Jr. (1978), o termo *categoria* refere-se aos aspectos do mundo biossocial que são levados em conta na organização gramatical das línguas e são expressos por morfemas que multiplicam as possibilidades de uso de uma palavra. Assim, essa definição restringe a aplicação do termo *categoria* aos morfemas flexionais, tais como: gênero, número, pessoa, tempo, modo, voz etc. Há, ainda, de acordo com Dubois (1978), outras aplicações para o termo *categoria*: (i) categoria como classe, ou seja, como um conjunto de membros que figuram nos mesmos ambientes sintáticos e mantêm entre si relações particulares (aplicação apreendida por Câmara Jr.); (ii) categoria como papel/função sintática que os constituintes podem assumir na cadeia sintagmática. Evidentemente, nenhuma dessas definições se aplica, inequivocamente, à evidencialidade em língua portuguesa (LP). Cumpre esclarecer, portanto, que o termo *categoria* com relação à evidencialidade em LP neste trabalho é utilizado em sentido amplo, como um conjunto de meios (lexicais, gramaticais ou em processo de gramaticalização) que se prestam à função de indicação da fonte da informação ou do modo de obtenção de uma informação. Nessa acepção,

respeito à “fonte da informação”, “fonte de evidências” ou “fonte de justificativas” (BYBEE, 1985a; ANDERSON, 1986; CRYSTAL, 1991; AIKHENVALD, 2004). No entanto, há quem considere a evidencialidade como elemento que se refere a noções de “probabilidade” e “graus de certeza” (MITHUN, 1986; MAYER, 1990), além de “fonte de justificativa” ou “fonte da informação”. Chafe (1986) inclui, no âmbito do rótulo “evidencialidade”, não apenas as “evidências”¹⁸ em sentido estrito, mas um vasto “leque de considerações epistemológicas” (BOYER; HARDER, 2009, p. 11).

Na verdade, a definição dos limites conceituais da evidencialidade está longe de ser consensual, bem como sua relação com a categoria modalidade epistêmica. De acordo com Boye; Harder (2009), essas concepções destoam em virtude da polêmica sobre o estatuto ontológico da evidencialidade como um fenômeno linguístico. No artigo *Evidentiality: Linguistic categories and grammaticalization* (2009), esses autores esclarecem que há, pelo menos, três posições a respeito desse estatuto ontológico da evidencialidade, as quais resenhamos, brevemente, a seguir.

A posição mais restritiva é a que diz respeito à evidencialidade como um fenômeno puramente gramatical (BYBEE, 1985a; MITHUN, 1986; AIKHENVALD, 2004). Essa perspectiva destaca que as “evidências” são marcas linguísticas codificadas gramaticalmente (oposição ao estatuto lexical). O maior defensor dessa concepção, segundo Boye; Harder (2009), é Anderson (1986), que define a evidencialidade como uma categoria que se manifesta por elementos que “expressam os tipos de evidência que uma pessoa possui, ao fazer uma declaração factual” (cf. ANDERSON, 1986, p. 273).

A partir dessa concepção de evidencialidade, Anderson (1986, p.274-275) propõe os seguintes critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos para a identificação de subsistemas evidenciais nas línguas naturais: (i) as expressões evidenciais mostram o tipo de justificativa que o falante tem para fazer uma assunção factual (evidência direta, inferida, visual, auditiva etc); (ii) não integram a parte principal da cláusula, são apenas uma especificação de asserção (comentário); (iii) têm como significado primeiro a indicação de evidência, não funcionando apenas como uma inferência pragmática; (iv) morfologicamente, podem apresentar-se como afixos, clíticos ou elementos sintáticos livres; (v) não são usados em assunções *irrealis* ou em pressuposições, mas em cláusulas *realis*; (vi) quando o falante observa diretamente o fato, os evidenciais são

termo *categoria* aproxima-se da noção de *domínio funcional*, entendido como escopo/área de atuação de uma dada função em uma dada língua (GIVÓN, 1984).

¹⁸ Entendemos por evidências os tipos de “provas” que o falante tem para justificar um dado conteúdo.

raramente usados, apenas em sentido enfático; (vii) não são usados quando o falante é um participante do evento relatado.

Aikhenvald (2003, *apud* BOYE; HARDER 2009, p. 12) contesta, especificamente, o quarto critério de Anderson. Segundo essa autora, enquanto os pontos (i), (ii) e (iii) podem ser considerados como características essenciais da evidencialidade, o ponto (iv), por outro lado, que diz respeito à superfície de codificação da categoria nas línguas, não deveria estar entre as propriedades da evidencialidade: por um único motivo, esse critério não se aplica a sistemas linguísticos cuja distinção entre categorias flexionais e derivacionais não é precisa.

Ressaltamos, no entanto, que Boye; Harder (2009) deixam claro que a crítica de Aikhenvald está relacionada apenas à estreita especificação dos tipos de estatuto gramatical de Anderson. Assim, tal como Anderson (1986), Bybee (1985a), Mithun (1986) e também De Haan (1997), Aikhenvald considera a “propriedade evidencialidade” um fenômeno gramatical, embora reconheça que a evidencialidade pode manifestar-se por elementos não gramaticais (BOYE; HARDER, 2009, p. 12). Línguas como o inglês, em que a expressão da fonte da informação se dá por meio de mecanismos lexicais, possuem, portanto, “estratégias evidenciais”, e não uma categoria (ou sistema) evidencial gramatical:

Categorias e formas que adquirem significados secundários de alguma forma relacionados com a fonte da informação são chamadas estratégias evidenciais. Elas são distintas da evidencialidade propriamente dita, cujo primário e - não raramente único - significado é a fonte da informação (AIKHENVALD, 2004, p. 105)¹⁹.

Dessa forma, diferentemente do que acontece com as línguas com expressão evidencial gramatical, em que o falante deve, obrigatoriamente, preencher seu enunciado com uma marca evidencial, podendo escolher apenas entre os diferentes evidenciais disponíveis no sistema (LAZARD, 2001), a expressão lexical, por ser opcional, contém nuances semânticas que os paradigmas gramaticais não apresentam, sendo a fonte da informação indicada apenas quando o falante julga haver uma boa razão para seu uso:

Toda língua tem alguma forma de fazer referência à fonte da informação; mas nem todas as línguas têm evidencialidade gramatical. Apresentar meios lexicais para a especificação opcional da fonte do conhecimento é

¹⁹ Categories and forms which acquire secondary meanings somehow related with information source are called evidentiality strategies. They are distinct from evidentials proper, whose primary—and not infrequently exclusive—meaning is information source (AIKHENVALD 2004, p. 105).

provavelmente universal - cf. Inglês: *acho que, ele diz que, eu ouvi que* etc., como verbos lexicais [...]. Estas expressões não são obrigatórias e não constituem uma categoria gramatical [...]. Expressões lexicais podem, é claro, prever fontes históricas para sistemas evidenciais [...]. Evidencialidade gramatical não é um fenômeno muito frequente; é encontrada em apenas 25 por cento das línguas do mundo (AIKHENVALD, 2004, p. 10-17)²⁰.

A segunda posição é a que diz respeito à evidencialidade como um fenômeno semântico, definida em termos do que representa/descreve na codificação, não na gramática. Essa posição envolve uma concepção mais abrangente de evidencialidade em relação à primeira posição anteriormente mencionada. Autores como Chafe (1986) e Crystal (1991) são defensores dessa perspectiva. Para esses pesquisadores, a evidencialidade é considerada não apenas uma categoria de manifestação das “evidências” em si mesma, que o falante aciona na justificativa de uma asserção factual, mas como uma construção epistemológica ligada ao comprometimento do falante com a verdade da proposição (BOYE; HARDER, 2009, p. 13).

A terceira posição considera a evidencialidade sem restrição à codificação gramatical ou lexical. Afirma ser a natureza da evidencialidade um fenômeno cognitivo, comunicativo-funcional ou pragmático. Essa posição pode ser considerada como envolvendo uma concepção ainda mais ampla do que ambas as posições mencionadas anteriormente, na medida em que a evidencialidade pode manifestar-se por meio de significados lexicais e/ou gramaticais. Essa perspectiva compreende a evidencialidade como um domínio conceptual-funcional, conforme salientado por Ifantidou:

[...] Evidências são geralmente tratadas como uma categoria semântica, codificando linguisticamente informações sobre a origem e a confiabilidade das informações que são oferecidas. [...] Elas quase nunca têm sido apontadas como a fonte do conhecimento ou o grau de certeza que o falante pode inferir pragmaticamente (IFANTIDOU, 2001, p. 8-15, *apud* KASPER BOYE & PETER HARDER 2009, p.13)²¹.

Como podemos observar, enquanto a primeira posição delimita a evidencialidade como um fenômeno estritamente gramatical, a segunda coloca a

²⁰ Every language has some way of making reference to the source of information; but not every language has grammatical evidentiality. Having lexical means for optional specification of the source of knowledge is probably universal — cf. English *I guess, they say, I hear that* etc. as well as lexical verbs [...]. These expressions are not obligatory and do not constitute a grammatical category [...]. Lexical expressions may, of course, provide historical sources for evidential systems. Grammatical evidentiality is not a terribly frequent phenomenon; it is only found in about 25 per cent of the world's languages (AIKHENVALD 2004, p. 10).

²¹ [...] evidentials are generally treated as a semantic category, linguistically encoding information about the source and reliability of the information being offered. [...] It has hardly ever been pointed out that the source of knowledge or the speaker's degree of certainty can be pragmatically inferred (Ifantidou 2001: 8 and 15).

evidencialidade como uma categoria semântica, codificada linguisticamente por construções, itens lexicais. A terceira posição, por outro lado, que diz ser a evidencialidade um fenômeno cognitivo-pragmático, não implica, necessariamente, a escolha de uma definição de evidencialidade como uma categoria que pode ser codificada lexical ou gramaticalmente. Na verdade, essa terceira posição extrapola, como esclarece Casseb-Galvão (2011a, p. 53), “a distinção lexical *versus* gramatical, semântico *versus* pragmático e informação primária *versus* informação secundária”²², ou seja, essa perspectiva remete a uma noção de evidencialidade como um fenômeno básico inerente às línguas naturais (CASSEB-GALVÃO, 2001), no sentido de que todas as línguas apresentam formas de manifestação ou referência à fonte da informação (LAZARD, 2001).

Considerando esse quadro geral no qual a evidencialidade é interpretada, esclarecemos, portanto, que a terceira perspectiva é mais adequada para o estudo da evidencialidade neste trabalho, pelo menos, por duas razões²³:

i) Os objetivos e o tipo de pesquisa: diferentemente de pesquisas tipológicas como as de ANDERSON (1986) e AIKHENVALD (2004), que lidam com um grande número de línguas, precisando operar com uma concepção mais restrita de evidencialidade como um meio gramatical atualizado por morfemas cuja função primária é a expressão da fonte da informação, este estudo, como já anunciamos, pretende analisar a evidencialidade com relação ao seu potencial pragmático em contextos dos gêneros textuais, descrevendo suas formas de manifestação em língua portuguesa. Assim, uma acepção mais ampla de evidencialidade como domínio conceptual-funcional é a mais adequada, uma vez que relativiza as dicotomias lexical *versus* gramatical, semântico *versus* pragmático e informação primária *versus* secundária. Não julgamos que tais distinções sejam irrelevantes do ponto de vista da descrição, mas fazemos tal opção porque um domínio conceptual-funcional constitui um fenômeno relacionado não apenas ao seu potencial morfossintático, mas, principalmente, ao seu potencial cognitivo (valores conceptuais que revela)²⁴ e

²² Na seção 3.2 a seguir, discutimos com mais profundidade os argumentos apresentados por Boye; Harder (2009) que justificam essa afirmação de Casseb-Galvão (2011a).

²³ Conforme Dendale; Van Bogaert (2012). Neste artigo, os autores fazem uma reflexão crítica sobre os critérios de definição e os problemas de identificação da evidencialidade no francês, cuja expressão evidencial é primordialmente lexical. Para esses autores, não há boa ou má definição de evidencialidade. Há, na verdade, várias definições, mais ou menos amplas ou restritas, e a escolha por uma definição deve ser colocada em relação aos objetivos, ao tipo de pesquisa e ao paradigma linguístico adotado.

²⁴ Concordamos com Boye, Harder (2009) quando afirmam que a relação entre língua (sistema) e discurso (uso) é dinâmica e que o que pertence hoje ao discurso pode mais tarde fazer parte do sistema. Eles

funcional (significados, efeitos de sentido e estratégias pragmáticas que atualiza na língua);

ii) *O paradigma linguístico adotado na pesquisa*: os modelos funcionalistas adotados neste estudo sustentam postulados teórico-metodológicos que reafirmam o caráter complexo, multifuncional e não discreto das expressões linguísticas: a GDF, por exemplo, considera a evidencialidade como um domínio que se distingue não apenas em relação ao seu estatuto categorial (lexical, gramatical, semântico ou pragmático), mas, também, por sua funcionalidade na língua, atentando para seu dinamismo e a interação que estabelece com os diferentes níveis de organização linguística (CASSEB-GALVÃO, 2011a, p. 54).

Tendo em vista, portanto, esses aspectos (tipo de pesquisa, paradigma teórico-metodológico) e, principalmente, o objetivo geral do presente estudo, que é descrever e analisar a expressão da evidencialidade no português do século XX no contexto de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do instruir), definimos a evidencialidade como um domínio conceptual-funcional que pode manifestar-se nas línguas naturais por meio de itens lexicais, gramaticais ou em processo de gramaticalização. Do ponto de vista de sua funcionalidade, a evidencialidade indica a fonte da informação, manifestando o modo como essa informação foi adquirida.

Além disso, ressaltamos que a evidencialidade apresenta um caráter “perlocutório”, relacionado aos efeitos causados sobre o ouvinte, ou seja, ao modo como o ouvinte interpreta a mensagem do falante, mediante as “pistas” fornecidas pelo falante na interação verbal. Nuyts (1993, 2001) esclarece que o falante, ao utilizar uma expressão evidencial, assim o faz porque deseja realizar certo “ato comunicativo”. Para Dik (1997), inspirado na noção de Austin, a linguagem se realiza por meio de atos de fala, compreendidos como instruções do falante para que o ouvinte realize certas ações mentais, no sentido de interpretar satisfatoriamente o enunciado do falante.

Considerando, portanto, a linguagem como uma forma de ação sobre o outro, assumimos que a evidencialidade constitui uma instância pragmática reveladora de efeitos de envolvimento/distanciamento do falante com o conteúdo descrito na proposição. Embora essa não seja a função precípua da evidencialidade, mas da modalidade, estratégias evidenciais podem manifestar graus de comprometimento, ou

concluem com isso que não se pode recusar o estatuto de “marca evidencial” aos morfemas lexicais, já que esses itens exprimem o mesmo conteúdo conceptual designado pelos morfemas gramaticais.

seja, podem fornecer “pistas” ao ouvinte para que este interprete o enunciado do falante, sendo essa interpretação realizada com base na qualidade da fonte expressa que manifesta diferentes graus ou valores de comprometimento do falante com o conteúdo enunciado. Em outras palavras, ao assinalar o modo de obtenção de uma informação e a fonte da informação responsável pelo conteúdo proposicional, o falante permite que o ouvinte avalie, por si mesmo, a confiabilidade dessa informação, bem como o grau de envolvimento/distanciamento do falante com relação à proposição²⁵. Essa função pragmática da evidencialidade como estratégia que revela graus de comprometimento do falante com o conteúdo de seus enunciados é, como veremos a seguir, uma das razões que leva muitos pesquisadores a considerar a fonte da informação como um subtipo de modalidade epistêmica, perspectiva que este trabalho questiona.

Podemos encontrar diferentes pontos de vista sobre a relação entre os conceitos de evidencialidade e de modalidade epistêmica. Boye; Harder (2009) sistematizam esses posicionamentos, classificando-os da seguinte forma. O primeiro é o de *inclusão*, que, na maioria das vezes, coloca a evidencialidade no domínio da modalidade epistêmica. O segundo é o de *disjunção*, que considera a evidencialidade e a modalidade epistêmica como categorias linguísticas distintas. O terceiro é o de *intersecção* ou *sobreposição*, segundo o qual há uma interseção entre os domínios semânticos da modalidade epistêmica e da evidencialidade. E o quarto é o defendido por De Hann (1997), que afirma ser a evidencialidade uma categoria “neutra” em relação à modalidade epistêmica, codificando apenas a fonte da informação.

A posição de inclusão da evidencialidade dentro do escopo da modalidade epistêmica (proposta defendida por autores como Palmer (1986), Hengeveld (1988; 1989); Dik (1989), Bybee *et al* (1994) entre outros) decorre do fato de as diferentes fontes da informação poderem indicar, indiretamente, a atitude do falante no que diz respeito à informação. Tal consideração, no entanto, não é consensual; ao contrário, há pesquisadores, como Nuyts (2001), por exemplo, que defendem ser a evidencialidade uma propriedade constitutiva da modalidade epistêmica, uma vez que todo conhecimento procede de alguma fonte, que pode ser ou não o falante.

A segunda posição, a de disjunção, defendida, por exemplo, por Aikhenvald (2004), é, geralmente, justificada pela existência de línguas com sistemas evidenciais altamente gramaticalizados, cujas marcas não se confundem com as unidades

²⁵ Destacamos que apenas na consideração do contexto é que os graus de comprometimento podem ser avaliados.

epistêmicas. Contrariamente, a terceira posição diz respeito à intersecção entre os conceitos de evidencialidade e de modalidade epistêmica e, segundo esse ponto de vista, defendido por autores como Van der Auwera; Plungian (1997), os valores evidenciais são iguais aos valores epistêmicos, como esclarece Gonçalves (2003), ao dizer que há contextos em que se pode depreender uma relação de identidade entre a evidencialidade inferencial e a necessidade epistêmica²⁶.

A última posição, defendida por De Hann (1997), concebe os valores evidenciais como neutros em relação ao comprometimento do falante com a verdade da proposição. De acordo com essa perspectiva, os evidenciais mostram apenas o grau de evidência que o falante tem ao fazer uma afirmação, ficando a cargo do ouvinte a tarefa de interpretar o valor modal da afirmação. Nesse sentido, embora a evidencialidade e a modalidade epistêmica tenham certos elementos em comum, como o grau de envolvimento do falante com seu ato de fala, essa relação não diz respeito ao grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição. Assume-se, portanto, que a evidencialidade não tem qualquer impacto sobre a modalidade epistêmica, ou seja, sobre o valor de verdade de uma declaração.

As divergências resultantes desse terreno conflituoso da relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica decorrem de, pelo menos, dois fatores. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a maior parte das línguas, principalmente as ocidentais, não apresenta morfemas específicos tanto para a manifestação epistêmica quanto para a evidencial, como é o caso de línguas como o inglês, o francês, o espanhol, o italiano, o português. Ressaltamos, ainda, que grande parte dos estudos tipológicos sobre a evidencialidade gramatical (tais como: ANDERSON, 1986; WILLET, 1988; DE HANN, 1997; AIKHENVALD, 2004) mostra que esse tipo de codificação evidencial ocorre, principalmente, em línguas indígenas, que, por razões socioculturais, foram codificando em suas gramáticas “fontes históricas” de manifestação da fonte do conhecimento.

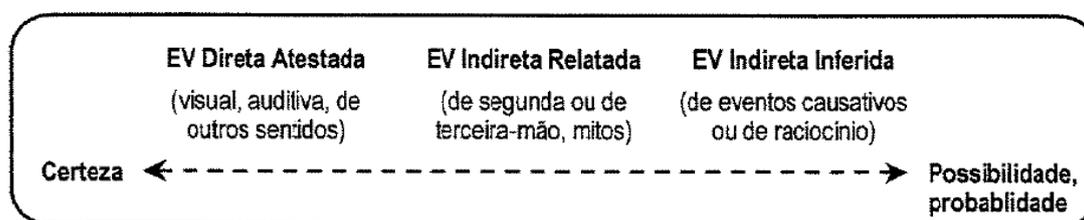
O segundo fator, relacionado de certo modo ao primeiro, refere-se, como já mencionamos, à função secundária da evidencialidade no que tange à manifestação do grau de comprometimento do falante com a verdade da informação. Há certos tipos de evidenciais no português, por exemplo, que manifestam não apenas a fonte de uma

²⁶ Segundo Gonçalves (2003, p. 83), há casos em que se pode inferir uma evidência observável e apresentá-la como uma necessidade epistêmica, tal como: “João deve (=provavelmente) estar em casa, porque as luzes estão acesas”.

informação ou modo como uma informação foi adquirida, mas também demonstram o grau de comprometimento do falante em relação ao conteúdo proposicional por ele expresso. O verbo *parecer*, por exemplo, na frase *Parece que o filme é bom*, indica não apenas uma inferência elaborada pelo falante – que pode ser baseada no conhecimento prévio que o falante tem do trabalho do diretor do filme ou em suas relações interpessoais com outras pessoas que viram o filme e lhe disseram que ele bom – mas também expressa, indiretamente, o grau de comprometimento do falante, que, possivelmente, não deseja se comprometer totalmente com a informação expressa, assumindo, assim, a proposição como possível ou provável (GONÇALVES, 2003).

Com efeito, a relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica ainda está longe de ser resolvida. Gonçalves (2003), inspirado na proposta de equacionamento de Willet (1988) para os tipos evidenciais²⁷, propõe um esquema de natureza escalar que reflete as escolhas do falante para assegurar o grau de confiabilidade de seus enunciados. A seguir, apresentamos o esquema elaborado por Gonçalves (2003):

Figura 7: Equacionamento entre modalidade epistêmica e evidencialidade



Fonte: GONÇALVES (2003, p. 89)

Assumindo uma concepção de “gramática emergente” (HOPPER, 1991), que reconhece o aparecimento de novas funções para formas já existentes na língua, Gonçalves esclarece que, no português brasileiro, vários verbos nocionais designam, além da fonte da informação, a relação que o falante mantém com a proposição contida em seu enunciado. O autor utiliza os seguintes exemplos para justificar essa assertiva:

(10) a. *Diz(em) que* o presidente tem uma amante.

²⁷ Na seção 3. 2, a seguir, apresentaremos a proposta tipológica de Willet (1988). Neste momento da exposição, basta dizer que a escala de “diretividade” de Willet para os tipos evidenciais consiste em um esquema que vai do mais direto para o menos direto, considerando o conhecimento pessoalmente adquirido como o [+ direto], o conhecimento obtido verbalmente de alguém como ocupando a posição intermediária da escala, e o conhecimento inferido como o [- direto].

- b. Eu *ouvi que* o presidente tem uma amante.
- c. Pelo que *vejo*, o presidente tem uma amante.
- d. Eu *sei que* o presidente tem uma amante.

(GONÇALVES, 2003, p. 88).

Segundo Gonçalves, esses exemplos demonstram que os verbos em destaque estariam revestidos de uma natureza mais gramatical, pois passaram a funcionar como operadores de qualificação proposicional (*o presidente tem uma amante*), resultante de um conhecimento adquirido nas relações interpessoais (10a, b), inferenciais e/ou textuais (10c) ou experienciais (10d), o que manifestaria um maior ou menor grau de adesão do falante à verdade expressa na proposição. Sendo assim, a questão que se levanta nesses usos, de acordo com Gonçalves (2003), é se eles revelam apenas o modo de obtenção de uma informação – valor evidencial – ou se marcariam também o (des)comprometimento do falante com a verdade da proposição – valor epistêmico. Segundo ele, não há como negar que

o conhecimento atestado diretamente seja para o falante motivação para um maior grau de certeza, ao passo que o conhecimento obtido por vias indiretas pode refletir algum grau de dúvida, embora esse processo passe sempre por instâncias decisórias de o falante deliberar a respeito de sua crença ou não” (GONÇALVES, 2003, p. 90).

Outro trabalho que trata dessa relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade é a pesquisa desenvolvida por Dall’Aglío-Hattner (1995). Essa autora, partindo da justificativa de Nuyts (1993), segundo a qual sem evidência não há a avaliação de um estado-de-coisas, defende que a evidencialidade constitui não apenas uma instância semântica superior, mas, também, necessária para a qualificação modal epistêmica (DALL’AGLIO-HATTNER, 1995, p. 157-158). A autora considera, ainda, que a evidencialidade e a modalidade epistêmica, embora se relacionem no uso efetivo da linguagem, constituem categorias conceitualmente independentes; aquela diz respeito à fonte da informação a partir da qual o falante obteve uma informação, e esta se relaciona ao julgamento epistêmico que o falante faz sobre o conteúdo de seus enunciados (DALL’AGLIO-HATTNER, 1995, p. 157).

Outra pesquisa que fortalece esse posicionamento que coloca a evidencialidade como uma categoria superior à modalidade epistêmica é o estudo realizado por Pezatti *et al* (2003). Considerando a organização hierárquica da oração em camadas (DIK, 1997), a pesquisa demonstra que a modalidade epistêmica, como constituinte de nível mais baixo, tende a ocupar posições mais próximas do núcleo predicador

(preferencialmente posição medial na oração) do que a evidencialidade, que, como constituinte de nível mais alto, ocupa preferencialmente posição inicial na oração, confirmando o caráter mais externo e, portanto, hierarquicamente superior da evidencialidade²⁸. Além disso, os autores observam que, no caso de coocorrência entre as duas categorias, a evidencialidade ocupa posição anterior à modalidade²⁹.

Levando em conta tais argumentos, assumimos, portanto, que a evidencialidade e a modalidade epistêmica constituem domínios conceitualmente independentes entre si (NUYTS, 1992, 1993, 2001): a evidencialidade diz respeito à fonte da informação ou ao modo de obtenção da informação, e a modalidade epistêmica, por sua vez, indica a atitude do falante em relação ao conteúdo por ele expresso (CASSEB-GALVÃO, 2001; DALL'AGLIO-HATTNER, 1995; LUCENA, 2008; CARIOCA, 2005; CARIOCA, 2009 etc.).

Ressaltamos, ainda, que, do ponto de vista cognitivo, consideramos que a evidencialidade determina o julgamento, haja vista a consideração de que, para se julgar, deve-se antes conhecer, “sob pena de se estar apenas especulando” (CASSEB-GALVÃO, 2001). Em outras palavras, defendemos que a evidencialidade não é apenas um componente conceitual-funcional básico às línguas naturais, mas, também, constitui um domínio hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, podendo, a depender do contexto de uso e dos objetivos comunicativos envolvidos na interação verbal, indicar o nível de comprometimento do falante com o conteúdo de seus enunciados.

Nuyts (1992, 1993, 2001) é um dos principais defensores dessa proposta. Segundo esse autor, a evidencialidade exerce a função adicional de *subjetividade*, distinguindo as modalidades objetiva e subjetiva: a distinção entre essas modalidades não se dá apenas pelo fato de, respectivamente, uma ser proveniente de resultados cientificamente verificáveis da ocorrência de um estado-de-coisas (modalidade objetiva) e a outra, de suposições puramente subjetivas do falante sobre a possibilidade de um

²⁸ As ocorrências analisadas pelos autores foram extraídas da base de textos da FCL – UNESP – Araraquara. A seguir, apresentamos, respectivamente, dois exemplos retirados da pesquisa que demonstram a posição preferencialmente inicial da evidencialidade na organização hierárquica da oração e a posição preferencialmente medial da modalidade: “*Aparentemente* não é necessário nenhuma habilidade especial para produzir imagens fotográficas, ao contrário do que acontece com a pintura, a gravura ou desenho”; “Como afirma o arqueólogo Robert C. Dunneil, [...] não há, *provavelmente*, tarefa menos compensadora [...] do que tentar sintetizar e explicar uma disciplina”.

²⁹ Os exemplos apresentados pelos autores são os seguintes: “*Acho* que FHC *deve* buscar uma solução para a crise”; “*Aparentemente*, *é possível* que FHC *busque* uma solução para a crise”; “*Parece* que, *provavelmente*, FHC *buscará* uma solução para a crise”; “**Provavelmente*, *parece* que FHC *buscará* uma solução para a crise”.

estado-de-coisas ocorrer (modalidade subjetiva); mas decorre também das diferentes fontes da informação. Na verdade, a qualidade da origem da informação determina o grau de firmeza da qualificação expressa, e o fato de essa informação ser acessível somente para o falante ou para um grupo de pessoas constitui um fator predominante para o estabelecimento do grau de intersubjetividade da qualificação expressa (NUYTS, 1992).

Sendo assim, para Nuyts, a evidencialidade pode variar, mas, sem evidência, não há a avaliação de um estado-de-coisas, pois o falante pode simplesmente dizer que não sabe, não tem conhecimento (NUYTS, 1992, 1993). Lembramos, no entanto, que esse mesmo autor observa que essa representação abstrata que coloca a evidencialidade como hierarquicamente superior à modalidade epistêmica não tem lugar na manifestação linguística, mas, sim, nas representações cognitivas: “não se trata de uma hierarquização da estrutura linguística, mas de categorias da estrutura conceptual cujo comportamento tem reflexo na estrutura linguística” (NEVES, 2006, p. 166).

Tendo em vista isso, defendemos, com base em Nuyts, que há um nível mais profundo de representação “não material” na expressão da gramática das línguas. Em outras palavras, fatores cognitivos e discursivos determinam a manifestação linguística dos fenômenos da evidencialidade e da modalidade.

No entanto, fazemos uma ressalva: embora aceitemos a hipótese de Nuyts (1992, 1993, 2001) de que a evidencialidade constitui uma experiência conceptual independente e hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, concordamos com Casseb-Galvão (2011a) em relação ao fato de que

nem todos os processos cognitivos, sociais e discursivos, envolvidos na interação, podem ser distintos, ou seja, nem todas as relações subjacentes ao uso da língua e expressas a partir das expressões linguísticas são plenamente descritíveis (Casseb-Galvão, 2011a, p. 50).

Nesse sentido, apesar de considerarmos evidencialidade e modalidade epistêmica como experiências cognitivas conceitualmente distintas, e a existência de uma relação hierárquica entre esses componentes conceptuais (evidencialidade superior à modalidade), frisamos que, no uso efetivo da linguagem, não há uma relação icônica plena entre as qualificações evidenciais e modais, como nos lembra Neves (2006)³⁰, ao

³⁰ Neves (2006, p. 202) apresenta os seguintes exemplos:

“[*Segundo me disseram* (evidência reportada) ←→ *felizmente* (subjetivo atitudinal)] [*é provável que* (objetiva epistêmica)] [*ela possa*] (capacidade) [*andar*] (estado de coisas)”; “[*Parece que* (evidência inferida) ←→ *infelizmente* (subjetiva atitudinal)] [*você tem de* (inerente)] [*ir* (estado de coisas)]”.

descrever as várias possibilidades de combinação entre expressões evidenciais e modais. Além disso, isso ocorre, também, porque, embora esses conceitos (fonte da informação e julgamento do falante) sejam, provavelmente, internalizados e reconhecidos por todos os falantes como valores distintos, há línguas, como é o caso do português, que não apresentam uma categoria linguística (*stricto sensu*) para a codificação desses domínios funcionais.

Assim, resumidamente, entendemos, com base em Casseb-Galvão (2011a), que os valores epistemológicos e evidenciais podem atuar sobre proposições e estado-de-coisas e auxiliar na composição do efeito de (des)comprometimento do falante sobre o conteúdo enunciado, lembrando, no entanto, que as unidades evidenciais têm como função primária a indicação da fonte ou do modo de obtenção de uma informação, e não a codificação das operações lógico-modais básicas. Isso significa dizer, como se pode depreender de Casseb-Galvão (2011a), que ambas as qualificações atuam no nível proposicional, no plano das relações interpessoais, sendo a evidencialidade uma qualificação que, diferentemente da modalidade epistemológica, não integra o conteúdo proposicional, mas apenas incide sobre ele, ou seja, sobre o conteúdo enunciado, que é avaliado em termo de “intersubjetividade”, ou melhor, em termos da qualidade (tipo) da fonte da informação expressa no enunciado.

Na seção 3.2 a seguir, resenhamos os principais estudos tipológicos sobre a evidencialidade, destacando os aspectos mais relevantes dessas pesquisas para os objetivos empreendidos nesta Tese.

3.2 Estudos tipológicos da evidencialidade

Vários estudos foram desenvolvidos com o objetivo de caracterizar a evidencialidade como uma categoria linguística do domínio gramatical. Os estudos, de modo geral, visam a descrever e analisar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos que determinam a manifestação da “fonte da informação” nas línguas naturais. Pesquisas como as Anderson (1986), Willet (1988), Botne (1997), De Hann (1997a, 1997b), Lazard (2001), Aikhenvald (2004) e outros constituem importantes esforços para o reconhecimento definitivo dessa categoria nos estudos linguísticos.

Um estudo pioneiro é o de Anderson (1986). Nessa pesquisa, a partir de uma definição de evidencialidade como categoria gramatical responsável por manifestar as evidências que alguém possui ao realizar uma declaração factual, Anderson (1986)

demonstra que as línguas naturais têm padrões semelhantes de marcar a evidencialidade. Partindo da hipótese de que há *mapas mentais de espaço evidencial* no caminho de mudança histórica de certas formas e seus significados, Anderson argumenta que os verdadeiros evidenciais (itens gramaticais) estariam no centro desses mapas mentais, ao passo que os verbos perceptuais e os itens lexicais com traços evidenciais estariam em sua periferia.

Como vimos na seção 1 deste capítulo, Anderson apresenta alguns critérios para a identificação dos evidenciais gramaticais, os quais retomamos a seguir:

Segundo esse autor, os evidenciais:

- (i) mostram o tipo de justificativa que o falante tem para fazer uma assunção factual, tal como evidência direta, inferida, visual, auditiva etc;
- (ii) não integram a parte principal da cláusula; são apenas uma especificação de asserção (comentário);
- (iii) têm como significado primeiro a indicação de evidência, não funcionando apenas como uma inferência pragmática;
- (iv) morfologicamente, podem apresentar-se como afixos, clíticos ou elementos sintáticos livres;
- (v) não são usados em assunções *irrealis* ou em pressuposições, mas em cláusulas *realis*;
- (vi) quando o falante observa diretamente o fato, os evidenciais são raramente usados, apenas em sentido enfático;
- (vii) não são usados quando o falante é um participante do evento relatado.

Esses critérios constituem uma primeira tentativa de identificação dos significados evidenciais e de suas características morfossintáticas (critérios ii, iv, v) semânticas (critérios i, iii) e pragmáticas (critérios vi, vii). De Hann (1997a), numa tentativa de reinterpretação dos critérios de Anderson, subdividiu-os em semânticos e sintáticos, como é possível verificar a seguir:

I. Critério semântico:

- (i) os evidenciais podem ser geralmente definidos como marcadores que indicam algo sobre a fonte da informação da proposição (BYBEE, 1985, p. 184).

II. Critérios sintáticos:

- (i) os evidenciais não constituem a parte principal da cláusula (ANDERSON, 1986);
- (ii) os evidenciais não mostram concordância em relação ao falante (DE HANN, 1997);
- (iii) os morfemas evidenciais têm a expressão de evidencialidade como seu significado primeiro (ANDERSON, 1986);
- (iv) os evidenciais não ocorrem no escopo de um elemento negativo (DE HANN, 1997).

A maior parte dos estudiosos tende a aceitar o critério (i) de Anderson como um fator conceptual relevante para a identificação da evidencialidade nas línguas naturais. Por outro lado, os critérios (ii), (iii) e (iv) são passíveis de controvérsias, principalmente se submetidos a sistemas evidenciais lexicais ou em estágios iniciais de gramaticalização.

O critério (ii) de Anderson diz respeito ao fato de os evidenciais não tomarem parte do conteúdo principal do enunciado, mas constituírem um “comentário” sobre a proposição principal. Para a avaliação desse critério, Boye; Harder (2009) discutem a dupla interpretação discursiva ou informacional (primária ou secundária) dos verbos parentéticos. Segundo Gonçalves (2003, 2006), um predicado encaixador de conteúdo proposicional que funciona como predicado matriz de uma oração complexa pode ser reanalisado e, assim, funcionar como uma construção parentética que tem o efeito sintático de tornar a oração complemento em uma oração independente, além de poder assumir uma posição mais livre do que a usual no enunciado (posição inicial, medial e final). Verbos dessa natureza (geralmente, verbos de opinião, de aparência e de elocução) deixam de funcionar como predicado matriz de uma oração complexa e passam a assumir a função de “satélite”, ou seja, de “modificador” da informação principal, exprimindo a atitude do falante sobre o conteúdo proposicional³¹.

Para Boye; Harder (2009), a questão não envolve o fato de saber se esses verbos têm o estatuto informacional primário (objeto ou conteúdo mesmo da predicação) ou secundário (comentário sobre o conteúdo da predicação), pois, na verdade, de acordo com esses autores, tal distinção não afeta em nada o conteúdo conceptual dessas construções, devendo ser considerado como critério definidor da evidencialidade a noção de escopo: uma marca evidencial deve ter na sua aplicação um conteúdo proposicional que tem um valor de verdade por si mesmo (BOYE; HARDER, 2009, p.

³¹ Exemplo do autor: “naquele tempo não se tomava uísque tomava-se chope então tinha um barrilzinho de cho:pe uns... uns sanduíches... naquele tempo devia ser presunto e queijo ... *parece* ... eu não me lembro bem ((risos)) mas devia ser assim (GONÇALVES, 2004, p. 197)”.

16). Além disso, pesquisas, como as de Floyd (1999) e Lazard (2001) demonstram que essas formas de codificação da evidencialidade contêm nuances semânticas que estão ausentes nos sistemas evidenciais gramaticalizados, cuja manifestação da evidencialidade é obrigatória. Na verdade, como já dissemos, o uso de um evidencial em línguas que não possuem um paradigma evidencial gramaticalizado em termos morfológicos deve-se a uma *máxima conversacional* de Grice (1975), segundo a qual uma informação é fornecida porque é relevante para a comunicação (máxima da relação).

O critério (iii) de Anderson estipula que o sentido primário de uma construção evidencial é a indicação da fonte da informação, não funcionando como uma noção que o falante pode inferir pragmaticamente. Em relação a esse critério, podemos fazer duas observações: (i) Aikhenvald (2004) lembra que a evidencialidade não constitui uma categoria uniforme, expressa por apenas um tipo de categoria gramatical; ao contrário, é comum os sentidos evidenciais serem codificados por formas pertencentes a outras categorias linguísticas e, até mesmo, estarem fundidas em outras categorias, por exemplo, com o tempo verbal; (ii) Boye; Harder (2009) criticam a distinção rígida entre realização semântica da evidencialidade (codificada na língua) e sua realização pragmática (conjecturada, deduzida pelo falante na interação verbal). Para esses autores, do ponto de vista conceptual, não há uma diferença essencial entre um valor evidencial codificado na língua e sua realização pragmática. Na verdade, eles afirmam ser perfeitamente possível um valor evidencial resultar do conhecimento de mundo do falante.

No que diz respeito ao critério (iv) de Anderson, que está relacionado à forma de codificação da evidencialidade por meio de morfemas gramaticais, Boye; Harder (2009) enfatizam a relação dinâmica entre o sistema (*langue*) e o uso (*parole*). Esses autores argumentam, tendo em vista a natureza dinâmica da linguagem, que itens ou construções lexicais, como, por exemplo, verbos de elocução ou de percepção, podem servir como “fontes históricas” de desenvolvimento, via gramaticalização, para sistemas evidenciais propriamente ditos. Além disso, sob uma perspectiva cognitivista, morfemas lexicais exprimem o mesmo conteúdo conceptual expresso pelos morfemas gramaticais.

Outra proposta pioneira sobre a evidencialidade gramatical foi a pesquisa desenvolvida por Willet (1988) em 38 línguas ameríndias. Nesse trabalho, Willet concluiu que as línguas estudadas tendem a diferenciar evidencialidade direta e evidencialidade indireta, isto é, a natureza primária ou secundária da fonte do

conhecimento. Tendo como base essa distinção, Willet propõe a seguinte classificação para as formas evidenciais:

(i) *evidência direta* ou *atestada*: o falante apresenta-se como fonte da informação e afirma ter derivado o conhecimento expresso na proposição por meio visual, auditivo ou de outro sentido;

(ii) *evidência indireta*: o falante apresenta como fonte da informação uma fonte externa a ele, mostrando que obteve a informação expressa em seu enunciado por meio de suas relações interpessoais com outras pessoas (*evidência relatada*) ou de um cálculo mental realizado a partir de dados observáveis ou de raciocínio lógico dedutivo (*evidência inferencial*).

A evidencialidade indireta relatada pode, ainda, ser subdividida em: de segunda mão, quando o falante afirma ter ouvido a informação descrita na situação por alguém que foi testemunha direta; de terceira mão, quando o falante afirma ter ouvido a informação de uma testemunha não direta (boato); de mito, quando a informação descrita na situação corresponde a uma história oral consagrada. A evidencialidade inferida é, por sua vez, subdividida em: inferência de resultado, quando o falante infere a informação descrita na situação por meio de evidências disponíveis no contexto; inferência de raciocínio, quando o falante infere a informação descrita na situação com base em seu conhecimento de mundo. O quadro 2, a seguir, resume a proposta de Willet (1998. p. 57):

Quadro 2: Proposta tipológica de Willet para os evidenciais

Tipos de evidência	Direta	Atestada	Visual	
			Auditiva	
			Outros sentidos	
	Indireta	Reportada	De 2ª mão	De ouvir dizer
			De 3ª mão	
			Mito/folclore/lenda	
		Inferida	De resultados	
			De raciocínio	

Fonte: Traduzido de WILLET (1988, p. 57).

Botne (1997) aponta dois problemas em relação à classificação de Willet: o

primeiro diz respeito à colocação dos subtipos evidenciais relatado e inferido no mesmo nível (evidência indireta), e o segundo relaciona-se ao fato de Willet não fazer a distinção entre tipo de evidência e fonte da informação, que, segundo Botne, constituem instâncias semânticas diferentes. Para Botne, a classificação de Willet baseia-se no modo de obtenção da informação: ao separar os “tipos evidenciais” em atestado, relatado e inferido, o que se está mostrando é como o falante obteve a informação descrita na proposição. A fonte da informação, por outro lado, pode ser, como afirma Frawley (1992, *apud* BOTNE, 1997), o próprio enunciador (*self*) ou outra pessoa diferente dele (*other*).

Sendo assim, segundo Botne (1997), há línguas que tendem a distinguir os significados evidenciais a partir do tipo de fonte da informação e outras, por outro lado, que fazem essa distinção com base no modo de obtenção da informação. No que diz respeito ao português brasileiro (PB), parece que o sistema evidencial do PB distingue seus significados evidenciais tanto com base no modo de obtenção da informação como no tipo de fonte, sendo ambas as categorias pertinentes na distinção dos sentidos evidenciais (CASSEB-GALVÃO, 2001; VENDRAME, 2005; LUCENA, 2008; CARIOCA, 2009).

Givón (2001, p. 327), tal como Willet (1988), enfatiza que a maior parte dos sistemas evidenciais gramaticalizados tende a distinguir os tipos evidenciais segundo o tipo de acesso (experiência direta *versus* ouvir dizer *versus* inferência) e a modalidade sensorial (visual *versus* auditivo *versus* outros sentidos), considerando este último critério como uma sub-hierarquia da força evidencial que tem como critério mais relevante o tipo de acesso evidencial. Considerando, assim, a complexa relação entre tempo-aspecto-modalidade (TAM) na inflexão do verbo, Givón (2001) mostra, a título de exemplificação, que, na língua Sherpa, falada no Tibete, tanto no passado/perfectivo como no presente progressivo dessa língua, o contraste evidencial tende a estabelecer-se, na terceira pessoa, entre evidencialidade direta (sensorial) e evidencialidade indireta (ouvir dizer ou inferência). Os exemplos apresentados pelo autor são os seguintes:

(11):

a. Terceira pessoa, passado (*evidência direta*):

Ti-gi cenyi caaq-*sung*

3SG-ERG cup break – PERFV/DIR.EV

“s/he broke cup.”

“ela/ele quebrou o copo.”

b. Terceira pessoa, passado (*ouvir dizer ou inferência*):

Ti-gi cenyi caaq-*no*

3SG-ERG cup break – PERFV/INDIR

“s/he broke the cup.”

“ela/ele quebrou o copo.”

c. Terceira pessoa, presente (*evidência direta*):

Ti lagha ki-yin *no*

3SG/ABS work do – IMPFV be/DIR.EV

“s/heis working.”

“ela/ele está trabalhando.”

d. Terceira pessoa, presente (*ouvir dizer ou inferência*):

Ti lagha ki-yin *way*

3SG/ABS work do – IMPFV be/INDIR

“s/he is working.”

“ela/ele está trabalhando.”

(Traduzido de GIVÓN, 2001, p. 328-329).

Um estudo amplo sobre a evidencialidade é a pesquisa desenvolvida por Alexandra Aikhenvald (2004). Em pesquisa de natureza interlinguística, essa pesquisadora investiga a evidencialidade em, aproximadamente, 500 línguas indígenas e não indígenas no mundo. Embora reconheça a existência de estratégias evidenciais em línguas como o inglês (evidencialidade lexical) e o fato de que marcadores evidenciais gramaticais possam desenvolver-se, via gramaticalização, de estratégias evidenciais (como verbos de percepção e de elocução), Aikhenvald adota uma posição estrita de evidencialidade, delimitando-a como uma categoria linguística que se manifesta por meio gramatical³². Sua função seria, portanto, marcar a fonte/origem de uma informação, e seu uso adequado estaria relacionado à categorização do modo como uma informação é adquirida. Assim, para essa autora, marcar a fonte da informação que alguém transmite indica o modo como essa pessoa adquiriu tal informação.

Em sistemas linguísticos que apresentam esse tipo de codificação da evidencialidade, a marca evidencial seria obrigatória, e sua ausência tornaria o enunciado agramatical. Aikhenvald também buscou, nesse estudo, rastrear as características universais da evidencialidade, mostrando que sua manifestação depende

³² Pesquisas tipológicas de linguistas como Anderson e Aikhenvald, dificilmente, poderiam operar com outra definição de evidencialidade que não aquela que se limita à gramática das línguas, uma vez que se debruçam sobre uma grande quantidade de línguas.

de preferências pragmáticas ligadas aos diferentes gêneros textuais (AIKHENVALD, 2004).

Em sua pesquisa, Aikhenvald agrupa as línguas estudadas de acordo com o tipo de sistema evidencial³³ que apresentam. A autora utiliza, basicamente, dois critérios para distinguir os sistemas evidenciais: (i) o número de marcas formais de fontes da informação e (ii) os valores evidenciais que as fontes codificam. Assim, segundo Aikhenvald, há línguas que possuem um sistema evidencial simples (A1, A2, A3, A4, A5)³⁴, com duas possibilidades, que codificam distinções, por exemplo, entre “evidência de primeira mão” (direta) e “evidência não de primeira mão” (indireta). Há línguas que apresentam um sistema evidencial de três escolhas (B1, B2, B3, B4, B5), que envolvem, ao menos, uma qualificação sensorial (evidência direta visual ou não visual) e especificações do tipo “inferido” e “reportado”. Há, também, línguas com sistemas evidenciais de quatro possibilidades (C1, C2, C3), que distinguem, por exemplo, evidência direta (visual e/ou não visual) e especificações de evidencialidade inferida e reportada. Por último, existem línguas com sistemas evidenciais mais complexos (D1), que fazem a distinção entre evidencialidade direta visual, direta não visual, inferida, assumida e reportada, como é o caso da língua Tariana, falada no noroeste da Amazônia:

(12):

a. *Evidência direta (visual):*

Juse irida di-manika-ka

José futebol -3sgnf-jogar-REC.P.VIS.

José jogou futebol (“nós vimos”)

b. *Evidência direta (não-visual):*

Juse irida di-manika-mahka

José futebol -3sgnf-jogar-REC.P.NONVIS.

José jogou futebol (“nós o ouvimos”)

c. *Inferencial:*

Juse irida di-manika-ninka

³³ A autora usa o termo “sistema evidencial” como “um conjunto paradigmático de formas”, segundo a definição proposta por Johanson (2003).

³⁴ A autora usa essa notação para facilitar a identificação dos tipos e subtipos de sistemas evidenciais envolvidos nas línguas estudadas. A diferença entre os subsistemas de um mesmo grupo está relacionada, principalmente, ao tipo de valor evidencial que o subsistema marca. Por exemplo, o sistema A1 se diferencia de A2 porque marca os valores evidenciais de “primeira mão” e de “não primeira mão”, enquanto o A2 marca os valores evidencias de “não primeira mão” e “outro tipo qualquer”. O mesmo critério de distinção vale para os outros grupos de sistemas evidenciais identificados (B, C, D).

José futebol -3sgnf-jogar-REC.P.INFR.
 José jogou futebol (“nós inferimos isso com base em evidência visual”)

d. *Assumida:*

Juse irida di-manika-sika
 José futebol -3sgnf-jogar-REC.P.ASSUM.
 José jogou futebol (“nós assumimos isso com base no que conhecemos”)

e. *Reportada:*

Juse irida di-manika-pidaka
 José futebol -3sgnf-jogar-REC.P.REP.
 José jogou futebol (“nós ouvimos isso de alguém”)

(Traduzido de AIKHENVALD, 2004, p. 2-3).

Em (a), o falante assume a fonte da informação, demonstrando que obteve a informação por meio de evidência direta visual; diferentemente do que acontece em (b), no qual a evidência é baseada em uma experiência sensorial auditiva. A distinção entre a evidencialidade inferida (c) e assumida (d), segundo Aikhenvald, diz respeito à natureza da inferência. Na inferida, a inferência é baseada em uma evidência visual. Na assumida, a inferência é baseada no conhecimento que o falante tem. Corresponde, respectivamente, à inferida de resultados e de raciocínio nos termos de Willet (1988). Na reportada (e), o falante apresenta uma fonte externa a ele, demonstrando que obteve a informação a partir de suas relações interpessoais (“ouvir dizer”, na terminologia de Willet). Salientamos, ainda, que os morfemas da língua Tariana que marcam evidencialidade também são responsáveis por codificar o tempo passado.

Embora Aikhenvald afirme não haver um sistema evidencial gramaticalizado no português brasileiro, Casseb-Galvão (2010) esclarece que essa autora não apresenta dados empíricos suficientes que comprovem tal afirmação. Na verdade, Casseb-Galvão aponta indícios que justificariam considerar a existência de um sistema evidencial gramaticalizado no português do Brasil constituído pelos valores evidenciais da forma *dizque* (*diskⁱ*), especialmente no uso reportativo de mito³⁵.

Para sustentar essa hipótese, Casseb-Galvão (2010) procura relacionar o comportamento funcional refletido pelo [*diskⁱ*] no português do Brasil às características

³⁵ A seguir, apresentamos o exemplo utilizado pela autora para demonstrar esse uso reportativo de mito do [*diskⁱ*] em narrativas de mito: “*Diz que* lá na lonjura do tempo, no comecinho de todas as coisas, existiam três irmãos. Dois homens, e a irmã, Onhianmuacabê, era moça bonita, também chamada Uniaí [...] (CASSEB-GALVÃO, 2010, p. 132).

apontadas pela própria Aikhenvald em seu estudo interlinguístico, a saber: (i) o [*disk*ⁱ] do português do Brasil se comporta semelhantemente ao do espanhol da América do Sul, cujas propriedades semânticas e funcionais demonstram que tal item é frequentemente utilizado como um evidencial marcador de gênero (*token*³⁶ de narrativa) em sistemas evidenciais simples; (ii) o uso do [*disk*ⁱ] como *token* de narrativa no português do Brasil pode estar relacionado ao contato com línguas indígenas de substrato, localizadas no Norte do país. Conforme Casseb-Galvão, Aikhenvald inclui o Norte do Brasil como uma área de concentração de línguas com sistemas evidenciais gramaticalizados³⁷.

De modo geral, podemos dizer que as propostas apresentadas demonstram que os sistemas evidenciais mais desenvolvidos reconhecem, pelo menos, três tipos de evidências: as evidências direta (visual ou não visual), inferencial e reportativa; ao passo que os sistemas menos gramaticalizados tendem a fazer a distinção entre evidência direta (“de primeira mão”) e evidência indireta “não de primeira mão”. Frequentemente, correlacionam, ainda, na classificação dos sentidos evidenciais, o tipo de fonte da informação e a natureza da experiência evidencial, sendo esta vista em, pelo menos, três dimensões básicas: experiência direta [dir], experiência menos direta [-dir]³⁸ e experiência indireta [ind] (CASSEB-GALVÃO, 2001).

Antes de concluirmos esta seção, devemos, ainda, ressaltar uma nova tendência que se vem verificando nos estudos sobre a evidencialidade: a de considerá-la um fenômeno gramatical interno ao sistema verbal (particularmente relacionado às formas do condicional e do futuro) das línguas romanas (SQUARTINI, 2005, p. 246), como o francês, o espanhol, o italiano e o português (europeu)³⁹.

Neste terreno conflituoso, há, pelo menos, duas perspectivas de análise das formas do condicional e do futuro como meios gramaticais de manifestação da

³⁶ O termo *token* é utilizado como uma unidade linguística funcional, independentemente de seu significado (AIKHENVALD, 2004).

³⁷ Voltaremos a discutir essa questão na seção 3.4 deste capítulo.

³⁸ Casseb-Galvão (2001) reconhece que há gradualidade entre os tipos evidenciais. Sendo assim, considera que a evidência [-dir] diz respeito à evidência proveniente, propriamente, de uma ação cognitiva (inferência de raciocínio, por exemplo), o que pode estar relacionado a um maior ou menor grau de envolvimento do falante quanto ao seu discurso.

³⁹ Segundo Squartini (2005), Dendale (1993) foi um dos primeiros a levantar essa questão ao analisar o condicional francês como um morfema flexional que expressa, além de valores relacionados ao tempo (“futuro do passado”) e ao modo (“eventualidade”), traços epistêmico-evidenciais, particularmente nos casos em que o condicional é utilizado para reportar uma informação de “segunda mão” (SQUARTINI, 2005; DENDALE; VAN BOGAERT, 2012). A seguir, apresentamos um exemplo ilustrativo desse tipo de uso do condicional no francês: “Aux dernières informations, les concurrents *auraient franchi* le Cap Horn” (Segundo) As últimas informações, os competidores *teriam cruzado* o Cabo Horn” (SQUARTINI, 2005, p. 247).

evidencialidade: (i) a perspectiva “unificacionista” representada por Radanova-Kusěva (1991; 1992 *apud* SQUARTINI, 2005) que considera tanto a função reportativa do condicional quanto a inferencial-conjectural do futuro como meios de manifestação da evidencialidade (indireta); (ii) a perspectiva defendida por Dendale (1993) que interpreta apenas o condicional e o modal “*devoir* + infinitivo” como meios de expressão da evidencialidade, mas não o futuro, estabelecendo uma “cisão” entre os âmbitos funcionais do condicional e do futuro (SQUARTINI, 2005, p. 260).

Embora Squartini (2005) reconheça as dificuldades inerentes ao estudo do condicional e do futuro como formas de manifestação da evidencialidade⁴⁰, esse autor considera que uma investigação do sistema verbal romeno pode contribuir com a análise dos valores evidenciais das formas verbais das línguas romanas, dentre elas o português (europeu). Esse autor frisa que, como já observado em Coseriu (1976, p. 80 *apud* SQUARTINI, 2004, 2005), o romeno é a única língua romana na qual a evidencialidade é expressa de forma especializada por meio de morfemas pertencentes ao paradigma do denominado Modo Presuntivo⁴¹.

Resumidamente, Squartini (2005) observa que os dados romenos, ou seja, a presença de uma forma no romeno, o Presuntivo, compatível com as duas funções

⁴⁰ Segundo o autor, tais dificuldades consistem, principalmente no caso de morfemas flexionais como o futuro e o condicional, no fato de as funções evidenciais parecerem constituir traços secundários que se atrelam ao valor primário dessas formas (critério (iii) de Anderson). A polissemia dessas formas dificulta, portanto, propor modelos de interpretação unívocos dos dados, o que, conseqüentemente, torna difícil o estabelecimento de qualquer tipo de consenso entre os especialistas sobre o escopo e os limites da evidencialidade nas línguas romanas.

⁴¹ Na gramaticografia romena, o termo *presuntivo* denota uma forma verbal perifrástica com o auxiliar *a fi* “ser” acompanhado do gerúndio ou do particípio passado do verbo lexical, podendo combinar-se com o futuro, o condicional, o subjuntivo e, marginalmente, com o infinitivo (SQUARTINI, 2005, p. 252). Squartini (2005, p. 260) destaca, ainda, que a forma selecionada para acompanhar o auxiliar *a fi* na expressão da função evidencial é o gerúndio do verbo lexical. Assim, segundo o autor, o condicional presuntivo romeno com o verbo lexical no gerúndio não apresenta a função de “futuro do passado”, mas ocorre exclusivamente em contextos reportativos, nos quais se pressupõe um verbo de elocução, tal como no exemplo, a seguir, retirado do autor: “Se spune că *ar fi plecînd* și el” / “Si dice che partirebbe anche lui” / “Diz-se que (dizem que) ele partiria também” (SQUARTINI, 2005, p. 254). Na função inferencial-conjectural, a forma eleita para se combinar com o presuntivo romeno é a perífrase verbal “*a vrea/volere* (querer) + infinito” (forma do auxiliar com erosão fonética: oi, oi/ăi/ei/îi, o/a, om, ăți/oti, or). conforme o autor, essa combinação entre o presuntivo e o futuro torna-se agramatical em contextos nos quais a leitura temporal dêitica do futuro prevalece sobre a inferencial-conjectural, o que, consoante o autor, confirma a interpretação de que essa combinação é uma forma especializada para expressar um conhecimento adquirido por meio de uma inferência do falante. Além disso, o autor, também, frisa que o presuntivo divide com o futuro outra função, que é a de poder ocorrer em contextos concessivos, demonstrando que, entre ambas as formas, há uma correspondência funcional relevante na expressão de um valor que pode ser interpretado como uma extensão de um futuro inferencial-conjectural. A seguir, apresentamos um exemplo, extraído do autor, em que o uso inferencial-conjectural do futuro presuntivo prevalece sobre o valor temporal dêitico dessa forma: “*O fi dormind* la ora asta” / “A quest’ora starà dormendo” / A esta hora estará dormindo” (SQUARTINI, 2005, p. 252).

evidenciais, a reportativa e a inferencial-conjectural, constitui um forte argumento a favor da hipótese unificacionista defendida por Radanova-Kusěva (1991; 1992 *apud* SQUARTINI, 2005), que considera tanto a função reportativa do condicional quanto a inferencial-conjectural do futuro como meios de manifestação da evidencialidade indireta nas línguas romanas. Outro argumento que leva Squartini (2005) a defender essa hipótese unificacionista é o fato de a forma do presuntivo condicional ocorrer em contextos admirativos (DELANCEY, 1997, 2001). Tais usos marcam a surpresa, a admiração do falante diante de uma informação nova, o que, segundo Squartini, constitui um argumento a mais para sustentar a interpretação evidencial dessa forma.

A categoria admirativa é, na perspectiva da GDF, integrante da Categoria Illocucionária, do Nível Interpessoal. Na verdade, a interpretação dessa categoria como pertencente ao âmbito da evidencialidade ou da modalidade é ainda uma questão em aberto. DeLancey (1997), por exemplo, considera a “admiração” uma categoria tipológica distinta da evidencialidade, enquanto Lazard (1999), por outro lado, compreende-a como um dos valores “*unexpected observation*” da admiratividade, que, na sua tipologia, corresponde à evidencialidade. Apesar das divergências de opinião, ambos os autores, bem como Aikhenvald (2004), tendem a reconhecer a estreita relação entre a “admiração do falante” e a evidencialidade, no sentido de o falante demonstrar sua admiração em relação a uma informação nova (não usual, surpreendente), proveniente de uma fonte externa (de terceiro)⁴².

Assim, embora reconheça a dificuldade que as línguas romanas impõem na interpretação dos valores evidenciais relacionados às formas do condicional e do futuro, Squartini (2001, 2004, 2005) está convencido de que os dados romenos constituem um forte indício para lançar luz sobre os dados referentes às línguas romanas, como o francês, o italiano, o espanhol, o português, nas quais a correlação entre essas formas e suas funções não é transparente e, portanto, sujeita a controvérsias.

Em relação a essas controvérsias, Squartini (2001) discute a complexa relação semântica entre o futuro e o condicional na expressão da evidencialidade nas línguas

⁴² Um exemplo desse uso em português é o observado por Casseb-Galvão (2011b) em relação à forma [*diskʰ*] que indica a admiração do falante a respeito do Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado: “(...) estas férias *diz-que* não é pra eu fazer nada. Qual! descobri um livro de vulgarização do Wella, *The Science of Life*, que é uma coisa magnífica”. Segundo essa autora, as propriedades que justificam a leitura admirativa do [*diskʰ*] são as seguintes: (i) não introduz um Ato Discursivo declarativo propriamente dito. A leitura admirativa é especialmente perceptível no contorno entoacional, pois o [*diskʰ*] é o contexto de maior proeminência no complexo entoacional a que pertence; (ii) pode ocorrer em um Ato Discursivo interrogativo, sem perder o valor admirativo (... estas férias *diz-que* não é pra eu fazer nada?) (CASSEB-GALVÃO, 2011b, p. 331).

romanas (francês, italiano, espanhol e português): por exemplo, o autor demonstra que a distinção entre condicional e futuro na expressão da evidencialidade indireta no português europeu é neutralizada, podendo ambas as formas assumirem a função reportativa. Conforme Squartini (2001, 2004), a diferença entre os usos do condicional e do futuro na função evidencial estaria relacionada com o fato de o futuro explicitar um maior grau de confiabilidade do falante com a informação descrita na situação, além de demonstrar que a informação foi adquirida pelo locutor de uma fonte externa⁴³, tal como podemos observar nos exemplos, a seguir, retirados do artigo do autor:

(13): Este o conteúdo de um parecer jurídico elaborado por Narana Coissoró [...] que contraria a recente posição tomada pelos ministros Marçal Grilo e Mariano Gago, segundo a qual parte do palácio *teria sido* “cedida” ao instituto científico (Diário de Notícias 25.2.1999:22)⁴⁴.

(14): Segundo fontes que lhe são próximas, Soares *terá dito* a Gomes Motas e a Carlos Monjardino que as críticas à liderança de Guterres foram “pura locura” (Diário de Notícias 14.5.1994).

(SQUARTINI, 2001, p. 319).

Por fim, essa perspectiva de trabalho que se interessa pelas formas verbais das línguas romanas como meios de manifestação de “efeitos evidenciais” está longe de ter seu debate concluído. Na verdade, como se pode depreender de Squartini (2001, 2005), outros estudos precisam ver feitos para explicitar os critérios de delimitação das várias funções expressas por essas formas verbais, uma vez que tais morfemas apresentam um quadro polissêmico bastante complexo nas línguas romanas⁴⁵.

A seguir, apresentamos a classificação da Gramática Discursivo-Funcional para o estudo da evidencialidade, bem como a revisão sugerida por Casseb-Galvão (2011b) à tipologia evidencial desse modelo de gramática funcional.

⁴³ Giomi (2010) constata também esse uso reportativo do futuro no português europeu, principalmente, em contexto jornalístico.

⁴⁴ Os dados de Lucena (2008) apontam para o uso do condicional em contextos em que o conteúdo apresentado pelo falante é de responsabilidade de um terceiro (uma fonte externa definida): “Segundo noticiou a imprensa nacional e internacional, a Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, *teria declarado* que o local de construção do empreendimento seria o Porto de Suape no Pernambuco (LUCENA, 2008, p. 97).

⁴⁵ Um exemplo disso pode ser observado em Saussure (2012, p. 134-137), que questiona a função evidencial do futuro. Segundo essa autora, o valor inferencial derivado do futuro, bem como seu valor modal epistêmico (a noção de probabilidade), constitui um efeito de interpretação, ou seja, é um valor pragmaticamente condicionado por fatores relacionados ao contexto (enriquecimento pragmático, implicatura), não sendo uma propriedade expressiva da marca de futuro em si mesma.

3.3 Evidencialidade na Gramática Discursivo-Funcional

Vimos, no capítulo 2, que a base teórico-metodológica que orienta a análise da evidencialidade nesta pesquisa é a da Gramática Discursivo-Funcional (GDF - HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Embora compartilhe alguns pressupostos teóricos com a Gramática Funcional (GF – DIK, 1997), a GDF é um modelo autônomo de gramática. As principais diferenças estão relacionadas ao fato de que a GDF: (i) propõe uma análise voltada ao Ato Discursivo, e não à frase; (ii) organiza-se em torno de uma estrutura modular descendente (*top-down*); (iii) estabelece uma interface entre os diferentes níveis de organização da gramática (Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico), considerados em termos de decisões comunicativas que o Falante faz no Ato Discursivo; (iv) relaciona esses níveis aos componentes Conceitual (relativo ao conhecimento de mundo do falante, suas capacidades comunicativa e linguística) e Contextual (relativo às informações derivadas da situação de interação).

Nesta perspectiva teórica, tanto a evidencialidade lexical (modificadores) como a gramatical (operadores) podem ser descritas e analisadas em relação às funções *representacional* (em termos do mundo que descreve) ou *interpessoal* (em termos das intenções comunicativas do falante). Tal opção teórica permite investigar como as intenções comunicativas determinam as unidades evidenciais e de que maneira estas estão organizadas de acordo com a realidade que descrevem.

Essa proposta tipológica da GDF para o estudo da evidencialidade, como permite a investigação de itens lexicais e gramaticais e dá conta dos significados evidenciais mais comuns nas línguas, distinguindo-os segundo sua função (interpessoal ou representacional), parece ser bastante apropriada para os objetivos do presente trabalho. Como esse modelo de gramática analisa as expressões linguísticas relacionadas às decisões comunicativas que o Falante faz na construção de seus enunciados, podemos analisar a evidencialidade não apenas como um domínio que manifesta a fonte da informação ou modo pelo qual uma informação foi adquirida, mas também como um fenômeno que diz respeito a graus de comprometimento do Falante com o conteúdo enunciado, um domínio verdadeiramente multifuncional. Outra vantagem teórico-metodológica desse modelo é que, ao considerar o Ato Discursivo como unidade de análise, a GDF possibilita a descrição da evidencialidade em níveis maiores que a frase, levando-nos a uma investigação mais completa desse fenômeno dentro dos diferentes contextos dos gêneros textuais.

A GDF distingue o domínio conceptual-funcional da evidencialidade em dois subsistemas: o *sistema reportativo* e o *sistema evidencial “propriamente dito”*. O primeiro subsistema atua no Nível Interpessoal, e o segundo, no Nível Representacional.

No Nível Interpessoal, da formulação pragmática, a evidencialidade serve para indicar que o Falante está retransmitindo um Conteúdo Comunicado expresso por outro Falante dentro de seu próprio Ato Discursivo. Nesse uso, o Falante não está propriamente informando algo, mas relatando uma informação que obteve de um terceiro, ou seja, evocando, na comunicação com o ouvinte, um conhecimento mediado por outro. Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 103) mencionam como exemplo desse tipo de marca o *dizque* do Espanhol da América do Sul:

(15): Lo hizo *dizque* para ayud-ar.
 3.SG.N do.PST.3.Sg Reportedly to help-INF
 “Reportedly he did it to help.”
 “Diz que [*disk*^l] ele fez isso para ajudar.”

Em (15), a fonte da informação reportada não é explicitada, tratando-se, portanto, de um boato. Há, no entanto, modificadores de Conteúdo Comunicado, como *according to reliable sources/De acordo com fontes confiáveis* ou *in Bill’s words/nas palavras de Bill*, que são mais específicos em relação ao tipo de “voz” que se está transmitindo (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 103). Um exemplo utilizado pelos pesquisadores para ilustrar esse tipo de marcador reportativo é o que segue:

(16): (...) “Eu não vou embora agora,” *disse Bill*. “Mas já está tarde,” *disse Mary*. “Isso não é tão importante”, *disse Bill*(...).⁴⁶

Nesse tipo de contexto, no qual o Falante narra um diálogo entre dois sujeitos (Bill e Mary), as formas *disse Bill* e *disse Mary* são consideradas reportativas, pois indicam a fonte ou o falante real do Conteúdo Comunicado. Dessa forma, o enunciado deve ser analisado, no Nível Interpessoal, como tendo três *Moves*, cada um com um Ato Discursivo. Em cada Ato Discursivo, há um Conteúdo Comunicado, que aparece entre aspas, e um modificador reportativo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 103). Lembramos que o Conteúdo Comunicado diz respeito à totalidade do que o falante

⁴⁶“(…) ‘I’m not leaving yet,’ *Bill said*. ‘But we’ll be late,’ *Mary said*. ‘That’s not so important,’ *Bill said* (…).”

deseja evocar na comunicação com o ouvinte.

No Nível Representacional, da formulação semântica, a evidencialidade está relacionada à origem do conhecimento enunciado e à atitude do Falante. Nesse nível, a evidencialidade ocorre nas camadas da Proposição e do Estado-de-Coisas. Na camada da Proposição, a evidencialidade diz respeito ao modo como o Falante chegou ao conhecimento contido no Conteúdo Proposicional. Como vimos, no capítulo 2 deste trabalho, o Conteúdo Proposicional é a unidade hierarquicamente mais alta do Nível Representacional. Diz respeito a construtos mentais que não podem ser avaliados em termos de tempo e espaço, mas apenas em relação ao seu valor de verdade, uma vez que existem apenas na mente do Falante. Podem ser factuais (conhecimentos ou crenças sobre o mundo real, atual), ou não factuais (desejos ou esperanças sobre um mundo imaginário). Dois subsistemas evidenciais são representados nesse nível: *o sistema inferencial* e *o sistema genericidade*.

No sistema *Inferencial*, a marca evidencial especifica que o Falante obteve a informação contida no Conteúdo Proposicional por meio de uma inferência: (i) baseada em uma evidência sensorial (visual ou não visual), (ii) baseada em uma inferência derivada de conhecimento existente, ou (iii) baseada em conhecimento geral acumulado na comunidade (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 155). Os autores apresentam uma marca geral (č'a) para inferência ou conjectura encontrada na língua Sliammon (WATANABE 2003, p. 517 *apud* HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 155):

- (17) Č'a= qəy' šə=ləx. na-t-əm=k'wa.
 INFER= die DET=bad say-TR.CNTRL-PASS=REP
 “That no good one must have died”, “they said.”
 “Que ninguém bom *deva* ter morrido”, “eles disseram.”

Em (17), a forma (č'a) é que é responsável por indicar que o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado trata-se de uma inferência. Outro exemplo apresentado pelos autores que demonstra esse tipo de evidencialidade na camada do Conteúdo Proposicional é o encontrado na língua Pawnee (PARKS, 1976 *apud* HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 155), o qual reproduzimos a seguir:

- (18): *Tir-ra-ku:tik-Ø ku:ruks.*
 INF-ABS-Kill-PFV bear
 “He must have killed a bear.”
 “Ele deve ter matado um urso.”

Em (18), o prefixo inferencial *tir* indica que o Falante inferiu que o urso foi morto por alguém.

O sistema *Genericidade*, relevante também na camada da Proposição, é responsável por caracterizar um Conteúdo Proposicional como parte de um corpo de conhecimento amplamente compartilhado em uma comunidade. Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 156), essa subcategoria evidencial é expressa, em muitas línguas, por meio de tipos especiais de construção em vez de marcas morfológicas específicas. Como, nesse ponto, os autores não apresentam exemplos desse tipo de evidencialidade, utilizamos, a seguir, um exemplo, retirado de nosso *corpus*, que supomos ilustrar esse subtipo evidencial, expresso por uma construção na voz impessoal com o predicado *saber*:

(19): Os habitantes de Belgrado acham que mais cedo ou mais tarde a Otan vai colocá-los na mira de seus mísseis – alguns bastante erráticos, *como se sabe*.⁴⁷

Em (19), o Falante apresenta o Conteúdo Proposicional (*alguns mísseis da Otan são bastante erráticos*) como amplamente compartilhada, evocado, na interação verbal pelo Falante, como um “pressuposto” que o Ouvinte armazena em seu Componente Conceitual.

Na camada do Estado-de-Coisas, a evidencialidade corresponde a uma *Percepção de Evento*. Nesse caso, o Falante indica ter obtido o Estado-de-Coisas descrito na situação de modo direto por meio visual ou não visual. Um Estado-de-Coisas, como vimos no capítulo 2 deste trabalho, é uma entidade de segunda ordem, que pode ser localizada em tempo relativo e ser avaliada em termos de sua realidade.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 177) explicam a diferença entre esse tipo de evidência sensorial e a inferência baseada em evidência sensorial, utilizando o seguinte exemplo:

(20): a. Sheila *viu* Peter sair.⁴⁸
b. Sheila *viu que* Peter saiu.

Os autores explicam que a diferença entre as duas sentenças diz respeito ao fato de que, em (20b), o complemento descrito na conclusão é baseado em uma percepção

⁴⁷ Identificação da ocorrência no *corpus*: PB(Português do Brasil) XX2M (2ª Metade do século XX) GOA (Gêneros da ordem do argumentar) 519 (número da ocorrência na totalidade do *corpus*).

⁴⁸ a. Sheila saw Peter leave; b. Sheila saw Peter had left.

evidencial (por exemplo, a ausência de Peter no carro). Em (20a), por outro lado, o complemento da cláusula descreve um Estado-de-Coisas que foi percebido diretamente por Sheila.

Outro exemplo utilizado por Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 177) para demonstrar essa diferença em um sistema evidencial gramatical (língua Tariana) é o que segue:

- (21) a. Waha ikasu-nuku hĩ-nuku alia-*naka*.
 we now-TOP.NON.A/S DEM.ANIM-TOP.NON.A/S EX-VIS.PRS
 “Here we are right now (talking).”
 “Aqui estamos nós agora (conversando).”
- b. Pi-tedua-ru-nuku pathesedape mawári
 2.SG-cousin-F-TOP.NON.A/S day.before.yesterday snake
 di-hnã-nikha-*niki*
 3.S.G.NON.F- eat-INFER.RECEPST-COMPL
 “The snake ate up your cousin the day before yesterday.”
 “A cobra comeu meu primo antes de ontem.”

Em (21a), o morfema *naka* é utilizado para indicar que o Falante está vendo o Estado-de-Coisas descrito. Em (21b), o morfema *niki* indica que o Falante inferiu a informação apresentada no Conteúdo Proposicional com base em uma evidência perceptual (viu, por exemplo, os restos do corpo do primo, mas não presenciou o fato em si mesmo). Tal como ocorre em outras línguas, esses morfemas servem para expressar simultaneamente evidencialidade e tempo.

O quadro 3, a seguir, retirado de Casseb-Galvão (2011b), resume a proposta dos autores:

Quadro 3: Evidencialidade na GDF

NÍVEL	FUNÇÃO	SISTEMA EVIDENCIAL	ESTATUTO CATEGORIAL
Interpessoal	Pragmática	Reportativo	Categoria - C
Representacional	Semântica	Inferencial (visual, não-visual) Genericidade	Categoria - p
		Percepção de Evento	Categoria - e

Fonte: (CASSEB-GALVÃO, 2011B, p. 325).

A expressão interlinguística da evidencialidade em diferentes camadas pode ser representada da seguinte forma, conforme D’Aglio-Hattner; Hengeveld (no prelo)⁴⁹:

$$(A_1: [(F_1) (\Pi^C C_1: [\text{-----}] (C_1))] (A_1))$$

$$(\pi^P p_1: (ep_1: [(\pi^e e_1)] (ep_1)) (p_1))$$

Evidencialidade reportativa (Π^C): operador de Conteúdo Comunicado

Evidencialidade inferencial (π^P): operador de Conteúdo proposicional

Percepção de evento (π^e): operador de estados-de-coisas.

Por último, salientamos, ainda, duas observações em relação à tipologia da GDF para o estudo da evidencialidade:

A primeira diz respeito às adaptações sugeridas por Casseb-Galvão (2011b) ao modelo da GDF. De acordo com essa autora, os dados referentes ao $[disk^i]$ no PB contrariam o postulado da GDF segundo o qual o verbo *dizer*, como um introdutor de Conteúdo Comunicado, deveria derivar usos relacionados a camadas mais altas do Nível Interpessoal. Assim, os usos do $[disk^i]$ deveriam refletir o seguinte percurso de gramaticalização:

Conteúdo Comunicado \longrightarrow Ilocução \longrightarrow Ato Discursivo \longrightarrow Move⁵⁰.

No entanto, conforme a autora, os usos mais gramaticalizados do $[disk^i]$, como o *token de narrativa* e o $[disk^i]$ *genericidade* (verdade geral)⁵¹, ocupam camadas mais

⁴⁹ De acordo com CASSEB-GALVÃO (2011b).

⁵⁰ Embora o modelo da GDF não tenha sido elaborado para fundamentar a descrição de processos de gramaticalização, esse modelo vem sendo utilizado em pesquisas que tentam conciliar os postulados da GDF e da Teoria da Gramaticalização. Segundo Souza (2009, p. 95), o dinâmico modelo *top-down* de representação de instâncias linguísticas da GDF permite postular que o processo de gramaticalização pode ser entendido na GDF como um processo que começa no Nível Representacional ([+concreto], [+conceituais]) para o Nível Interpessoal ([+abstrato]). Isso não impede, é claro, que ocorram mudanças entre camadas de um mesmo nível, como, por exemplo, as camadas semânticas do Nível Representacional, sem atingir as camadas mais expressivas da língua, localizadas no Nível Interpessoal. No caso do processo de gramaticalização do $[disk^i]$, como sua forma fonte é o predicado “ele diz que”, elemento do Nível Interpessoal que designa um Conteúdo Comunicado, seus usos mais gramaticalizados deveriam estar relacionados a camadas mais altas desse nível de organização linguística (por exemplo, o *Move*). No entanto, não é isso que Casseb-Galvão (2011b) verifica, posto que os usos mais gramaticalizados dessa forma estão localizados no modelo da GDF no Nível Representacional, e não em camadas mais altas do Nível Interpessoal. Os únicos usos que podem ser alocados no Nível Interpessoal são os usos menos gramaticalizados do $[disk^i]$, a saber: o $[disk^i]$ de boato (camada do Conteúdo Comunicado): “Entonce, tavam lá arranchado uns comboieiros que tinham arrumado o eito, assim pua banda, ia porção de surrão de mio, que fazia assim mod’um escuro. Aí diz que virum a muié do Venanço non sei [no escuro com outro homem]”; e o $[disk^i]$ admirativo (camada da Ilocução): “(...) estas férias diz-que não é pra eu fazer nada. Qual! descobri um livro de vulgarização do Wella, The Science of Life, que é uma coisa magnífica.” (CASSEB-GALVÃO, 2011b, p. 329-331).

⁵¹ Os exemplos apresentados pela autora para demonstrar esses usos são os seguintes: (i) *Token de narrativa*: “Diz que um leão enorme ia andando chateado, não muito rei dos animais porque tinha acabado

baixas na organização linguística, respectivamente, as camadas do Episódio e do Conteúdo Proposicional (pertencentes ao Nível Representacional), o que contraria o princípio de unidirecionalidade segundo o qual o desenvolvimento de elementos em gramaticalização ocorre dos usos [+ concretos], [+ conceituais] para os [+abstratos], e, portanto, do nível semântico para o nível pragmático.

Tais evidências, para Casseb-Galvão (2011b), sugerem adaptações no modelo da GDF. O primeiro diz respeito à propositura de um Nível responsável pelas funções exclusivamente textuais, o Nível Retórico⁵². Assim, o [*disk*ⁱ] *token* de narrativa, introdutor de universo discursivo, poderia ser inserido em um nível de organização linguística [+ abstrato], das relações textual-discursivas, em vez de estar localizado no Nível Representacional, na Camada do Episódio, responsável por designar entidades [+concretas], [+conceituais]. Tal propositura, portanto, deixaria de contrariar o princípio de unidirecionalidade da Teoria da Gramaticalização segundo o qual o contínuo descrito por elementos em gramaticalização é um traçado em direção a usos [+abstratos], e não o contrário.

A segunda propositura sugerida pela autora está relacionada à distinção dos subtipos evidenciais dentro do quadro da GDF. Como esclarecemos, anteriormente, Hengeveld; Mackenzie (2008) consideram a evidencialidade Genericidade como uma subcategoria evidencial pertencente ao Nível Representacional. Para Casseb-Galvão (2011b), esse subtipo evidencial pode ser muito bem interpretado como um subtipo evidencial reportativo, pertinente no Nível Interpessoal. Assim, segundo essa autora, se consideramos que o falante está apenas transmitindo um conhecimento, uma verdade geral amplamente compartilhada por todos, constituindo somente o “porta voz” desse conhecimento, podemos considerar a evidencialidade Genericidade como um subtipo evidencial pertencente ao Nível Interpessoal. Tal sugestão resolveria, então, o problema do [*disk*ⁱ] “verdade geral” que passaria a ocupar um nível de organização linguística [+ abstrato], das relações interpessoais, em vez de pertencer a um nível [+ concreto], relacionado à manifestação semântica da evidencialidade.

A seguir, no quadro 4, apresentamos o esquema elaborado por Casseb-Galvão

de brigar com a mulher e esta lhe dissera poucas e boas.” (LR); (ii) Genericidade: “*Diz que* mulher tem alma de gato.” (CASSEB-GALVÃO, 2011b, p. 326, 327).

⁵² Tal ideia, reconhece a autora, não é inédita nos estudos da GDF: Hengeveld (1997 *apud* CASSEB-GALVÃO, 2011b, p. 333), ao estudar o fenômeno da coesão, postula que as variáveis concernentes ao discurso como um todo, ao tipo de discurso e aos movimentos que o caracterizam sejam alocadas no Nível Retórico, cujas camadas seriam o Parágrafo, o *Frame* discursivo e o Texto. Na verdade, como a própria autora lembra, Hengeveld; Mackenzie (2008) optaram por inserir as variáveis relativas à estrutura composicional e argumentativa do texto no Nível Interpessoal (CASSEB-GALVÃO, 2011b, p. 333).

(2011b) no qual é possível verificar como o operador [*disk*ⁱ] é visto no atual modelo da GDF. Logo depois, no quadro 5, reproduzimos o mesmo esquema reorganizado segundo as adaptações sugeridas pela autora, de modo a não contrariar o princípio de unidirecionalidade:

Quadro 4: Aspectos categoriais e funcionais dos usos de [*disk*ⁱ], segundo o modelo da GDF

NÍVEL	USO	FUNÇÃO	SISTEMA	ESTATUTO CATEGORIAL
Interpessoal	Admirativo	Pragmática	Ilocucionário	Categoria – F
	Boato	Informacional	Evidencial Reportativo	Categoria – C
Representacional	<i>Token</i> de narrativa	Semântica	Construto de mundo alternativo. Evidencialidade de mito.	Categoria – ep
	Verdade geral		Evidencial de genericidade	Categoria – p

Fonte: (CASSEB-GALVÃO, 2011b, p. 331).

Quadro 5: Sistema esboçado pelos usos de [*disk*ⁱ] no português do Brasil segundo Casseb-Galvão (2011b)

NÍVEL	USO	FUNÇÃO	SISTEMA	ESTATUTO CATEGORIAL
Retórico	<i>Token</i> de narrativa	Retórica	Construto de <i>frame</i> de mundo narrado, narrativa ficcional.	Categoria textual
Interpessoal	Verdade geral	Informacional	Evidencial de genericidade	Categoria – A (mapeada em um único Ato Discursivo)
	Admirativo	Pragmática	Ilocucionário	Categoria – F
	Boato	Informacional	Evidencial Reportativo	Categoria – C

Fonte: (CASSEB-GALVÃO, 2011b, p. 333).

Para concluir, fazemos, ainda, uma última observação em relação à tipologia evidencial da GDF. Conforme vimos no início desta seção, o Conteúdo Proposicional pode conter uma informação que foi adquirida por meio de uma inferência baseada em uma evidência sensorial, por meio de uma inferência derivada de um conhecimento existente e por meio de uma inferência baseada em um conhecimento geral acumulado em uma comunidade. Em sua pesquisa, Vendrame (2010) considerou os casos em que a informação é obtida por meio de um cálculo mental com base em evidência sensorial como casos de evidencialidade *Deduzida*. De acordo com Vendrame (2010), esse tipo de evidencialidade “opera na camada do Episódio e indica que a ocorrência de um Episódio é deduzida pelo Falante com base em alguma evidência disponível” (VENDRAME, 2010, p. 129)⁵³. Esse tipo de evidencialidade corresponde à evidencialidade *Inferida* para Aikhenvald (2004), segundo a qual a informação apresentada na proposição corresponde a uma inferência do Falante baseada em uma evidência sensorial. Vendrame (2010) também considera a evidencialidade *Assumida* (*Inferida* nos termos de Hengeveld; Mackenzie, 2008), que diz respeito, por sua vez, a um tipo de inferência baseada em conhecimento existente (um construtor mental do falante).

É com base, portanto, nos postulados da GDF e na proposta tipológica desse modelo para o estudo da evidencialidade que este trabalho descreve e analisa seus dados, visando a contribuir com novas evidências empíricas que possam ajudar a esclarecer o comportamento funcional desse domínio em língua portuguesa.

3.4 Tratamento da evidencialidade em língua portuguesa

Os estudos funcionalistas sobre a evidencialidade em língua portuguesa podem ser agrupados em, pelos menos, dois tipos: (i) os que visam a descrever e analisar a expressão da evidencialidade em contextos reais de uso da língua, estabelecendo ou não uma correlação entre os significados evidenciais e as características de gêneros textuais específicos; (ii) os que objetivam analisar o percurso de gramaticalização de expressões

⁵³ A evidencialidade *Deduzida* é exemplificada da seguinte forma por Vendrame (2010, p. 129):

Inf.1.: ah depois que abriu essa igreja aí (inint) ((arrastou uma cadeira)) eu também fui lá olhá(r) mas eu desliguei eu já esqueci o arro::z

Inf.2: não (isso aí) *eu vi que cê desligô(u)*

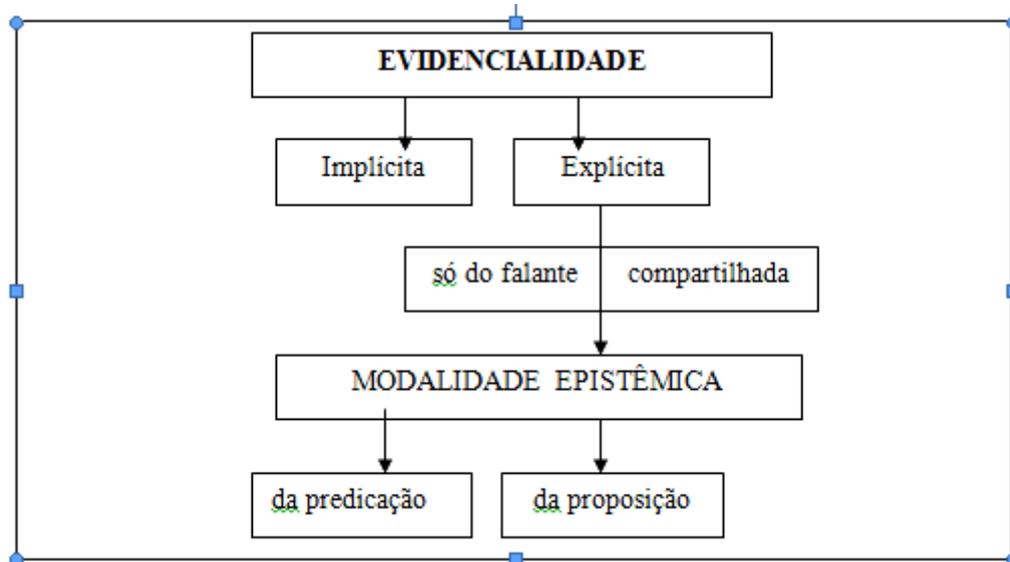
Inf.1: é né? eu/ mas eu fui lá olha de novo (AI-002, L. 2-6)

evidenciais particulares, adotando um ponto de vista sincrônico e/ou diacrônico na investigação desse processo.

Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos dentro da primeira perspectiva de estudo da evidencialidade foi o elaborado por Dall’Aglío-Hattner (1995; 1999). Essa autora foi uma das primeiras a tratar da relação problemática entre evidencialidade e modalidade epistêmica em língua portuguesa, cuja manifestação evidencial se dá, como já dissemos, principalmente por meio lexical, o que leva facilmente a uma sobreposição de valores evidenciais e epistêmicos.

Dall’Aglío-Hattner (1995; 1999), como dito na seção 1 deste capítulo, defende, com base em Nuyts (1993), que a evidencialidade constitui uma categoria independente e hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, haja vista a consideração de que, sem evidência, não há a avaliação de um estado-de-coisas. A partir de dados empíricos encontrados em discursos políticos do ex-presidente Collor, essa autora propõe um quadro que visa a equacionar as duas categorias, como podemos verificar na figura 8 a seguir:

Figura 8: Proposta de equacionamento da avaliação epistêmica



Fonte: DALL’AGLIO-HATTNER (1999, p. 158).

Nessa proposta de equacionamento entre as categorias evidencialidade e modalidade epistêmica, Dall’Aglío-Hattner (1999) considera sob o mesmo rótulo – *modalidade epistêmica* – os dois tipos de modalidade propostos por Hengeveld (1988;

1989)⁵⁴, admitindo não a existência de duas modalidades diferentes (epistêmica e epistemológica), tal como propõe Hengeveld, mas a existência de apenas um tipo de modalidade que se subdivide em duas funções, a depender do escopo de atuação do modalizador: nível da predicação (função representacional) e nível da proposição (função interpessoal). Para Dall’Aglio-Hattner, o falante, de acordo com suas intenções comunicativas, pode explicitar ou não a fonte de sua informação. Caso opte por explicitar a fonte de seu saber, o falante pode apresentar o conteúdo expresso na proposição como um conhecimento pessoal ou compartilhado.

Frisamos, ainda, que essa autora esclarece que, ao contrário do que acontece nas línguas com sistemas evidenciais gramaticalizados, no português, cuja expressão é primordialmente lexical, a evidencialidade direta, ou seja, a manifestação de um conhecimento originado na experiência do próprio falante parece dispensar a explicitação, tal como propõe Anderson (1986), quando verifica que os evidenciais são raramente usados quando o falante observa diretamente o fato, apenas em sentido enfático.

Após o trabalho precursor de Dall’Aglio-Hattner (1995; 1999), outras pesquisas sobre a manifestação da evidencialidade se seguiram, como: Casseb-Galvão (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005), Vendrame (2005), Lucena (2008), Santos (2008), Carioca (2009) e Vendrame (2010).

Carioca (2005) analisa a expressão da evidencialidade em dissertações acadêmicas do português brasileiro. A partir dos dados da pesquisa, a autora verifica que, na dissertação acadêmica, predomina a evidencialidade reportada, demonstrando que o produtor textual desse gênero se mostra mais distante em relação aos conteúdos que veicula. A autora observa, ainda, que os itens inferenciais também são bastante recorrentes em seu *corpus*, confirmando o fato de que a evidencialidade inferida está relacionada à elaboração do conhecimento por parte do produtor do texto, o qual se revela capaz de abstrair e/ou “reformular” informações, a fim de contribuir com a área

⁵⁴ Hengeveld (1988, 1989), em sua tipologia para o estudo da modalidade, propõe que a modalidade relacionada ao eixo do conhecimento se subdivide em modalidade epistêmica (camada da predicação) e modalidade epistemológica (camada da proposição). Essa última pode ser dividida em *subjativa* (quando o evento é um construto do falante, por isso ele se apresenta como a fonte da informação) e *evidencial* (quando o falante não se mostra como a fonte da informação). Ele subclassifica a modalidade evidencial em *inferencial* (o evento é caracterizado com sendo uma inferência construída a partir de evidências), *citativa* (o evento é relatado como sendo de outra fonte) e *experencial* (o evento é definido como sendo derivado de uma experiência vivida por uma fonte). Como podemos observar, essa tipologia considera, para a divisão dos modalizadores epistemológicos, a qualidade da fonte. Quando o falante é a fonte, temos a modalidade subjativa; por outro lado, se o falante não se apresenta como fonte, a modalidade é considerada evidencial.

de saber na qual atua.

A continuidade desse trabalho culminou no desenvolvimento de outra pesquisa, Carioca (2009), na qual a pesquisadora procura verificar a manifestação da evidencialidade e seus efeitos de sentido nos gêneros acadêmico-científicos relacionados à obtenção de grau – de especialista (monografia), de mestre (dissertação) e de doutor (tese). A pesquisadora conclui, a partir da identificação e análise de 1500 ocorrências de marcas evidenciais nos gêneros investigados, que a fonte da informação, principalmente a do tipo externa ao falante (evidencialidade reportativa), tem uma função constitutiva nesses contextos de uso, o que, segundo autora, revela uma característica fundamental da cultura acadêmica brasileira: a construção de um discurso de impessoalização coerente com os manuais de redação acadêmica.

Outra pesquisa interessante foi a elaborada por Vendrame (2005). Nesse estudo, a autora analisa a manifestação da evidencialidade em construções complexas no discurso científico primário. A partir dos dados observados, a autora verifica um alto percentual de evidencialidade relatada nas seções destinadas à introdução e à apresentação dos resultados/discussão dos artigos científicos investigados. Segundo a autora, o uso da evidencialidade relatada na introdução revela a preocupação do pesquisador em inserir seu trabalho em um domínio do conhecimento; ao passo que, na seção de discussão dos resultados, mostra a preocupação do pesquisador em ancorar seus resultados em informações de outros pesquisadores. Na seção reservada à conclusão, a autora observa um maior uso de evidencialidade inferida, o que demonstra, por parte dos pesquisadores-produtores textuais, um maior compromisso com a geração do conhecimento.

Vendrame (2010) investiga a manifestação da evidencialidade em três tipos específicos de verbos perceptuais: *ver*, *ouvir* e *sentir*. A partir da classificação proposta pela Gramática Discursivo-Funcional para o estudo da evidencialidade e *corpora* de ocorrências retiradas da Internet e do banco de dados Iboruna⁵⁵, a pesquisadora analisa, qualitativamente, os significados evidenciais codificados por esses verbos, organizando, a partir do que a literatura linguística postula sobre a evidencialidade e a natureza semântica dos verbos perceptuais, um grupo de propriedades sintáticas, semânticas e

⁵⁵ O banco de dados do *Iboruna* é composto por dois tipos de amostras: Amostra Censo (amostras de fala controladas sociolinguisticamente) e Amostra de Interação Dialógica (amostras de fala coletadas secretamente em situações livres de interação verbal). Ambas as amostras são constituídas de falas representativas do interior paulista, mais especificamente do noroeste do Estado de São Paulo. Esse projeto é coordenado pelo Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves, da Universidade Paulista de São José do Rio Preto.

pragmáticas que descrevem os contextos de uso desses três verbos, de modo a permitir uma interpretação evidencial.

A autora verifica que os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* permitem uma interpretação evidencial quando utilizados de acordo com o seguinte conjunto de propriedades sintáticas e semânticas: enunciado com força ilocucionária declarativa, contexto afirmativo, sujeito do verbo na primeira pessoa do singular, tempo verbal presente ou passado, enunciado evidencial composto por duas proposições – uma que introduz a informação que o falante deseja veicular e outra que apresenta a fonte da informação – e escopo de atuação relacionado com as camadas mais altas do Nível Representacional – Conteúdo Proposicional, Episódio e Estado-de-Coisas - e uma camada do Nível Interpessoal – Conteúdo Comunicado.

Tendo em vista, portanto, tais características, Vendrame (2010) conclui que os itens *ver*, *ouvir* e *sentir* podem assumir diferentes valores evidenciais, constituindo formas bastante produtivas de expressão da evidencialidade em língua portuguesa: os verbos *ver* e *ouvir* podem expressar evidencialidade reportativa, inferida, deduzida⁵⁶ e direta, ao passo que o verbo *sentir* manifesta apenas evidencialidade inferida, deduzida e direta.

Assumindo que a evidencialidade constitui um domínio semântico-pragmático relacionado à fonte da informação, revelando, também, graus de comprometimento do sujeito enunciador com seu discurso, em Lucena (2008), investigamos os efeitos de sentido provocados pelos diferentes tipos de evidencialidade e sua relação na construção da argumentação no discurso político. Nessa pesquisa, investigamos a evidencialidade quanto aos aspectos sintáticos (meios linguísticos, posição da expressão evidencial no enunciado), semânticos (tipo de fonte da informação, natureza da evidência, o que, em razão do contexto de produção, foi considerado como uma estratégia de veiculação da informação no discurso) e pragmáticos (graus de comprometimento do político com o conteúdo do seu discurso, imagens por ele suscitadas no processo argumentativo, papéis discursivos assumidos pelas marcas evidenciais).

Analisando 30 discursos políticos proferidos na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (2005-2006) sobre as polêmicas “transposição do Rio São Francisco” e “vinda da refinaria de petróleo para o Ceará”, concluímos que a evidencialidade é uma

⁵⁶ Como vimos na seção 3.3 anteriormente apresentada, a evidencialidade *Deduzida* corresponde à evidencialidade *Inferida* com base em evidências sensoriais, ocorrendo no Nível Representacional, na camada do Episódio.

instância semântico-pragmática que atua como uma importante estratégia textual-discursiva na construção da persuasão no discurso político, evocando diferentes graus de comprometimento e imagens construídas pelo enunciador, de acordo com seus propósitos enunciativos.

Verificamos, portanto, que, nos discursos políticos investigados, predomina a evidencialidade relatada de fonte definida, principalmente, quando o político deseja: (i) não se comprometer com o conteúdo de seu discurso, já que trata de temas/assuntos polêmicos cuja tomada de responsabilidade pode prejudicar a sua legitimidade em relação ao auditório que deseja persuadir. Assim, o político prefere se ausentar da cena enunciativa, para reportar a “voz” de uma terceira pessoa definida no discurso, deixando ao ouvinte a possibilidade de avaliar por si mesmo a qualidade da fonte expressa; (ii) mostrar-se como alguém que “não está sozinho” numa luta social, construindo uma imagem de si de sujeito “engajado” ideologicamente; (iii) evocar a “voz” de outros políticos com o objetivo de “desqualificá-los” diante da opinião pública.

Em relação à evidencialidade relatada de fonte indefinida, constamos apenas uma ocorrência desse tipo de fonte da informação. Acreditamos que isso tenha ocorrido porque argumentos construídos sem a explicitação de uma fonte definida podem suscitar, por parte do auditório, a não confiabilidade dessas informações. Além disso, construções de voz passiva sintética ou pronominal que poderiam ser consideradas como relatos de fonte indefinida, por causa da omissão do agente da ação verbal, constituem, na verdade, estratégias de apresentação de informações pertencentes ao domínio comum, uma vez que o conteúdo proposicional encaixado a partir desse tipo de construção constitui um conhecimento amplamente compartilhado entre os sujeitos da interação.

No que tange à evidencialidade de domínio comum, “compartilhada” nos termos de Dall’Aglio-Hattner (1999), constatamos que sua função é “preparar o terreno” para a adesão de um argumento, já que o enunciador demonstra apresentar as mesmas bases epistêmicas que o auditório. Essa estratégia imprime, no discurso político, uma maior interação/proximidade entre os interactantes, demonstrando que, entre eles, existe uma espécie de “ligação” social, cultural, histórica ou ideológica.

Quanto à evidencialidade pertencente ao eixo do enunciador, concluímos que, ao se colocar como fonte de um discurso, o político assim o faz porque deseja se mostrar como alguém comprometido com suas ideias e propostas. Esse tipo de evidencialidade se revelou como estratégia utilizada nos casos em que o enunciador deseja se mostrar

como um sujeito que diz a “verdade”, apresentando-se como “legítimo representante do povo”. Dentre as manifestações da evidencialidade do eixo do enunciador, verificamos que o tipo “subjetivo”⁵⁷ é o mais recorrente, seguido pela evidencialidade experiencial e, por último, a evidencialidade inferencial, que ocorreu em poucos casos. Esses dados sugerem que, no discurso político, os argumentos que asseguram as teses defendidas pelos políticos se baseiam, principalmente, em “evidências” disponíveis apenas a ele (subjetividade). Salientamos, ainda, que a menor frequência de evidencialidade direta deve-se, também, ao fato de esse significado evidencial não precisar ser marcado (explicitado) em língua portuguesa quando o enunciador é deitivamente a fonte. Sua utilização fica, portanto, restrita aos contextos em que o enunciador julga haver uma boa razão para isso (máxima da relevância).

A pesquisa de Santos (2008), tal como as outras sumariamente descritas anteriormente, também analisa a expressão lexical da evidencialidade. Nesse estudo, investigam-se os efeitos de sentido assumidos por essa instância em comparação com a modalidade epistêmica na fala e na escrita. A partir de um *corpus* composto por dez artigos acadêmicos e dez entrevistas orais concedidas pelos autores desses textos, a pesquisadora verifica que os modalizadores epistêmicos que incidem sobre a proposição e os evidenciais inferenciais ocorrem com mais frequência nos textos orais, demonstrando um maior grau de comprometimento dos falantes com os conteúdos de seus enunciados. Por outro lado, nos textos escritos, os modais mais frequentes são os que incidem sobre a predicação e os evidenciais mais recorrentes são os reportativos. De acordo com a autora, esse resultado se justifica pelo fato de que, no artigo acadêmico, predomina o efeito de objetividade e imparcialidade do produtor do texto, que, geralmente, apoia-se, na construção de sua argumentação, em uma fonte de maior prestígio.

No início desta seção, afirmamos que há, basicamente, dois grupos de pesquisas dedicados à investigação da evidencialidade sob a orientação funcionalista: (i) as que visam a analisar sua expressão lexical ou gramatical e/ou seus efeitos de sentido; (ii) as que procuram descrever o processo de gramaticalização envolvido em alguns verbos que expressam significados evidenciais. Os trabalhos desenvolvidos por Casseb-Galvão (2001) e Gonçalves (2003) fazem parte desse segundo grupo, constituindo importantes

⁵⁷ Em Lucena (2008), consideramos a modalidade *subjetiva* (nos termos de Hengeveld (1988) - quando o falante apresenta-se como fonte de um conteúdo proposicional) como um subtipo de evidencialidade, pertencente a eixo do enunciador.

referenciais teóricos para a delimitação e a constituição do campo de estudos da evidencialidade em língua portuguesa. Vejamos, a seguir, como esses estudos contribuíram, com seus dados, para o fortalecimento de duas hipóteses: (i) a que afirma ser a evidencialidade um domínio não apenas independente da modalidade epistêmica, mas hierarquicamente superior; (ii) a que diz estar em desenvolvimento no português brasileiro um sistema evidencial em processo de gramaticalização.

Em Casseb-Galvão (2001), procura-se analisar o processo de gramaticalização desenvolvido pela predicação matriz (*ele*) *diz que* no português contemporâneo do Brasil e que tem como alvo os usos evidenciais expressos pelo operador [*disk*ⁱ]. A partir de uma perspectiva sincrônica do processo de gramaticalização, a autora procura analisar o estatuto sintático, semântico e pragmático dos usos do *diz que* semanticamente relacionados à manifestação do falante sobre a origem da informação veiculada na proposição.

Nesse estudo, Casseb-Galvão propõe a seguinte escala de gramaticalização que atesta a trajetória de mudança da forma fonte (*ele*) *diz que* até chegar ao item alvo desse processo [*disk*ⁱ]:

Citativo, Intuitivo > Reportativo de mito > Assumido > Inferido > De boato > Especulativo⁵⁸

Segundo Casseb-Galvão (2001), esse percurso de gramaticalização demonstra que a predicação (*ele*) *diz que*, introdutora de discurso indireto com traços evidenciais citativos (forma fonte do processo de gramaticalização), em seu desenvolvimento como um operador evidencial, sofreu dessemantização, a partir da transferência conceptual do mundo real [+concreto] para o mundo do discurso [+ abstrato], ou seja, de uma forma fonte que marca um ato elocutivo para formas alvo que marcam a qualidade da origem do conteúdo proposicional, um operador evidencial, que tem no extremo direito do contínuo, a propriedade elocutiva esvaziada, quase imperceptível. No plano morfossintático, conforme a autora, ocorre uma reanálise dos elementos constitutivos da expressão, gerando uma reestruturação na configuração enunciativa, verificada,

⁵⁸ Ocorrências apresentadas por Casseb-Galvão (2001, p. 173 – 176) para ilustrar cada um desses usos são: **Citativo:** *Tia Ursula diz que a água daqui faz bem ao cabelo.* **Intuitivo:** Calma, inspetor. *Algo me diz que o Genival tem novidades para nós.* **Reportativo de mito:** *Diz que era um rei, tinha uma filha por casar...* **Assumido:** B: *Diz que pedacim do chifre cura quebrante.* M: Do chifre direito. Do chifre esquerdo, cura espinhela caída. **Inferencial:** Pois é, no Cassino da Urca, olha que chique. Parece até que ela é uma jovem muito simpática, culta, prendada... E rica, é claro. *Diz que a família dela tem muito dinheiro.* **De boato:** – E a mulher? – Levaram lá pra dentro. – *Diz que lá dentro escutam a gente sim.* – *Diz que às vezes eles ligam a choradeira das mães para os presos ouvirem.* – *Diz que é.* **Especulativo:** Inda conhece pobre? Que beleza... *Diz que tem dois meninos procurando o pai ali na esquina.*

principalmente, pela dependência morfológica entre a forma cristalizada (*diz*) e o complementizador (*que*) e pelas restrições que a forma sofre quanto às categorias de pessoa, número, tempo e modo. Tais mudanças levam, assim, a transformações no plano fonológico da forma que tem suas fronteiras entoacionais alteradas, comprovando a reanálise e a nova função do [*disk*ⁱ] como uma categoria funcional, um operador evidencial prototípico.

Nessa pesquisa, a autora sugere uma alteração no quadro de manifestação da evidencialidade no português brasileiro (PB):

O reconhecimento do *diz que* como integrante da categoria evidencial significa um enriquecimento no paradigma das qualificações proposicionais no PB. Os novos usos indiciam que o sistema evidencial gramatical no PB está em desenvolvimento, a partir de um processo de gramaticalização. E, ainda, caso o processo de gramaticalização prossiga, essa expressão é uma forte candidata a marcador evidencial gramatical prototípico (CASSEB-GALVÃO, 2001, p. 207).

Essa tendência que se verifica em relação à gramaticalização de verbos introdutórios de discurso como evidenciais (AIKHENVALD, 2004; BOYE; HARDER, 2009) parece ocorrer, também, com certos verbos indicadores de atos de fala. Lima (2011) mostra que, em português (europeu), a semelhança do que acontece no alemão, verbos de elocução indicadores de atos de fala como *prometer* e *ameaçar* podem adquirir significados evidenciais não básicos: segundo esse autor, tais verbos deixam de indicar apenas atos de fala (como em *o rei prometeu/ameaçou dar-lhe uma resposta*)⁵⁹ e passam a permitir uma leitura evidencial em razão da perda dos traços categorias “intencionalidade” e “causalidade” relacionados, respectivamente, ao sujeito e ao complemento desses verbos (como em *o filme promete ser um sucesso, as águas ameaçam inundar a cidade*). De acordo com o autor, esses usos permitem uma interpretação evidencial desses verbos: o falante infere o conteúdo descrito na situação. Tal inferência baseia-se no conhecimento específico (enciclopédico) que o falante tem a respeito da situação descrita na proposição.

Salientamos, ainda, que, conforme o autor, com a perda do traço “desejabilidade” relacionado ao complemento do verbo *prometer* no século 20, a distribuição complementar que antes havia entre *prometer* (“desejável”) e *ameaçar* (“indesejável”) é cancelada, tornando-se o verbo *prometer* o item não marcado do par; ao passo que *ameaçar* continua tendo seu uso restrito a eventos indesejáveis até os dias

⁵⁹ Exemplos ilustrativos retirados do próprio autor.

de hoje. Ainda consoante o autor, exemplos de *prometer* com complemento “neutro”, ou até mesmo com o traço “indesejabilidade”, não são difíceis de serem encontrados no português europeu atual (como em *É o princípio de braço-de-ferro que promete dominar a discussão e votação (...) do Orçamento de Estado*”, “*Presidente egípcio não se demitiu (...) Manifestações continuam hoje e prometem parar o país*). Evidentemente, não se pode negar, nesses usos, nuances semânticas secundárias relacionadas ao grau de certeza do falante, que não deseja se comprometer totalmente com o conteúdo descrito no enunciado.

Voltando à discussão sobre a gramaticalização do *diz que* no PB, Casseb-Galvão (2010), em artigo mais recente, apresenta novos argumentos que contribuem para fortalecer a hipótese sugerida em sua tese de doutoramento (defendida em 2001). Partindo das propriedades descritas por Aikhenvald (2004) para os sistemas evidenciais gramaticalizados, Casseb-Galvão defende que o sistema evidencial descrito pelo [*diskⁱ*] integra um sistema A3, do tipo simples, que cobre duas opções (evidenciais reportativos e qualquer outro evidencial), geralmente, expressos por uma única marca formal. Segundo Casseb-Galvão (2010), as propriedades do [*diskⁱ*] demonstram que essa forma é utilizada não apenas com um valor evidencial reportativo, mas assume a função de introdutor de narrativa (*token* de narrativa), sendo responsável por instaurar o universo discursivo inerente a um tipo especial de narrativa: a narrativa mítica folclórica, identificada com culturas indígenas, o que comprova, segundo a autora, que alterações no plano linguístico levam a alterações na constituição dos mundos discursivos⁶⁰. Os argumentos alavancados pela autora para justificar sua tese são os seguintes:

a) o fato de Aikhenvald mostrar que evidencial reportativo como marcador de um gênero narrativo é uma função universal, b) O [*diskⁱ*] *token* de narrativa mítica não tem valor epistêmico, logo, a evidencialidade reportada, construtora de mundo discursivo, é seu significado básico, c) o [*diskⁱ*] pode ser parafraseável por *era uma vez* nas narrativas tradicionais, ou nas fábulas, que tratam de experiências e valores universais, mas isso não se aplica a lendas e mitos que identificam culturas, comunidades individuais, especialmente, as identificadoras de culturas indígenas ou regionais (CASSEB-GALVÃO, 2001, p. 135).

De acordo com Aikhenvald (2004, p. 310), línguas com sistemas evidenciais obrigatórios desenvolvem convenções concernentes à escolha de certos evidenciais em

⁶⁰ Retomamos, aqui, o exemplo utilizado pela autora para demonstrar esse uso reportativo de mito do [*diskⁱ*] em narrativas de mito: “*Diz que lá na lonjura do tempo, no comecinho de todas as coisas, existiam três irmãos. Dois homens, e a irmã, Onhianmuaçabê, era moça bonita, também chamada Uniaí [...]* (CASSEB-GALVÃO, 2010, p. 132).

gêneros discursivos. Isso significa dizer que os evidenciais são frequentemente conceptualizados como marcas que representam a organização retórica ou o estilo de determinado gênero discursivo. A língua Tariana, segundo essa autora, exemplifica bem isso: diferentes tipos de histórias podem exigir diferentes tipos de convenções narrativas. Em contos populares ou fábulas, por exemplo, ocorre o morfema *pidana*⁶¹, cuja função é expressar, simultaneamente, um passado remoto associado à função evidencial reportativa.

Aikhenvald (2004, p. 9) reconhece, por outro lado, que uma escolha evidencial não esperada produz efeitos estilísticos que marcam sentidos adicionais, como sarcasmo, ironia e indignação ou, até mesmo, o “distanciamento” do falante com relação a informações que não são de primeira mão (cf. AIKHENVALD, 2004, p. 316). Isso mostra que, do ponto de vista cognitivo-pragmático, os evidenciais podem auxiliar na representação de práticas e atitudes culturais relevantes de certas comunidades.

Embora não possamos falar em convenções retóricas concernentes ao evidenciais nos mesmos termos estabelecidos por Aikhenvald (já que ela lida com sistemas gramaticais no qual o uso de um evidencial pode ser determinado (obrigatório) por motivações decorrentes do gênero discursivo), acreditamos que essas considerações sobre a correlação entre evidencialidade e contexto pragmático sejam relevantes também para explicar a preferência por certos subtipos evidenciais em determinados gêneros discursivos em sistemas evidenciais cuja expressão é primordialmente lexical. Conforme Romat; Topadze (2007, p. 17), por exemplo, no alemão moderno, a marcação da fonte da informação difere a depender do gênero narrativo: em notícias, diferentemente de narrativas tradicionais, a informação reportada é preferencialmente expressa por construções lexicais prepositivas, tais como *de acordo com*.

Feitas essas observações sobre a relação entre evidencialidade e gênero discursivo, tratemos da recente pesquisa de Casseb-Galvão (2011b), brevemente resenhada na seção 3.3 deste capítulo, que analisa, a partir dos postulados teórico-metodológicos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e da Teoria da Gramaticalização (GT), as propriedades semântico-discursivas e estruturais das diferentes possibilidades de uso do [*disk*ⁱ] que formam um paradigma evidencial no PB.

⁶¹ O exemplo apresentado pela autora é o seguinte (AIKHENVALD, 2004, p. 311):

i) pa:-piu-*pidana* paita neri
 one-CL:TIME-REM.P.REP one_NUM.CL:ANIM deer
 “Once upon a time there was a deer” (REPORTATIVO)
 “Era uma vez um veado”.

Nessa pesquisa, o objetivo da autora é constatar, tendo em vista os dados encontrados em Casseb-Galvão (2001), a adequação do modelo da GDF às especificidades funcionais e descritivas impostas pelo paradigma de gramaticalização dessa forma, que tem, como vimos, a predicação *ele diz que* como forma fonte, como formas intermediárias *dizem que* e *diz-se que* (boato), utilizadas, respectivamente, no português do Brasil e no português Europeu, e como formas mais avançadas no processo de dessemantização, os usos não predicativos, realizados pela forma fonológica e morfossintaticamente reanalisada [*disk*ⁱ].

Assim, partindo da aplicação de pressupostos consagrados da Teoria da Gramaticalização, como o princípio de unidirecionalidade, ao modelo *top-down* da GDF que estabelece diferentes níveis e camadas de organização gramatical⁶², Casseb-Galvão (2011b), como vimos, reconhece a necessidade de o modelo da GDF fazer duas adaptações em seus postulados, a saber:

- i) acrescentar à sua organização *top-down* um nível de organização linguística que dê conta das funções exclusivamente textuais, o denominado Nível Retórico, para descrever os usos como o [*disk*ⁱ] *token* de narrativa;
- ii) rever a classificação da subcategoria Genericidade no Nível Representacional. Como vimos na seção 3.3 anteriormente apresentada, Hengeveld; Mackenzie (2008) consideram esse tipo de evidencialidade, responsável pela expressão de um conhecimento amplamente compartilhado, como um subtipo evidencial relevante na camada da Proposição (Nível Representacional), uma vez que o caracterizam como sendo um Conteúdo Proposicional, ou seja, uma entidade mental de terceira ordem que pode ser avaliada em termos de seu valor de verdade. Segundo Casseb-Galvão (2011b), tal subtipo evidencial pode ser perfeitamente interpretado como um marcador reportativo, se consideramos, na expressão desse conhecimento compartilhado (de domínio comum), que o falante está apenas retransmitido um Conteúdo Comunicado que designa um conhecimento prévio, ou seja, uma verdade geral conhecida por todos. Assim, os elementos que exercem essa função atuam no Nível Interpessoal (das relações intersubjetivas) e não no Nível Representacional (das relações semânticas).

⁶² Vimos no capítulo 1 desta Tese que a GDF apresenta uma organização *top-down* de gramática, subdividindo o Componente Gramatical em quatro níveis hierarquicamente ordenados: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. Frisamos que esse componente (e, consequentemente, seus níveis e camadas constitutivas) interage com outros dois componentes não gramaticais: o Cognitivo e o Contextual. Tal interação ocorre por meio de dois tipos de operação: a de Formulação, relacionada às representações pragmáticas e semânticas relevantes em uma língua, e a de Codificação, responsável por transformar essas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas em uma dada língua.

Outro trabalho importante que contribuiu com as investigações sobre o desenvolvimento de marcadores de evidencialidade em língua portuguesa por meio do processo de gramaticalização foi o realizado por Gonçalves (2003). Nessa pesquisa, a partir de dados sincrônicos e diacrônicos do português brasileiro, Gonçalves analisa os diferentes usos do verbo *parecer*, buscando conjugar dados dos componentes sintático, semântico e pragmático, de modo a fornecer uma descrição mais completa de seus empregos.

Gonçalves (2003) reconhece que no PB existem cinco contextos de uso do verbo *parecer*, claramente diferenciados por propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas, a saber:

*Parecer*₁ (predicado verbal) > *Parecer*₂ (suporte da predicação / operador modal) > *Parecer*₃ (predicado de atitude proposicional) > *Parecer*₄ (quase-satélite atitudinal) > *Parecer*₅ (satélite atitudinal)⁶³

Apoiado no princípio de unidirecionalidade, Gonçalves (2003) organiza, como é possível verificar no quadro anterior, os cinco usos do verbo *parecer* em uma escala que reflete um aumento do grau de gramaticalização desse predicado e que mostra, como “ponto de partida” desse processo, o uso de *Parecer*₁, mais próximo das categorias dos verbos plenos, até chegar ao uso mais gramatical, que tem como forma alvo o *Parecer*₅, identificado com a categoria dos satélites atitudinais de natureza adverbial (uso parentético da forma).

Segundo esse autor, o *parecer*₁, cujo significado é “ter a mesma aparência de”, já apresenta um significado evidencial (*lato sensu*), uma vez que indica, por parte do falante, uma constatação visual acerca da semelhança entre estados-de-coisas observáveis no mundo. O *parecer*₂, conforme o autor, perde o estatuto de predicado e passa a funcionar como “cópula-suporte” (marcador de categorias gramaticais como tempo, aspecto e modo), mas pode ainda ter seu sentido relacionado com “ter

⁶³ Gonçalves (2003, p.96-97) apresenta os seguintes exemplos para ilustrar cada um dos usos do verbo *parecer*: **Parecer1:** Fica uma delícia (est) Fica uma delícia ... que (inint) Não fica aquele – fica cajuzinho cre/ caramelo, [o amendoim] *fica parecendo* um caramelo. **Parecer2:** [E e F vêm falando sobre a política nacional] E: o senhor *me parece* uma pessoa bem politizada mesmo, né?. **Parecer3:** D: você conhece por acaso as () ... as () do hipódromo? L: do hipódromo? Há um negócio que se chama aras... agora [o aras *me parece que* não é no hipódromo]... é o local onde o cavalo é é é... é cuidado... é tratado... **Parecer4:** [o pedágio passou para *parece que* setenta cruzeiro a partir de dia prime- depois de amanhã]. **Parecer5:** Naquele tempo não se tomava uísque tomava-se chope então tinha um barrilzinho de cho:pe uns... uns sanduíches... [naquele tempo devia ser presunto e queijo ... *parece*] ... eu não me lembro bem ((risos)) mas devia ser assim.

semelhança de” ou “ter a aparência de”, tal como se verifica em *parecer*₁. Na verdade, o autor esclarece que a diferença entre esses dois usos é que, em *parecer*₂, a comparação e a avaliação acontecem entre uma entidade referencial e um construto mental do falante, ao passo que, em *parecer*₁, a comparação é entre duas entidades referenciais. Além disso, nos usos que caracterizam esse estágio inicial de gramaticalização, verifica-se que *parecer*₂ possibilita uma interpretação modal epistêmica objetiva (de possibilidade) ao lado de uma interpretação evidencial que começa a emergir, revelando o falante como fonte da informação do conteúdo proposicional.

O *parecer*₃, por sua vez, é analisado como um predicado que encaixa um conteúdo proposicional. Comparado ao uso de *parecer*₂, *parecer*₃ é reanalisado sintático-semanticamente, passando a subcategorizar não apenas predicções do tipo estado, mas também outros tipos de complementos (finitos ou não-finitos), como ação, processo, evento etc. De acordo com Gonçalves (2003), esses usos de *parecer*₃ demonstram uma maior consistência para a interpretação desse verbo como portador de valores evidenciais e epistêmicos: o falante se mostra como fonte da inferência (evidência indireta inferida) expressa pelo verbo (valor primário), ao mesmo tempo que se descompromete com o valor de verdade da proposição, que é apresentada como provável/possível (valor secundário, decorrente do valor evidencial).

Em relação aos usos mais gramaticalizados, os que se encontram mais à direita da escala de gramaticalização (*parecer*₄ e *parecer*₅), Gonçalves caracteriza-os como satélites atitudinais de caráter adverbial, distinguindo-os apenas com relação a suas propriedades formais: *parecer*₄ funciona como um quase-satélite (com o complementizador *que*, o qual mostra com clareza o constituinte que ele escopa) e *parecer*₅, como um satélite (sem o complementizador *que*, o que demonstra total independência sintática do termo, podendo ocupar diferentes posições no enunciado – inicial, medial ou final). Ainda no que tange a esses usos, Gonçalves (2003) afirma que são os mesmos de *parecer*₃, apenas os meios categoriais são diferentes, ou seja, funcionam como satélites de atitudes proposicionais.

Em síntese, Gonçalves propõe que o verbo *parecer*, em seu estágio atual de gramaticalização, marca tanto evidencialidade quanto modalidade epistêmica, podendo vir a se desenvolver ainda mais e assumir um valor puramente evidencial. Assim, é possível que o PB, a exemplo de outras línguas com sistema gramatical evidencial, venha a gramaticalizar apenas evidência indireta, assumindo a evidência direta como forma não marcada ou marcada por zero (GONÇALVES, 2003, p. 231).

A seguir, apresentamos a síntese conclusiva deste capítulo, retomando os conteúdos mais pertinentes.

3.5 Síntese conclusiva

Neste capítulo, procuramos assumir uma definição de evidencialidade como um domínio conceitual-funcional universal. Essa definição não restringe a delimitação da “fonte da informação” apenas às categorias gramaticais, expressas por unidades morfológicas, mas coloca em questão o fato de que a evidencialidade é um mecanismo inerente às línguas naturais, podendo manifestar-se também por meios lexicais.

Buscamos defender que a evidencialidade constitui não apenas um domínio funcional conceitualmente independente da modalidade epistêmica, mas, também, do ponto de vista cognitivo, superior à qualificação modal dos estados-de-coisas. Lembramos, ainda, que defendemos que a evidencialidade tem como função básica a manifestação da fonte da informação, qualificando o modo como um conhecimento foi adquirido. Além disso, vimos que a evidencialidade pode, ainda, expressar graus de comprometimento do falante com o conteúdo de seus enunciados, a depender de seus propósitos comunicativos e do contexto textual-discursivo em que o item evidencial ocorre.

Apresentamos, ainda, as principais tipologias evidenciais, que, de modo geral, distinguem dois tipos básicos de evidencialidade: a direta (sensorial) e a indireta (reportativa e inferida). Em relação aos estudos realizados no português brasileiro, vimos que estes se dividem em, pelo menos, dois grupos de interesse: (i) os que objetivam analisar a expressão lexical ou gramatical e os efeitos de sentido da evidencialidade; (ii) os que procuram analisar o processo de gramaticalização envolvido no uso de certas unidades evidenciais.

No que tange à proposta tipológica da Gramática Discursivo-Funcional para a descrição da evidencialidade nas línguas naturais, vimos que esse modelo procura dar conta de fenômenos lexicais e/ou gramaticais, distinguindo, basicamente, quatro tipos de marcas evidenciais: a Reportativa, a Inferida, a Genericidade e a Percepção de Evento. Os marcadores reportativos atuam no Nível Interpessoal, na camada do Conteúdo Comunicado. As outras três unidades atuam no Nível Representacional. A Inferida e a Genericidade atuam na camada do Conteúdo Proposicional, distinguindo-se em termos de suas formas de manifestação e de seus efeitos de sentido. A Percepção de

Evento, por sua vez, atua na camada do Estado-de-Coisas, demonstrando que um conhecimento foi percebido pelo falante de modo direto.

Lembramos, também, as sugestões feitas por Casseb-Galvão (2011b) em relação ao tratamento da evidencialidade no modelo da GDF. Segundo essa autora, os dados referentes ao operador evidencial [*disk*ⁱ] no PB demonstram a necessidade de se propor um nível de organização linguística relacionado exclusivamente às variáveis textuais, o Nível Retórico, no qual estaria localizado o [*disk*ⁱ] *token* de narrativa. Além disso, para essa autora, a evidencialidade Genericidade pode ser interpretada como um subtipo evidencial reportativo, pertencente ao Nível Interpessoal, desde que se compreenda nesse uso da evidencialidade que o falante não está informando algo, mas apenas evocando, na comunicação com o ouvinte, uma verdade geral compartilhada por todos os participantes da interação.

Esta pesquisa parte, portanto, desses pressupostos teórico-metodológicos para investigar a manifestação da evidencialidade no português do século XX no contexto de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do instruir). De modo geral, buscamos fornecer uma descrição ampla desse domínio funcional em língua portuguesa, posto que consideramos a expressão da evidencialidade tanto por meio gramatical como por meio lexical (ou em processo de gramaticalização), correlacionando a função das unidades evidenciais e os diferentes contextos de uso em que se realizam.

4 METODOLOGIA

“Na sua essência, um *corpus*, seja de que tipo for, é tido como representativo da linguagem, de um idioma, ou de uma variedade dele. Ou como diz Leech, o *corpus* possui uma *função representativa*”.

(BERBER SARDINHA, 2004, p. 22).

Neste capítulo, apresentamos, na seção 4.1, os aspectos gerais que caracterizam o banco de textos – COMTELPO – que serviu de base para a constituição e a delimitação de nossa amostra textual. Considerando que as amostras textuais do COMTELPO são organizadas segundo o enfoque de agrupamentos de gêneros de Dolz; Schneuwly (1994, 1996), apresentamos, na seção 4.1.1, uma breve exposição sobre essa perspectiva teórica de investigação dos gêneros textuais, procurando explicitar os aspectos definidores de cada agrupamento de gêneros. Na seção 4.2, descrevemos os critérios adotados para a constituição de nosso *corpus* de análise do português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais (gêneros da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do instruir e prescrever). Na seção 4.3, apresentamos os procedimentos metodológicos gerais da pesquisa e, na subseção 4.3.1, discorremos sobre as categorias de análise consideradas na investigação da evidencialidade neste trabalho, exemplificando-as com ocorrências retiradas do *corpus*.

4.1 Características do *COMTELPO*

Para a constituição do *corpus* do português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais, utilizamos documentos pertencentes ao *Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa* – COMTELPO (2006), organizado por Figueiredo-Gomes e Pena-Ferreira⁶⁴, como uma das atividades do Estágio de Doutorado no exterior (bolsa *sanduíche* - PDEE/MEC/CAPES), realizado na Universidade de Lisboa

⁶⁴ O COMTELPO foi organizado com a finalidade de atender às necessidades de pesquisas de doutorado cujo objetivo era analisar processos de gramaticalização numa perspectiva pancrônica. Pena-Ferreira (2007): análise do processo de gramaticalização do verbo *chegar*; Figueiredo-Gomes (2008): análise do processo de gramaticalização da expressão *é que*.

durante o curso de Doutorado em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

Esse banco de dados é constituído por amostras textuais em suas variadas formas, denominadas *gêneros*, no sentido de textos empíricos (concretos). Compila um total de 687 textos⁶⁵ em 4.216 páginas, distribuídas em duas grandes partes: (i) textos pertencentes ao português de Portugal do século XII ao século XX, ressaltando-se que os séculos XIX e XX, subdividem-se em duas partes (1ª metade e 2ª metade); (ii) textos pertencentes ao português do Brasil dos séculos XIX e XX, também subdivididos em 1ª metade e 2ª metade, posto que só há registros de textos genuinamente brasileiros a partir dos fins do século XVIII.

Segundo os autores, os gêneros escolhidos para compor o COMTELPO foram aqueles de uso mais frequente na sociedade portuguesa e brasileira das diferentes épocas: em Portugal, do século XII ao XX, e, no Brasil, nos séculos XIX e XX. Assim, respeitando-se a diversidade e o domínio das preferências textuais de cada século, na seleção de textos do COMTELPO, os autores procuraram homogeneizar o volume textual de cada século e agrupar os diferentes textos segundo a proposta de Dolz; Schneuwly (1994, 1996), que sugerem *cinco agrupamentos de gêneros textuais*, a saber: *gêneros da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do instruir ou prescrever*.

Ressaltamos, ainda, que, além da subdivisão em agrupamentos de gêneros, o COMTELPO é organizado de acordo com os períodos que compõem a história da língua portuguesa, traçada por Esperança Carneira (2006), o que resultou na seguinte classificação: (i) século XII ao XIV – Português Antigo; (ii) século XV ao XVI – Português Médio; (iii) século XVII ao XVIII – Português Clássico; (iv) século XIX ao XX – Português Moderno.

Tendo em vista o que foi exposto sobre a organização e a delimitação do COMTELPO, acreditamos que esse banco de dados constitui uma excelente opção para os objetivos desta Tese: (i) porque apresenta uma amostra textual bastante representativa (tanto em relação à sua extensão quanto no que diz respeito ao fato de os textos selecionados serem os mais frequentemente utilizados nas sociedades portuguesa e brasileira nas diferentes épocas); (ii) porque é constituído por uma amostra textual autêntica, equilibrada e diversificada em termos do aspecto genérico da língua; (iii) porque distribui os diferentes gêneros textuais em cinco agrupamentos, permitindo,

⁶⁵ Textos escritos originais, fac-símiles ou transcrições com grafias preservadas ou editadas de manuscritos ou impressões originais.

assim, verificar os padrões que a linguagem forma em relação à evidencialidade, objetivo central deste trabalho.

Antes de explicitarmos os critérios adotados na constituição de nossa amostra textual, na seção 4.1.1 a seguir, discutimos, brevemente, o enfoque teórico de Dolz; Schneuwly (1994, 1996) em agrupamentos de gêneros, procurando explicitar os aspectos definidores que caracterizam cada agrupamento, noção também relevante nesta pesquisa.

4.1.1 Agrupamentos de gêneros⁶⁶

Dolz; Schneuwly (1994, 1996) baseiam-se em Bakhtin (1953/1979) para definir a noção de gênero. Para Bakhtin, o gênero comporta três aspectos centrais, a saber: (i) cada esfera de troca social elabora tipos *relativamente estáveis de enunciados* (os gêneros); (ii) três elementos os caracterizam: *conteúdo temático* - está relacionado àquilo que pode ser dito em um dado gênero, *estilo* - refere-se à seleção dos recursos disponíveis na língua, orientada pela posição enunciativa do produtor do texto e *construção composicional* - diz respeito à estrutura particular do texto pertencente a determinado gênero; (iii) a escolha de um dado gênero é condicionada pela *esfera* ou *domínio* da atividade humana, pelas necessidades da *temática*, pelo conjunto dos *participantes* (os papéis que assumem na interação) e pela vontade ou pela *intenção do locutor*.

Esses três fatores, segundo Dolz; Schneuwly (1994, p. 25), implicam uma definição de gênero como *instrumento* (“megainstrumento” constituído por um conjunto complexo de subsistemas semióticos). Para esses autores, essa metáfora explica bem a função fundamental do gênero: que é servir de meio (mediador) para as atividades com a linguagem (visão compatível com as perspectivas funcionalistas adotadas neste trabalho). De fato, a escolha de um gênero é definida segundo certo número de parâmetros (finalidade, destinatário, conteúdo temático, situação de comunicação) que determina sua ação, ou seja, sua função em uma situação de interação social, e suas características composicionais (relativas aos tipos de sequências textuais – narrativo, argumentativo, expositivo, injuntivo, descritivo e dialogal que predominam em um dado

⁶⁶ Ressaltamos que, embora nesta seção tratemos apenas da proposta de Dolz; Schneuwly (1996), outras tipologias estão disponíveis na literatura sobre esse tema, tais como a proposta de Martin; Rose (2008), a de Araújo (2012) e a de Bezerra (2012).

gênero)⁶⁷ e estilísticas (relativas às configurações das unidades linguísticas).

Segundo a perspectiva bakhtiniana, não há interação verbal que não seja por meio de textos realizados em algum gênero. Tais padrões sociocomunicativos, embora flexíveis e sujeitos à mudança, apresentam certa estabilidade, permitindo, assim, estandarizar as ações por meio da linguagem:

Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos; se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo de fala; se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (BAKHTIN, 1953/1979, p. 302).

Bakhtin distingue, ainda, duas classes de gêneros – *gêneros primários* e *gêneros secundários*. Os primários se constituíram em situações de comunicação verbal espontânea, funcionando em situações de comunicação imediata, cujas trocas são menos monitoradas por mecanismos de controle. Os secundários, por outro lado, aparecem em circunstâncias de comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica (BAKHTIN, 1953/1979, p. 281). Ainda de acordo com esse autor, os gêneros primários são os instrumentos de criação de muitos gêneros secundários que, no seu processo de formação, absorvem e reelaboram diversos gêneros primários, tal como o romance polifônico, que nasceu do diálogo socrático e da sátira menipeia.

Tomando como ponto de partida a proposta de Bakhtin para o estudo dos gêneros textuais e assumindo como centro de suas preocupações a aplicação da noção de gênero ao ensino de língua materna⁶⁸, Dolz; Schneuwly (1994, 1996) propõem três critérios fundamentais para agrupar os gêneros textuais. Assim, segundo os autores, é preciso que os agrupamentos: (i) correspondam às grandes finalidades sociais atribuídas ao ensino, respondendo às necessidades de linguagem (oral e escrita) em domínios essenciais da comunicação na sociedade; (ii) retomem, de modo flexível, certas distinções tipológicas que já configuram em vários manuais e guias escolares; (iii) sejam relativamente homogêneos no que diz respeito às *capacidades de linguagem* dominantes implicadas no domínio (maestria) dos gêneros agrupados (DOLZ; SCHNEUWLY, 1996, p. 50).

⁶⁷ Tipos ou sequências textuais são definidos por Dolz; Schneuwly (1994) como modos de organização de conteúdo, ou seja, sequências retóricas subjacentes à construção de qualquer gênero. Sob um ponto de vista psicológico, constituem reguladores psíquicos poderosos, transversais em relação aos gêneros (p. 33).

⁶⁸ Particularmente, questões relacionadas à seleção, à organização dos gêneros textuais ao longo do currículo escolar, bem como ao planejamento do ensino de gêneros na escola (*sequências didáticas*), permitindo, assim, o domínio dessas práticas sociais por parte dos alunos.

Partindo, portanto, desses três critérios, Dolz; Schneuwly (1994, 1996) agrupam os gêneros textuais em cinco categorias, tal como demonstra o quadro 6 a seguir:

Quadro 6: Proposta de agrupamento de gêneros textuais segundo Dolz; Schneuwly (1996)

Domínios sociais de comunicação Aspectos tipológicos Capacidades de linguagem dominantes	Exemplos de gêneros orais e escritos
Cultura literária ficcional Narrar Mimeses da ação através da criação da intriga no domínio do verossímil	conto maravilhoso, conto de fadas, fábula, lenda, narrativa de aventura, narrativa mítica, romance, novela, conto, crônica literária etc.
Documentação e memorização das ações humanas Relatar Representação pelo discurso de experiências vividas, situadas no tempo	relato de experiência, diário íntimo, notícia, reportagem ⁶⁹ , biografia etc.
Discussão de problemas sociais controversos Argumentar Sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição	artigo de opinião, editorial, carta do leitor, resenha crítica, discurso de defesa, discurso de acusação etc.
Transmissão e construção de saberes Expor Apresentação textual de diferentes formas de saberes	seminário, conferência, palestra, resumo, relatório científico etc ⁷⁰ .
Instruções e prescrições Descrever ações Regulação mútua de comportamentos	instruções, receita, regulamento, comandos, leis, normas etc.

Fonte: Dolz; Schneuwly (1996, p. 51-52).

Como podemos depreender do quadro 6, os agrupamentos de gêneros são suficientemente diferentes uns dos outros, haja vista as capacidades de linguagem globais que determinam ou motivam o funcionamento de cada agrupamento. Ressaltamos, no entanto, que esses agrupamentos assim definidos não são fechados uns com relação aos outros, isto é, não podemos, de modo algum, classificar cada gênero, de maneira absoluta, como pertencente a um dos agrupamentos; o máximo que podemos fazer, segundo os autores, é determinar certos gêneros que seriam os protótipos para cada agrupamento. Além disso, os autores observam que a originalidade de sua proposta

⁶⁹ Embora a notícia e a reportagem sejam colocadas, na proposta desses autores, na ordem do relatar, reconhecemos a relevância da ordem do narrar na caracterização desses gêneros.

⁷⁰ Apesar desses gêneros se realizarem linguisticamente pela ordem do expor, a ordem do argumentar é, também, bastante saliente nesses gêneros. Isso nos leva a perceber que os gêneros são, por natureza, híbridos.

não reside nos agrupamentos de gêneros em si, já que são semelhantes a outras propostas existentes, mas está, acima de tudo, no fato de a proposta se basear no nível do gênero e na tentativa de definir as capacidades de linguagem globais em relação às tipologias existentes (DOLZ; SCHNEUWLY, 1996, p. 50).

Antes de concluirmos esta breve exposição, acreditamos ser importante fazer uma última ressalva no que diz respeito à relação entre gênero e sequência textual: não devemos ver a distinção entre gênero e sequência textual como uma dicotomia. Na verdade, como nos lembra Marcuschi (2008, p. 156), tais noções “são dois aspectos constitutivos do funcionamento da língua em situações comunicativas da vida diária”, ou seja, são formas complementares que permitem o funcionamento do texto.

Como vimos, sempre que desejamos produzir alguma ação linguística em situação real, recorreremos a algum gênero. Por outro lado, a escolha de um gênero leva, necessariamente, à seleção de uma ou mais sequências de organização textual, dentro, é claro, do conjunto limitado de construções retóricas ontogenéticas possíveis - narrativa, argumentativa, expositiva, descritiva, dialogal (ADAM, 1992). Por essa razão, quando predomina um modo de organização em um dado texto concreto, dizemos que esse texto é um texto *narrativo* ou *argumentativo* ou *expositivo* ou *descritivo* ou *dialogal*⁷¹. Frisamos, no entanto, que, em um mesmo texto concreto, podemos constatar mais de uma sequência textual, como ocorre, por exemplo, com textos acadêmicos, em que, possivelmente, encontremos sequências expositivas e argumentativas. Outro exemplo é o que acontece com textos ficcionais, em que, frequentemente, verificamos não apenas a sequência narrativa, mas, também, as sequências dialogal e descritiva.

Adam (1992) propõe, em sua uma teorização da organização da infraestrutura dos textos, cinco protótipos de sequências textuais, ou seja, modelos abstratos de que os produtores e receptores de textos dispõem, na memória, para organizar o conteúdo temático dos textos na forma de macroestruturas, a saber: *narrativa*, *descritiva*, *argumentativa*, *explicativa* e *dialogal*.

A *sequência narrativa* caracteriza-se, segundo esse autor, pela marcação temporal cronológica e pela presença de agentes responsáveis pelo desencadeamento dos eventos (fatos) constitutivos da narrativa. Organiza-se em seis macroproposições, a saber: *situação inicial (orientação)*, *complicação*, *(re)ações (avaliação)*, *resolução*, *situação*

⁷¹ Há quem considere a sequência dialogal como um recurso da narrativa. Marcuschi (2008), por exemplo, opta por excluir esse tipo textual de sua tipologia e considera, diferentemente de Adam (1992), a sequência injuntiva, cuja finalidade é orientar, instruir, aconselhar um destinatário, apresentando abundância de formas verbais no imperativo e no infinitivo.

final e *moral*. As situações *inicial* e *final* representam os momentos de equilíbrio da ação, tendo, portanto, uma base mais descritiva. As macroproposições *complicação*, *(re)ações* e *resolução* caracterizam o esquema narrativo propriamente dito, pois dizem respeito, respectivamente, ao momento em que uma perturbação é criada, ao encadeamento de ações que aumentam a tensão e à redução efetiva da tensão que leva a uma nova situação de equilíbrio. A *moral* é uma reflexão complementar ao todo da narrativa, sendo função do narrador.

A *sequência descritiva* ocorre dificilmente sozinha em um texto. Faz, mais frequentemente, parte da sequência narrativa. Não apresenta uma estrutura linear fixa, consistindo, basicamente, na determinação de um *rótulo* e de um conjunto de propriedades relacionados a ele. Tal sequência estrutura-se em três macroproposições, a saber: *ancoragem* (objeto da descrição), *aspectualização* (decomposição do objeto da descrição, a partir da atribuição de propriedades) e *relacionamento* (estabelecimento de propriedades via comparação ou metaforização).

A *sequência argumentativa* caracteriza-se pela existência de uma tese, admitida sobre um determinado tema. Sobre essa tese, são propostos novos dados (informações), que orientam para uma conclusão ou nova tese. Tal sequência implica, portanto, raciocínio lógico, evidenciado em processos de inferência. As fases da sequência argumentativa são: *tese inicial (premissa)*, *argumentos*, *contra-argumentos* e *conclusão*. A *premissa* é uma constatação inicial que serve de ponto de partida para a argumentação. Os *argumentos* são informações que dão margem à conclusão. Os *contra-argumentos* dizem respeito a informações (dados) que operam uma restrição na orientação argumentativa do texto. Por fim, a *conclusão* integra a nova tese, em função dos efeitos dos argumentos e contra-argumentos.

A *sequência explicativa*, diferentemente da argumentativa, origina-se na constatação de um fenômeno apresentado como indiscutível (*constatação inicial*), que suscita questões (*problematização*) que requerem uma resposta (*resolução*). Ao final dessas macroproposições, temos o objeto reformulado em razão das respostas ao questionamento inicialmente proposto (*conclusão*).

A *sequência dialogal* é o componente principal, segundo Adam (1992), dos gêneros da comunicação humana, que se estruturam em turnos de fala. Tal sequência ocorre, portanto, quando dois indivíduos estão engajados em um diálogo. Essa sequência organiza-se, basicamente, em três fases gerais, a saber: *fase de abertura* (de caráter fático, em que os interactantes se contactam segundo os usos sociais próprios do

contexto onde estão inseridos), *fase transicional* (o conteúdo da interação é coconstruído) e *fase de encerramento* (também de caráter fático, em que os interactantes põem fim à interação).

Feitas essas considerações sobre gêneros textuais e sequências textuais, apresentamos, a seguir, os critérios de constituição de nossa amostra textual.

4.2 Constituição e delimitação da amostra textual da pesquisa

Considerando o propósito geral desta pesquisa, que é descrever e analisar a manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do instruir/prescrever) e a hipótese de que as escolhas realizadas no plano linguístico refletem fatores de natureza cognitivo-contextual, selecionamos, de cada agrupamento de gêneros pertencentes tanto ao português europeu e brasileiro do século XX (1ª metade – de 1900 a 1950 e 2ª metade – de 1951 a 1999) do COMTELPO, 20 páginas, totalizando 163 textos⁷², que, juntos, computam o número de 400 páginas escritas no século XX em Portugal e no Brasil⁷³. Tal amostra textual, por sua extensão e variedade tipológica, torna possível coletar um número satisfatório de ocorrências, o que permite o reconhecimento de traços linguísticos que caracterizam a evidencialidade em vários contextos discursivos, afinando-se, portanto, com os objetivos da presente análise. Em relação às variações do português (europeu e brasileiro), é importante ressaltarmos que, ao considerarmos ambas as formas, estamos salientando, em nossa análise, as possíveis diferenças e particularidades existentes entre essas variações do português com relação à manifestação da evidencialidade⁷⁴.

Frisamos, também, que a variedade na seleção de textos de cada agrupamento de

⁷² Esse número corresponde a 46 gêneros textuais, distribuídos entre os cinco agrupamentos de gêneros. Procuramos, ainda, equiparar a quantidade de textos e gêneros em cada agrupamento, de modo a homogeneizar a amostra (*Anexo A*).

⁷³ Não fornecemos o valor exato do volume textual de cada agrupamento de gêneros textuais, porque o COMTELPO ainda não se encontra digitalizado, o que impossibilita a contagem precisa do número de palavras em cada agrupamento. No entanto, para compensar tal falha, procuramos, na contagem do número de páginas, atentar para o tamanho da letra, para a presença de figuras, para o *layout* das páginas, de modo a equilibrar o volume textual relativo aos agrupamentos de gêneros em cada variação do português. Assim, em páginas nas quais a letra era muito pequena ou havia um número significativo de figuras, tivemos a preocupação de observar a quantidade de palavras, equiparando o volume dessas páginas à média verificada nas páginas mais usuais do COMTELPO.

⁷⁴ Como sabemos, o PE e PB se distanciam em vários níveis linguísticos (fonológico, morfológico, sintático). Trabalhos realizados por renomados sociolinguistas (tais como Rosa Virgínia Mattos, Fernando Tarallo, Marcos Bagno, Dante Lucchesi etc.) já demonstraram isso.

gêneros se justifica apenas por uma questão de diversificação de nossa amostra. Isso significa dizer que não levantamos hipóteses sobre as diferenças entre os “subgêneros” de cada agrupamento de gêneros do COMTELPO, uma vez que pretendemos elaborar “gramáticas evidenciais” que demonstrem as preferências relativas a cada dimensão textual-discursiva mais ampla do agrupamento. Assim, privilegiamos, neste estudo, uma visão mais global das propriedades funcionais, interacionais e composicionais que caracterizam os cinco agrupamentos de gêneros textuais.

Na seção 4.3 a seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos gerais adotados na pesquisa e a ficha de análise que serviu de base para a análise dos dados.

4.3 Procedimentos metodológicos gerais da pesquisa

Com base nos agrupamentos de gêneros textuais do COMTELPO, procedemos à análise da evidencialidade levando em consideração os seguintes passos:

- Identificação das ocorrências (637 na totalidade do *corpus*) a partir da leitura atenta das amostras textuais e análise dos dados com base na ficha de ocorrências⁷⁵. Tal ficha contém informações relevantes a respeito das categorias de análise discutidas na fundamentação teórica.

- Análise quantitativa dos dados: para a verificação de frequência (*frequencies*), cruzamento de variáveis e confecção de gráficos e tabelas, utilizamos o programa SPSS (*Statistical Package for Social Science*, versão 7.5 para *Windows*). A escolha desse programa computacional, desenvolvido primariamente para as Ciências Humanas, justifica-se porque levantamos hipóteses sobre as possíveis correlações entre os sentidos evidenciais e os agrupamentos de gêneros textuais na manifestação da evidencialidade. Embora nosso objeto de estudo não constitua um fenômeno linguístico variável, tal como define a Teoria Variacionista ou a Sociolinguística Quantitativa, a utilização dessa ferramenta constitui um instrumento metodológico relevante no que se refere à verificação da frequência e ao cruzamento de variáveis, possibilitando, assim, o exame do nível de significância de certo(s) traço(s) linguístico(s) ou

⁷⁵ Conferir ficha ao final da seção 4.3.1 a seguir, destinada à discussão sobre as categorias de análise consideradas na investigação da evidencialidade neste trabalho.

contextual(is) que explique(m) os condicionamentos pertinentes à manifestação da evidencialidade. Com tal procedimento, ressaltamos a importância da frequência para a descrição e análise da evidencialidade neste trabalho. Isso reafirma, ainda, nosso compromisso com o quadro teórico no qual este estudo se insere: o Funcionalismo Linguístico, para o qual a linguagem é um *sistema probabilístico*, dados os contextos em que os falantes o empregam (HALLIDAY, 1994). Nessa perspectiva, pressupõe-se que, embora muitos traços linguísticos sejam teoricamente possíveis, não ocorrem com a mesma frequência: a diferença de frequência entre os diferentes traços não é aleatória, mas, como se pode depreender de Biber (1993), é sistemática, ou seja, a alta frequência de um dado traço em certo contexto textual-discursivo demonstra a existência de um dado padrão que se evidencia pela recorrência. É, pois, pelo conhecimento da frequência atestada que se pode estimar a probabilidade teórica (BERBER SARDINHA, 2004, p. 32).

- Análise qualitativa dos dados à luz dos pressupostos teóricos assumidos.
- Sistematização dos resultados.

No item a seguir, apresentamos os parâmetros considerados na elaboração da ficha de análise, exemplificando-os com ocorrências do *corpus*.

4.3.1 *Categorias de análise*

Para a investigação da manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever), formulamos os seguintes questionamentos, os quais apresentamos a seguir:

- a) Que meios linguísticos (lexicais, gramaticais ou em processo de gramaticalização), considerados integralmente quanto aos aspectos semânticos e pragmático-discursivos, prestam-se à manifestação de estratégias evidenciais no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais?
- b) Qual a relação entre o tipo de fonte da informação e o modo de obtenção da

informação na manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais?

c) Que expedientes linguísticos e/ou contextuais marcam os graus de comprometimento do falante na manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais?

d) Em relação aos cinco agrupamentos de gêneros textuais, quais marcas evidenciais são mais frequentes, ou seja, há a preferência por determinado(s) tipo(s) evidencial(is) de acordo com o agrupamento de gênero textual?

e) Que agrupamentos de gêneros textuais são mais favoráveis à expressão da evidencialidade?

f) Qual a relação entre aspectos contextuais e a manifestação da evidencialidade nos agrupamentos de gêneros textuais?

Com vistas a responder, satisfatoriamente, tais questionamentos, a presente pesquisa baseia-se na proposta da Gramática Discursivo-Funcional para o estudo da evidencialidade. Além disso, subdivide as categorias de análise em cinco grupos, a saber: *a) categorias contextuais, b) categorias do Nível Retórico-Textual, c) categorias do Nível Interpessoal, d) categorias do Nível Representacional, e) categorias do Nível Morfossintático*. Tais categorias de análise operam a integração dos parâmetros morfossintáticos, semântico-pragmáticos e contextuais necessários para a sistematização dos sentidos evidenciais como estratégias textual-discursivas que colaboram na construção da veiculação das informações nos cinco agrupamentos de gêneros textuais.

4.3.1.1 Tipo de evidencialidade

No capítulo 3, vimos que a Gramática Discursivo-Funcional distingue, basicamente, quatro tipos de marcas evidenciais, a saber: a *Reportativa*, a *Inferida*, a *Genericidade* e a *Percepção de Evento*. Os marcadores Reportativos atuam no Nível Interpessoal, na camada do Conteúdo Comunicado. As outras três unidades atuam no Nível Representacional. A *Inferida* e a *Genericidade* atuam na camada do Conteúdo Proposicional, distinguindo-se em termos de suas formas de manifestação e de seus efeitos de sentido. A *Percepção de Evento*, por sua vez, atua na camada do Estado-de-Coisas, demonstrando que um conhecimento foi percebido pelo Falante de modo direto. A seguir, apresentamos as ocorrências (22), (23), (24) e (25) que exemplificam,

respectivamente, a evidencialidade Percepção de Evento, Inferida, Genericidade e Reportativa:

- (22) Vinha pela estrada um zabumba a bater. Todos correram para ver o que era. Vi então um homem todo amarrado de cordas a carregar uma cruz, com outro de chicote na mão batendo nele. (PBXX2MGOR493)⁷⁶.
- (23) Iniciamos hoje uma série de entrevistas com destacados artistas mineiros, através das quais eles nos informarão sobre seu trabalho artístico de ontem, de hoje e do que pretendem fazer futuramente, bem como de seu pensamento sobre a arte contemporânea. *Parecem-nos* muito valiosas estas informações colhidas diretamente dos artistas, pois, com elas, o leitor terá uma visão mais ampla do que se está fazendo em Minas no campo das artes plásticas... (PBXX2MGOA508).
- (24) *Sabe-se que* o character se apura no sofrimento, mas se adquire pela educação. (PEXX1MGOA104).
- (25) “Eu gosto de matar...” – uma ocasião ele pequenino *me disse*. PBXX2MGON428).

Em (22), a evidencialidade Percepção de Evento indica que o Falante testemunhou um Estado-de-Coisas acontecer. Em (23), a evidencialidade Inferida é utilizada quando o Falante deseja expressar um Conteúdo Proposicional que é resultado de uma conjectura baseada em evidências internas (construto mental). Na ocorrência (24), a evidencialidade Genericidade é responsável por caracterizar um Conteúdo Proposicional como parte de um corpo de conhecimento amplamente compartilhado. Em (25), a evidencialidade Reportativa diz respeito à retransmissão, por parte do Falante, de um Conteúdo Comunicado produzido por outro Falante em outra ocasião.

4.3.1.2 *Categorias contextuais*

Considerando a linguagem como uma atividade heterogênea condicionada por fatores de ordem social, histórica e discursiva, optamos por considerar as seguintes categorias contextuais: *variedade do português (europeu e brasileiro), período do*

⁷⁶ Ao final de cada ocorrência, apresentamos uma codificação que identifica a ocorrência no *corpus*. Assim, identificamos as ocorrências tendo em vista: (i) a variação do português (PB; PE), (ii) o século (XX), (iii) o período do século (1- 1ª metade: 1900 – 1950; 2 - 2ª metade: 1951 – 1999), (iv) o agrupamento de gêneros (GON, GOR, GOA, GOE, GOP), (v) o número da ocorrência na totalidade do *corpus*. Destacamos, ainda, que respeitamos o padrão ortográfico verificado nos textos originais.

*século XX (1ª metade e 2ª metade)*⁷⁷ e *agrupamento de gêneros textuais (gênero da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever)*. Tais categorias de análise são importantes porque nos ajudam a compreender de que modo os condicionamentos contextuais influenciam as escolhas evidenciais e sua forma de expressão, ou seja, que tipos de correlações há entre o plano linguístico e o contexto sociodiscursivo. Essas categorias são analisadas, principalmente, em termos de frequência quantitativa, não havendo, portanto, necessidade de exemplificá-las neste momento de nossa exposição.

4.3.1.3 *Categorias do Nível Retórico-Textual*

Para a análise do Nível Retórico-Textual, propomos duas categorias de investigação, a saber: *tipo de sequência textual (narrativo, argumentativo, explicativo, descritivo, injuntivo e dialogal)* e *tipo de discurso que enquadra a fala reportada (discurso direto e discurso indireto)*. Esses critérios permitem-nos distinguir importantes fatores linguísticos relativos ao texto: o primeiro fator ajuda a explicar como a evidencialidade atua na composição estrutural dos diferentes agrupamentos de gêneros, e o segundo demonstra como o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado é introduzido pelo Falante - se na forma de citação direta ou na forma de uma “paráfrase livre” da “fala” do sujeito reportado, o que demonstra o tipo de perspectiva que o Falante prefere adotar ao reportar a “voz” de outro em seu próprio Ato Discursivo. A escolha por uma dessas perspectivas revela, portanto, em maior ou menor grau, a “integração” do conteúdo reportado ao Componente Conceptual do Falante, que pode optar por apenas “transcrever” a “fala” do outro (menor comprometimento) ou apresentá-la a partir de seu ponto de vista (maior comprometimento). Os exemplos (26), (27) e (28), a seguir, demonstram tais categorias:

(26): É deste modo possível que se possa ter sido deputado da União Nacional e da Acção Nacional... Porque, hoje em dia, o que, politicamente, tem algum valor de eficácia, alguma utilidade prática é o manter-se agente, continuamente, no galarim, sem cuidar de defender ou propugnar quaisquer princípios morais ou sociais. Daí a atracção pelos economistas que *parece* imperar nas lutas pela liderança dos principais partidos. (PEXX2MGOA211).

⁷⁷ 1ª metade: 1900 – 1950; 2ª metade: 1951 – 1999.

(27): O pragmatismo é, *segundo* os dicionaristas, a doutrina filosófica que adota como critério da verdade a utilidade prática, identificando o verdadeiro como o útil. (PEXX2MGOA210).

(28): “Creio que Deus é Deus e os homens livres”, *exclamou*⁷⁸ o Herculano num dos seus poemas másculos. (PEXX2MGOE253).

Em (26), verificamos que a marca inferencial ocorre em uma proposição retórica argumentativa. Ancorado na informação precedente, o Falante infere uma conclusão (tese), que pode ser tida como sendo sua opinião propriamente dita. Na ocorrência (27), observamos que o Sintagma Preposicional introduz um Conteúdo Comunicado, cuja organização linguística se enquadra em uma sequência explicativa: uma definição que explica um termo (*pragmatismo*). Em (28), o Conteúdo Comunicado é enquadrado na forma de discurso direto, ao passo que, em (27), a forma de citação escolhida é a indireta (paráfrase). Ao apresentar a “fala” do outro a partir de uma citação direta, o Falante distingue, claramente, sua “fala” e a “fala” reportada. Por outro lado, quando opta por “reconstruir” a “fala” reportada, revela que o conteúdo asseverado por outro sujeito é apresentado segundo sua perspectiva subjetiva.

4.3.1.4 Categorias do Nível Interpessoal

No capítulo 2 deste trabalho, vimos que o Ato Discursivo nasce motivado pelo Componente Conceptual, uma vez que a expressão linguística reflete as intenções comunicativas do Falante (“força motriz que está por trás do Componente Gramatical”). Tendo em vista isso, as categorias desse nível visam a conferir relevância aos processos cognitivo-perceptuais envolvidos no uso da evidencialidade. Assim, para esse nível de análise, propomos os seguintes critérios: *tipo de Ilocução (declarativo, interrogativo, admirativo)*, *função da marca evidencial (informacional, pragmática e retórica)*⁷⁹, *presença de marca que demonstre adesão/afastamento em relação à fonte da informação* e *presença de marca modal epistêmica no enunciado*. Esses fatores possibilitam estabelecer distinções pertinentes quanto: (i) ao tipo de Ilocução ou força ilocucionária com que o enunciado evidencial é proferido; (ii) à função que a marca evidencial assume na formulação da intenção comunicativa do Falante; (iii) à presença

⁷⁸ Há verbos de elocução que, além de introduzirem um conteúdo reportado, qualificam o que é dito (NEVES, 2000, p. 50-52), havendo, nesses usos, uma sobreposição de funções (princípio da multifuncionalidade).

⁷⁹ Segundo Casseb-Galvão (2011b).

de marcas de adesão/afastamento que revelam o posicionamento do Falante em relação à fonte da informação; (iv) à presença de marca epistêmica que demonstra a correlação entre os domínios evidencial (fonte da informação sobre a qual o Falante apoia sua afirmação) e epistêmico (avaliação do Falante sobre o conteúdo de seus enunciados). Ressaltamos, ainda, que esses critérios contribuem para a identificação dos graus de comprometimento do Falante com o conteúdo de seus enunciados. Os exemplos (29), (30), (31), (32), a seguir, ilustram a aplicação dessas categorias em nosso *corpus*:

(29): Já Franz Bopp, o velho e verdadeiro criador da gramática indo-européia (cf. § 12), *admitiu que* os homens primitivos indo-europeus tenham transferido a noção de sexo do reino animal para tôdas as coisas do universo, que assim lhes aparecia como um grande conjunto de machos e fêmeas. (PBXX2MGOE554).

(30): Meu amigo lança fora, alegremente, o jornal que está lendo e diz: - Chega! Houve um desastre de trem na França, um acidente de mina na Inglaterra, um surto de peste na Índia. Você acredita nisso que os jornais *dizem*? Será o mundo assim, uma bola confusa, onde acontecem unicamente desastres e desgraças? (PBXX2MGOR470).

(31): Baronesa (a Rodrigo): - Que tem o senhor esta noite?! *Parece* preocupado! (PEXX1MGON21).

(32): Em 1912, Ribeiro *pensou que* o lirismo vulgar dos *zéjeis poderia* ter como origem uma antiga poesia galego-portuguesa, existente na Andaluzia. (PEXX1MGOE121).

No exemplo (29), além da presença de marca de avaliação em relação à fonte da informação reportada (*o velho e verdadeiro criador da gramática indo-europeia*), verificamos que a marca evidencial ocorre em contexto declarativo, apresentando função informacional. Em (30), por sua vez, o verbo de elocução aparece em um enunciado interrogativo. Em razão da força ilocucionária atribuída ao enunciado, a marca evidencial assume uma função pragmática, que contribui para a construção do efeito argumentativo expresso no enunciado. O exemplo (31), por outro lado, revela que o item inferencial *parecer* ocorre em um enunciado admirativo, demonstrando o estranhamento do Falante⁸⁰. Assim, embora apoie sua inferência em evidências visuais (por exemplo, a expressão facial de Rodrigo que demonstra preocupação), o Falante se mostra admirado com o Conteúdo Proposicional por ele inferido. Por fim, em (32), podemos observar a presença de um modalizador epistêmico (*poder*) após a marca

⁸⁰ Convém lembrarmos que *Falante* é uma categoria teórica do modelo interacional de Dik (1989).

evidencial Reportativa. Nesse caso, a avaliação não recai sobre a fonte, mas sobre o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

4.3.1.5 Categorias do Nível Representacional

Para a análise das propriedades semânticas da evidencialidade em língua portuguesa, consideramos as seguintes categorias de análise: *tipo de fonte da informação (falante, outro – definido ou indefinido – e genérico*⁸¹), *modo de obtenção da informação (evidência sensorial visual e não-visual, inferência por via direta (sensorial ou de resultado observável) e inferência por raciocínio lógico (de conhecimento pré-existente), relato colhido de L2*⁸², *relato de colhido de L3*⁸³ e *relato colhido na tradição) e valor semântico do verbo de elocução (marcado e não marcado)*⁸⁴. Os dois primeiros fatores operaram a correlação entre fonte e o modo de obtenção na manifestação da evidencialidade. Além disso, são importantes, juntamente com o último critério, para a interpretação dos efeitos de (des)comprometimento do Falante em relação ao conteúdo enunciado. Os exemplos (33), (34), (35), (36), (37) e (38), a seguir, ilustram essas categorias:

(33): Fui correspondente de O SÉCULO durante 30 anos; foi com mágoa que o vi “morrer” e é com imensa alegria que o vejo renascer. (PEXX2MGOA222).

(34): Deixando à parte qualquer dado comparativo com outros linguistas brasileiros, *parece-nos que* o mérito maior de Mattoso Câmara Jr. foi o de ter feito do magistério de Linguística uma profissão de fé. (PBXX2MGOA535).

(35): Avançando para mim, com passos vagarosos, fitava-me friamente. De repente mudou de expressão, como quem deixa cair uma máscara, e a rir perguntou-me donde eu vinha e quem era. Mas qual seria a máscara? Pensava, enquanto ele, sem ouvir a minha resposta, continuava a rir e a falar. Começou a *parecer-me* que a primeira impressão não tinha sido justa e que o Barão era, afinal, uma pessoa simpática. (PEXX1MGON10).

⁸¹ A fonte *genérico* diz respeito às informações resultantes do convívio social, que pertencem ao *senso comum* ou à tradição e são consideradas como verdades gerais compartilhadas que não precisam de comprovação.

⁸² 2ª mão – o Falante afirma ter colhido a informação de uma 2ª pessoa (conhecida ou conhecível), que testemunhou diretamente o evento descrito na situação de interação.

⁸³ 3ª mão – o Falante afirma ter colhido a informação de uma 3ª pessoa (anônima ou não definida), que não testemunhou diretamente a informação descrita na situação de interação.

⁸⁴ Os termos *marcado* e *não marcado* estão sendo utilizados em referência ao valor semântico do verbo de elocução. Não remetem, portanto, à definição de *marcação* estabelecida por Givón (1995).

- (36): O professor Décio Coutinho *sustenta que* desde a promulgação da Constituição de 1937 deixou de existir a classe de professôres civis com honras militares, no magistério militar. (PBXX2MGOP598).
- (37): E um Jisé Simplício – quem qualquer daqui jura ele tem um capeta em casa, miúdo satanazim, preso obrigado a ajudar em toda ganância que executa; razão que o Simplício se empresa em vias de completar de rico. Apre, por isso *dizem* também que a besta pra ele rupeia, nega de banda, não deixando, quando ele quer amontar... Superstição. (PBXX2MGON418).
- (38): O resultado da nenhuma intromissão do governo no ensino (superior) temo-lo nos Estados Unidos: o país que todos *nós sabemos* o que pesa e o que vale. (PBXX1MGOA382).

Em (33), o Falante apresenta-se como a fonte da informação, demonstrando que obteve a informação descrita, na situação, de forma direta (por meio visual). No exemplo (34), a fonte da inferência é o Falante, que infere o Conteúdo Proposicional com base em conhecimento existente. Já em (35), a informação é inferida com base em evidência direta (a expressão simpática do Barão). No exemplo (36), o Falante retransmite uma informação de 2ª mão. Nesse caso, percebemos o uso de um verbo de elocução axiologicamente marcado, favorecendo, portanto, uma maior interferência (avaliação) do Falante na fala reportada. Em (37), por outro lado, o Conteúdo Comunicado não pode ser atribuído a uma fonte definida, ao contrário, é apresentado como um boato (informação de 3ª mão), com verbo de elocução neutro do ponto de vista da avaliação do Falante. No exemplo (38), o Conteúdo Proposicional constitui um conhecimento compartilhado, pertencente ao conhecimento de mundo dos interactantes. Em relação ao modo de obtenção, não podemos dizer que o conteúdo asseverado, em (38), foi colhido na tradição. Na verdade, o valor que se sobressai, nesse caso, é o de compartilhado de uma informação apresentada como uma verdade geral, pertencente ao *sensu comum*.

4.3.1.6 Categorias do Nível Morfossintático

Para a investigação das propriedades morfossintáticas da evidencialidade em língua portuguesa, consideramos as seguintes categorias de análise: *contexto morfossintático de manifestação da evidencialidade* (*Expressão Linguística, Oração, Sintagma e Palavra*), *classe morfológica da marca evidencial* (*verbo, substantivo, adjetivo, advérbio e preposição*) e *ordenação da marca evidencial* (*inicial, medial e*

final). Esses fatores permitem-nos descrever as características dos meios linguísticos de expressão da evidencialidade e seu comportamento morfossintático. Os exemplos (39), (40), (41), (42) e (43), a seguir, demonstram como tais fatores se aplicam ao *corpus* analisado:

(39) Era um homem de olhos pequeninos, penetrantes, entrincheirados nuns óculos de míope, e tinha os cabelos raros e revoltos sôbre a testa vasta. ***Pareceu-me*** que seguia o julgamento com a mesma automática indiferença com os padres ofíciam. Digo mesmo – como se não acreditasse na eficácia da justiça. (PEXX1MGON23).

(40): ***Ouvi*** um soluço abafado num lenço, e depois um rumor de comentários. (PEXX1MGON27).

(41): ***Para o nosso filósofo***, uma relação – acto mental que une dois termos – não existe, incondicionalmente e em si, mas apenas por mediação e enquanto existem os seus correlatos. (PEXX2MGOE273).

(42): - O namoro não é o amor. Quem ama não precisa de namorar. Namorar é criar talvez um amor. Amar, amar só, é inspiração. Eu amei assim. – ***É romântica, vejo***. (PEXX1MGOA99).

No exemplo (39), a Expressão Linguística é composta por duas Orações que mantêm entre si uma relação de cossubordinação, evidenciada na dependência da Oração encaixada (que contém o Conteúdo Proposicional) à Oração principal (formada pela marca inferencial). Em (40), o verbo de percepção ocorre em uma Oração simples. O exemplo (41), por sua vez, demonstra a categoria Sintagma (no caso Preposicional). Nesses exemplos, a marca evidencial apresenta-se em posição inicial, ou seja, antepõe-se à fonte e/ou ao conteúdo do enunciado. No exemplo (42), observamos a categoria Palavra (verbo), funcionando, nesse contexto sintático, como um parentético. Nesse caso, a marca evidencial ocupa a posição final no enunciado.

No quadro 7, a seguir, apresentamos a ficha de ocorrências, que sumariza todas as categorias de análise exemplificadas neste capítulo.

Quadro 7: Ficha de análise das ocorrências

Ocorrência (43): *Vi que estava ali uma mulher forte, otimista e infeliz.* (PEXX1MGON03)

A) TIPO DE EVIDENCIALIDADE:

1. **Genericidade** () **Reportativa** () **Inferida** (x) **Percepção de Evento** ().

B) CATEGORIAS CONTEXTUAIS:

1. **Varietade do português:** europeu (x) brasileiro ().

2. **Período do século XX:** 1ª metade (x) 2ª metade ().

3. **Gênero textual:** GON (x) GOR () GOA () GOE () GOP/I ().

C) CATEGORIAS DO NÍVEL RETÓRICO/TEXTUAL:

1. **Tipo de sequência textual (ADAM, 1992; MARCUSCHI, 2008):** narrativo () argumentativo () explicativo () descritivo (x) injuntivo () dialogal ().

2. **Tipo de discurso enquadrando fala reportada:** discurso direto () discurso indireto ().

D) CATEGORIAS DO NÍVEL INTERPESSOAL:

1. **Tipo de ilocução:** declarativo (x) interrogativo () admirativo ().

2. **Função da marca evidencial:** informacional (x) pragmática () retórica ()

3. **Presença de marca de adesão/afastamento à fonte da informação:** sim () não ().

Marca de adesão: _____

4. **Presença de marca modal epistêmica no enunciado:** sim () não (x).

E) CATEGORIAS DO NÍVEL REPRESENTACIONAL:

1. **Tipo de fonte da informação:** falante (x) outro definido () outro indefinido () genérico ().

2. Modo de obtenção da informação:

2.1 **Evidência sensorial:** visual () não-visual ().

2.2 **Inferência baseada em evidência:** direta (sensorial ou de resultado observável) (x) não direta (de raciocínio, baseada em conhecimento pré-existente) ().

2.3 **Relato de:** 2ª mão () 3ª mão () tradição ().

3. **Valor semântico do verbo de elocução:** não-marcado () marcado ().

F) CATEGORIAS DO NÍVEL MORFOSSINTÁTICO:

1. **Contexto morfosintático de manifestação da evidencialidade:** expressão linguística (x) oração () sintagma () palavra () justaposição da fonte ().

1.1 **Classe morfológica da marca evidencial:** verbo (x) substantivo () adjetivo ()

advérbio () preposição ()

2. Ordenação da marca evidencial na expressão linguística: posição inicial (x)
posição medial () posição final ().

4.4 Síntese conclusiva

Neste capítulo, tratamos de questões metodológicas relativas à nossa pesquisa. Em primeiro lugar, apresentamos as características do COMTELPO, banco de textos de onde advêm as amostras textuais que constituem o *corpus* escrito do português do século XX no contexto de diferentes gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do instruir ou prescrever).

Explicamos os procedimentos adotados na constituição e delimitação de nossa amostra textual, de modo que essa amostra fosse representativa e adequada para os objetivos estipulados neste estudo. Tal como explicado, selecionamos, de cada agrupamento de gêneros pertencentes ao português europeu e brasileiro (1ª metade e 2ª metade do século XX) do COMTELPO, 20 páginas, totalizando 163 textos, que, juntos, computam um número total de 400 páginas escritas no século XX em Portugal e no Brasil.

Além de explicações referentes ao *corpus* de análise, apresentamos os principais procedimentos metodológicos, dentre os quais, a utilização de uma ferramenta computacional – o Programa SPSS, que visa à análise da frequência dos dados e do nível de significância de dado traço linguístico ou contextual na manifestação da evidencialidade.

Por fim, discorremos sobre os tipos de evidencialidade segundo a Gramática Discursivo-Funcional e as categorias de análise que orientam a investigação da evidencialidade nesta Tese, a saber: i) categorias do nível contextual; ii) categorias do Nível Retórico-Textual; iii) categorias do Nível Interpessoal; iv) categorias do Nível Representacional; v) categorias do Nível Morfossintático. O primeiro grupo diz respeito a fatores de natureza contextual que condicionam a manifestação da evidencialidade. O segundo grupo de categorias está relacionado aos fatores relativos à manifestação da evidencialidade na composição de textos. O terceiro grupo apresenta os critérios de ordem interpessoal, que determinam a formulação pragmática da evidencialidade. O quarto grupo, por sua vez, relaciona-se às categorias semânticas de expressão da

evidencialidade. Por último, o grupo cinco define os fatores morfossintáticos que caracterizam a manifestação da evidencialidade em língua portuguesa.

CAPÍTULO 5

A EVIDENCIALIDADE NO PORTUGUÊS ESCRITO DO SÉCULO XX NO CONTEXTO DE GÊNEROS TEXTUAIS

“É a intenção comunicativa, manifesta na negociação entre os usuários da língua na relação de interação verbal, que vai exigir a presença de elementos indicadores da origem do conhecimento asseverado”.

(CASSEB-GALVÃO, 2010, p. 131).

Neste capítulo, apresentamos os resultados decorrentes da análise da evidencialidade nos contextos de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever/instruir). Tendo em vista que este trabalho segue uma orientação funcionalista, descrevemos e analisamos a evidencialidade com base em critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos. Assim, por uma questão teórico-metodológica, organizamos este capítulo em cinco seções, que explicitam nossas categorias de análise, a saber: tipo de evidencialidade, categorias contextuais, retóricas, interpessoais, representacionais e morfossintáticas.

Como seguimos uma orientação *top-down* de constituição dos enunciados, conforme a Gramática Discursivo-Funcional, a organização hierárquica das seções visa a ser coerente com tal opção, explicitando, evidentemente, como a expressão linguística é moldada em razão de fatores de ordem conceptual e contextual. Além disso, tal escolha nos permite, ainda, verificar de que modo um nível condiciona o(s) outro(s). Ressaltamos, portanto, que a separação dos diferentes níveis (interpessoal, representacional e morfossintático) se deve a uma visão de gramática que, embora modular, prevê a interação/integração entre os níveis de análise.

Assim, na seção 5.1, discutimos o tipo de evidencialidade e sua correlação com aspectos contextuais (variedade do português – europeu e brasileiro, período do século XX – 1ª metade e 2ª metade, agrupamento de gêneros textuais). Na seção 5.2, examinamos a correlação entre evidencialidade e tipo de sequência textual, bem como apresentamos os dados relacionados ao tipo de discurso (direto e indireto) predominante nos casos de evidencialidade Reportativa. Na seção 5.3, investigamos os critérios

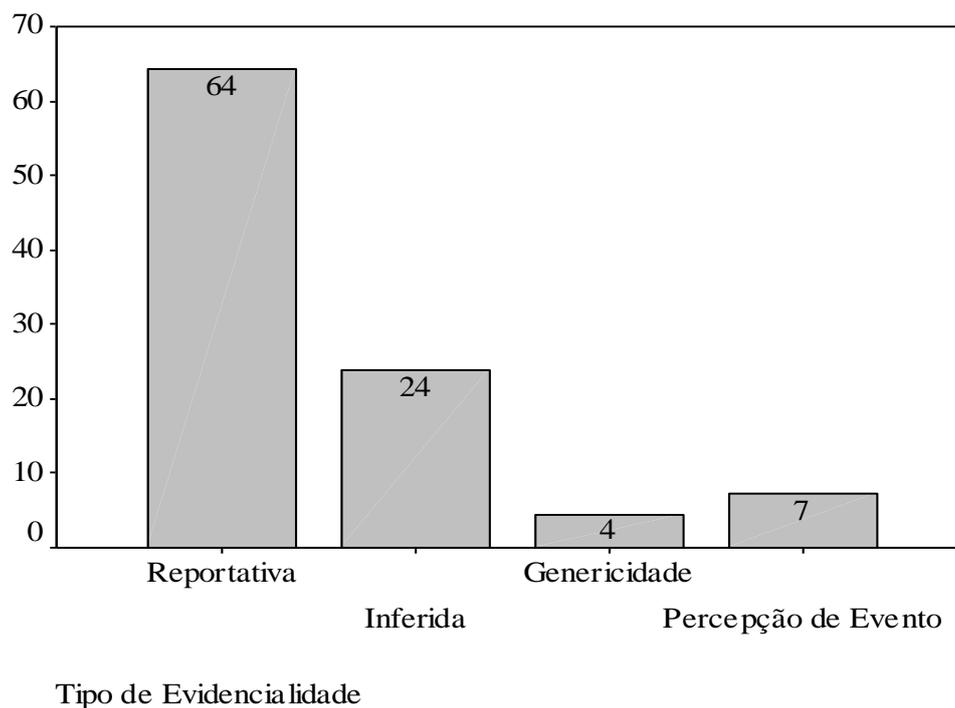
interpessoais envolvidos na manifestação da evidencialidade em nosso *corpus*, como tipo de locução (declarativo, interrogativo e admirativo), a função da marca evidencial (informacional, pragmática e retórica), além da presença, nos enunciados com “traços evidenciais”, de elementos de adesão ou afastamento em relação à fonte da informação e de itens epistêmicos. Na seção 5.4, discutimos os critérios representacionais relacionados à manifestação da evidencialidade. Tais critérios dizem respeito aos condicionamentos semânticos que determinam a evidencialidade em língua portuguesa, como o tipo de fonte e o modo de obtenção da informação. Nessa seção, apresentamos, ainda, os resultados relativos ao valor semântico (marcado e não marcado) dos verbos de elocução, formas de manifestação da evidencialidade Reportativa. Por fim, na seção 5.5, discorreremos sobre os critérios morfossintáticos, responsáveis pela descrição linguística da evidencialidade em nosso *corpus*.

5.1 Categorias contextuais

Defendemos a hipótese de que a manifestação da evidencialidade sofre condicionamentos decorrentes de fatores de natureza cognitivo-contextual. Assim, com vistas a verificar em que medida essa correlação se estabelece, optamos por considerar, como já explicitado no capítulo anterior, três categorias cognitivo-contextuais, tomadas em função da manifestação da evidencialidade: (i) agrupamento de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever/instruir), (ii) variação do português (europeu e brasileiro) e (iii) período do século XX (1ª metade e 2ª metade).

5.1.1 A evidencialidade na totalidade da amostra textual

No gráfico 1, a seguir, podemos verificar que a evidencialidade Reportativa constitui o tipo evidencial mais frequente na totalidade de nossa amostra textual (com 64,1%). A segunda estratégia evidencial mais recorrente é a Inferida, expressa em 24,0% de nosso *corpus*. As marcas de Percepção de Evento e Genericidade representam, respectivamente, com 7,5% e 4,4%, as estratégias evidenciais menos frequentes na totalidade dos agrupamentos de gêneros textuais.

Gráfico 1: A evidencialidade na totalidade da amostra textual

Tal resultado revela que, na marcação da fonte do conteúdo asseverado, predominam as marcas evidenciais relacionadas à obtenção da informação de forma indireta (*Reportativa*) e menos direta (*Inferida*). Isso demonstra que a evidencialidade, pelo menos quanto à nossa amostra textual, tende a ocorrer mais frequentemente quando o conteúdo descrito na situação foi adquirido nas relações interpessoais ou textuais do Falante ou quando se trata de uma suposição, inferência do Falante, elaborada com base em uma evidência observável ou, simplesmente, com base em conhecimento arquivado no Componente Conceptual do Falante (raciocínio lógico). As ocorrências (44) e (45), a seguir, demonstram tais estratégias em nosso *corpus*:

(44): “O que mais impressionou foi ver a coragem com que ele [o Governador Garotinho] encarou uma situação pela qual em parte era o responsável”, disse quem assistiu tudo, Chiquinho da Mangueira, um dos criadores da famosa Vila Olímpica da Estação Primeira. (PBXX2MGOR472).

(45): Aos corações brasileiros *parece* até que político bom é político morto – tanto que Tancredo Neves praticamente empata com Ayrton Senna na lista dos mortos lembrados com mais admiração pelo povo. (PBXX2MGOR464).

Em (44), o verbo de elocução *dizer* faz parte de uma construção de discurso

direto, em que o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado é marcado entre aspas e associado a outro Falante, especificado na nova situação de enunciação na qual a “fala” reportada é inserida. Na ocorrência (45), temos, por sua vez, o verbo *parecer* funcionando como marca de evidencialidade Inferida. Nesse caso, o Falante infere um Conteúdo Proposicional, a partir de um fato observável – os dados de uma pesquisa de popularidade que aponta Tancredo Neves como o político mais bem avaliado pelos brasileiros, empatando com Ayrton Senna, como uma das personalidades falecidas mais admiradas pelo povo. Observamos que o Falante, baseado nessa informação e no conhecimento que tem sobre a baixa popularidade dos políticos vivos brasileiros, infere o Conteúdo Proposicional (*político bom é político morto aos corações dos brasileiros*), demonstrando, como fonte da inferência, um maior grau de comprometimento em relação ao seu enunciado. Em (44), por outro lado, o Falante, ao apresentar de forma mais “fidedigna” o discurso do outro, “encena” um distanciamento (descomprometimento) no que diz respeito ao julgamento expresso no Conteúdo Comunicado do sujeito reportado.

Ressaltamos, ainda, que, em nosso *corpus*, encontramos casos de evidencialidade Inferida, cujo Conteúdo Proposicional contém um Episódio, ou seja, um ou mais de um Estado-de-Coisas tematicamente coerentes (em termos de continuidade de Tempo, Lugar e Indivíduo). Tais casos, embora raros (apenas 12 ocorrências dos casos de Inferida), estão diretamente relacionados a textos de estrutura composicional narrativa. Frisamos, no entanto, que, nem sempre, o cotexto deixa claro se o Episódio contido no Conteúdo Proposicional foi inferido a partir de uma evidência direta (sensorial) do Falante, como sugere Vendrame (2010) para esse tipo de marca evidencial. As ocorrências (46), (47) e (48), a seguir, apresentam um Conteúdo Proposicional que contém um Episódio inferido. Em (46), podemos afirmar que a inferência do Falante foi baseada em uma evidência sensorial. Já nas ocorrências (47) e (48), por outro lado, os Episódios descritos nessas situações foram inferidos a partir de outros “estímulos” (não visuais):

(46): Chego à janela de minha casa e *vejo que* umas coisas mudaram. [...] no lugar do pé de cajá-manga há uma mangueira; e um renque de acácias espanholas, amarelas e vermelhas, corre sob as janelas do lado. Vão construir no terreno em frente, onde havia aquela interminável família de negros [...]. (PBXX1MGOR339).

(47): A casa é longe e perdida. *Parece que* os seus habitantes fugiram, como eu,

do convívio humano, isolaram-se num círculo de desespero, perdidas as esperanças de se mesclarem com todo o conjunto social. (PBXX1MGON310).

(48): Embora a fuga tenha sido precipitada, os dois oficiais *parece* terem conseguido escapar-se pela Rua do Arsenal, ainda que lhes tenha sido movida imediatamente perseguição. (PEXX2MGOR163).

Na ocorrência (46), o Falante baseia-se em uma evidência direta para elaborar o Episódio expresso na proposição. Isso fica claro pelo contexto e pelo uso do verbo de percepção (*ver*), cujo sentido sugere que o Falante elaborou sua inferência com base em uma constatação observável. Em (47), por sua vez, compreendemos que a inferência do Falante foi apoiada em seu conhecimento de mundo, ou seja, foi baseada na experiência de vida do Falante, que supõe que, se alguém procura uma casa distante, longe de centros urbanos, é porque deseja se isolar do convívio social. Na ocorrência (48), a inferência foi elaborada a partir de um conhecimento adquirido nas relações interpessoais do Falante, que, por não ter presenciado o fato pessoal, resguarda-se quanto ao Episódio descrito na situação, demonstrando um menor grau de certeza em relação à sua inferência. Nesse uso, percebemos a sobreposição de valores evidenciais e epistêmicos.

Em relação às marcas evidenciais *Percepção de Evento* e *Genericidade*, que ocorrem em menor frequência no *corpus*, percebemos que seus usos dizem respeito ao propósito do Falante de apresentar, respectivamente: (i) uma informação como constatada de forma direta e (ii) uma informação contextualizada como um conhecimento amplamente compartilhado pelos participantes da interação.

Em outras palavras, na evidencialidade *Percepção de Evento*, o Estado-de-Coisas descrito na situação é qualificado como algo que foi percebido pelo próprio Falante, que se apresenta como fonte de tal constatação. Ao optar por descrever esse conteúdo como algo que foi obtido visualmente ou por meio de outros sentidos, como a audição, o tato ou, até mesmo, o olfato, o Falante revela seu comprometimento, imprimindo, portanto, uma maior confiabilidade em relação ao seu enunciado. A ocorrência (49), a seguir, exemplifica esse tipo de evidencialidade:

(49): A casa inteira ficou com medo. O médico mandara defumar tudo e falavam em febre que pegava nos outros. O caixãozinho azul chegou na cabeça do carreiro Targino. Foram tirar as flores do jardim da Tia Maria. E de uma coisa me recordo bem: *eu vi* lá na estrada a prima Lili carregada como se

fosse um saco de açúcar em viagem para as bandas da vila Pilar. (PBXX2MGOR494).

Na ocorrência (49), o verbo de percepção *ver* apresenta o Estado-de-Coisas como obtido de forma direta, por meio da visão. Ao contextualizar a informação como percebida pela visão, o Falante imprime um tom de maior realidade à sua recordação (maior comprometimento).

No caso da evidencialidade Genericidade, verificamos que seu efeito de sentido não está relacionado ao modo como uma informação foi obtida, mas à noção de compartilhamento, que revela uma informação tida como uma verdade geral. Isso significa dizer que a evidencialidade Genericidade não mantém uma relação direta, necessária, com o tipo de acesso a partir do qual o Falante obteve uma informação (direto, menos direto ou indireto), como ocorre, por exemplo, com a percepção, o relatado ou a inferência, mas apenas manifesta a noção de que a proposição integra tanto o Componente Conceptual do Falante como o do Ouvinte, que partilham tal informação, cujo valor de verdade não é posto em questão. Esse tipo de evidencialidade constitui, portanto, uma estratégia na qual a responsabilidade sobre o Conteúdo Proposicional é amenizada, remetendo a um efeito de “comunhão” entre a informação pragmática do Falante e do Ouvinte. A ocorrência (50), a seguir, exemplifica essa estratégia:

(50): *Sabe-se que*, qualquer que seja a índole da sociedade futura, essa sociedade não viverá, sem ter a sua frente competências e caracteres. (PEXX1MGOE102).

Em (50), o efeito de sentido expresso pela marca de Genericidade não está relacionado ao modo como a informação foi adquirida, mas ao fato de que o Conteúdo Proposicional constitui um saber compartilhado, aceito como uma verdade geral. Tal uso, embora menos frequente na totalidade do *corpus*, constitui estratégia interessante de veiculação da informação no texto – particularmente, de textos de natureza argumentativa e expositiva⁸⁵.

A seguir, apresentamos os resultados relacionados aos agrupamentos de gêneros textuais.

⁸⁵ Essa questão é tratada, mais detalhadamente, na seção seguinte.

5.1.2 A evidencialidade nos agrupamentos dos gêneros textuais

Em relação à frequência de ocorrência nos agrupamentos de gêneros textuais⁸⁶, a tabela 1, a seguir, demonstra que os GOR são os que mais apresentam formas de expressão da evidencialidade (com 190 ocorrências). Os GOA e os GOE empatam, em segundo lugar, como os agrupamentos que mais favorecem a manifestação da fonte da informação (com 149 ocorrências cada agrupamento). Os GON apresentam 104 ocorrências. Nos GOP/I, registramos, apenas, 45 ocorrências, sendo que a grande maioria são Reportativas.

Isso leva a crer que a evidencialidade, como estratégia textual-discursiva, tende a ser mais utilizada quando desejamos representar, por meio da linguagem: (i) experiências humanas vividas, situadas no tempo, (ii) opiniões, valores, julgamentos que temos a respeito do mundo, (iii) saberes que fomos adquirindo no convívio social e (iv) histórias criadas no domínio do verossímil. Por outro lado, a baixa frequência de marcas evidenciais nos GOP/I deve-se, provavelmente, às capacidades de linguagem predominantes nesse contexto, ou seja, ao fato de que, na regulamentação das ações humanas ou na descrição de ações, o que predomina são noções como obrigação e permissão, relacionadas à modalidade deôntica.

Tabela 1: Tipo de evidencialidade em função dos agrupamentos de gêneros textuais

		AGRUPAMENTO DE GÊNEROS						TOTAL
		GON	GOR	GOA	GOE	GOP		
TIPO DE EVIDENCIALIDADE	REPORTATIVA	Ocor.	59	126	79	105	39	408
		%	14,5%	30,9%	19,4%	25,7%	9,6%	100,0%
	INFERIDA	Ocor.	28	42	52	26	5	153
		%	18,3%	27,5%	34,0%	17,0%	3,3%	100,0%
	GENERICIDADE	Ocor.	3	2	11	11	1	28
		%	10,7%	7,1%	39,3%	39,3%	3,6%	100,0%
	PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocor.	14	20	7	7		48
		%	29,2%	41,7%	14,6%	14,6%		100,0%
TOTAL		Ocor.	104	190	149	149	45	637
		%	16,3%	29,8%	23,4%	23,4%	7,1%	100,0%

⁸⁶ GON – Gêneros da ordem narra; GOR – Gêneros da ordem do relatar; GOA – Gêneros da ordem do argumentar; GOE – Gêneros da ordem do expor; GOP – Gêneros da ordem do prescrever.

Embora a frequência revele a preferência por certas marcas evidenciais (Reportativas e Inferidas), uma análise mais detalhada dos resultados demonstra que a frequência dos tipos de evidencialidade varia conforme o agrupamento de gêneros textuais, revelando que a manifestação da evidencialidade parece estar relacionada a condicionamentos ligados ao contexto de produção linguística⁸⁷.

No caso da evidencialidade Reportativa, os três agrupamentos que apresentam mais ocorrências desse tipo de estratégia são, em número decrescente de frequência, os GOR (com 30,9%), os GOE (com 25,7%) e os GOA (com 19,4%). Os GON e os GOP exibem, respectivamente, 14,5% e 9,6% das marcas Reportativas. Tal resultado sugere que a forma indireta da fonte da informação parece ser mais utilizada quando o Falante deseja: (i) relatar suas experiências vividas, (ii) retransmitir seus saberes e (iii) sustentar suas opiniões.

Vejamos, a seguir, os efeitos de sentido que se estabelecem entre a evidencialidade Reportativa e as capacidades de linguagem decorrentes dos agrupamentos de gêneros textuais.

Nos GOR, a marca Reportativa assume efeitos de sentido que vão além da expressão indireta da fonte da informação. Em (51), a seguir, o Falante reproduz a “fala” de um terceiro, com vistas a descomprometer-se com o conteúdo reportado, mostrando-se, ao mesmo tempo, “fidedigno” à fonte da informação. Na ocorrência (52), na sequência, o discurso direto demonstra o desejo do Falante de recordar informações do passado que foram adquiridas por meio de suas relações interpessoais:

(51): De uma das janelas, o capitão Salgueiro Maia, pretendendo referir a agressão à vítima, *disse*: “É da mais elementar justiça que não se atende contra a liberdade de cada um sem que, primeiro, seja julgado”. (PEXX2MGOR161).

(52): Três dias se foram. Veio médico da Paraíba. As negras corriam com bacias de água quente e a casa ficou triste, muito triste. A negra Maria Pia chegou na cozinha para *dizer*: - Lili morreu. (PBXX2MGOR489).

⁸⁷ O SPSS apresenta uma ferramenta estatística, denominada *qui-quadrado* (*chi-square*), que avalia o grau de relevância no que diz respeito à relação entre duas ou três variáveis. Para que uma relação seja considerada significativa, isto é, não aleatória, o resultado do *qui-quadrado* deve ser inferior a 0,05 (valor tomado como referência para refutar a possibilidade de hipótese nula). No cruzamento entre tipo de evidencialidade e agrupamento de gêneros textuais, o teste *qui-quadrado* aponta, para essa relação, o valor de ,000 (coeficiente zero). Isso significa dizer que o grau de relação entre essas duas categorias é alto e que os dados não são aleatórios, levando a crer que os resultados são considerados significativos do ponto de vista estatístico (PESSOA, 2011, p. 82-83).

Nos GOE, a evidencialidade Reportativa assume uma importante função textual-discursiva. Por meio de uma citação, o Falante introduz uma explicação definidora, cuja fonte indireta da informação é uma pessoa célebre ou assim considerada na esfera social em que a informação é retransmitida. As ocorrências (53) e (54), a seguir, exemplificam essa função:

(53): Mas a serpente primavera ou dragão hermafrodita andino não tem características de um ser oceânico; nas representações de tribos indígenas vizinhas ao Uapés não a encontramos. Assim, entre os Witóto, *segundo* Wavrin (Moeurs et coutumes des indiens sauvages, p. 547), a Kusinamy é identificada como a serpente Boa. (PBXX2MGOE574).

(54): Na verdade, como *lembra* Cosériu, o método histórico-comparativo – e também o que em nossos dias se entende por linguística moderna – não estão à margem da tradição nem deixam de entecruzar-se com preocupações próprias de outros períodos, embora faltem os traços de ligação de uma tradição interrupta. (PBXX2MGOE585).

Nos GOA, a evidencialidade Reportativa funciona como um tipo de dado (argumento de autoridade), que embasa a argumentação do Falante na sustentação de um ponto de vista, tal como é exemplificado nas ocorrências (55) e (56) a seguir:

(55): Os que vivem longe do País, em terras estranhas, têm propensão para se deixar iludir pelas aparências. Criam imagens à semelhança dos seus desejos e experimentam depois as mais amargas decepções. Quando foi do assalto ao Santa Maria, Henrique Galvão, nas páginas do livro que lhe consagrou, *escreveu*: “... o impacto da nossa operação não causou ainda levantamento dos povos oprimidos” (Portugal e Espanha). (PEXX2MGOA216).

(56): Quem fala a verdade? Os homens que ensinaram a prestar culto às imagens ou Jesus, que *disse*: “Não farás para ti imagem de escultura nem semelhança alguma do que há em cima do céu ou embaixo da terra. Não te encurvarás a elas nem as servirás”. (PBXX2MGOA523).

Nos GON⁸⁸, a estratégia evidencial Reportativa marca a “heterogeneidade enunciativa” no texto, manifestando, como maior ou menor “fidedignidade”, as

⁸⁸ Nos GON, consideramos como estratégias reportativas apenas os casos em que: (i) o Conteúdo Comunicado se encontra em uma narrativa pretérita; (ii) o Falante é narrador-personagem, que narra os fatos em 1ª pessoa, e reporta a “voz” de outro sujeito dentro de seu próprio Ato Discursivo; (iii) o Falante é narrador-seletivo, que narra os fatos em 3ª pessoa, e que, no relato de suas impressões (avaliações) sobre um personagem, reporta a fala desse personagem, com vista a “comprovar”, por meio de um discurso reportado, sua avaliação; (iv) o Falante é personagem da narrativa, que reporta (retoma), em seu Ato Discursivo, a “fala” de outro sujeito.

“palavras” de outro sujeito, que tem sua “fala” restituída em uma nova situação de enunciação. Nas ocorrências (57) e (58), a seguir, o Falante “faz o outro falar”, ao “traduzir” as palavras desse outro definido em seu próprio Ato Discursivo:

(57): Retiram-se a uma parte D. João V e o inquisidor, e este diz, Aquele que além está é frei António de S. José, a quem, falando-lhe eu sobre a tristeza de vossa majestade por lhe não dar filhos a rainha nossa senhora, pedi que encomendasse vossa majestade a Deus para que lhe desse sucessão [...] ele *respondeu-me*, palavras enfim muito claras, *que* se vossa majestade promettesse levantar um convento na vila de Mafra, Deus lhe daria sucessão, e tendo declarado isso, calou-se D. Nuno e fez uma aceno ao arábico. (PEXX2MGON174).

(58): [...] eles restaram cegos (os meninos do Aleixo). Cegos, sem remissão dum favinho de luz dessa nossa! O senhor imagine: uma escadinha – três meninos e uma menina – todos cegados. Sem remediável. O Aleixo não perdeu o juízo; mas mudou: ah, demudou completo – agora vive da banda de Deus, suando para ser bom e caridoso em todas suas horas da noite e do dia. [...] Ele mesmo *diz que* foi um homem de sorte, porque Deus quis ter pena dele, transformar para lá o rumo de sua alma. (PBXX2MGON426).

Nos GOP/I, a regulamentação ou a prescrição das normas sociais são estabelecidas a partir de um item evidencial Reportativo, cuja fonte da informação faz referência a uma lei ou instituição normativa. As ocorrências (59) e (60), a seguir, demonstram tal efeito de sentido:

(59): O governador geral *informou* como se lê a fl. 19; e o Ministério Público *respondeu* a fl. 29 *que* o recorrente só terá direito à totalidade dos vencimentos se no processo disciplinar vier a julgar-se improcedência completa das arguições feitas. (PEXX1MGOP145).

(60): O art. 122 *diz que* o funcionário perderá o vencimento do dia, se não comparecer ao serviço, salvo por motivo legal ou moléstia comprovada. (PBXX2MGOP593).

No caso da evidencialidade Inferida, observamos que os gêneros argumentativos (GOA) são os que mais favorecem o uso desse tipo de evidencialidade em nosso *corpus* de análise (34,0%). Esse resultado demonstra que a inferência é uma experiência evidencial relacionada à necessidade comunicativa do Falante de sustentar, refutar e negociar tomadas de posição. Revela, ainda, que a inferência, como um processo cognitivo, faz parte da estrutura composicional do texto argumentativo, mostrando que o pensamento inferencial está diretamente envolvido com a construção de conclusões

elaboradas a partir de premissas (dados), observáveis na situação de interação ou acumuladas no Componente Conceptual do Falante. Tal estrutura composicional, favorece, portanto, o desenvolvimento do pensamento lógico, através de operações inferenciais dos produtores textuais. As ocorrências (61) e (62), a seguir, exemplificam esse tipo de evidencialidade:

(61): Outra atitude de João Cabral, tida como “cerebral” é a sua obsessão do prosaico, em oposição ao que se convencionou chamar de “poético”. Assim, mais uma vez, a criação cabralina é inquiridora, e *parece*, a cada passo, fazer a pergunta: o que é poesia? (PBXX2MGOA534).

(62): A definição de sensacionismo, ou sequer subsídios para uma definição, está ausente na correspondência de Sá Carneiro. Em Pessoa, pelo contrário, iremos encontrar um esforço de especulação teórica sobre o tema – reflexões que não deixam todavia de ser problemáticas e não isentas de contradições. Sem pretender fazer uma análise aprofundada do seu universo estético, que seria descabida neste lugar, *parece-me* contudo que o aspecto relevante neste contexto, a relação com o futurismo, para ser definida com algum rigor, não dispensa uma incursão, embora rápida, nos ismos pessoanos. (PEXX2MGOE263).

Em relação aos outros agrupamentos de gêneros textuais, percebemos que os GOR são, após os GOA, os que mais favorecem a utilização de marcas Inferidas (27,5%). Embora os gêneros que compõem o agrupamento de gêneros da ordem do relatar acionem a mesma capacidade de linguagem, que é a de representar, por meio da linguagem, experiências vividas e situadas no tempo, podemos afirmar que os efeitos de sentido da evidencialidade Inferida nesse agrupamento estão relacionados à natureza intersubjetiva do relato, ou seja, se o Falante relata um fato no qual não está envolvido diretamente ou se relata uma experiência pessoal. No primeiro caso, o uso da evidencialidade Inferida pode, por exemplo, suscitar efeitos de descomprometimento do Falante relação ao Conteúdo Proposicional inferido, indicando que a inferência do Falante foi apoiada em um dado que não foi totalmente confirmado. Além disso, pode, também, estar relacionado à necessidade argumentativa do Falante, ou seja, à possibilidade de inferir relações a partir de dados observáveis, com o objetivo de orientar a interpretação argumentativa do Ouvinte em relação a determinado assunto. No segundo caso, a estratégia inferencial revela a subjetividade do Falante, que, como alguém que vivenciou determinada experiência, infere um Conteúdo Proposicional, muitas vezes, relacionado a seu universo mental. A ocorrência (48), retomada a seguir,

indica uma inferência do Falante, que sinaliza seu descomprometimento com relação à confiabilidade da informação. Já as ocorrências (63) e (64), na sequência, exemplificam, respectivamente, uma conclusão do Falante, apoiada em dados observáveis e uma impressão do Falante, que revela sua subjetividade:

(48): Embora a fuga tenha sido precipitada, os dois oficiais *parece* terem conseguido escapar-se pela Rua do Arsenal, ainda que lhes tenha sido movida imediatamente perseguição. (PEXX2MGOR163).

(63): A pesquisa mostra claramente que não é fácil para a população exercer tal amor, expresso no orgulho de ser brasileiro, num dia-a-dia marcado pelo medo da violência nas grandes cidades e pela dificuldade de conseguir ou até mesmo manter um emprego nestes tempos de economia globalizada [...] A violência e o desemprego são os grandes fantasmas desta sociedade que já não se satisfaz com a estabilidade monetária garantida pelo Real e *parece* sonhar com as benesses da vida moderna devidamente equilibrada por um mínimo de segurança nos lares, no trabalho e nas ruas. (PBXX2MGOR456).

(64): Mais grossa ou mais fina, alta ou baixa, esta música entristecia ao entardecer, e à noite, debaixo das estrelas nítidas, *parecia* fazer-se mais nítida e mais penetrante. (PEXX1MGOR56).

Nos GON, constatamos 18,3% de marcas evidenciais Inferidas. No domínio do verossímil, através da prática da *mímesis*, o narrador e/ou os personagens são representados como seres humanos, capazes de gerar conhecimento a partir de raciocínio lógico. As ocorrências (65) e (66), a seguir, exemplificam esse tipo de evidencialidade nos gêneros narrativos:

(65): Pensei em não inquirir mais nada e fazer um extenso relatório a justificar e defender a professora que, por manifesta superioridade de interesses intelectuais, era uma pessoa inadaptável àquele meio. Entretanto veio um mau café em grandes chávenas de chá, que não consegui beber. Mas ela bebeu-o. E de repente *vi que* não era tão verdade como supunha a inadaptação ao meio. (PEXX1MGON05).

(66): [...] eles restaram cegos (os meninos do Aleixo). Cegos, sem remissão dum favinho de luz dessa nossa! O senhor imagine: uma escadinha – três meninos e uma menina – todos cegados. Sem remediável. O Aleixo não perdeu o juízo; mas mudou: ah, demudou completo – agora vive da banda de Deus, suando para ser bom e caridoso em todas suas horas da noite e do dia. *Parece* até que ficou o feliz, que antes não era. (PBXX2MGON425).

Nos GOE, verificamos 17,0% de marcas Inferidas. Nesse contexto, essa estratégia evidencial está relacionada ao pensamento dedutivo do Falante, que, como “cientista”, chega a uma conclusão a partir da observação e da análise dos fatos. A ocorrência (67), a seguir, exemplifica esse efeito de sentido:

(67): Mas a síntese que o romance é pode tomar aspectos infinitos, como varia infinitamente o elemento “homem” da contradição. E a “natureza” se apresenta, em cada instante, conforme o aspecto particular da representação em cada homem. E a síntese guardará a marca singular da tese. Isto *parece* justificar qualquer objecção à limitação do campo e da expressividade do romance. (PBXX1MGOE399).

Nos GOP, observamos poucos casos de marcas inferenciais (apenas 3,3%). Nesse agrupamento, a estratégia inferencial ocorre quando o Falante, apoiado em uma lei ou em um código, infere um Conteúdo Proposicional, deliberando algo sobre ele. A ocorrência (68), a seguir, exemplifica esse caso:

(68): Não *me parece* exato que os favores indicados nas cláusulas I e II dêse termo de contrato sejam ilegais, visto não cogitar dêles o arti. 7º do Decreto nº 6.161, de 10 de março de 1904, que só se refere à construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré. (PBXX1MGOP409).

No que diz respeito à estratégia de Genericidade, observamos que seu uso é pouco recorrente nos agrupamentos dos gêneros da ordem do prescrever (com 3,6%), do relatar (com 7,1%) e do narrar (10,7%). Os GOA e os GOE, por outro lado, constituem os agrupamentos mais favoráveis para a expressão desse tipo de estratégia evidencial (empatam com o percentual de 39,3%). Isso indica que, no uso da linguagem, a evidencialidade Genericidade está relacionada à preservação de face na argumentação e na exposição de assuntos. Na argumentação, funciona como um argumento consensual (universal), que não necessita de comprovação imediata. Na exposição, por sua vez, revela uma forma de saber que, por ser compartilhada, tem mais valor argumentativo. As ocorrências (69) e (70), a seguir, exemplificam tais estratégias:

(69): Bem *sabemos que* uma das consequências morais que a guerra desencadeou no mundo foi essa vertigem no egoísmo das classes que parece ter-se apoderado de tudo e de todos e que entre nós está assumindo as trágicas proporções duma verdadeira corrida para o abismo. (PEXX1MGOA80).

(70): *Estamos cansados de saber*, por intermédio dos nossos primeiros compêndios de História do Brasil, que foi a capitania de Duarte a que mais prosperou. (PBXX1MGOE394).

No tocante à evidencialidade Percepção de Evento, os agrupamentos que mais favorecem o uso desse tipo de evidencialidade são, em ordem decrescente de frequência, os GOR (com 41,7%) e os GON (29,2%). Nos gêneros da ordem do argumentar e do expor, a Percepção de Evento tem o mesmo percentual (14,6%). Nos GOP, nenhuma ocorrência foi constatada. Como a evidencialidade Percepção de Evento relaciona-se à capacidade perceptual humana (de perceber o ambiente e dele derivar conhecimento), é, de certo modo, esperado que esse tipo de estratégia evidencial aconteça, com mais frequência, em gêneros que envolvam a narração de eventos verificados no mundo real (gênero do relatar) ou no universo do verossímil (gênero do narrar). A ocorrência (71) e (72), a seguir, exemplificam, respectivamente, a Percepção de Evento nos GOR e nos GON:

(71): E *vi* uma população sadia de sangue rico e vermelho, que trabalha a cantar e que baila nos arraiais com verdadeira alegria, pura e fresca como a água das nascentes da Serra. (PEXX1MGOR48).

(72): Minha mulher esperava, atrás de mim. Voltei-me e *vi-a* sorrir entre as lágrimas. (PEXX1MGON33).

Nos GOE, a Percepção de Evento ocorre quando o Falante deseja demonstrar um efeito de verificação, constatação em relação ao Estado-de-Coisas descrito na situação. As ocorrências (73) e (74), a seguir, exemplificam tal estratégia:

(73): Mais tarde, porém, *assistimos* ao aparecimento de duas novas classes, ambas de gente que é adstrita ao solo, que está presa a terra: o agricultor.... e o “colono”... (PEXX2MGOE250).

(74): Houve uma oposição básica entre as noções de seres ANIMADOS e seres INANIMADOS (gênero neutro); ainda é ela, com efeito, que exclusivamente *vemos* vigorar em HITITA, onde falta o feminino (cf. Sturtevant, 1933, 162).

Quanto aos GOA, a Percepção de Evento serve para fundamentar argumentos baseados em técnicas argumentativas do tipo exemplificação ou ilustração: fugindo à estrutura convencional do texto argumentativo, o Falante relata ou narra um evento que causa um efeito emocional direto sobre o Ouvinte, fazendo-o, assim, “vivenciar” de

perto a questão em análise. A ocorrência (75), a seguir, demonstra essa estratégia:

(75): Um dia destes, enquanto esperava a minha vez numa sala de espera [...] vi-me obrigado a ir abrir a janela, contra a vontade do moço que fazia de secretário do figurão [...] O ambiente, de certo ponto em diante, lembrava a passagem do Túnel Grande, na serra do Mar, quando os passageiros são forçados a tapar a boca com o lenço, para não morrerem sufocados pela fumaceira do trem. [...] De certo, não seria lícito pedir às duas moderníssimas criaturas que parassem de fumar. [...] Vamos, porém, ao caso das mulheres que fumam. É notória a insatisfação do belo sexo. A triste verdade é que as mulheres não querem mais ser mulheres. Por que? [...] (PBXX1MGOA361).

Em relação aos GOP, a não ocorrência de casos de Percepção de Evento revela que a regulamentação e a prescrição de ações, embora possa, evidentemente, em sua formulação, basear-se em experiências humanas concretas, é transmitida a partir de uma fonte, que, para seus efeitos de lei ou norma, toma a dimensão de uma entidade abstrata, que se coloca acima do indivíduo, representando a sociedade civil como um todo.

Vejamos, adiante, a relação entre evidencialidade, variação do português e período do século XX.

5.1.3 A relação entre evidencialidade, variação do português e período do século XX

Vejamos, na tabela 2 a seguir, o cruzamento entre as variáveis tipo de evidencialidade, variação do português e período do século XX. O teste *qui-quadrado* mostra que a relação entre esses fatores é fraca, ou seja, há uma “levíssima” associação entre essas variáveis. Aponta, ainda, que essa associação é menos fraca, ou seja, mais significativa na segunda metade do século XX do que na primeira metade desse século⁸⁹.

⁸⁹ Na 1ª metade do século XX, o teste aponta o valor 0,114 para a relação entre esses três fatores. Na 2ª metade do século XX, apesar do coeficiente do teste continuar ainda ser superior a 0,05 (0,073), a relação entre as variáveis mostra-se menos aleatória, demonstrando uma associação mais significativa entre esses fatores.

Tabela 2: Relação: evidencialidade, variação do português e período do século XX

PERÍODO SÉCULO XX	TIPO DE EVIDENCIALIDADE	REPORTATIVA		VARIEDADE DO PORTUGUÊS		
				PE	PB	TOTAL
1ª XX	REPORTATIVA	Ocor.		77	77	154
		%		50,0%	50,0%	100,0%
	INFERIDA	Ocor.		46	39	85
		%		54,1%	45,9%	100,0%
	GENERICIDADE	Ocor.		12	6	18
		%		66,7%	33,3%	100,0%
	PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocor.		19	7	26
		%		73,1%	26,9%	100,0%
	TOTAL	Ocor.		154	129	283
		%		54,4%	45,6%	100,0%
2ª XX	REPORTATIVA	Ocor.		118	136	254
		%		46,5%	53,5%	100,0%
	INFERIDA	Ocor.		20	48	68
		%		29,4%	70,6%	100,0%
	GENERICIDADE	Ocor.		5	5	10
		%		50,0%	50,0%	100,0%
	PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocor.		8	14	22
		%		36,4%	63,6%	100,0%
	TOTAL	Ocor.		151	203	354
		%		42,7%	57,3%	100,0%

Assim, da observação dos dados, constatamos que, na primeira metade do século XX, o português europeu apresenta uma pequena vantagem no número de ocorrências em relação ao português brasileiro: uma diferença de apenas 25 ocorrências entre as duas variedades (154 para o português europeu - PE - e 129 para o português brasileiro - PB).

A quantidade de Reportativas é igual para as duas variedades do português (77 casos). A diferença na quantidade de Inferidas é de apenas 7 ocorrências (46 para o PE e 39 para o PB). Em relação ao tipo Genericidade, verificamos uma diferença de somente 6 ocorrências entre as duas variedades (12 para o PE e 6 para o PB). Por fim, a diferença na quantidade do tipo Percepção de Evento é de 12 ocorrências (19 para o PE e 7 para o PB).

A tabela 2 revela, ainda, que, na segunda metade do século XX, a relação entre os fatores tipo de evidencialidade, variação e período do século XX é mais significativa do que na primeira metade desse século. Como podemos observar, o número de casos

de evidencialidade Reportativa aumenta em ambas as variações (PE – 118 ocorrências e PB – 136), o que eleva, significativamente, o valor total do número de ocorrências na segunda metade do século XX. Com base nesse dado, podemos afirmar que essa estratégia evidencial passa a ser mais utilizada pelos usuários de ambas as variações na segunda metade do século XX, demonstrando que, em língua portuguesa, a marcação da fonte da informação acontece, preferencialmente, quando o conteúdo descrito na situação foi adquirido de forma indireta, ou seja, quando se trata de uma informação de segunda mão.

Percebemos, também, que houve um pequeno aumento no número de casos de evidencialidade Inferida no português brasileiro (de 39 casos na 1ª metade a 48 casos na 2ª metade). No português europeu, verificamos o contrário, ou seja, uma diminuição considerável nos casos de Inferidas (de 46 casos na 1ª metade a apenas 20 casos na 2ª metade do século XX). Essa diminuição pode ser verificada também em relação aos outros tipos de evidencialidade (Genericidade - de 12 na 1ª metade a 5 na 2ª metade do século XX - e Percepção de Evento – de 19 na 1ª metade a 8 na 2ª metade do século XX) no português europeu. No português brasileiro, por outro lado, o número de casos de Percepção de Evento teve um leve aumento em relação à primeira metade do século XX (de 7 casos na 1ª metade a 14 casos na 2ª metade do século XX), ao passo que o número de Genericidade permanece quase o mesmo (6 casos na 1ª metade e 5 na 2ª metade do século XX).

Esse resultado pode indicar que a evidencialidade Inferida, como um processo cognitivo-semântico, constitui, depois da evidencialidade Reportativa, a segunda estratégia evidencial mais produtiva em língua portuguesa. Em relação à diminuição do número de casos no português europeu, os dados não são conclusivos, embora sugiram que a evidencialidade Inferida, nessa variação do português, tenha perdido “espaço” para a evidencialidade Reportativa. Além disso, parecem sugerir que o PE e o PB se distinguem com relação ao “jogo” que fazem da pressuposição, experiência cognitiva diretamente relacionada à capacidade lógica de gerar conhecimento a partir de conhecimento prévio não explicitado diretamente no discurso. Sabemos que tal “terreno” é ainda um “recanto” pouco explorado nos estudos comparativos entre o PE e o PB. De qualquer modo, esses dados podem instigar investigações linguísticas que desejem explorar as estratégias linguísticas que criamos movidos por uma pressuposição.

Na seção, a seguir, discutimos os fatores relativos ao nível retórico-textual.

5.2 Categorias do Nível Retórico-Textual

As categorias do Nível Retórico visam a dar relevância a fatores textuais que podem condicionar a manifestação da evidencialidade. Na fundamentação teórica, vimos que Aikhenvald (2004) reconhece que certos usos evidenciais são motivados por preferências relacionadas a convenções retórico-textuais concernentes aos gêneros textuais. Embora essa noção de convenção retórica ligada ao uso da evidencialidade não se aplique ao português da mesma forma com que se aplica a línguas com sistemas evidenciais gramaticalizados, podemos, em uma acepção mais ampla desse conceito, inferir certas relações entre o tipo de marca evidencial e fatores textuais que motivam o uso da evidencialidade em língua portuguesa. Assim, com vistas a explicitar tal relação, sugerimos as seguintes categorias retórico-textuais: (i) tipo de sequência textual preferido na utilização de determinada estratégia evidencial e (ii) tipo de discurso (direto ou indireto) utilizado para reportar o Conteúdo Comunicado introduzido por marcadores Reportativos.

5.2.1 A relação entre evidencialidade e sequência textual

Na tabela 3, a seguir, os resultados revelam que os modos de organização textual condicionam a manifestação da evidencialidade⁹⁰. Como podemos ver, a evidencialidade Reportativa é mais frequente nas sequências explicativa (com 152 casos), narrativa (com 126 ocorrências) e argumentativa (com 89 casos). A Inferida é mais produtiva na sequência textual argumentativa (com 74 ocorrências), apresentando uma diferença significativa em relação às sequências explicativa (com 35 casos) e narrativa (com 25 ocorrências). O tipo Genericidade ocorre mais frequentemente na sequência argumentativa (15 ocorrências). A Percepção de Evento, por sua vez, acontece majoritariamente na sequência narrativa (com 35 casos), apresentando pouquíssimos casos nas outras sequências textuais. Ressaltamos, ainda, que, nas sequências descritiva e dialogal, predomina o uso de marcas Reportativas (com, respectivamente, 22 e 19 ocorrências em cada tipo textual) e Inferidas, expressas em 11 ocorrências na sequência descritiva e 8 na dialogal.

⁹⁰ O teste *qui-quadrado* aponta, para essa relação, o coeficiente de ,000. Isso demonstra que há uma associação relevante entre esses fatores.

Tabela 3: Tipo de evidencialidade em função da sequência textual⁹¹

		SEQUÊNCIA TEXTUAL						TOTAL
		NARR	ARGUM	EXPL	DESC	DIAL		
TIPO DE EVIDENCIALIDADE	REPORTATIVA	Ocor.	126	89	152	22	19	408
		%	30,9%	21,8%	37,3%	5,4%	4,7%	100,0%
	INFERIDA	Ocor.	25	74	35	11	8	153
		%	16,3%	48,4%	22,9%	7,2%	5,2%	100,0%
	GENERICIDADE	Ocor.	5	15	7		1	28
		%	17,9%	53,6%	25,0%		3,6%	100,0%
	PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocor.	35	2	5	4	2	48
		%	72,9%	4,2%	10,4%	8,3%	4,2%	100,0%
TOTAL		Ocor.	191	180	199	37	30	637
		%	30,0%	28,3%	31,2%	5,8%	4,7%	100,0%

Tendo em vista que a sequência textual constitui um tipo de construto teórico definido por fatores de natureza linguística, podemos afirmar que a evidencialidade Reportativa representa uma propriedade característica das sequências explicativa e narrativa. Isso significa dizer que, tanto na definição de um objeto quanto na narração de fatos situados no tempo, a evidencialidade Reportativa representa um recurso linguístico relevante. Em outras palavras, utilizamos relatos como um recurso para a apreensão conceitual de um determinado objeto, seja ele concreto ou abstrato; bem como para a apresentação temporal de fatos ocorridos no passado. Ressaltamos, ainda, que, na sequência narrativa, a evidencialidade Reportativa constitui, também, recurso importante na reprodução da “palavra” do outro, que é retomada dentro do Ato Discursivo do narrador ou personagem que assume a função de Falante. A ocorrência (76), a seguir, exemplifica a utilização da evidencialidade Reportativa na sequência explicativa. Já as ocorrências (77) e (78), na sequência, ilustram essa marca evidencial no tipo composicional narrativo:

(76): Na sua História da literatura espanhola, Godofredo Baist... *Diz* mesmo que “quando os almôadas forçaram os últimos restos de cristãos à conversão ou à emigração, êles já estavam de há muito, no que respeita ao culto e à legislação, completamente arabizados”. (PEXX1MGOE114).

(77): A empregada da casa e minha ama, consolando-me da morte de pessoa tão querida, *disse-me*, os olhos vermelhos de lágrimas, *que* meu pai se retirara para o quarto, escondendo-se das mãos que se estendiam para os

⁹¹ Abreviações: Narr – Narrativo, Argum – Argumentativo, Expl – Explicativo, Desc – Descritivo, Dial – Dialogal.

sentimentos de pesar. (PBXX1MGON312).

(78): A sua maior alegria era ter hóspedes em casa. E *afirmou-me que* tinha de lá estar uma semana e, se quisesse, que mandasse vir amigos e amigas. Respondi-lhe que não podia ficar mais de dois dias, mas ele franziu as sobrancelhas e *respondeu-me* quase de gracejo: - Vai-se ver. Quem manda aqui sou eu! (PEXX1MGON14).

Na sequência argumentativa, a evidencialidade Reportativa constitui recurso importante na construção linguística das proposições definidas como argumentos ou contra-argumentos. Na verdade, pode ser definida como um dado que orienta para uma conclusão ou que se opõe a uma argumentação. As ocorrências (79) e (80), a seguir, demonstram esses recursos:

(79): Se eu concordar, por exemplo, com o Padre Leopoldo Aires, que *afirma* “A Ofensiva”, 25 julho, ser a Ação Católica improdutiva e extemporânea diante das atividades do comunismo ateu, estarei certamente contra o Papa. (PBXX1MGOA359).

(80): “O Povo” e outros jornais pretendem que eu queira dar lições ao clero brasileiro, *insinuando que* eu me insurei contra a Igreja. Não pega. Todos os católicos, inclusive bispos que têm doutrinado sobre o integralismo, *acentuam que* o fazem individualmente como particulares, e não como pastores, ou como membros da Ação Católica. (PBXX1MGOA358).

Observamos, ainda, que a marca Reportativa pode ocorrer em um enunciado descritivo, cuja função é caracterizar o sujeito reportado. Há casos, por outro lado, em o próprio Conteúdo Comunicado representa uma proposição descritiva, que tem a função de caracterizar um objeto ou uma pessoa. As ocorrências (81) e (82), a seguir, demonstram tais usos:

(81): De ombros largos, com um grande chapéu na cabeça e todo embrulhado, até aos pés, num capote preto, *disse* de longe, parando, em voz baixa: - Boa noite! (PEXX1MGON08).

(82): O rapaz, “alto, loiro e magro, jeito de alemão”, como Francisco de Assis Barbosa o *fixa* em biografia [...]. (PBXX1MGOR345).

As marcas Reportativas ocorrem, também, na sequência dialogal, seja como recurso linguístico do texto narrativo-ficcional, como o romance; seja como modo de organização de gêneros característicos da comunicação humana, como a entrevista. A seguir, apresentamos as ocorrências (83) e (84) que demonstram esse tipo textual:

- (83): O velho meu pai tinha o mesmo calibre. Não precisava andar cheirando o rabo de ninguém.
 - Mestre Zé está zangado, eu vou saindo.
 - Não estou zangado, estou dizendo a verdade. Sou um oficial que não me entrego aos mandões. Quando a gente fala nestas coisas vem logo um pobre como você *dizendo que* estou zangado. (PBXX1MGON298).
- (84): P- Tem coração mole? Como se comporta com seus familiares? R – Sim: com os filhos e com os netos. Quanto a êstes, *diz que* sua situação é difícilima: não pode viver sem êles nem com êles. (PBXX2MGOA546).

Em relação à evidencialidade Inferida, o modo de organização linguística em que essa estratégia evidencial mais ocorre é o tipo argumentativo (74 ocorrências, ou seja, 48,4% dos casos de evidencialidade Inferida inserem-se nesse tipo de sequência). Esse dado confirma a tendência das marcas inferenciais ocorrerem em proposições conclusivas, elaboradas com base em raciocínio lógico. A ocorrência (85), a seguir, exemplifica esse tipo de situação:

- (85): Está claro que todos os homens pendem para a primeira hipótese, porque nada melhor do que o nosso sistema de flamar fora de casa umas horas e de volta encontrar os pratos lavados e a cama arrumada. Mas *parece que* as mulheres já não concordam muito com isso – e não será porque nos “achemos” isto ou aquilo que elas vão baixar a cabeça e resignar-se à velha canga em que o egoísmo masculino as manteve desde o tempo do Pitecantropo Erecto. (PBXX1MGOA384).

Na sequência explicativa, segundo tipo textual mais frequente em que a evidencialidade Inferida é utilizada (35 ocorrências, o que corresponde a 22,9% do total das Inferidas), verificamos que esse tipo de estratégia pode ocorrer em proposições explicativas que se configuram como respostas ou como avaliações do Falante, que infere propriedades relativas ao objeto da explicação. A ocorrência (86), a seguir, demonstra tal uso:

- (86): Mais importante que o aspecto sexual, sempre bastante ressaltado por psicanalistas e que por vezes é evidente nos mitos, *parece* ser a sua identificação com a vida eterna, devido à sua capacidade de “rejuvenescer” trocando a pele, ou talvez de morrer e renascer. (PBXX2MGOE582).

Na sequência narrativa, a inferência não ocorre em uma proposição específica desse tipo textual. Na verdade, caracteriza-se muito mais como uma ação cognitiva dos

“sujeitos humanos” que desencadeiam a ação narrada. A seguir, no exemplo (87), verificamos esse uso:

(87): A sua maior alegria era ter hóspedes em casa. E afirmou-me que tinha de lá estar uma semana e, se quisesse, que mandasse vir amigos e amigas. Respondi-lhe que não podia ficar mais de dois dias, mas ele franziu as sobrancelhas e respondeu-me quase de gracejo: - Vai-se ver. Quam manda aqui sou eu!
[...]
De repente *compreendi que* tinha caído nas mãos de um déspota, de uma pessoa habituada a vergar os outros aos seus caprichos. (PEXX1MGON15).

Na sequência descritiva, verificamos que o Conteúdo Proposicional inferido funciona como parte da descrição, compondo, assim, as propriedades do objeto alvo da caracterização, como podemos constatar na ocorrência (88) a seguir:

(88): A casa inteira é de um silêncio de mistério e túmulo. Todas as portas de madeira inteiraça, com maçanetas de vidro colorido, branco-leite ou vermelho, *parecem* guardar um mundo desconhecido, habitado por pessoas estranhas e silenciosas, como esta velha de olhar horrível, devorando-se a si próprias [...] (PBXX1MGON308).

Por fim, na sequência dialogal, a evidencialidade Inferida ocorre nas proposições transacionais, razão do ato comunicativo, tal como verificamos na ocorrência (89) a seguir:

(89): Enganas-te, meu Gil! Sou amigo de muitas mulheres, quase nunca amante. *Sinto que* lhes peso... que as aborreço. (PEXX1MGON18).

No que diz respeito à evidencialidade Genericidade, podemos perceber, na tabela 3, anteriormente apresentada, que sua ocorrência é mais frequente na sequência argumentativa (15 ocorrências, que correspondem a 53,6% do total desse tipo de estratégia evidencial) e na sequência explicativa (7 ocorrências, que equivale a 25,0% do total de Inferidas). Isso significa dizer que informações apresentadas como verdades gerais, compartilhadas, constituem dados do *senso comum*, que se realizam em proposições argumentativas (os denominados “argumentos consensuais”) e em proposições explicativas (quase sempre como uma constatação inicial compartilhada). As ocorrências (90) e (91), a seguir, demonstram, respectivamente, o uso desse tipo de estratégia nas sequências argumentativa e explicativa:

(90): [...] *Sabendo-se que* o presidente Soares foi eleito com a ajuda dos votos dos comunistas, por que não pede agora aos seus eleitores para apagarem das paredes das ruas de Lisboa e do resto do País as inúmeras “mensagens” que continuam em grande evidência – “Soares, rua!”(PEXX2MGOA221).

(91): E faz, exatamente aqui (em *Morte e Vida Severina*), a estilização de processos como outros poetas já haviam feito, desde a época medieval a nossos dias. *É sabido que* o auto tem um sentimento religioso, sem falar no seu arraigado sentido ético e, no caso de João Cabral, ele nada mais quis do que situar no Nordeste a “crucificação” do retirante e do trabalhador [...] (PBXX2MGOA533).

Na sequência narrativa, a Genericidade, tal como no caso da *Inferida*, não ocorre em uma proposição particular desse tipo textual, mas está relacionada à intenção comunicativa do Falante (narrador ou personagem) que informa um Conteúdo Proposicional amplamente compartilhado, como verificamos na ocorrência (92) a seguir:

(92): Mas neste caso, a coitada da Adélia teve de fechar os olhos e topar a parada, porque a Tereza, *todos sabem*, além de não ser muito favorecida pela natureza, e pelo menos em parte por isso mesmo, já está indo pro lado das ficadas. (PBXX2MGON445).

Finalmente, com relação à sequência descritiva, não constatamos casos de evidencialidade Genericidade. Na sequência dialogal, por sua vez, verificamos apenas uma ocorrência. No caso da sequência descritiva, esse dado pode ser explicado pelo fato de que, na descrição de um objeto ou pessoa, o que predomina é a perspectiva particular do sujeito que descreve, não sendo, portanto, compatível a evidencialidade Genericidade com essa propriedade da sequência descritiva. Já em relação à sequência dialogal, a quase ausência de ocorrências do tipo Genericidade pode estar relacionada à preferência de uso dessa marca evidencial nas proposições da sequência narrativa. A ocorrência (93), a seguir, traz a única ocorrência desse tipo de estratégia evidencial na sequência dialogal, registrada em nosso *corpus*:

(93): O mestre olhou para o homem. E lhe falou, com a voz mansa, como se não estivesse com a alma pesada de mágoa.
- É encomenda do Santa Rosa? Pois, meu negro, para aquela gente não faço nada. *Todo mundo sabe que* não corto uma tira para o Coronel José Paulino. Você me desculpe. É juramente que fiz. (PBXX1MGON297).

A Percepção de Evento ocorre, como já dissemos, majoritariamente, na sequência narrativa (72,9% do total de ocorrências). Esse dado demonstra que informações de primeira mão são, preferencialmente, construídas em proposições narrativas pretéritas, cujo conteúdo ideacional designa fatos ou eventos experienciados pelo sujeito Falante ou por outro indivíduo que o Falante refere como sujeito da percepção. Ressaltamos, ainda, que a Percepção de Evento pode ocorrer, também, no tempo presente, no chamado “presente atemporal”, responsável por expressar um fato válido a qualquer tempo, pelo menos quanto à perspectiva particular do Falante. As ocorrências (94) e (95), a seguir, demonstram tais usos:

(94): Tanto me contaram a história que ela se transformou na minha primeira recordação da infância. *Revejo* ainda hoje a minha mãe deitada na cama branca, a sua fisionomia de olhos compridos, o quarto cheio de gente e a voz sumida que dizia: - Marta, deixa ele engatinhar para eu ver. (PBXX2MGOR484).

(95): Benedito teve medo e mentiu ao Senhor dizendo que eram flores. Êste mandou que as mostrasse, e *viu que* eram flores que Benedito carregava. (PBXX2MGOR503).

Nas outras sequências textuais, a Percepção de Evento ocorre em poucos casos, demonstrando que tal estratégia não é produtiva nesses modos de organização textual: a sequência explicativa apresenta 5 ocorrências; a descritiva, 4 casos; a argumentativa e a dialogal, apenas 2 ocorrências cada uma. Do ponto de vista da estrutura composicional das sequências textuais, essas poucas ocorrências comportam-se da seguinte maneira: (i) na sequência explicativa, a Percepção de Evento demonstra uma propriedade concernente ao objeto da explicação, que foi constatada diretamente; (ii) na sequência descritiva, indica, sob a perspectiva do Falante, um Estado-de-Coisas, que é descrito a partir de uma percepção; (iii) na sequência argumentativa, funciona como uma constatação (visual) de partida que orienta a construção argumentativa do texto; (iv) na sequência dialogal, designa uma percepção de um Estado-de-Coisas por parte do Falante e/ou por outro participante envolvido na situação de comunicação. As ocorrências (96), (97), (98) e (99), a seguir, demonstram, respectivamente, tais usos:

(96): *Tenho verificado* a vastidão dos conhecimentos literários de Manuel, mormente em literatura estrangeira, quando lhe é dada a palavra para falar sobre escritores de outros países, sem a mínima preparação, assim no correr dos trabalhos [...]. (PBXX2MGOE591).

(97): [...] E *sentido* os pés inchados e quentes dentro das botas, ia à beira da telha

refrescar a boca curtida no sol. (PEXX1MGOR60).

(98): Julgo que Óscar Lopes *viu* já surgirem algumas coisas por que esperava, não só ele mas muitos outros, pelo que, afinal e felizmente, a vida não é assim tão curta. E entre essas coisas *viu* nascer e crescer, em professores de vários graus de ensino, o interesse pela aplicação de certos instrumentos formais à análise da língua. (PEXX2MGOE247).

(99): - Nonado. Tiros que o senhor *ouviu* foram de briga de homem não, Deus esteja. Alvejei mira em árvores no quintal, no baixo do córrego. Por meu acerto. Todo dia isso faço, gosto; desde mal minha mocidade. Daí, vieram me chamar. Causa dum bezerro: um bezerro branco, eroso, os olhos nem ser – se viu -; e com máscara de cachorro. Me disseram; eu não quis voltar. (PBXX2MGON414).

Vejamos, adiante, os resultados concernentes aos tipos de discurso relacionados à evidencialidade Reportativa.

5.2.2 *Tipo de discurso enquadrando a fala reportada*

O conteúdo reportado e introduzido pela marca evidencial reportativa pode apresentar-se na forma de discurso direto e indireto. No discurso direto, a “fala” do sujeito reportado é destacada no texto por meio de aspas ou itálico, por exemplo. No discurso indireto, forma mais implícita de citação, tem-se a “transcrição” livre da “fala” do sujeito reportado. Em ambos os casos, um verbo de elocução pode introduzir o conteúdo reportado. Tal classe semântica de verbos encaixa complementos oracionais que podem aparecer sob a forma de discurso direto (DD) ou discurso indireto (DI), tal como podemos verificar, respectivamente, nas ocorrências (100) e (101) a seguir:

(100): Em 17 de janeiro de 1911, de Cuba. Fialho escreve a Coelho Neto uma missiva em que *diz*: “A sua carta exalta uma saúde que eu não tenho, e uma robustez que só a perspectiva fotógrafa. Ao contrário do que pensa, eu sou um perpétuo enfermo...” (PBXX1MGOR329).

(101): Compadre meu Quelemém sempre *diz que* eu posso aquietar meu temer de consciência, que sendo bem-assistido, terríveis bons-espíritos me protegem. (PBXX2MGON432).

Como podemos ver na tabela 4, a seguir, o discurso indireto predomina em nosso *corpus* (dos 408 casos de Reportativas, 215 encaixam conteúdos na forma de discurso indireto). A forma direta do discurso reportado ocorre, por sua vez, em 193

ocorrências. Como a diferença entre os dois tipos de discurso é de apenas 22 ocorrências, podemos afirmar que ambas as formas são produtivas para o enquadramento do enunciado reportativo.

Na tabela 4, podemos verificar, ainda, a preferência de enquadramento da “fala” reportada tendo em vista os cinco agrupamentos de gêneros textuais⁹². Com base nos resultados, observamos que, nos GON, predomina, no relato da “fala” do outro, o uso do discurso indireto - 39 ocorrências em relação ao discurso direto, que apresenta 20 casos. Nos GOR, o discurso direto predomina em 85 ocorrências, ao passo que o discurso indireto (com 41 casos) representa quase a metade do número de ocorrências de discurso direto. Nos GOA, verificamos a predominância, apesar de não muito grande, do discurso indireto (com 44 ocorrências) no que diz respeito ao discurso direto (com 35 casos). Nos GOE, tal como nos GOA, há a preferência pelo discurso indireto (62 ocorrências contra 43 casos de discurso direto). Por fim, nos GOP, predomina o tipo indireto de discurso (com 29 casos). O direto ocorre em apenas 10 ocorrências.

Tabela 4: Tipo de discurso nos agrupamentos textuais

		AGRUPAMENTO DE GÊNEROS					TOTAL
		GON	GOR	GOA	GOE	GOP	
TIPO DE DISCURSO	DIRETO	20	85	35	43	10	193
	INDIRETO	39	41	44	62	29	215
TOTAL		104	190	149	149	45	408

Ao reportar a “voz” de outro em seu próprio Ato Discursivo, o Falante integra conceptualmente o que, na sua percepção, é mais importante ou necessário à interação com seu Ouvinte. Assim, a escolha por um ou outro tipo de discurso indica o tipo de perspectiva que o Falante prefere adotar ao reportar a “fala” de outro em seu Ato Discursivo, influenciando a maneira como essa informação reportada será interpretada pelo Ouvinte. Em outras palavras, além de comunicar uma informação de outra pessoa, o Falante, exercendo sua subjetividade, sinaliza seu ponto de vista, ou seja, a perspectiva que prefere adotar ao reportar a “fala” de outro em seu discurso.

Tendo em vista isso, podemos compreender a maior frequência do discurso indiretamente reportado nos agrupamentos de gêneros da ordem do narrar (GON), do argumentar (GOA), do expor (GOE) e do prescrever (GOP) como um indicativo de que

⁹² O *qui-quadrado*, para essa relação, é de ,000.

os produtores desses gêneros preferem “parafrasear” as informações reportadas, enquadrando-as segundo a interpretação que fazem delas. Por outro lado, a predominância, nos GOR, do discurso direto revela que, nesse contexto, os Falantes, ao relatarem suas experiências pessoais, preferem reproduzir a “fala” do outro, manifestando de forma mais “fiel” esse conteúdo reportado.

Em relação aos efeitos de (des)comprometimento, podemos afirmar que, com o discurso direto, o Falante revela um maior distanciamento em relação ao conteúdo reportado, uma vez que este é apresentado como uma espécie de “reprodução fidedigna” da “fala” do sujeito reportado. Todavia, esse efeito é ilusório, uma vez que “todo conhecimento passa necessariamente pelo filtro do Falante”, que é quem decide em que circunstâncias esse discurso será reapresentado. Quanto ao discurso indireto, podemos inferir que o Falante, ao “reformular” as “palavras” do outro em seu próprio Ato Discursivo, demonstra um maior grau de integração entre o enunciado do sujeito reportado e seu Ato de Fala, indicando, portanto, um menor distanciamento no que diz respeito ao conteúdo reportado.

As ocorrências (102), (103) e (104), a seguir, exemplificam graus diferentes de “integração” entre o enunciado do Falante e a “fala” do sujeito reportado:

(102): *Para* o vereador Rui Godinho, “não é a câmara ou a Valorsul que vai dizer às empresas para fazerem deste ou daquele modo. Isso cabe ao consumidor consciente”. (PEXX2MGOR183).

(103): Ela trazia aquele filho “atravessado”. Às vezes *dizia*: “Os meus outros filhos talvez não sejam tão inteligentes como o Fernando, mas ao menos são mais normais”. (PEXX1MGOE131).

(104): O coordenador desta pesquisa feita pelo Vox Populi para *Época acredita* que metade da óbvia rejeição ao presidente recentemente reeleito deve ser debitada na conta da oposição política, até porque os 26% fervorosamente críticos correspondem, aproximadamente, ao tamanho do eleitorado permanente do petista Lula. (PBXX2MGOR463).

Na ocorrência (102), o conteúdo reportado pelo Falante é apresentado na forma de discurso direto. Ao reportar diretamente as “palavras” do outro, o Falante preserva sua “face”, permitindo que o Ouvinte avalie, por si mesmo, a confiabilidade da informação reportada. Em (103), por outro lado, percebemos que o grau de integração entre a “fala” do sujeito reportado e o Ato Discursivo do Falante é maior do que em (102), uma vez que o conteúdo reportado diretamente é previamente enquadrado pelo

Falante, que antecipa, no enunciado precedente, o conteúdo interpessoal do enunciado reportado.

Por fim, em (104), temos um exemplo de discurso indiretamente reportado, funcionando como argumento do predicado evidencial *acreditar*. Nessa ocorrência, podemos afirmar que o conteúdo reportado é apresentado de acordo com a interpretação que o Falante faz das “palavras” do sujeito reportado. Além disso, a opção por um predicado de crença indica uma avaliação do Falante no que diz respeito ao conteúdo reportado, construindo, assim, um “espaço” no qual a informação reportada deve ser interpretada. Assim, podemos dizer que o que determina o grau de integração entre o conteúdo reportado e o Ato Discursivo do Falante não é, apenas, a escolha por determinado tipo de discurso (direto ou indireto), mas o enquadre dado pelo Falante à “fala” reportada, através de recursos linguísticos, como o verificado em (103).

A seguir, apresentamos as categorias do Nível Interpessoal.

5.3 Categorias do Nível Interpessoal

Vimos, na fundamentação teórica, que o Nível Interpessoal confere relevância aos aspectos pragmáticos que motivam o funcionamento da linguagem. Nesse sentido, conferir relevância a esses fatores não significa, simplesmente, revestir os componentes sintático e semântico do entorno situacional no qual a interação verbal ocorre. Na verdade, implica estabelecer que a linguagem nasce “moldada” pelo Componente Conceptual humano, que funciona como a “força motriz que está por trás do componente gramatical como um todo” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 7). Em outras palavras, compreende descrever e analisar a linguagem como um fenômeno motivado por fatores ligados à intenção comunicativa do Falante. Assim, com vistas a conceder relevância empírica a tal pressuposto teórico-metodológico, sugerimos as seguintes categorias interpessoais: (i) tipo de ilocução, que visa a verificar a força ilocucionária que reveste o Ato Discursivo em que a marca evidencial ocorre; (ii) função da marca evidencial, cujo objetivo é observar que tipos de funções mais frequentes exercem as marcas evidenciais nos agrupamentos de gêneros textuais; (iii) presença de marcas de adesão/afastamento à fonte da informação, que buscam demonstrar se, em seu Ato Discursivo, o Falante aponta algum indício de avaliação à fonte da informação expressa; (iv) presença de marcador epistêmico, cuja finalidade é verificar a coocorrência entre os efeitos de sentido evocados pelas marcas epistêmicas e

evidenciais em um mesmo enunciado linguístico.

5.3.1 Tipo de locução

Hengeveld; Mackenzie (2008) distinguem, no Nível Interpessoal, a camada relativa à Ilocução. Segundo os autores, essa camada é responsável por capturar propriedades formais e lexicais de um Ato Discursivo, de acordo com usos interpessoais convencionalizados na realização de uma intenção comunicativa (p. 68). O núcleo de uma Ilocução pode, por sua vez, ser lexical (verbos performativos) ou abstrato (sentenças-tipo). Em nossa análise, consideramos apenas as Ilocuções abstratas Declarativa, Interrogativa e Admirativa (Mirativa, na terminologia da GDF). Na tabela 5, a seguir, podemos verificar que a Ilocução Declarativa⁹³ ocorre em 98,4% das ocorrências coletadas em nosso *corpus*, constituindo o padrão ilocucionário mais frequente nos enunciados que expressam estratégias evidenciais. De certo modo, esse dado já era esperado, pois é a Ilocução Declarativa que permite ao Falante expressar a intenção comunicativa de informar um Conteúdo Proposicional e/ou um Conteúdo Comunicado (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 71), apontando a fonte ou o modo de obtenção desse conteúdo asseverado.

Tabela 5: Tipo de Ilocução

		TIPO DE ILOCUÇÃO			TOTAL
		DECLARATIVO	INTERROGATIVO	ADMIRATIVO	
TIPO DE EVIDENCIALIDADE	REPORTATIVA	Ocorr. 400 % 98,0%	3 ,7%	5 1,2%	408 100,0%
	INFERIDA	Ocorr. 151 % 98,7%	1 ,7%	1 ,7%	153 100,0%
	GENERICIDADE	Ocorr. 28 % 100,0%			28 100,0%
	PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocorr. 48 % 100,0%			48 100,0%
TOTAL		Ocorr. 627 % 98,4%	4 ,6%	6 ,9%	637 100,0%

Ressaltamos, no entanto, que uma observação mais detalhada dos dados revela alguns aspectos interessantes do comportamento ilocucional dos tipos de

⁹³ O *qui-quadrado* é de ,939, demonstrando que a relação entre evidencialidade e Ilocução não é relevante, ou melhor, que a regra é categórica.

evidencialidade. Em primeiro lugar, indica que a evidencialidade Reportativa pode ocorrer em qualquer uma das sentenças-tipo investigadas, mesmo que haja a preferência pela Ilocução abstrata Declarativa. As ocorrências (105), (106) e (107), a seguir, exemplificam a evidencialidade Reportativa nos três tipos de sentenças analisadas neste trabalho:

(105): Em declaração à Lusa, em Viana do Castelo, Mário Soares *disse que* a notícia não o surpreendeu porque acompanhara todo o processo da doença. (PEXX2MGOR165).

(106): Olegário: Para você... E quando saiu... Mas espere um pouco... Você *disse que* D. Lídia olhou para você? (PBXX1MGON302).

(107): Lídia: Mas esse que você tem – esse seu amigo – é tão esquisito!... *Dizem até que bebe!*... (PBXX1MGON305).

A evidencialidade Inferida, como a Reportativa, pode, também, ser revestida pelas forças ilocucionárias Interrogativa e Admirativa, não estando, portanto, restrita, apenas, à Ilocução Declarativa. Na sentença Interrogativa, a evidencialidade Inferida indica a suposição do Falante em uma “pergunta retórica”, cujo objetivo não é obter uma resposta, mas provocar um efeito sobre o Ouvinte, contribuindo, assim, na construção da argumentação. A Ilocução Admirativa indica a surpresa do Falante ao inferir um Conteúdo Proposicional a partir de uma evidência direta. As ocorrências (108) e (109), a seguir, exemplificam, respectivamente, a ocorrência da evidencialidade Inferida nas sentenças-tipo Declarativa e Interrogativa. A ocorrência (31), aqui retomada, representa o único caso de Inferida revestida por uma Ilocução Admirativa em nosso *corpus*:

(108): Ao banhar-se, pela manhã, ela “se pela”. *Parece que* as serpentes passam por um estado de torpor, quando trocam de pele. (PBXX2MGOE584).

(109): Que seria com efeito dos meus trabalhos sobre Oliveira Martins se eu resolvesse deixar de lado esta dialéctica longitudinal ao longo da qual os homens dialogando *me parecem* ir definindo os seus problemas de certa ordem? (PEXX1MGOR73).

(35): Baronesa (a Rodrigo): - Que tem o senhor esta noite?! *Parece* preocupado! (PEXX1MGON21).

Os resultados demonstram, ainda, que as estratégias evidenciais Generividade e Percepção de Evento ocorrem, em nossa amostra textual, apenas na sentença-tipo Declarativa.

Em relação à Generividade, acreditamos que a apresentação de uma informação como uma verdade geral compartilhada impede a escolha por outra Ilocução que não seja a Declarativa. Ou seja, ao apresentar uma informação como consensual e compartilhada, o Falante, necessariamente, tem de revesti-la por uma Ilocução Declarativa, pois essa Ilocução abstrata serve para indicar a intenção do Falante, que é informar um Conteúdo Proposicional ao Ouvinte. Se o Falante utilizasse uma Ilocução Interrogativa ou Admirativa em um enunciado com um marcador de Generividade, a leitura evidencial (com sentido de compartilhamento de um Conteúdo Proposicional) não seria possível, uma vez que tais Ilocuções evocam, respectivamente, o desejo do Falante de ser informado a respeito de algo e a surpresa do Falante em relação a algo. A ocorrência (110), a seguir, exemplifica o uso Declarativo da evidencialidade Generividade:

(110): *Sabe-se que a competência vem do ensino.* (PEXX1MGOE105).

(110a): *Sabe-se que a competência vem do ensino?**

(110b): *Sabe-se que a competência vem do ensino!**

Embora, em nosso *corpus*, não tenhamos registrado sentenças do tipo Interrogativa e Admirativa na manifestação da evidencialidade Percepção de Evento, compreendemos que tais Ilocuções são possíveis de serem utilizadas em enunciados com esse tipo de estratégia evidencial. Ressaltamos, no entanto, que o efeito de sentido da Percepção de Evento, em uma sentença do tipo Interrogativa ou Admirativa, não seria a mesma expressa em uma sentença Declarativa. Na verdade, em uma Ilocução Interrogativa, como também em uma Admirativa, esse tipo de estratégia manifestaria a surpresa do Falante em constatar a realização de um Estado-de-Coisas. Ou seja, em ambas as Ilocuções (Interrogativa e Admirativa), o efeito de sentido seria o mesmo, não ocorrendo, no caso da Ilocução Interrogativa, um efeito de “pergunta”, mas de admiração do Falante ao presenciar um Estado-de-Coisas ocorrer. A ocorrência (111), a seguir, exemplifica a Percepção de Evento na Ilocução Declarativa:

(111): *Foi com grande alegria que, nas bancas, revê o aparecimento do jornal O SÉCULO.* (PEXX2MGOA226).

- (111a): [...] *revi** (*revejo*) o aparecimento do Jornal O SÉCULO?⁹⁴
 (111b): [...] *revi** (*revejo*) o aparecimento do Jornal O SÉCULO!

Na seção, seguinte, apresentamos os resultados relativos às funções dos tipos de evidencialidade.

5.3.2 *Função dos tipos de evidencialidade*

É na interação comunicativa que a evidencialidade tem sua manifestação definida. Isso significa dizer que é a intenção comunicativa do Falante, expressa na negociação entre os usuários da língua na relação de interação verbal, que condiciona a presença, a forma e a função da evidencialidade. É com base nesse pressuposto que podemos afirmar que as marcas evidenciais colocam em ação um conjunto de estratégias de construção do sentido, que visam a refletir as formas de indicação da fonte ou do modo de obtenção de uma informação, indicando, também, graus de comprometimento, de adesão ou de atenuação à fonte e ao conteúdo asseverado. Buscando explicitar, empiricamente, tal propriedade das estratégias evidenciais, estabelecemos três funções que os tipos de evidencialidade podem exercer na construção do sentido do texto: (i) função retórico-textual, (ii) função pragmática e (iii) informacional.

Definimos a função retórico-textual como uma propriedade que tem a estratégia evidencial de estabelecer uma relação textual entre o conteúdo asseverado e o ato comunicativo do Falante. Nesse tipo de relação, o Falante indica que seu Ato Discursivo foi motivado por um propósito relacionado à construção da organização composicional do texto, por exemplo, à marcação da “heterogeneidade enunciativa” no texto narrativo ou à organização do fluxo de informação no texto através de estratégias como a distinção “Figura e Fundo”.

Na função pragmática, o Falante manifesta que a estratégia evidencial foi motivada por um propósito concernente à necessidade de revelar seu posicionamento, engajamento em relação àquilo que diz ou de nortear a interpretação do Ouvinte, segundo certa orientação argumentativa.

⁹⁴ Parece-nos que, nas sentenças-tipo Interrogativa e Admirativa, o verbo de percepção, estando no presente do indicado, indica, de modo mais claro, o efeito de surpresa ou admiração no enunciado.

Na função informacional, o Falante demonstra que a estratégia evidencial foi fundamentada com o propósito de revelar conteúdos (sentidos) ligados ao seu conhecimento de mundo.

Na tabela 6, a seguir, podemos verificar que, nos GON, a função predominante é a retórico-textual (com 54,8% do total de ocorrências). Nesse agrupamento, a Percepção de Evento é a que mais frequentemente se presta a essa função (com 85,7% do total desse tipo de estratégia). A Reportativa é o segundo tipo de marca que mais manifesta essa função (expressa em 67,8% do total de Reportativas) nesse agrupamento. A segunda função mais representativa, nos GON, é a pragmática (com 39,4% do total de ocorrências), expressa, principalmente, por meio de marcas de inferência (cujas frequência é de 82,1% do total de casos de Inferidas).

Nos GOR, constatamos que a função pragmática é a que predomina nesse agrupamento de gêneros (expressa em 67,4% do total de ocorrências). As marcas que mais exercem essa função são as do tipo Reportativa (com 74,6%) e Inferida (69,0%). A Percepção de Evento, por sua vez, assume, mais frequentemente, em 80,0% de suas ocorrências, a estratégia retórico-textual.

Nos GOA, constatamos que a função mais relevante é a pragmática, exteriorizada em 72,5% do total de ocorrências. A marca evidencial que mais expressa essa função é a do tipo Inferida (com 86,5%), seguida pela Percepção de Evento (com 85,7%) e pela Reportativa (com 65,8%).

Nos GOE, percebemos que a função mais representativa é a informacional, expressa em 71,8% do total de ocorrências. A marca que mais assume essa função é a Genericidade (com 100%), seguida pela Reportativa (com 89,5%). A função pragmática é mais relevante nos casos de Inferida (com 92,3%).

Nos GOP, a função mais significativa é a informacional, exteriorizada em 77,8% dos casos.

Tabela 6: Função do tipo de evidencialidade nos agrupamentos de gêneros

AGRUP. GÊNEROS		FUNÇÃO DA MARCA EVIDENCIAL				
			INFORMACIONAL	PRAGMÁTICA	RETÓRICA	TOTAL
GON	TIPO DE EVIDENCIALIDADE	REPORTATIVA	Ocorr. 3	16	40	59
			% 5,1%	27,1%	67,8%	100,0%
		INFERIDA	Ocorr. 23	5	28	
			% 82,1%	17,9%	100,0%	
		GENERICIDADE	Ocorr. 3			3
	% 100,0%			100,0%		
	PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocorr. 2	12	14		
	% 14,3%	85,7%	100,0%			
	TOTAL	Ocorr. 6	41	57	104	
	% 5,8%	39,4%	54,8%	100,0%		
GOR	TIPO DE EVIDENCIALIDADE	REPORTATIVA	Ocorr. 24	94	8	126
			% 19,0%	74,6%	6,3%	100,0%
		INFERIDA	Ocorr. 5	29	8	42
			% 11,9%	69,0%	19,0%	100,0%
		GENERICIDADE	Ocorr. 1	1	2	
	% 50,0%	50,0%	100,0%			
	PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocorr. 4	16	20		
	% 20,0%	80,0%	100,0%			
	TOTAL	Ocorr. 30	128	32	190	
	% 15,8%	67,4%	16,8%	100,0%		
GOA	TIPO DE EVIDENCIALIDADE	REPORTATIVA	Ocorr. 23	52	4	79
			% 29,1%	65,8%	5,1%	100,0%
		INFERIDA	Ocorr. 5	45	2	52
			% 9,6%	86,5%	3,8%	100,0%
		GENERICIDADE	Ocorr. 6	5	11	
	% 54,5%	45,5%	100,0%			
	PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocorr. 1	6	7		
	% 14,3%	85,7%	100,0%			
	TOTAL	Ocorr. 35	108	6	149	
	% 23,5%	72,5%	4,0%	100,0%		
GOE	TIPO DE EVIDENCIALIDADE	REPORTATIVA	Ocorr. 94	10	1	105
			% 89,5%	9,5%	1,0%	100,0%
		INFERIDA	Ocorr. 1	24	1	26
			% 3,8%	92,3%	3,8%	100,0%
		GENERICIDADE	Ocorr. 11			11
	% 100,0%			100,0%		
	PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocorr. 1	3	3	7	
	% 14,3%	42,9%	42,9%	100,0%		
	TOTAL	Ocorr. 107	37	5	149	
	% 71,8%	24,8%	3,4%	100,0%		
GOP	TIPO DE EVIDENCIALIDADE	REPORTATIVA	Ocorr. 34	3	2	39
			% 87,2%	7,7%	5,1%	100,0%
		INFERIDA	Ocorr. 5			5
			% 100,0%			100,0%
		GENERICIDADE	Ocorr. 1			1
	% 100,0%			100,0%		
	TOTAL	Ocorr. 35	8	2	45	
	% 77,8%	17,8%	4,4%	100,0%		

Como podemos ver, os dados revelam que o comportamento funcional da evidencialidade está relacionado a motivações textual-discursivas concernentes aos gêneros textuais⁹⁵. A seguir, ilustramos e comentamos as três funções investigadas nesse trabalho, levando em consideração os agrupamentos de gêneros textuais em que mais ocorrem.

Verificamos que a função retórico-textual se manifesta como uma estratégia textual que permite a manifestação das “palavras” do outro, seja por meio de citação, “palavra por palavra”, da “fala” do outro, seja por meio de reformulação semântica da “fala” do outro. Nesse contexto, observamos, ainda, que a função retórica pode revelar uma estratégia textual relacionada à organização do fluxo informacional no texto, especificamente, concernente à distinção entre passagens do texto mais relevantes para o objetivo da comunicação (Figura) e passagens que não contribuem diretamente para os objetivos do Falante, que apenas servem como contexto ou comentário do fato central (Fundo). A ocorrência (112), a seguir, exemplifica, em um mesmo texto narrativo, esses efeitos retórico-textuais:

(112): *O juiz mandou-me finalmente erguer, e, sem tirar os olhos dum masso de processos que tinha na mesa, **preguntou-me:***

- Tem alguma coisa mais a alegar em sua defesa?

Era um homem de olhos pequeninos, penetrantes, intrincheirados nuns óculos de míope, e tinha os cabelos raros e revoltos sobre a testa vasta.

***Pareceu-me** que seguia o julgamento com a mesma automática indiferença com que os padres oficiam.*

[...]

Estremeci. A pergunta do juiz fêz-me voltar a mim. Ergui-me e levei a mão direta ao bôlso interior do paletó, na intenção de puxar do manuscrito que trouxera, para o ler ao tribunal. O instinto, porém, advertiu-me a tempo: em lugar dos papéis saquei dum lenço e com êle enxuguei o suor da testa. Deixei o rôlo no fundo da algibeira e depois duma pausa, com as mãos pendentes, inclinando-me um pouco, respondi:

- Declaro, uma vez mais, que pratiquei os crimes de que sou acusado...

[...]

- Está bem, disse o juiz encolhendo os ombros sem olhar para mim. Sente-se além e espere.

***Ouvi** um soluço abafado num lenço, e depois um rumor de comentários. O meu caso era seguido, para lá da teia, com o mais vivo interêsse... Senti-me cheio de orgulho, e atirei à multidão um olhar de desafio. É que eu sou, na*

⁹⁵ O teste *qui-quadrado* revela, para a relação entre tipo e função no contexto dos agrupamentos gêneros textuais, os seguintes coeficientes: para os gêneros da ordem do narrar, do relatar, do expor e do prescrever, o coeficiente é de ,000. Para os gêneros da ordem do argumentar, é de 0,027. Como podemos ver, todos os coeficientes são menores do que 0,05%, demonstrando que entre esses fatores há uma forte relação.

verdade, um caso raro!

Páscoa Feliz, José Rodrigues Miguéis.

Em (112), o verbo de elocução *preguntar* funciona como um marcador Reportativo, introduzindo, de forma direta, o discurso reportado pelo Falante. Nesse caso, o item Reportativo cria um “espaço cênico” para a representação da “fala” do outro. Em seguida, o verbo *parecer* introduz uma inferência, que revela um comentário do Falante. Depois, o predicado perceptual *ouvir* indica uma percepção do Falante, que descreve suas impressões. Em ambos os casos, as marcas evidenciais (Inferida e Percepção de Evento) fazem parte de enunciados com baixo relevo discursivo, correspondendo a porções periféricas do texto.

Em relação à função pragmática, observamos que sua manifestação ocorre como uma estratégia que permite a diminuição de responsabilidade por parte do Falante no que diz respeito àquilo que é dito, atribuindo a “terceiros” a confiabilidade da informação. Essa estratégia tem por objetivo preservar a face do Falante, revelando, assim, um menor grau de comprometimento. Constatamos, ainda, que essa função auxilia na construção da argumentação no texto, como um importante recurso para levar o Ouvinte-leitor em direção às conclusões desejadas pelo Falante, isto é, para que o Ouvinte-leitor “aceite”, “concorde” com a orientação argumentativa construída pelo Falante-produtor textual, através de argumentos e contra-argumentos. A ocorrência (113), a seguir, exemplifica, em um mesmo texto argumentativo, tais usos:

(113):

O GOVERNADOR SUBIU O MORRO E PEDIU DESCULPA

Parece fácil, mas FH por exemplo não gosta

Num país em que, a não ser nas campanhas eleitorais, os governantes não gostam do contato direto com o povo, principalmente quando ele está em aflição ou desgraça, a atitude do governador Garotinho subindo o morro da Mangueira na semana passada para pedir desculpas aos moradores pode ter sido um marco – pela coragem cívica e física do gesto.

Na origem de tudo, está mais um desses episódios comuns nos morros cariocas, onde alguns policiais costumam subir para extorquir dinheiro dos traficantes. Dessa vez, foi uma operação da Polícia Civil, que terminou com a execução de um menor de 14 anos. Só que a revolta dos moradores se transformou num conflito com os policiais que durou quatro horas.

A novidade não foi nem isso; foi aparecer depois o governador sem aparato policial, sem segurança, sem estardalhaço, para encarar a população indignada. Talvez porque aquela visão fosse inédita fora de eleição, o fato é que ele acabou sendo recebido não com vaias, [...] mas com palmas e

apertos de mão.

“O que mais impressionou foi ver a coragem com ele encarou uma situação pela qual em parte era responsável”, disse quem assistiu tudo, Chiquinho da Mangueira, um dos criadores da famosa Vila Olímpica da Estação Primeira.

Além da presença, Garotinho assumiu a culpa de sua polícia e disse que o que a conveniência política e o espírito de corpo mandariam calar: que o menino fora executado covardemente, que a Polícia Civil não pode invadir uma comunidade sem ordem dele e ainda por cima matar uma criança, que o papel dela é investigar e que, conforme as denúncias, os policiais teriam ido fazer um acerto de contas com um traficante que achavam e, não o tendo encontrado, executaram o irmão.

[...]

O ideal é que o governador não precise subir o morro para pedir desculpas pelos crimes de sua polícia; o ideal é que ela não os cometa, que respeite o cidadão, que obedeça às leis e que não se misture com os bandidos.

Mas enquanto isso não acontece, serve como consolo pelo menos essa disposição do governo estadual de não tirar o corpo fora [...]

Dizem os adversários que é tudo consequência de uma capacidade invejável de comunicação, que é produto do marketing. Pode ser. Trata-se de um craque nisso. Mas tomara que o marketing o leve sempre à ação, não à omissão. [...].

A verdade, porém, é que longe das eleições não é toda hora que se vê governante brasileiro lá. O carioca Fernando Henrique, por exemplo, só foi quando era senador, nunca como presidente, nem para se encontrar com o colega americano em dia de festa. Prefere pegar um avião e ir a Washington vê-lo. Encarar o povo ainda é melhor do que voar por cima dele.

Revista Época, 24 de maio, 1999 – Carta do Rio, por Zuenir Ventura.

Em (113), no subtítulo do texto, o verbo *parecer* indica uma inferência baseada em evidências internas do Falante. Nesse uso, percebemos que o Falante antecipa ao Ouvinte o posicionamento que assumirá na conclusão do texto. Depois, o verbo de elocução *dizer* aparece em duas ocorrências seguidas. No primeiro caso, introduz, de forma direta, um conteúdo reportado de 2ª mão, que funciona como um argumento responsável por conduzir a interpretação do Ouvinte no que diz respeito à orientação argumentativa do Falante. No segundo caso, a “fala” do sujeito reportado apresenta-se na forma de discurso indireto. Nesse uso, o Falante mostra-se mais engajado com relação ao conteúdo reportado. Esse efeito de maior engajamento decorre da escolha do Falante pela citação indireta e da presença de marcas de adesão (avaliação). Na última ocorrência em negrito, a marca Reportativa funciona como um contra-argumento, cuja função é operar uma restrição na argumentação do Falante, que, ao final do texto, confirma sua tomada de posição, antecipada no subtítulo do texto.

No tocante à função informacional, observamos que essa estratégia permite que o Falante expresse conteúdos que considera relevantes na construção de um referente discursivo. Nessa função, a marca evidencial manifesta um significado informacional que orienta o Ouvinte-leitor na apreensão das propriedades desse referente. A ocorrência (114), a seguir, demonstra, em um único texto explicativo, tais usos:

(114):

Alguns testemunhos de familiares, amigos e contemporâneos

P. – Lembra-se de o Fernando receber o Queen Victoria Memorial Prize?

R. – Foi muito comentado em casa. Bem vê, ele tinha só 15 anos e recebia um prêmio por um ensaio escrito na língua adoptiva, que, aliás, dominava primorosamente [...]

P. – Tem pena de não ter sido sua companheira de brinquedos?

R. – Em parte fui. Apesar de ter menos nove anos, participei na sua vida. Sabe, o Fernando era um tanto estranho, não era muito acriançado, nem gostava de certas coisas que me agradavam, mas dávamo-nos bem na mesma, ele era muito amigo dos irmãos mais novos. E lá por termos idades diferentes, não queria dizer nada, porque nos arrastava para o seu inesquecível mundo mágico.

[...]

Outra coisa de que me lembro é, como se sabe, do seu medo de trovoadas; metia-se no lugar mais escuro, nem que fosse um cubículo. [...] Era uma fobia nervosa que o incomodava a valer. Então em África, onde havia tanta trovoadas...

[...]

P. – *Numa página do seu “Diário” (25-7-1905), Fernando queixa-se da falta de compreensão da família: “Na minha família não há compreensão do meu estado mental – não, nenhuma. Riem-se de mim, escarnecem-se, não acreditam. Dizem que o que eu pretendo é mostra-se uma pessoa extraordinária”* Chegou até si notícia destas queixas?

R. – Ah, sim! Ele sempre teve medo da loucura. E tinha medo porquê? Por causa da avó Dionísia, mãe do pai. Ela deve tê-lo impressionado muito.

[...]

P. – *“Um amigo íntimo é um dos meus ideais, um dos meus sonhos quotidianos, embora esteja certo de que nunca chegarei a ter um verdadeiro amigo íntimo” (apontamento de FP sem data).* Pensa que, embora tarde, Mário Sá-Carneiro veio a ser a realização aproximativa deste sonho, ou não houve ninguém a ocupar tal lugar na sua vida?

R. – Não sei... Não sei... Realmente ele foi um grande amigo do Fernando, mas talvez só no plano intelectual. Conviviam pouco para uma intimidade. Sá-Carneiro vivia em Paris; quando vinha, ia para a quinta que tinha para os lados de Camarate. *Correspondiam-se, como se sabe.* E depois, foi uma amizade que durou pouco, dado o seu suicídio.

[...]

Escritos íntimos, cartas e páginas autobiográficas, por António Quadros, [1950]1987.

Em (114), a construção *como se sabe* (em ambos os casos) qualifica a informação do Falante como amplamente compartilhada. Na verdade, o Falante apresenta-se como “porta-voz” desse conhecimento comum, lembrando ao Ouvinte esse Conteúdo Proposicional, que tem função informacional. O enunciado metadiscursivo e a fonte justaposta, ambos destacados no texto em negrito, relacionam a fonte da informação ao conteúdo diretamente reportado pelo Falante (marcado com as aspas nos dois casos). Essas formas de indicação da fonte do conteúdo reportado funcionam como informações que, por serem incontestáveis, são tomadas, pelo entrevistador, com ponto de partida para a construção de um questionamento, que, como tal, requer uma resolução (resposta) do entrevistado.

Na seção, a seguir, discutimos os dados concernentes às marcas de adesão.

5.3.3 Marcas de adesão/afastamento à fonte da informação

Embora as marcas evidenciais Reportativas sejam relacionadas ao baixo comprometimento do Falante (CARIOCA, 2009), tal efeito de sentido não constitui uma escala absoluta, uma vez que o Falante tem total liberdade no manejo da fala reportada, podendo utilizar recursos formais e funcionais para marcar, em maior ou menor grau, seu envolvimento com o discurso citado. Em outras palavras, acreditamos que o Falante não assume apenas uma função de mero indicador da fala reportada, mas reconstrói a “fala” do outro, promovendo “enquadres retóricos” que demonstram sua interferência, ou melhor, seu grau de adesão ou afastamento em relação ao conteúdo reportado.

Tendo em vista isso, analisamos, em nosso *corpus*, a presença de marcas de adesão ou afastamento à fonte da informação manifesta pelo Falante em seu Ato Discursivo. Na tabela 7, a seguir, podemos verificar que 71 ocorrências do total de 408 do tipo Reportativo apresentam um “marcador” de adesão ou afastamento à fonte da informação; contra 315 ocorrências que não explicitam a “presença” do Falante na fala reportada. Tal diferença sinaliza o aparente compromisso dos produtores textuais em não apresentar nenhum tipo de adesão ou afastamento à fonte da informação, deixando essa função ao Ouvinte, que avalia o conteúdo reportado, ou seja, a qualidade da fonte da informação, com base no conhecimento que tem sobre ela.

Tabela 7: Presença de marcas de adesão/afastamento à fonte da informação⁹⁶

	NÃO SE APLICA	PRESENÇA	AUSÊNCIA	TOTAL
GON	0	8	51	59
GOR	3	22	101	126
GOA	0	19	60	79
GOE	17	20	68	105
GOP	2	2	35	39
TOTAL	22	71	315	408

Embora em menor quantidade, os enunciados com expressões explícitas de adesão/afastamento revelam a atitude do escritor com relação ao conteúdo reportado. Assim, podemos verificar, na tabela 7 que, nos gêneros da ordem do relatar (GOR - 22 ocorrências), do expor (GOE - 20 ocorrências) e do argumentar (GOA - 19 ocorrências), as formas de adesão ou afastamento aparecem com mais recorrência; ao passo que, nos gêneros da ordem narrar (GON - 8 ocorrências) e, principalmente, do prescrever (GOP - 2 ocorrências), essas marcas são mais raras. Araújo (2006, p. 457) esclarece que as relações entre os participantes e o posicionamento do escritor são influenciadas pelas práticas sociais de sua área disciplinar e pela comunidade discursiva que reconhece e legitima tais usos por seus pares. Tendo em vista isso, observamos que tais ações linguísticas que promovem avaliações ou indicam o posicionamento do Falante em relação à fonte e/ou ao conteúdo enunciado constituem práticas legitimadas (ou, pelo menos, mais legitimadas) nos gêneros de caráter mais subjetivo (GOR) ou nos gêneros de natureza mais expositiva (GOE) e argumentativa (GOA).

As ocorrências (115), (116) e (117), a seguir, ilustram, respectivamente, a presença de “marcadores” de adesão/afastamento à fonte da informação nos gêneros da ordem do relatar, do expor e do argumentar:

(115): A pesquisa *mostra claramente* que não é fácil para a população exercer tal amor, expresso no orgulho de ser brasileiro, num dia-a-dia marcado pelo medo da violência nas grandes cidades e pela dificuldade de conseguir ou até mesmo manter um emprego nestes tempos de economia globalizada. (PBXX2MGOR455).

(116): Maximino Maciel, *testemunha ocular desse movimento e autor de uma das melhores gramáticas para atender ao referido programa, assim se manifesta*: o que foi este programa, a influência que exerceu, o feito que produziu pela orientação que peleava, desviando o álveo do curso das línguas, agitando questões a que se achavam alheios muitos docentes...”.

⁹⁶ O *qui-quadrado*, para essa relação, é de ,000.

(PBXX2MGOE588).

(117): Dom Casmurro, dissemos na nossa apresentação, não tem programa político, não foi feito para defender ninguém [...]. Um programa simples, sem pretensões e no entanto... como não puderam atacá-lo os boateiros inventaram cousas que, francamente, muito nos divertiram. Assim, um cavalheiro de nossa amizade, telephonou-nos, porque achara que tínhamos uma enorme tendência integralista. Não sabemos como, nem em que se baseou o nosso amigo. *Como todo poeta vive na lua! Mas esse, além de viver na lua é burro, coitado, porque deante do nosso espanto, accrescentou:*

- É natural, porque vi uma noite, o Bricio sahindo da sede do Sigma!...

Está tudo explicado [...] Viram-me sahindo do Sigma em companhia de Pierre Scize, do Paris-Soir que fizera questão de entrevistar o Sr. Plínio Salgado. Conheço o integralismo de nome e mais nada... (PBXX1MGOA365).

Em (115), o advérbio modalizador terminado em *-mente* atribui ao enunciado do Falante um caráter de certeza em relação ao conteúdo explicitado pelo verbo de elocução *mostrar*. Na ocorrência (116), o Falante revela sua avaliação e, também, adesão à fonte da informação ao declarar que ela foi uma “testemulha ocular” e “autor de uma das melhores gramáticas” sobre o programa por ele referido. Finalmente, em (117), o Falante mostra seu afastamento em relação à fonte e ao conteúdo reportado. Como podemos ver, a manifestação subjetiva do Falante pode ser expressa por diferentes recursos linguísticos: um modalizador avaliativo, um aposto explicativo (com valor axiológico que credencia a fonte) e uma proposição que qualifica o conteúdo reportado como um julgamento precipitado por parte da fonte reportada.

Adiante, podemos verificar a relação da evidencialidade com a modalidade epistêmica.

5.3.4 A relação com a modalidade epistêmica

Ao se estudar os efeitos de sentido implicados pela evidencialidade na construção dos gêneros textuais, incorre-se no estudo de domínios funcionais, como a modalidade epistêmica, que, como vimos, relaciona-se à fonte da informação, uma vez que a noção “fonte da informação” pode ser considerada como um meio indireto de marcar a atitude do Falante no que diz respeito à informação que possui (DENDALE; TOMOWSKY, 2001, p. 342). Vimos, também, nos pressuposto teóricos, que essa

relação não é assunto simples de ser resolvido, sobretudo quando tratamos de sistemas linguísticos que não apresentam sistemas modais ou evidenciais gramaticalizados do ponto de vista morfológico. A dificuldade torna-se ainda maior quando tais conceitos são confrontados ao uso efetivo das expressões linguísticas. Por essa razão, em nosso *corpus*, buscamos verificar a frequência de uso de expressões modalizadores epistêmicas nos enunciados em que estão presentes estratégias evidenciais.

Na tabela 8, a seguir, observamos que, das 673 ocorrências coletadas em nossa amostra textual, 29, apenas, apresentam algum tipo de expressão modalizadora epistêmica coocorrendo com uma estratégia evidencial. Os casos analisados “não se aplica” dizem respeito às formas de justaposição ou citação segundo normas acadêmicas, nos quais não é possível aplicar tal categoria.

Tabela 8: Presença de modalizador epistêmico⁹⁷

PRESENÇA DE MODALIZADOR EPISTÊMICO	OCORRÊNCIAS
NÃO SE APLICA	34
SIM	29
NÃO	574
TOTAL	637

Da observação da frequência de uso, podemos inferir que a coocorrência entre marcas de evidencialidade e modalidade epistêmica representa uma relação sem muita expressividade em nosso *corpus* de análise. Embora seja possível a coocorrência de ambos os tipos de expressão em um mesmo enunciado linguístico, do ponto de vista da frequência de uso, tal característica parece não ser recorrente, não constituindo, portanto, uma relação probabilística efetivamente sistemática.

Por outro lado, verificamos que a frequência de uso de modalizadores epistêmicos em enunciados com estratégias evidenciais é mais recorrente em enunciados de natureza argumentativa e expositiva, revelando um possível condicionamento cognitivo-pragmático envolvido na relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica. Na tabela 9, a seguir, podemos observar que, das 29 ocorrências de expressões epistêmicas coletadas em nosso *corpus*, 18 estão inseridas em enunciados argumentativos e 8, em enunciados expositivos. Em enunciados narrativos, verificamos apenas 3 ocorrências. Nos outros enunciados (descritivo e dialogal), não observamos

⁹⁷ Não apontamos o coeficiente *qui-quadrado* neste caso, porque não procedemos a nenhum tipo de cruzamento entre fatores, apenas indicamos a frequência de uso.

nenhuma ocorrência.

Tabela 9: Presença de modalizador epistêmico na sequência textual⁹⁸

		SEQUÊNCIA TEXTUAL						TOTAL
		NARR.	ARGUM.	EXPL	DESC	DIAL		
PRESENÇA DE MARCA EPISTÊMICA	NÃO SE APLICA	Ocorr.	1	1	15	17		34
		%	2,9%	2,9%	44,1%	50,0%		100,0%
	SIM	Ocorr.	3	18	8			29
		%	10,3%	62,1%	27,6%			100,0%
	NÃO	Ocorr.	187	161	176	20	30	574
		%	32,6%	28,0%	30,7%	3,5%	5,2%	100,0%
TOTAL		Ocorr.	191	180	199	37	30	637
		%	30,0%	28,3%	31,2%	5,8%	4,7%	100,0%

Esse resultado confirma, a nosso ver, a forte relação que a modalidade epistêmica mantém com a natureza argumentativa da linguagem, mostrando que sua relevância pragmática está relacionada à necessidade do Falante de avaliar o que diz em termos de seus conhecimentos e crenças. Em outras palavras, revela que utilizamos, com mais frequência, modalizadores epistêmicos quando desejamos construir algum efeito de sentido argumentativo sobre o Ouvinte, mostrando a força com que acreditamos na veracidade dos fatos, implicados em proposições. As ocorrências (118) e (119), a seguir, exemplificam esse efeito:

(118): A Líbia não omitiu *lembrar* a todos *que* a acção dos EUA *pode* levar à confrontação geral, agitando o cenário de que o correctivo sofrido é uma agressão ao bloco leste, e omitindo naturalmente o facto de que acções continuadas como aquelas de que é responsável podem realmente disfuncionar os sistemas mundiais de segurança à revelia da vontade dos que são por eles responsáveis. (PEXX2MGOA208).

(119): Deste ponto de vista, a composição – que *para* Abel Salazar é uma síntese a priori – *pode* ser considerada como uma gestalt, ou seja, como uma forma, inatamente, estruturada, possuindo propriedades ausentes dos seus elementos e impondo-se como uma totalidade [...]. (PEXX2MGOE277).

Em (118), observamos que a marca Reportativa introduz um conteúdo reportado de fonte especificada, dentro do qual o modalizador epistêmico está inserido. Do ponto de vista da relação de escopo entre evidencialidade e modalidade epistêmica,

⁹⁸ O *qui-quadrado*, para essa relação, é de ,000, o que mostra que tal relação é significativa.

observamos que o modalizador epistêmico está contido na proposição evocada pelo Conteúdo Comunicado. Tal conteúdo, por sua vez, é encaixado pela marca evidencial, que ocupa a camada mais externa do enunciado. Assim, nesse caso, o que está sendo relativizado não é qualidade da fonte expressa, mas a possibilidade de algo vir a ocorrer. Na ocorrência (119), ao enunciado com a marca epistêmica, intercala-se outro enunciado com uma estratégia evidencial, funcionando como uma inserção parentética com propósito metadiscursivo (comentário). Nesse caso, o parêntese metadiscursivo credencia, dá suporte ao argumento do Falante (de que a composição pode ser considerada uma gestalt).

Na seção, a seguir, discorreremos sobre os resultados concernentes às categorias do Nível Representacional.

5.4 Categorias do Nível Representacional

Vimos, na fundamentação teórica, que as unidades do Nível Representacional são descritas em termos das entidades semânticas que elas designam. Assim, nesse nível, buscamos descrever as propriedades semânticas que caracterizam a manifestação da evidencialidade nos agrupamentos dos gêneros textuais. Com vistas a dar relevância empírica a tal nível de descrição linguística, propomos três categorias analíticas para a investigação da evidencialidade, neste trabalho, sob o ponto de vista representacional: (i) tipo de fonte da informação, (ii) modo de obtenção da informação e (iii) valor semântico de verbos de elocução, que se prestam a manifestação da evidencialidade Reportativa.

Tendo em vista tais categorias, passemos ao item a seguir, onde explicitamos os resultados concernente às formas de manifestação da fonte da informação em nossa amostra textual.

5.4.1 Tipo de fonte da informação

Discutimos, no capítulo destinado à caracterização da evidencialidade, que os estudos sobre evidencialidade distinguem, basicamente, dois tipos de fonte da informação: falante e outro. Em relação à fonte denominada “outro”, sabemos que sua manifestação se subdivide em outros dois tipos relativos à sua especificação: outro definido (informação de 2ª mão) e outro indefinido (informação de 3ª mão). Neste

trabalho, consideramos, ainda, um terceiro tipo de fonte, denominado “genérico”, o qual é responsável por apresentar um conteúdo asseverado como uma informação do *senso comum*, originada no convívio social. Em Lucena (2008), denominamos essa fonte como “domínio comum”, tal como proposto por Dall’Aglío Hattner (2001, *apud* VENDRAME, 2005).

Na tabela 10, a seguir, podemos observar a frequência dos tipos de fonte da informação com relação aos agrupamentos de gêneros textuais. Em primeiro lugar, notamos que os agrupamentos de gêneros que mais apresentam o Falante como fonte da informação são os da ordem do relatar e do argumentar, que empatam com 30,9%. Com esse mesmo tipo de fonte, está, em segundo lugar, o agrupamento dos gêneros da ordem do narrar, com 19,4%. Os gêneros da ordem do expor e do prescrever apresentam a fonte Falante em, respectivamente, 16,2% e 2,6% de suas ocorrências.

Tabela 10: Tipo de fonte e agrupamento de gêneros⁹⁹

		AGRUPAMENTO DE GÊNEROS					TOTAL	
		GON	GOR	GOA	GOE	GOP		
TIPO DE FONTE DA INFORMAÇÃO	FALANTE	Ocorr.	37	59	59	31	5	191
		%	19,4%	30,9%	30,9%	16,2%	2,6%	100,0%
	OUTRO DEFINIDO	Ocorr.	54	121	73	107	38	393
		%	13,7%	30,8%	18,6%	27,2%	9,7%	100,0%
	OUTRO INDEFINIDO	Ocorr.	10	8	6		1	25
		%	40,0%	32,0%	24,0%		4,0%	100,0%
	GENÉRICO	Ocorr.	3	2	11	11	1	28
		%	10,7%	7,1%	39,3%	39,3%	3,6%	100,0%
	TOTAL	Ocorr.	104	190	149	149	45	637
		%	16,3%	29,8%	23,4%	23,4%	7,1%	100,0%

Esse resultado revela que o Falante tende a assumir para si a responsabilidade do conteúdo asseverado quando deseja representar, pelo discurso, suas experiências vividas (GOR) e provocar, por meio de técnicas discursivas de argumentação, a “adesão dos espíritos” às teses que se apresentam ao seu assentimento (GOA). Na verdade, ao se apresentar como fonte de um conteúdo asseverado, seja na apresentação de suas experiências ou na construção de sua argumentação, o Falante demonstra um maior comprometimento em relação ao conteúdo que assevera, revelando, também, sua subjetividade como “porta-voz” exclusivo da informação, originada na experiência

⁹⁹ O *qui-quadrado*, para essa relação, é de ,000.

peçoal sensorial ou cognitiva, ou seja, em sua capacidade de elaborar conhecimento a partir de raciocínio abduativo. As ocorrências (120) e (121), a seguir, exemplificam a fonte “falante”, expressa por verbos de percepção:

(120): *Via* correr com divina limpidez a água que espraiaa depois no meio de uma pequena floresta de ervas e avencas e *ouvia-a* embebendo-me no segredo da sua música, que não era monótona aos meus ouvidos. (PEXX1MGOR55).

(121): *Parecia-me* há dezoito anos, como ainda *me parece* hoje, que o primeiro educador das classes médias devia ser o próprio governo, não como fundador de escolas, mas, sendo como semeador de bons exemplos. (PEXX1MGOE107).

No exemplo (120), a fonte da informação acontece por meio de referência cruzada, referida na desinência verbal. Em (121), por outro lado, a fonte da informação é explicitada na forma de um pronome clítico (*me*), posposto ao verbo *parecer*.

A fonte denominada “outro definido” ocorre, com mais frequência, como podemos ver na tabela 10 anteriormente apresentada, no agrupamento dos gêneros da ordem do relatar, com 30,8%. Em segundo lugar, esse tipo de fonte encontra-se no agrupamento dos gêneros da ordem do expor, com 27,2%. O agrupamento dos gêneros da ordem do argumentar apresenta o percentual de 18,6% de fonte “outro definido”. Os agrupamentos dos gêneros da ordem do narrar e do prescrever apresentam, respectivamente, para esse tipo de fonte, o percentual de 13,7% e 9,7%.

Esse resultado demonstra que esse tipo de marcação da fonte da informação é mais frequente nos gêneros em que, de alguma forma, o Falante realiza um ato perlocutório voltado ao esclarecimento do Ouvinte. Nos GOR, particularmente gêneros como o relato pessoal, o Falante reporta um conteúdo relacionado a pessoas ligadas ao seu convívio pessoal. Além disso, demonstra, também, a necessidade de ser “fidedigno” às fontes da informação. Nos GOE, o Falante informa um saber relacionado a um especialista, buscando elucidar alguma questão de difícil apreensão. Nesse caso, esse tipo de estratégia assume um caráter didático, pois auxilia na compreensão de um conceito. De modo geral, podemos dizer que, ao sustentar sua enunciação em uma citação de terceiro, o Falante estabelece um distanciamento em relação ao conteúdo asseverado e, ao mesmo tempo, legitima seu próprio discurso, uma vez que sustenta

aquilo que propõe com base no dito de uma pessoa célebre ou considerada como tal¹⁰⁰. As ocorrências (122), (123) e (124), a seguir, demonstram tais efeitos de sentido:

(122): “Nunca me esqueci de sua figura certo dia em pleno Largo da Carioca, com um livro debaixo do braço e no olho direito o monóculo que o obrigava a um ar de serenidade. Naquele tempo não fazia senão ler. Estava sempre com o nariz metido num livro ou numa revista”, *escreve* MB em crônica retratando Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) (“Sérgio, anticafajeste”. Poesia e prosa, v.2, p.347). (PBXX1MGOR344).

(123): É compreensível que, nas terras que a brisa do Brasil beija e balança, um campeão que alcança o segundo lugar seja tratado como o último da fila. “Eu me sentia obrigado a bater meu próprio recorde a cada prova” *lembra* o ex-nadador Ricardo Padro, recordista mundial da prova dos 400 metros 4 estilos no começo dos anos 80. (PBXX2MGOR449).

(124): Carl Buck *ressalva*, entretanto, que “há dificuldade em prosseguir esta maneira de ver em detalhe” e *prefere* aceitar a categoria de gênero como uma tradição histórica, cuja constituição se perde na obscuridade de um remoto passado (Buck, 1942, 170). (PBXX2MGOE561).

Nessas ocorrências, a marcação da fonte da informação ocorre na forma de um argumento, expresso por meio de um item lexical, um nome (próprio). Em (122) e (123), a fonte se pospõe à marca evidencial. Em (124), por outro lado, o item lexical que ocupa a posição de fonte coloca-se na posição inicial, permitindo, na segunda Oração (com o verbo *preferir*), que a referência à fonte aconteça por meio de uma anáfora zero, recuperada no cotexto precedente.

No que diz respeito à fonte “outro indefinido”, a tabela 10 mostra que o agrupamento de gêneros em que mais acontece esse tipo de fonte é o da ordem do narrar, com 40,0%. Em segundo lugar, a fonte “outro indefinido” é mais recorrente no agrupamento dos gêneros da ordem do relatar, com 32,0%. Os agrupamentos dos gêneros da ordem do argumentar e do prescrever apresentam esse tipo de fonte em, respectivamente, 24,0% e 4,0% de suas ocorrências. No agrupamento dos gêneros da ordem do expor, não registramos a expressão desse tipo fonte.

Esses dados mostram que o uso da fonte “outro indefinido” está ligado aos gêneros narrativos, sobretudo os ficcionais. Nas narrativas ficcionais e nas narrativas pessoais ou jornalísticas, esse tipo de fonte da informação é mais frequentemente utilizado quando a informação não foi confirmada pelo Falante, ou seja, trata-se de um boato, que qualifica

¹⁰⁰ O “especialista”, a “testemunha ocular”, a “autoridade” etc.

a proposição quanto à sua origem incerta ou duvidosa, funcionando, ao mesmo tempo, como uma forma de marcar o descomprometimento do Falante em relação ao valor de verdade da proposição. As ocorrências (125) e (126), a seguir, demonstram esse efeito de sentido relacionado à noção de “boato”.

(125): Olhe: tem uma preta, Maria Leôncia, longe daqui não mora, as rezas dela afamam muita virtude de poder. Pois a ela pago, todo mês – encomenda de rezar por mim um terço, todo santo dia, e, nos domingos, um rosário [...] já mandei recado para outra, do Vau-Vau, uma Izina Calanga, para vir aqui, *ouvi* de que reza também com grandes meremerências, vou afectuar com ela trato igual. (PBXX2MGON433).

(126): *Fala-se* na publicação de umas memórias. Pensa em divulgá-las? (PBXX2MGOA543).

Em (125), o verbo de percepção (*ouvir*) é utilizado para expressar uma evidencialidade de 3ª mão. Com o verbo de percepção na primeira pessoa do singular, o Falante retransmite uma informação de 3ª mão que foi ouvida por ele em outra situação (não especificada). Tal estratégia de manifestação da evidencialidade Reportativa por meio do verbo de percepção *ouvir* constitui, segundo Vendrame (2010), forma bastante produtiva em língua portuguesa. Na ocorrência (126), o verbo de elocução (*falar*) apresenta-se na terceira pessoa do singular com o clítico *se*, formando uma construção impessoal. Ao colocar o verbo de elocução nessa estrutura, a fonte da informação (outro) é “encoberta”, assumindo uma função indefinida.

Ressaltamos, ainda, que há casos, por outro lado, em que essa estratégia evidencial revela, por outro lado, não um boato, mas um fato atemporal, ligado a uma tradição cultural. Nesse uso, o Falante assume o papel de veiculador da informação, que é vista como um conhecimento consagrado. Em relação à não ocorrência desse tipo de fonte no agrupamento dos gêneros da ordem do expor, percebemos que isso é coerente com o domínio social no qual esses gêneros circulam, ou seja, com o fato de que a construção e a transmissão de saberes deve dar-se por meio de informações cuja fonte seja identificável. A não identificação da fonte pode suscitar a não confiabilidade da informação, ameaçando, portanto, a face do Falante. As ocorrências (127) e (128), a seguir, exemplificam o uso relacionado à tradição.

(127): A mandioca-doce pode de repente virar azangada – motivos não sei; às vezes *se diz que* é por replantada no terreno sempre, com mudas seguidas, de manaíbas – vai em amargando, de tanto em tanto, de si mesma toma

peçonhas. (PBXX2MGON421).

(128): *Conta-se que S. Benedito quando jovem vivia em casa de Cristo. Era escravo. Ajudava na cozinha e servia a mesa do Senhor e dos outros santos [...]* (PBXX2MGOR502).

Por fim, em relação à fonte chamada Genérico, observamos que sua maior frequência acontece nos agrupamentos dos gêneros da ordem do argumentar e do expor, empatando com 39,3%. Nos outros agrupamentos, esse tipo de fonte ocorre raramente. No agrupamento dos gêneros da ordem narrar, ocorre em 10,7%. O da ordem do relatar apresenta 7,1% e o da ordem do prescrever, apenas 3,6% de fonte “genérico”.

Tal resultado sugere que a fonte “genérico” se presta à argumentação de teses e à exposição de saberes. No caso dos GOA, percebemos que esse tipo de fonte veicula uma informação que, embora de baixo valor informativo, colocabora na tentativa do Falante em engajar o Ouvinte em sua argumentação. No caso dos GOE, observamos que seu uso revela uma informação dada, que tem a função apenas de contextualizar a exposição do Falante. As ocorrências (129) e (130), a seguir, exemplificam tais usos:

(129): *Que estilo é, num sentido mais puro, o sistema de resistência opôsto pelo homem à acção do mundo exterior e, portanto, o feixe de modos que êle tem de se oferecer ao golpe constante e vário da vida, sabê-mo-lo nós bem. Quer isto dizer que em toda a novela, como em toda a obra de arte, deve palpar-se um estilo, estilo que será, em última análise, o modus vital do escritor [...]* (PEXX1MGOA91).

(130): *Não se estranhará a contradição ou a paródia de Fernando Pessoa na hora exacta em que iniciamos o I Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos; porque todos sabemos como ele próprio gostava de praticar e teorizar a contradição e a imitação.* (PEXX2MGOE243).

Em (129), o verbo se apresenta na terceira pessoa do plural (-mos) seguido pelo pronome pessoal *nós*. Na ocorrência (130), por outro lado, o verbo, que também está na primeira pessoa do plural, é anteposto por um item lexical, um pronome (*todos*), reforçando a noção de compartilhamento. Ressaltamos, ainda, que o verbo epistêmico *saber* pode, também, apresentar-se na forma impessoal, ou seja, na terceira pessoa do singular com o clítico *se*¹⁰¹.

¹⁰¹ Exemplo: “*Sabe-se que a competência vem do ensino*”. (PEXX1MGOE105).

A seguir, apresentamos os resultados concernentes ao modo de obtenção de uma informação.

5.4.2 *Modo de obtenção da informação*

Vimos que o Falante, ao manifestar a fonte de um conteúdo asseverado, pode revelar, também, o modo pelo qual adquiriu a informação descrita na situação de interação verbal. Tendo em vista isso, propomos, para a investigação dos modos de obtenção da informação, três grandes categorias: (i) sensorial – quando o Falante informa que obteve a informação descrita por meio sensorial (direta), podendo a base de sua evidência ser visual ou não-visual (por outros sentidos, como o tato, o olfato, a audição); (ii) inferencial – quando o Falante indica que obteve a informação por meio de uma elaboração mental (menos direta), que pode ser baseada em uma evidência direta ou em conhecimento existente; (iii) relato – quando o Falante revela que obteve a informação por meio de um relato (indireta), podendo esse relato ser identificado como de 2ª mão, 3ª mão ou colhido na tradição.

Destacamos, primeiramente, na tabela 11, adiante, a relação entre tipo de fonte e modo de obtenção da informação¹⁰². Os resultados revelam que, na maioria dos casos, o Falante, ao apresentar a fonte da informação, denota, também, o modo de obtenção dessa informação. O cruzamento dos dados demonstra que a relação entre tipo de fonte e modo de obtenção se mostra mais forte na relação entre “relato” e fonte “outro indefinido” (100% das ocorrências). No caso da fonte “genérico”, essa relação não se aplica, uma vez que é a noção de compartilhamento de uma verdade geral que predomina nesse tipo de fonte da informação, e não o valor “modo de obtenção da informação”, ou seja, de que a informação foi adquirida pelo Falante por meio de um relato de outra pessoa (conhecida ou anônima).

¹⁰² O *qui-quadrado*, para essa relação, é de ,000.

Tabela 11: Relação entre fonte e modo de obtenção da informação

		MODO DE OBTENÇÃO DA INFORMAÇÃO				TOTAL
		NÃO SE APLICA	EVIDÊNCIA SENSORIAL	INFERÊNCIA	RELATO	
TIPO DE FONTE DA INFORMAÇÃO	FALANTE	Ocorr.	42	149		191
		%	22,0%	78,0%		100,0%
	OUTRO DEFINIDO	Ocorr.	6	4	383	393
		%	1,5%	1,0%	97,5%	100,0%
	OUTRO INDEFINIDO	Ocorr.			25	25
		%			100,0%	100,0%
	GENÉRICO	Ocorr.	28			28
		%	100,0%			100,0%
TOTAL		Ocorr.	28	48	153	408
		%	4,4%	7,5%	24,0%	64,1%

Quanto à relação “falante” e “evidência sensorial”, verificamos 6 casos em que, em vez de o Falante assumir para si a responsabilidade pela percepção do evento descrito na situação de interação, ele atribui uma percepção a um terceiro identificado, tal como podemos verificar na ocorrência (131), apresentada a seguir:

(131): O novo embaixador que, como poeta, e tão primoroso na versificação como no brilhante estilo, *viu* consagrado pelos políticos mais exigentes o seu volume “O palas”, escrínio onde surgem como joias do raro valor as poesias “Aguia Americana”, “Venus de Washington [...]”. (PEXX1MGOR35).

No caso da relação entre “falante” e “inferência”, observamos 4 casos em que essa relação não ocorre. Assim, em vez de apresentar-se como fonte, o Falante opta por responsabilizar um terceiro, identificado como o sujeito cognoscente da inferência. A ocorrência (132), na sequência, exemplifica esse uso:

(132): Quando, em 1964, resolvemos transformar a Resistência Republicana e Socialista na ASP (Acção Socialista Portuguesa), Piteira Santos não quis acompanhar. *Percebeu que* estávamos a lançar as bases para a criação de um futuro Partido Socialista – com completa autonomia estratégica e internacional relativamente ao Partido Comunista – e o Piteira, sempre unitário e frentista, não quis ultrapassar essa fronteira. (PEXX2MGOR179).

Isso é possível porque, na verdade, o Falante tem a liberdade, dependendo de suas intenções comunicativas, de identificar outro sujeito como fonte de tais ações (percepção ou inferência), demonstrando que a evidencialidade, do ponto de vista

pragmático, constitui um recurso que ultrapassa a mera função de identificação da fonte da informação ou do conteúdo asseverado.

Assim, quanto aos efeitos de sentido implicados nesses usos, o que percebemos é que o envolvimento do Falante com a situação descrita diminui, uma vez que a percepção ou a inferência é atribuída a uma fonte diferente do Falante. Por outro lado, podemos dizer que a função evidencial nesses casos permanece, pois a experiência cognitiva envolvida na situação é denotada pela natureza semântica do item lexical selecionado pelo Falante, e não pelo fato de o verbo estar na primeira pessoa do singular.

Na tabela 12¹⁰³, a seguir, observamos que o relato de 2ª mão (381 casos) predomina em nosso *corpus*, ao passo que o relato de 3ª mão ocorre somente em 23 ocorrências. O relato colhido na tradição apresenta, por sua vez, apenas 4 ocorrências.

Tabela 12: Modo de obtenção: relato

OCORRÊNCIAS	
RELATO DE 2ª MÃO	381
RELATO DE 3ª MÃO	23
RELATO DE TRADIÇÃO	4
TOTAL	408

Como a subclassificação da evidencialidade Reportativa se baseia no tipo de fonte da informação que o Falante dispõe ao reportar uma informação, esse resultado não surpreende. Assim, na manifestação do relato de 2ª mão, o Falante apresenta uma informação de fonte conhecida, identificada como a testemunha responsável pelo conteúdo asseverado. No relato de 3ª mão, por outro lado, o Falante assinala que não sabe, não pode ou não quer precisar a fonte do conteúdo que apresenta. Em tal situação, a informação assume um efeito de boato ou de conhecimento pertencente à tradição, do qual o Falante constitui apenas veiculador (“porta-voz”) da informação (uma verdade geral) adquirida por meio do convívio social (CASSEB-GALVÃO, 2011b).

As ocorrências (132), (133) e (134), a seguir, exemplificam, respectivamente, relatos de 2ª mão, 3ª mão e de tradição. No primeiro caso, temos uma preposição

¹⁰³ Lembramos que o *qui-quadrado* é fornecido, apenas, nos casos de cruzamento de variáveis.

acidental; no segundo, o verbo *dizer* anteposto por uma preposição *e*, no terceiro, o verbo *dizer* em uma construção impessoal:

(132): *Segundo* os responsáveis pelo sector, os municípios também nada podem fazer para eliminar a sucessiva distribuição de publicidade nas caixas de correio que produzem diariamente toneladas de lixo. (PEXX2MGOR186).

(133): Foi em obediência a tal pensamento que o aristocrático autor de Minha Formação inculcara para candidato da Academia, *segundo se diz*, o General Datas Barreto, que, por esquisita coincidência, vem sucedê-lo e por conseguinte a ser o encarregado do seu elogio. (PBXX1MGOA352).

(134): A mandioca-doce pode de repente virar azangada – motivos não sei; às vezes *se diz que* é por replantada no terreno sempre, com mudas seguidas, de manaíbas – vai em amargando, de tanto em tanto, de si mesma toma peçonhas. (PBXX2MGON421).

Do ponto de vista do efeitos de (des)comprometimento, os relatos de 2ª mão mostram-se muito mais confiáveis do que os relatos de 3ª mão (boato), uma vez que sua fonte é identificada, podendo, por sua vez, ser avaliada pelo crivo do Ouvinte. Quanto ao relato colhido na tradição, embora os dados sejam escassos e não conclusivos, podemos inferir que sua referência está condicionada a fatores discursivos, como a escolha do gênero textual, uma vez que as 4 ocorrências coletadas ocorrem em gêneros de natureza narrativa, sugerindo uma relação entre esse tipo de relato e a situação de comunicação narrativa, que produz um Falante mais “relaxado”, não tão comprometido com as fontes da informação, mas com a construção do “mundo” narrado, muitas vezes, identificado com sua tradição cultura.

Na tabela 13, a seguir, verificamos que o modo de obtenção mais frequente em relação à inferência é a que se baseia em conhecimento existente, ou seja, a pragmaticamente originada no conhecimento que o Falante aciona na geração de um raciocínio lógico (123 ocorrências). A inferência baseada em evidência direta (sensorial) ou de resultado observável ocorre, na amostra textual, em apenas 30 casos.

Tabela 13: Modo de obtenção: inferência

OCORRÊNCIAS	
DIRETA	30
NÃO-DIRETA	123
TOTAL	153

Isso significa que as experiências prévias do Falante, que fazem parte de seu Componente Conceptual, constituem a base mais produtiva para a geração de novas ideias, o que nos faz reconhecer a inferência como um processo cognitivo ligado à capacidade epistemológica do Falante de produzir conhecimento a partir de conhecimento existente. As ocorrências (135), (136), (137) e (138), a seguir, exemplificam, respectivamente, inferências baseadas em evidência visual (pistas visuais), evidência auditiva (colhida nas relações interpessoais), dados observáveis (fatores textuais) e conhecimento existente:

(135): Procurei-o e sentei-me ao seu lado, tentando aproximar-se daquele homem que durante bastante tempo esteve muito distante de mim. Lágrimas enchiam-lhe os olhos escuros e a voz rouquenta de sempre mal conseguia ser modulada.

- Meu filho – ela não volta mais, - você já percebeu?

Voz dura, entremeada de pequenos silêncios, mais duros ainda.

Vi que tentava uma aproximação, e quanto difícil era isto para ele. (PBXX1MGON3113).

(136): Graça: - O Octávio é mau rapaz?

Rodrigo: - Só o conheço por tradição, mas *pelo que tenho ouvido* a seu respeito, não o julgo apto a fazer a felicidade de uma mulher, e muito menos de uma mulher com o teu temperamento. (PEXX1MGON20).

(137): *Da observação cuidadosa dos nomes mais admirados pelos brasileiros e brasileiras*, sobressai outra conclusão: é bem mais alto, entre os vivos, o índice de aprovação das mulheres – em especial, Fernanda Montenegro e Xuxa – do que os dos homens. (PBXX2MGOR465).

(138): Isto é... João não viu nada disso, estou fantasiando a história. Depois do século dezenove os contadores *parece que* se sentem na obrigação de esmiuçar com sem-vergonhice essas coisas. (PBXX1MGON292).

Na tabela 14, a seguir, podemos observar que a maioria das evidências sensoriais registradas em nosso *corpus* é baseada em alguma percepção visual (31 ocorrências). Apenas 17 casos estão relacionados a evidências decorrentes de outros tipos de percepção, quase sempre auditivas. Isso demonstra a importância do sentido da visão para a geração de novos conhecimentos, tidos como mais confiáveis. Além disso, corrobora a hipótese de que os domínios da visão e do conhecimento estão fortemente relacionados.

Quanto ao sentido da audição, este é o segundo mais frequente (13 ocorrências)

em nossa amostra textual. Verificamos que seu uso denota significados relacionados à atenção ou ao entendimento, constituindo, depois da visão, o sentido mais facilmente ativado na “trajetória” de geração do conhecimento por meio da percepção. Por fim, registramos apenas 4 ocorrências com o verbo *sentir* na manifestação de sensação tátil.

Tabela 14: Modo de obtenção: evidência sensorial

	OCORRÊNCIAS
VISUAL	31
NÃO-VISUAL	17
TOTAL	48

As ocorrências (139), (140) e (141), a seguir, exemplificam, respectivamente, evidências baseadas nas percepções ligadas à visão, à audição e ao tato:

(139): Aquele menino tinha sido homem. Devia, em balanço, terríveis perversidades. Alma dele estava no breu. Mostrava. E, agora, pagava. Ah, mas, acontece, quando está chorando e penando, ele sofre igual que se fosse um menino bonzinho... Ave, vi de tudo, neste mundo! Já *vi* até cavalo com soluço... – o que é a coisa mais custosa que há. (PBXX2MGON430).

(140): O tempo corria devagar, naquela sala que mais parecia um longo esquife, de paredes poeirentas, com lambriz antigo de azulejos pintados de flôres convencionais. De quando em quando, *ouvia* o tilintar das armas dos soldados. Uma aranha, indiferente às misérias da Justiça, tecia a sua teia num velho bico de gás. (PEXX1MGON31).

(141): De vez em quando, eu molhava na fonte a língua, a garganta, os dentes, e nesses momentos *sentí* mais toscamente, na casta limpidez da água, a grossura da minha boca. (PEXX1MGOR57).

Em todas essas ocorrências, podemos afirmar que o Falante testemunhou um Estado-de-Coisas ocorrer. Na ocorrência (139), o verbo *ver* indica que o Estado-de-Coisas descrito na situação foi percebido pelo Falante por meio da visão. Em (140), o verbo *ouvir* introduz um Estado-de-Coisas perceptível por meio auditivo. Por fim, na ocorrência (141), o verbo *sentir* indica que o Falante percebeu, por meio do olfato, o Estado-de-Coisas descrito na situação. Segundo Vendrame (2010), tais verbos de percepção (*ver*, *ouvir* e *sentir*) constituem mecanismos relevantes, em língua portuguesa, para que o Falante expresse diferentes formas de obtenção da informação via percepção direta (sensorial).

Na seção, a seguir, discutimos os resultados relacionados ao valor semântico dos

verbos de elocução.

5.4.3 Valor semântico do verbo de elocução

Embora consideremos o uso de uma expressão evidencial relatada na forma de verbo de elocução como já sendo uma maneira de o Falante enquadrar a “fala” do sujeito reportado - já que o “narrador” sempre se apresenta como “filtro das informações reportadas” - podemos reconhecer dois subtipos de verbos de elocução e, portanto, de enquadramento da “fala” reportada: (i) os casos em que o verbo de elocução é marcado semanticamente do ponto de vista de seu valor axiológico, favorecendo, assim, uma maior interferência (avaliação) do Falante na “fala” reportada (como “criticar”, “sugerir”, “confrontar” etc.); (ii) os casos em que o verbo de elocução é não marcado semanticamente, favorecendo, por sua vez, uma maior “isenção” ou “descomprometimento” do Falante na “fala” reportada (como “dizer”, “afirmar” etc.).

Na tabela 15, a seguir, podemos observar que a diferença no número de ocorrências entre os verbos de elocução axiologicamente marcados e não marcados é de apenas 25 ocorrências a mais para a forma não marcada do verbo. Isso mostra que ambas as formas de verbo de elocução são produtivas na construção da “fala” reportada.

Tabela 15: Valor semântico dos verbos de elocução

	OCORRÊNCIAS
NÃO-MARCADO	164
MARCADO	139
TOTAL	303

Assim, ao incorporar em sua “fala” a “voz” de outro a partir de um verbo de elocução, podemos dizer que o Falante encontra uma forma de manifestar sua subjetividade: escolher um verbo de elocução mais “neutro” ou mais marcado axiologicamente. Dependendo da escolha lexical do verbo de elocução, o Falante pode ultrapassar “os limites do dizer”, denotando sua avaliação em relação ao conteúdo reportado, ou seja, sua visão de mundo enquanto sujeito inscrito no discurso.

A seguir, apresentamos as ocorrências (142) e (143) que exemplificam, respectivamente, o uso de um verbo de elocução não marcado no gênero narrativo e de um marcado semanticamente no gênero argumentativo:

(142): Rodrigo: Confesso que estranhei me quisessem encobrir esta soirée, não me perguntando nunca se eu queria ser convidado.

Graça: Oh! Que ideia, Rodrigo!

Rodrigo: É verdade, Graças! Sabes bem que eu sou uma criatura sem rodeios, mas reflectida. Se não tivesse absoluta certeza do que te digo, não o faria. Tua mãe só *me disse que* a senhora Marquesa a tinha encarregado de me convidar, em seu nome, depois de saber que eu procurava alguém que me apresentasse ao Marquês ou ao Octávio. (PEXX1MGON19).

(143): [o ministro Pina Moura] *Prometeu que* a filosofia subjacente às novas decisões levará à diminuição do esforço fiscal dos que já pagam e ao aumento da pressão sobre os que fogem aos impostos, sendo todas estas medidas enquadradas numa reforma fiscal que estará concluída em 2003. (PEXX2MGOA218).

Na ocorrência (142), o Falante introduz a “voz” do outro por meio do verbo *dizer*; em (143), o verbo utilizado é *prometer*. Sabemos que as escolhas lexicais denotam o ponto de vista do Falante. Nesse sentido, a palavra toma uma dimensão que ultrapassa a mera função informativa, revestindo-se de uma função mais subjetiva ou, nos termos de Wittgenstein (s.d.), de uma forma de ação. Assim, em (143), além de comunicar uma informação, o Falante integra sua interpretação ao conteúdo reportado, avaliando esse conteúdo segundo seu ponto de vista. Essa avaliação é expressa pela escolha do verbo performativo *prometer*.

Por fim, a tabela 16, adiante, revela que há uma diferença de uso entre esses tipos de verbos quando os confrontamos com os agrupamentos dos gêneros textuais. Como podemos observar, nos agrupamentos de gêneros da ordem do narrar e do relatar, prevalece a escolha por verbos semanticamente não marcados (respectivamente, 27,4% e 36,6%). Todavia, devemos ressaltar que, nos agrupamentos dos gêneros da ordem do relatar, a diferença entre o tipo não marcado e marcado é pequena, de apenas 3,5% a mais para a forma não marcada do verbo. Isso se justifica pelo próprio contexto, que favorece uma maior “inserção” do Falante nos relatos reportados. Nos agrupamentos dos gêneros da ordem do argumentar, do expor e do prescrever, verificamos a predominância de verbos semanticamente marcados (respectivamente, 25,2%, 20,1% e 11,5%), demonstrando que, em tais gêneros, o Falante tem mais “liberdade” para avaliar a “fala” reportada. Os casos classificados como “não se aplica” dizem respeito a formas não verbais, que, evidentemente, não se enquadram nessa categoria.

Tabela 16: Valor semântico de verbo de elocução nos agrupamentos de gênero¹⁰⁴

		AGRUPAMENTO DE GÊNEROS					TOTAL	
		GON	GOR	GOA	GOE	GOP		
VALOR SEMÂNTICO DO VERBO DE ELOCUÇÃO	NÃO SE APLICA	Ocorr.	45	84	82	108	15	334
		%	13,5%	25,1%	24,6%	32,3%	4,5%	100,0%
	NÃO-MARCADO	Ocorr.	45	60	32	13	14	164
		%	27,4%	36,6%	19,5%	7,9%	8,5%	100,0%
	MARCADO	Ocorr.	14	46	35	28	16	139
		%	10,1%	33,1%	25,2%	20,1%	11,5%	100,0%
TOTAL		Ocorr.	104	190	149	149	45	637
		%	16,3%	29,8%	23,4%	23,4%	7,1%	100,0%

Na seção, a seguir, apresentamos os resultados do Nível Morfossintático.

5.5 Categorias do Nível Morfossintático

Vimos, na fundamentação teórica, que o Nível Morfossintático é responsável por codificar informações semânticas e pragmáticas em uma única representação estrutural. No caso da evidencialidade, propomos, para sua descrição, as seguintes categorias morfossintáticas: (i) contexto morfossintático de manifestação da evidencialidade; (ii) classe morfológica da marca evidencial; (iii) ordenação da marca no enunciado. Tendo em vista, portanto, tais fatores, passemos, a seguir, a discutir os resultados verificados em nosso *corpus*.

5.5.1 Contexto morfossintático de manifestação da evidencialidade¹⁰⁵

Na tabela 17, a seguir, verificamos que o contexto morfossintático mais frequente de manifestação da evidencialidade é a Expressão Linguística (532 ocorrências – 83,5 %). O Sintagma representa o segundo contexto mais comum de ocorrência da fonte da informação (51 casos). A Oração, a justaposição da fonte e a citação acadêmica empatam com 17 ocorrências. A Palavra, por sua vez, apresenta apenas 3 casos em nossa amostra textual.

¹⁰⁴ O *qui-quadrado*, para essa relação, é de ,000.

¹⁰⁵ Nesta seção, consideramos a manifestação do conjunto: marca evidencial, fonte e conteúdo asseverado.

Tabela 17: Contexto morfossintático de manifestação da evidencialidade

	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
EXPRESSÃO LINGUÍSTICA	532	83,5
ORAÇÃO	17	2,7
SINTAGMA	51	8,0
PALAVRA	3	,5
JUSTAPOSIÇÃO DA FONTE	17	2,7
CITAÇÃO - NORMA ACADÊMICA	17	2,7
TOTAL	637	100,0

Independentemente da discussão em torno do fato de a evidencialidade fazer parte do conteúdo principal da proposição ou constituir apenas um comentário a respeito dessa proposição, devemos considerar, segundo Boye; Harder (2009), a noção de escopo como um critério definidor da evidencialidade. Assim, uma marca evidencial deve ter, na sua aplicação, um conteúdo que tem um valor de verdade por si mesmo. Tendo em vista isso, é necessário que o enunciado de natureza evidencial contenha duas unidades linguísticas: uma com a fonte da informação ou o modo de obtenção da informação e outra com o conteúdo asseverado. No plano morfossintático, essa representação semântica se manifesta na forma de uma Expressão Linguística, que, como vimos, pode ser composta por mais de uma oração.

Em nossa amostra textual, observamos que a Expressão Linguística evidencial pode ser constituída por:

(i) duas orações - uma introduzida por conjunção ou por preposição antecedendo a fonte ou o modo de obtenção da informação e outra contendo o conteúdo asseverado (na forma de uma oração simples ou na forma de uma oração complexa – com complemento finito ou não-finito). A ocorrência (144), a seguir, exemplifica esse tipo de contexto sintático:

(144): *Como já o observou Ehrenreich, a origem dos homens e de outros seres de buracos pode ser considerada uma característica da mitologia aruák.* (PBXX2MG0E571).

Em nosso *corpus*, esse tipo de contexto manifesta não apenas a evidencialidade Reportativa, exemplificada em (144), mas, também, a Inferida¹⁰⁶ e a Genericidade¹⁰⁷. Do ponto de vista morfossintática, esse tipo de contexto pode ser, assim, representado:

(144): (**Le₁**: (**Cl₁**: [(**Gw₁**) (**Vw₁**) (**Xw₁**)] (**Cl₁**)) (**Le₁**)) (**Le₂**: [(**Cl₂**)] (**Le₂**))

O trecho destacado contém duas Expressões linguísticas (**Le₁** e **Le₂**) diferentes. Em (**Le₁**), há uma Oração (**Cl₁**) constituída por uma Palavra Gramatical (**Gw₁**), uma Palavra Verbal (**Vw₁**) e uma Palavra do tipo Indivíduo (**Xw₁**), que designa a fonte da informação. Em (**Le₂**), representamos, apenas, a Oração (**Cl₂**) que codifica o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

(ii) duas orações – a primeira simples e a segunda simples ou complexa (com complemento na forma finita ou não-finita), introduzida por conjunção (coordenativa ou subordinativa). Na ocorrência (145), na sequência, ilustramos esse contexto:

(145): *A mulher foi escrava do homem desde tempos imemoriais, mas parece que cansou e está se emancipando da tutela masculina.* (PBXX1MGOA383).

Esse tipo de contexto expressa, além da evidencialidade Inferida (145), a Reportativa¹⁰⁸ e a Percepção de Evento¹⁰⁹. Com relação à sua estrutura morfossintática, podemos, assim, representar esse tipo de Expressão Linguística:

(145): (**Le₁**: [(**Cl₁**)] (**Le₁**)) (**Le₂**: (**Cl₂**: [(**Gw₂**) (**Vw₂**) (**Gwj**)] (**Cl₂**)) (**Le₂**))

A parte destacada contém uma Expressão Linguística (**Le₂**) com uma Oração (**Cl₂**). Nessa Oração, uma Palavra Gramatical (**Gw₂**), uma conjunção adversativa, antepõe-se à Palavra Verbal (**Vw₂**), que é seguida pelo complementizador *que* (**Gwj**), responsável por encaixar o complemento finito da oração complexa.

¹⁰⁶ *Por uma notícia do Mundo, vi que foste à estação.* (PEXX1MGOR68).

¹⁰⁷ *Como é sabido, [...]* não cabe ao IPASE qualquer responsabilidade pela situação de crescente “déficit”. (PBXX2MGOP603).

¹⁰⁸ O autor foi excessivamente modesto *quando nos diz que* o seu ensaio tenta apenas esboçar a fisionomia do Nordeste agrário e o apresenta como um estudo esquemático e quase impressionista. (PBXX1MGOA377).

¹⁰⁹ [...] *teria passado meia hora, ou pouco mais, quando ouvimos um automóvel.* Ela levantou-se como se ao mesmo tempo aquilo a assustasse e exclamou que era infalível. (PEXX1MGON06).

(iii) duas orações sintaticamente independentes – uma com o conteúdo asseverado e outra com a fonte e o modo de obtenção da informação, tal como podemos verificar na ocorrência (146) a seguir:

(146): Olegário: E, além disso, não adianta. *Eu sei que nunca ficarei bom. O médico disse.* (PBXX1MGON306).

A forma sintática, representada em (146), manifesta apenas a evidencialidade Reportativa. Sua estrutura pode, assim, ser representada no Nível Morfossintático:

(146): (**Le₁**: [(Cl₁)] (**Le₁**)) (**Le₂**: (Cl₂: [(Nw₂) (Vw₂)] (**Le₂**))

Na estrutura em negrito, temos uma Expressão Linguística (Le₁) composta por uma Oração (sintaticamente independente de Cl₂). Em (Le₂), há uma Palavra Nominal (Nw₂) e uma Palavra Verbal (Vw₂), que, representam, respectivamente, no Nível Representacional, a fonte e o modo de obtenção da informação.

(iv) uma oração complexa – com uma marca evidencial que abriga (encaixa) um conteúdo asseverado (na forma finita ou não-finita), tal como podemos constatar na ocorrência (147) a seguir:

(147): *Bem sabemos que são duras as condições que a constante alta do preço da vida está impondo a todos.* (PEXX1MGOA79).

Esse tipo de contexto codifica, além da evidencialidade Genericidade, representada em (147), as estratégias Reportativa¹¹⁰ (com fonte conhecida ou anônima) e Inferida¹¹¹. No Nível Morfossintático, pode ser representada da seguinte forma:

(147): ((**Le₁**: (Cl₁: [(Vw₁) (Gw₁)] (Cl₁)) (**Le₁**))

Em (Le₁), a Oração (Cl₁) contém uma Palavra Verbal (Vw₁) e uma Palavra Gramatical (Gw₁), o complementizador *que*, encaixando um complemento na forma finita.

¹¹⁰ [Devotos do Santo] *A crescentam que* “não tem casa própria, vivendo de favor na casa de Santo Antônio”. (PBXX2MGOR499); *Dizem que* o que eu pretendo é mostrar-me uma pessoa extraordinária. (PEXX1MGOE132)

¹¹¹ *Parece que* achei uma solução para as dificuldades o soneto XXII [...]. (PBXX2MGOR498).

(v) uma oração intercalada com função adjetiva, como podemos observar na ocorrência (148) a seguir:

(148): Este programa, *que parece limitado e banal*, encerra actualmente todo um vasto plano, a que muito poucas medidas são estranhas. (PEXX1MGOA83).

Esse tipo de contexto codifica a evidencialidade Inferida (148). No Nível Morfossintático, pode ser representado da seguinte forma:

(148): (Le₁: (Cl₁: [(Np₁) (^{dep}Cl₂: [(Gw₂) (Vw₂) (Ap₂)] (^{dep}Cl₂)) (Vp₁)] (Cl₁)) (Le₁))

O trecho destacado significa que a Oração (Cl₂) dependente é composta por uma Palavra Gramatical (Gw₂), um pronome relativo com função anafórica, uma Palavra Verbal (Vw₂), com “traços evidenciais”, e um Sintagma adjetival (Ap₂).

Com relação às orações complexas, ressaltamos que seus complementos oracionais podem apresentar-se nas formas finita ou não-finita, tal como exemplificamos, respectivamente, nas ocorrências (149) e (150) a seguir:

(149): Pelo que já vi, *acho que as obras a serem postas em fita devem ser as dos nossos inimigos*. (PBXX1MGOA381).

(150): Aos momentos sombrios, de negra expectativa, que vivemos, *parece querer suceder-se uma nova aberta, de sol entre nuvens* [...]. (PEXX1MGOA78).

Do ponto de vista de sua codificação morfossintática, os complementos oracionais finitos e não-finitos podem ser, assim, representados:

(149): (Cl₂: [(Nw₂) (Vp₂)] (Cl₂)) (Le₁))

(150): (Cl₂: [ⁱVp₂) (Np₂)] (Cl₂)) (Le₁))

Em (149), o complemento finito contém uma Palavra Norminal (Nw₂), com função de sujeito, e uma Sintagma Verbal (Vp₂). Em (150), o complemento não finito é composto por um Sintagma Verbal (Vp₂) em posição inicial na oração encaixada e um Sintagma Nominal (Np₂).

Destacamos, também, que a Expressão Linguística na forma de uma oração completiva não-finita é, juntamente com a Oração simples, o contexto mais comum de

manifestação da evidencialidade Percepção de Evento. Em nossa amostra textual, registramos essa estratégia evidencial codificada na forma de uma oração completiva reduzida de infinitivo. A ocorrência (120), aqui retomada, exemplifica essa forma de manifestação da evidencialidade:

(120): *Via* correr com divina limpidez a água que espraia depois no meio de uma pequena floresta de ervas e avencas [...] (PEXX1MGOR55).

No Nível Morfossintático, o complemento do verbo de percepção da ocorrência (120) é descrito como uma Palavra Verbal na forma infinitiva (Vw):

(120): (Cl₁: [(Vp₁) (Vw₁ INF)] (Cl)1) (Le₁)

É importante frisarmos, ainda, um sexto tipo de Expressão Linguística registrado em nosso *corpus* de análise, a qual denominamos de enunciado metadiscursivo¹¹². Do ponto de vista morfossintático, esse tipo de construção evidencial apresenta uma estrutura bastante variada. Todavia, de modo geral, esse tipo de expressão apresenta, em sua representação semântica, as categorias Indivíduo e Lugar, as quais designam, respectivamente, o sujeito-fonte responsável pelo conteúdo asseverado e o lugar de onde o Falante retirou tal informação. Além disso, à expressão linguística com características evidenciais, segue-se o conteúdo reportado na forma de discurso direto, sendo este destacado, no enunciado, por sinais gráficos, como os dois pontos e as aspas. A ocorrência (151), a seguir, exemplifica esse tipo de expressão linguística, utilizada na manifestação da evidencialidade Reportativa:

(151): *Assim Pessoa refere num texto dactilografado provavelmente de 1916:*
 “Em Portugal hoje debatem-se duas correntes [...] Uma é a da Renascença Portuguesa, a outra é dupla, é realmente duas correntes [...]”
 (PEXX2MGOE264).

Em (151), o enunciado em itálico, além de apresentar a fonte da informação e o local de onde o conteúdo reportado foi obtido, apresenta, ainda, um sinalizador (*assim*)

¹¹² Registramos 29 ocorrências desse tipo de enunciado com “traços evidenciais”, sendo que a maioria ocorre no agrupamento dos gêneros da ordem do expor (16 ocorrências). Nos gêneros da ordem do narrar, coletamos 9 casos. Nos gêneros da ordem do argumentar, constatamos 3 ocorrências. Nos gêneros da ordem do prescrever, apenas 1. Esse dado revela que o enunciado metadiscursivo parece ter seu uso condicionado ao propósito comunicativo do Falante de retransmitir saberes em uma dada área do conhecimento.

com função catafórica, responsável por apontar para frente, projetando a atenção do Ouvinte para aquilo que vai ser dito adiante. Vemos, também, nesse exemplo, um modalizador epistêmico (*provavelmente*), indicando a avaliação do Falante em relação à probabilidade do texto a qual ele se refere ter sido escrito na data apontada (1916).

Em relação ao Sintagma, verificamos que sua manifestação pode ocorrer de quatro formas distintas. Na forma de: (i) um Sintagma Preposicional; (ii) um Sintagma Verbal; (iii) um Sintagma Nominal; (iii) um Sintagma Adjetival. Em nossa amostra textual, a forma preposicional do Sintagma ocorre, exclusivamente, na manifestação da evidencialidade Reportativa. A marca nominal acontece, apenas, na expressão da evidencialidade Inferida. O Sintagma Verbal codifica as estratégias Inferida e Generidade¹¹³. O adjetival é utilizado na manifestação da estratégia evidencial Reportativa. As ocorrências (152), (153), (154) e (155), adiante, demonstram, respectivamente, essas quatro formas de expressão do sintagma evidencial:

(152): *Para Época*, essa independência faz parte do código de direitos dos leitores. (PBXX2MGOA522).

(153): [...] a simples observação dos factos conduz-nos necessariamente a *estas conclusões*: o turismo tem por base em cada país uma certa capacidade hoteleira, mas o engrossamento das correntes turísticas determina, por sua vez, o incremento do hotéis, já quanto ao seu número, já quanto às suas condições de luxo e conforto. (PEXX1MGOP142).

(154): Foi, *me parece*, esse espírito de Brodóvsqui que situou Portinari na posição singular que ele ocupa hoje na pintura brasileira. (PBXX1MGOA372).

(155): O ponto fraco da teoria de Brugmann, *salientado por Jespersen* (Jespersen, 1928, 391 ss), é que o número dos nomes de fêmeas nessas condições é tão reduzido que dificilmente explicaria uma ação analógica tão sistemática e cabal. (PBXX2MGOE559).

Essas formas de manifestação da evidencialidade podem ser, assim, representadas no Nível Morfossintático:

(152): (Le₁: (Cl₁: [(^PI Gw₁) (Nw₁) (Cl₁)] (Le₁)))

(153): (Le₁: (Cl₁: [(Det) (Nw₁)] (Cl₁)] (Le₁)))

¹¹³ Como na ocorrência (92), retomada a seguir: [...] a Tereza, *todos sabem*, além de não ser muito favorecida pela natureza, e pelo menos em parte por isso mesmo, já está indo pro lado das ficadas. (PBXX2MGON445).

(154): (Le₁: (Cl₁: [(Pro) (Vw₁)] (Cl₁)) (Le₁))

(155): (Le₁: (Cl₁: [(Aw₁) (Gw₁) (Nw₁)] (Cl₁)) (Le₁))

Em (152), temos uma Palavra Gramatical (Gw₁) em posição inicial e uma Palavra Nominal (Nw₁), que, no Nível Representacional, indica a fonte da informação. Na ocorrência (153), há um Determinante (Det) e uma Palavra Nominal (Nw₁), que funciona como um item inferencial. A ocorrência (154) apresenta um Pronome (Pro) e uma Palavra Verbal com função parentética. Em (155), há uma Palavra Adjetival (Aw₁), uma Palavra Gramatical (Gw₁) e uma Palavra Nominal (Nw₁), exercendo, no Nível Representacional, a fonte do conteúdo asseverado.

No que concerne à oração como contexto de manifestação da evidencialidade em nossa amostra textual, verificamos que essa forma evidencial ocorre, principalmente, na Percepção de Evento¹¹⁴. A Palavra, por outro lado, se presta, apenas, à manifestação da evidencialidade Inferida. No caso da Oração, temos um verbo pleno. No caso da Palavra, o verbo, gramaticalizado, funciona como parentético. A ocorrência (156) exemplifica a Oração com um verbo de percepção [+ concreto], no sentido de perceber com a visão; ao passo que a ocorrência (157) demonstra a forma Palavra com um verbo de percepção na função parentética [+ abstrato]:

(156): e pedia perdão à fonte de, pela última vez, molhar na sua linfa esta minha boca pecadora. E depois *ouvia*, longamente, o seu rumor, que era agora – não me digas que estou enganado – uma melodia de despedida que me penetra finamente como certas lâminas frias, ou se amortecia, ténue, na lonjura (PEXX1MGOR62).

(157): O dr. Afonso de Castro é hostil ao diagnóstico de angina do peito formulado pelo escritor e confirmado, *parece*, pelo dr. Belo de Moraes. (PBXX1MGOR322).

No Nível Morfossintático, a Palavra, em (157), pode ser, assim, esquematizada:

(157): (Le₁: (Cl₁: [(^{PM} Gw₁) (Nw₁)] (Cl₁)) (Le₁))

Na ocorrência (157), a Palavra Gramatical (Gw₁), com função parentética, ocupa posição medial. Nessa posição, o valor da forma *parecer* é orientado para o

¹¹⁴ Encontramos um caso de Inferida: “Vi que estava ali uma mulher forte, otimista e infeliz. *Compreendi* o drama daquela pobre rapariga. Ela tinha razão, sob meu ponto de vista pessoal tinha razão”. (PEXX1MGON04).

Indivíduo (Belo de Moraes) do Estado-de-Coisas descrito no interior da proposição (cf. GONÇALVES, 2004, p. 209).

Quanto às formas denominadas justaposição da fonte e citação normativa¹¹⁵, verificamos que seus usos se limitam à manifestação da evidencialidade Reportativa. A citação segundo normas acadêmicas ocorre apenas no agrupamento de gêneros textuais da ordem do expor, revelando que esse tipo de referência à fonte da informação é particular ao contexto acadêmico-científico. No que diz respeito à justaposição, observamos que esse tipo de apresentação da fonte da informação acontece não apenas nos gêneros do expor, mas, também, nos da ordem do relatar e do prescrever. Embora o Falante não apresente uma unidade lexical responsável por indicar a origem da informação, a justaposição da fonte funciona como um “recurso sintático” que aproxima a fonte e o conteúdo asseverado (princípio de Iconicidade). Na citação acadêmica, o Falante opta por indicar, em nota de rodapé, a fonte do conteúdo Reportado. As ocorrências (158) e (159), a seguir, exemplificam, respectivamente, essas formas de expressão da fonte reportada. Em (158), temos uma nota de rodapé, que indica a fonte de onde o relato de 2ª mão foi retirado. Em (159), é a justaposição simples da fonte, apresentada conforme norma acadêmica, que indica de onde o relato imediatamente reportado foi adquirido:

(158): *Mem. De Lit. Port., da R. Acad. Das Sciencias, VIII (2ª ed.) pp. 244-245.)*
(PEXX1MGOE113).¹¹⁶

(159): Em nome do humanismo que o nosso escritor invoca, recusaremos, portanto, esta continuação do seu trecho: “Ora se a história, que já nos mostrou a verdade desta doutrina na sua fenomenalidade política, no-la mostrar agora na sua fenomenalidade económica? [...]” (*Martins, Teoria, p.174.*) (PEXX2MGOE252).

¹¹⁵ É claro que, numa perspectiva mais restrita de gramática, esse meios não constituem representações estruturais de manifestação da evidencialidade. No entanto, como propomos uma análise-descrição linguística baseada no uso e na correlação entre forma e função, demonstrando especial interesse nas motivações cognitivo-pragmáticas que determinam os usos linguísticos, acreditamos que a opção de incluir tais formas nesta seção não representa um “problema metodológico”; ao contrário, revela nossa preocupação em estar em sintonia com os princípios e hipóteses funcionalistas que orientam a realização deste trabalho.

¹¹⁶ Essa citação acadêmica (apresentada em nota de rodapé) está associada é ao seguinte conteúdo reportado: António Ribeiro dos Santos, tracejando a evolução da poesia portuguesa, a que dava origem céltica, fez a aludida citação e acreditou no intercâmbio das línguas, de que devia resultar a gentil arte de poetizar dos nossos trovadores. Vale a pena transcrever textualmente: “*Esta mútua comunicação das duas línguas naturalmente havia [de dar] a huma muitos dos primores e donaires da outra e a gentil arte de poetizar, que tão válida e rica andava entre os Arabes e tão tratada dos nossos, não poderia deixar por este meio de muito influir nas nossas trovas [...]*”.

Na seção, a seguir, apresentamos os resultados concernentes à relação entre classe morfológica da marca evidencial e agrupamentos de gêneros textuais.

5.5.2 *Classe morfológica da marca evidencial*

Pesquisas demonstram que a evidencialidade pode manifestar-se por diferentes tipos de classes de palavra, como o verbo, o substantivo, o adjetivo, o advérbio¹¹⁷ e a preposição. Na tabela 18, na página seguinte, podemos observar os resultados concernentes à relação entre classe morfológica de manifestação da marca evidencial e agrupamentos de gêneros textuais. Os dados revelam que o verbo constitui a classe de palavra mais frequente de manifestação da evidencialidade em nossa amostra textual, ocorrendo em 527 ocorrências. Os gêneros em que esse tipo de classe mais ocorre são os da ordem do relatar (31,9%) e do argumentar (25,6%). A segunda classe mais frequente, em nosso *corpus*, é a preposição. Essa classe de palavra é mais recorrente nos gêneros da ordem do expor (45,2%). As classes nominais, substantivo e adjetivo, quase não apresentam ocorrências em nossa amostra. O substantivo tem 4 registros, e o adjetivo, apenas 1. Podemos, ainda, observar, na tabela 18, 63 ocorrências que “não se aplicam” à categoria “classe morfológica da marca evidencial”. Tais casos dizem respeito às formas já tratadas na seção anterior, denominadas como justaposição da fonte, citação segundo normas acadêmicas e enunciado metadiscursivo.

¹¹⁷ Embora não tenhamos encontrado formas adverbiais de manifestação da evidencialidade em nossa amostra textual, Carioca (2009) destaca, em seu trabalho, a expressão da fonte da informação por meio do advérbio *evidentemente*, o qual, segundo a autora, revela o produtor textual como fonte da informação inferida: Ex.: “*Evidentemente* que tal problema não é exclusivo do município de Areia Branca e nem tampouco do estado de Sergipe, mas é um problema que se arrasta na história do espaço agrário brasileiro persistindo até hoje.” (CARIOCA, 2009, p. 128).

Tabela 18: Relação entre classe de palavra e agrupamentos de gêneros textuais

		AGRUPAMENTO DE GÊNEROS					TOTAL	
		GON	GOR	GOA	GOE	GOP		
CLASSE DE PALAVRA	NÃO SE APLICA	Ocorr.		11	3	44	5	63
		%		17,5%	4,8%	69,8%	7,9%	100,0%
	VERBO	Ocorr.	104	168	135	85	35	527
		%	19,7%	31,9%	25,6%	16,1%	6,6%	100,0%
	SUBSTANTIVO	Ocorr.		1	2		1	4
		%		25,0%	50,0%		25,0%	100,0%
	ADJETIVO	Ocorr.				1		1
		%				100,0%		100,0%
	PREPOSIÇÃO	Ocorr.		10	9	19	4	42
		%		23,8%	21,4%	45,2%	9,5%	100,0%
TOTAL		Ocorr.	104	190	149	149	45	637
		%	16,3%	29,8%	23,4%	23,4%	7,1%	100,0%

Os verbos que podem apresentar função evidencial são os que implicam, por parte do Falante, uma relação de pressuposição de que a proposição assertiva é factual, ou seja, é verdadeira ou os que denotam que o Estado-de-Coisas descrito na proposição completiva ocorreu. O primeiro tipo é conhecido como verbo factivo, e o segundo, como verbo implicativo¹¹⁸ (NEVES, 2011). Entre a classe semântica dos verbos factivos ou implicativos que manifestam a evidencialidade, estão os perceptuais (como *ver*, *ouvir* e *sentir* etc.), os cognitivos (como *parecer*, *supor* etc.), os epistêmicos (como *saber*, *conhecer* etc.) e os elocutivos (como *dizer*, *sustentar* etc.), introdutores de ato de fala. As ocorrências (160) e (161), adiante, exemplificam, respectivamente, as classes dos verbos factivos e implicativos que manifestam evidencialidade. No primeiro caso, temos um verbo epistêmico, assumindo a função Genericidade. Na segunda ocorrência, um verbo de elocução, expressando uma estratégia Reportativa:

(160): *Sabe-se que*, se qualquer nação ficar afogada nas suas próprias ruínas, ou fôr escravizada por culpa sua, ou injuria de outrem, o valor e o carater dos seus filhos é que hão de reconstruir ou libertar. (PEXX1MGOE103).

(161): A pesquisa *mostra* claramente *que* não é fácil para a população exercer tal amor, expresso no orgulho de ser brasileiro, num dia-a-dia marcado pelo medo da violência nas grandes cidades e pela dificuldade de conseguir ou até mesmo manter um emprego nestes tempos de economia globalizada.

¹¹⁸ Especialmente, a subclasse dos verbos causativos, que, segundo Neves (2011), implica uma condição suficiente para que o Estado-de-Coisas descrito na situação ocorra.

(PBXX2MGOR455).

No que diz respeito às categorias semânticas do verbo (tempo – aspecto – modo), observamos que a marcação dessas categorias depende do tipo de estratégia evidencial que se deseja evocar. Em nosso *corpus*, verificamos que, na evidencialidade Percepção de evento, o verbo apresenta-se no presente do indicativo ou no passado perfectivo ou imperfectivo. As ocorrências (94), (120) e (22), retomadas, a seguir, demonstram, respectivamente, o verbo de percepção *ver* no presente do indicativo, no passado imperfectivo e no passado perfectivo:

(94): *Revejo* ainda hoje a minha mãe deitada na cama branca, a sua fisionomia de olhos compridos, o quarto cheio de gente e a voz sumida que dizia: - Marta, deixa ele engatinhar para eu ver. (PBXX2MGOR484).

(120): *Via* correr com divina limpidez a água que espriava depois no meio de uma pequena floresta de ervas e avencas e ouvia-a embebendo-me no segredo da sua música, que não era monótona aos meus ouvidos. (PEXX1MGOR55).

(22) *Vi* então um homem todo amarrado de cordas a carregar uma cruz, com outro de chicote na mão batendo nele. (PBXX2MGOR493).

A diferença no tempo-aspecto verbal dessas ocorrências suscita efeitos de sentido distintos nas narrativas em que o verbo *ver* ocorre. Em (94), o presente provoca um efeito de atemporalidade no que concerne à narrativa do Falante. Em (120), o imperfectivo denota um efeito cursivo, no sentido de que o Estado-de-Coisas está em pleno curso de realização. Tal efeito é muito comum nas passagens de Fundo das narrativas, funcionando como “recheio” para os aspectos centrais (Figura). Em (22), por outro lado, a ação verbal assume um efeito de completude, revelando sua centralidade na narrativa.

Com relação à evidencialidade Genericidade, constatamos que o verbo apresenta-se sempre no presente do indicativo, evocando uma verdade geral compartilhada, válida em qualquer tempo (presente atemporal). A ocorrência (162), a seguir, exemplifica esse efeito verbal:

(162): Há, todos nós o *sabemos*, uma espécie de bondade nativa, instintiva, fundamental, peculiar às naturezas simples e delicadas, mesmo que não sejam cultas. (PEXX1MGOE110).

Já no caso da evidencialidade Inferida, verificamos que o verbo figura-se no presente do indicativo ou no passado perfectivo ou imperfectivo. A seguir, as ocorrências (163), (164) e (165) exemplificam, respectivamente, tais propriedades ligadas ao verbo *parecer*, indicador de inferência:

(163): Quanto às sete cabeças, *parece-nos* uma variante do tema mítico comum às Guianas, em que a origem das Plêiades se acha ligada à história de sete meninos gulosos ou barulhentos. (PBXX2MGOE583).

(164): Um collega de um vespertino, que sempre *me pareceu* um homem de intelligencia, e que ainda não faz viajou toda a Europa, declarou-me:
- Então, mais um jornal vermelho? (PBXX1MGOA366).

(165): [...] essa lamentação monótona que cortava o coração, vaga queixa com que *parecia* lembrar-se confusamente dele próprio, aquele que sonhou recriar a humanidade e dar-lhe uma moral que fosse um canto entusiasta à Vida Intensa. (PBXX1MGOE388).

Em (163), o Falante infere um Conteúdo Proposicional, tomando como referência o tempo presente. Na ocorrência (164), por outro lado, o tempo de referência é o passado pontual. Ao utilizar o verbo no passado pontual, o Falante demonstra que sua suposição é válida apenas nesse momento de referência. Recorrendo a um contexto mais amplo, percebemos que o verbo no passado suscita um efeito de ironia ou, pelo menos, de mudança de opinião do Falante em relação ao Indivíduo de sua suposição. Em (165), o verbo no passado imperfectivo denota uma ação cursiva, que, do ponto de vista pragmático, cria uma narrativa mais subjetiva.

A evidencialidade Reportativa ocorre no presente do indicativo ou no passado perfectivo ou imperfectivo. Registramos, ainda, casos em que o verbo de elocução se apresenta no futuro do presente¹¹⁹, introduzindo um conteúdo reportado de fonte definida. As ocorrências (166), (167), (168) e (169), adiante, mostram, respectivamente, tais características verbais:

(166): Que o que gasta, vai gastando o diabo de dentro da gente, os pouquinhos, é o razoável sofrer. E a alegria de amor – compadre meu Quelemém *diz*. (PBXX2MGON422).

¹¹⁹ As ocorrências pertencem à 2ª metade do século XX do português europeu. No português brasileiro, encontramos apenas um caso na 1ª metade do século XX.

(167): Lúdia: D. Aninha não quis a comida, meu filho?! Inézia me *disse!* (PBXX1MGON303).

(168): Já tinha sabido, não sei por que amigo, que você andava com um esgotamento nervoso, e ai escrever-lhe, quando me chegou a sua carta de 13. Espero que a estrada em Guarapari o tenha restituído à boa saúde. Li aliás uma nota literária onde *se dizia que* você estava com dois livros novos de poemas a publicar. (PBXX2MGOR496).

(169): Regressado a Portugal em 1914, com o propósito (entre outros) de propagandear o futurismo, Santa Rita apresentar-se-á como tal até ao fim da sua vida: “Futurista declarado em Portugal há só um que sou eu”, *dirá* numa carta a Homem Cristo, publicada em A Ideia Nacional [...]. (PEXX2MGOE257).

Em (166), o presente indica que o conteúdo asseverado constitui uma verdade do ponto de vista do sujeito reportado. Em (167), o passado perfectivo marca o momento em que o relato de 2ª mão foi obtido pelo Falante. Na ocorrência (168), o imperfectivo marca o desenvolvimento da ação verbal no passado, indicando o distanciamento do Falante em relação ao Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado. Em (169), o futuro foi condicionado pelo contexto reportativo, indicando que o Conteúdo Comunicado foi proferido por uma fonte diferente do Falante, porém definida.

Em relação à polaridade, um item verbal com função evidencial, por incidir sobre uma proposição manifestando a atitude do Falante em relação à fonte de um conteúdo asseverado, não pode estar no escopo de uma negação (CASSEB-GALVÃO, 2001). Na verdade, a negação pode ocorrer, mas está sempre fora do significado evidencial, ou seja, não toma por escopo a proposição que expressa a origem da informação, mas o conteúdo asseverado, que pode ser atenuado com o operador de negação. As ocorrências (170) e (171), a seguir, exemplificam a incidência da negação sobre o conteúdo asseverado, e não sobre a experiência evidencial:

(170): Inézia: Telefonaram, doutor. A manicura, perguntando se podia vir hoje. D. Lúdia *disse que não*. Marcou para amanhã. (PBXX1MGON299).

(171): Acontecendo, como salienta S. Ex., que essa emenda recebeu números diferentes, *parece-me que não* caberá à Presidência da Comissão determinar qualquer providência ao Serviço de Secretaria, visto como o assunto será objeto de votação pela própria Comissão. (PBXX2MGOA551).

Há ocorrências em que a marca evidencial está aparentemente no escopo de um operador de negação, como podemos verificar nas ocorrências (68) e (118), retomadas a seguir:

(68): *Não me parece* exato que os favores indicados nas cláusulas I e II dêse termo de contrato sejam ilegais, visto não cogitar deles o arti. 7º do Decreto nº 6.161, de 10 de março de 1904, que só se refere à construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré. (PBXX1MGOP409).

(118): A Líbia *não omitiu lembrar* a todos *que* a acção dos EUA pode levar à confrontação geral, agitando o cenário de que o correctivo sofrido é uma agressão ao bloco leste, e omitindo naturalmente o facto de que acções continuadas como aquelas de que é responsável podem realmente disfuncionar os sistemas mundiais de segurança à revelia da vontade dos que são por eles responsáveis. (PEXX2MGOA208).

Em (68), não é a inferência do Falante que é negada, mas o conteúdo asseverado, que tem sua validade questionada. Na ocorrência (118), a partícula de negação recai sobre o verbo *omitir*, alterando seu valor semântico. Na verdade, essa alteração de polaridade é que “autoriza” o verbo *omitir* (de sentido negativo) figurar no mesmo enunciado da marca evidencial reportativa *lembrar*.

Na tabela 18, anteriormente apresentada, vimos que a segunda classe mais frequente em nosso *corpus* é a preposição. O agrupamento de gêneros que mais favorece esse tipo de construção é o da ordem do expor. Isso revela que a preposição constitui uma marca típica de manifestação da fonte da informação quando a capacidade de linguagem envolvida na situação de interação é a que está relacionada à necessidade de o Falante de apresentar, textualmente, formas de saberes. Ressaltamos, ainda, que esse tipo de construção tem a função de introduzir um conteúdo reportado de uma fonte definida, atuando, do ponto de vista sintático, como um elemento responsável pela junção entre uma fonte e um conteúdo asseverado.

Tradicionalmente, as preposições têm sido classificadas em dois tipos: essenciais e acidentais. As essenciais são preposições mais gramaticalizadas e possuem valor semântico mais complexo, além de funcionarem como introdutoras de argumentos verbais (ex.: *para, a, em* etc.). As acidentais, por outro lado, são assim denominadas por estarem ainda se gramaticalizando, sendo empregadas em contextos restritos (ex.: *como, segundo, conforme* etc.). Frisamos, ainda, que funcionam como marcas evidenciais as locuções propositivas, como *de acordo com, na opinião de, no parecer de* etc. As ocorrências (172), (173) e (174), a seguir, demonstram, respectivamente, marcas

evidenciais expressas por meio de uma preposição essencial, acidental e uma locução prepositiva:

(172): *Para* o presidente da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, o Governo criou um problema desnecessário ao impedir a realização de escrituras sem licença de habitabilidade. (PEXX2MGOA240).

(173): Outro problema, *segundo* António Branco, está no “papel e cartão que representam cerca de um quarto do total do nosso lixo, produtos que dificilmente poderão ser reciclados”. (PEXX2MGOR185).

(174): *No parecer de* Abel Salazar, “o mundo e a lógica da arte nada têm que ver com o mundo e a lógica da ciência”. (PEXX2MGOE265).

Com relação às classes nominais (substantivo e adjetivo), na tabela 18, podemos verificar poucos casos desse tipo de manifestação da evidencialidade. No que diz ao substantivo, os nomes que se prestam à manifestação da fonte da informação são aqueles denominados abstratos, que derivam de verbos que designam ação ou processo. Quanto ao adjetivo, o único caso encontrado em nosso *corpus* é exemplificado por meio de um verbo no particípio, o qual, por não apresentar as categorias verbais (tempo, modo, pessoa e número), assemelha-se a um adjetivo. Sua função, nesse caso, não é atribuir uma propriedade ou uma característica a um Indivíduo (Xw), mas qualificar o conteúdo reportado em termos da fonte da informação.

As ocorrências (153) e (155), aqui retomadas, demonstram, respectivamente, a manifestação da evidencialidade Inferida por meio de um substantivo e a Reportativa, expressa por um verbo no particípio:

(153): [...] a simples observação dos factos conduz-nos necessariamente a *estas conclusões*: o turismo tem por base em cada país uma certa capacidade hoteleira, mas o engrossamento das correntes turísticas determina, por sua vez, o incremento do hotéis, já quanto ao seu número, já quanto às suas condições de luxo e conforto. (PEXX1MGOP142).

(155): O ponto fraco da teoria de Brugmann, *salientado por Jespersen* (Jespersen, 1928, 391 ss), é que o número dos nomes de fêmeas nessas condições é tão reduzido que dificilmente explicaria uma ação analógica tão sistemática e cabal. (PBXX2MGOE559).

Na seção adiante, discutimos os resultados relativos à ordenação da marca evidencial no enunciado.

5.5.3 Ordenação da marca evidencial no enunciado

A evidencialidade pode ser caracterizada em termos de sua posição no enunciado, especialmente com relação à fonte da informação e ao conteúdo asseverado. Vimos, na fundamentação teórica, que a GDF distingue, pelo menos, três posições básicas para os constituintes oracionais: a posição inicial (p^I), a posição medial (p^M) e a posição final (p^F). Com relação à evidencialidade, a posição inicial é ocupada quando a marca evidencial coloca-se anteposta à fonte e ao conteúdo asseverado. Quando a fonte da informação está implícita na desinência do verbo, mas se antepõe ao conteúdo asseverado, podemos, também, classificá-la como ocupando a posição inicial. A posição medial ocorre quando a marca evidencial se coloca entre a fonte da informação (explícita) e o conteúdo asseverado. Ressaltamos, ainda, que a posição medial pode acontecer, também, quando a marca evidencial se intercala ao conteúdo asseverado, por causa de uma estratégia de rematização, ou seja, quando o Falante antecipa parte do conteúdo asseverado, como uma forma de adiantar a meta de sua comunicação. A posição final é ocupada quando a marca que expressa uma estratégia evidencial se pospõe tanto à fonte da informação quanto ao conteúdo asseverado.

Na tabela 19, a seguir, podemos observar que a posição mais frequentemente ocupada pela marca evidencial em nossa amostra textual é a inicial (com 51,5% das ocorrências). A posição medial ocupa o segundo lugar na estatística, apresentando o percentual de 40,7%. A posição final, por sua vez, acontece apenas 33 ocorrências, o que corresponde a 5,2% do total de ocorrências. Frisamos, ainda, que os casos denominados “não se aplica” representam as citações segundo normas acadêmicas que, como vimos, ocorrem na forma de nota de rodapé, não sendo, portanto, possível aplicar tal fator a essa forma de indicação da fonte da informação.

Tabela 19: A ordenação da marca evidencial no enunciado

	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
NÃO SE APLICA	17	2,7
POSIÇÃO INICIAL	328	51,5
POSIÇÃO MEDIAL	259	40,7
POSIÇÃO FINAL	33	5,2
TOTAL	637	100,0

Esse resultado demonstra a preferência dos Falantes pela ordem direta, ou seja, pela forma não marcada de ordenação dos constituintes oracionais no enunciado. Além disso, confirma que a organização morfossintática tende a refletir a organização dos Níveis Interpessoal e Representacional, em termos, respectivamente, das funções semânticas e pragmáticas relacionadas à evidencialidade. Em outras palavras, esse resultado mostra que a evidencialidade, como uma marca que qualifica um conteúdo asseverado quanto à origem (fonte) da informação, coloca-se, preferencialmente, antes da proposição que toma por escopo. As ocorrências (175), (176) e (177), a seguir, exemplificam, respectivamente, as posições inicial, medial e final da marca evidencial no enunciado:

(175): *Diz* um colega meu, distintíssimo e belo espírito, que este volume deixa a descoberto os processos do Forjaz. (PEXX1MGOR44).

(176): - Avô não me importa ser – *disse* ele, encarquilhando a cara atijolada e amostrando as gengivas velhas num arco de riso infantil. (PEXX2MGON156).

(177): “embora tivesse a fama de ser um homem de uma certa dureza nas relações de trabalho era, de facto, uma pessoa muito cordial, que sempre quis solucionar os problemas da melhor maneira”, *concluiu*. (PEXX2MGOR173).

Em (175), a marca evidencial se antepõe à fonte e ao conteúdo asseverado. Na ocorrência (176), a marca Reportativa se intercala, ocupando a posição medial. Nesse caso, o conteúdo reportado (objeto da comunicação) é antecipado. Assim, a marca evidencial passa a ocupar a posição medial, colocando-se entre o conteúdo asseverado e a fonte da informação. Em (177), o conteúdo asseverado também é antecipado. A marca evidencial, por outro lado, ocupa a posição final, uma vez que a fonte da informação, nesse caso, está implícita (anáfora zero), sendo recuperada por meio do contexto precedente.

Na tabela 20, adiante, podemos observar os resultados concernentes à relação entre tipo de evidencialidade e ordenação da marca evidencial no enunciado. A evidencialidade Reportativa ocupa, preferencialmente, a posição medial (47,8%) e inicial (41,7%). A marca Inferida ocupa, com mais frequência, a posição inicial (70,6%). Apenas 28,1% dos casos de inferência ocorrem na posição medial. A evidencialidade Genericidade ocupa, majoritariamente, a posição inicial (64,3%). A

Percepção de Evento ocorre, frequentemente, na posição inicial (66,7%). Em 29,2%, esse tipo de marca evidencial ocupa a posição medial.

Tabela 20: Relação entre tipo de evidencialidade e ordenação da marca evidencial no enunciado¹²⁰

		ORDENAÇÃO DA MARCA EVIDENCIAL					TOTAL
		NÃO SE APLICA	POSIÇÃO INICIAL	POSIÇÃO MEDIAL	POSIÇÃO FINAL		
TIPO DE EVIDENCIALIDADE	REPORTATIVA	Ocorr.	17	170	195	26	408
		%	4,2%	41,7%	47,8%	6,4%	100,0%
	INFERIDA	Ocorr.		108	43	2	153
		%		70,6%	28,1%	1,3%	100,0%
	GENERICIDADE	Ocorr.		18	7	3	28
		%		64,3%	25,0%	10,7%	100,0%
	PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocorr.		32	14	2	48
		%		66,7%	29,2%	4,2%	100,0%
TOTAL		Ocorr.	17	328	259	33	637
		%	2,7%	51,5%	40,7%	5,2%	100,0%

A preferência pela posição inicial ou medial no que diz respeito à evidencialidade Reportativa está relacionada à alta frequência, em nossa amostra textual, de marcas (verbais e preposicionais) que designam um relato de 2ª mão (ou seja, de fonte definida). As ocorrências (178) e (179), a seguir, demonstram as posições inicial e medial, ocupadas, respectivamente, por uma preposição e por um verbo de elocução:

(178): *Para* Abel Salazar, é um postulado da vida mental que, no caso particular da obra de arte, é determinado por um processo espontâneo... (segue nota de rodapé: *ibidem*, pp. 39-40). (PEXX2MGOE275).

(179): Por seu turno, o PCP *afirmou*, também em comunicado, *que* a morte de Piteira Santos é uma “perda para o movimento democrático”. (PEXX2MGOR168).

Em relação à estratégia inferencial, observamos que, tal como a evidencialidade Reportativa¹²¹, a Inferida manifesta-se, majoritariamente, por meio da expressão verbal (dos 153 casos registrados, 149 são codificados por um verbo de percepção ou de cognição). Assim, acreditamos que a posição inicial é a preferida pelas marcas

¹²⁰ Essa relação apresenta o *qui-quadrado* de ,000.

¹²¹ 303 ocorrências de expressão verbal.

inferenciais porque, geralmente, os verbos que assumem essa função evidencial ocupam o lugar da fonte da informação, que, quase sempre, está implícita na desinência do verbo. Com relação à posição medial, sua ocorrência é frequente nos casos em que a inferência é expressa pelo verbo *parecer* em uma oração completiva com complemento não-finito (reduzida de infinitivo). Nesse caso, o sujeito da oração encaixada é antecipado como uma estratégia de “realce” pragmático, ocupando o verbo *parecer* uma posição intermediária entre o sujeito “alçado” e o predicado da oração encaixada. As ocorrências (135) e (48), aqui retomadas, exemplificam, respectivamente, as posições inicial e medial relacionadas à expressão da evidencialidade Inferida:

(135): Procurei-o e sentei-me ao seu lado, tentando aproximar-se daquele homem que durante bastante tempo esteve muito distante de mim. Lágrimas enchiam-lhe os olhos escuros e a voz rouquenta de sempre mal conseguia ser modulada [...]. *Vi que* tentava uma aproximação, e quanto difícil era isto para ele. (PBXX1MGON3113).

(48): Embora a fuga tenha sido precipitada, os dois oficiais *parece* terem conseguido escapar-se pela Rua do Arsenal, ainda que lhes tenha sido movida imediatamente perseguição. (PEXX2MGOR163).

No que diz respeito à evidencialidade Genericidade, sua posição preferida é, também, a inicial ou a medial. Isso se justifica porque, em nossa amostra textual, a estratégia Genericidade ocorre, majoritariamente, por meio da expressão verbal. O predicado mais frequentemente utilizado para expressar essa função evidencial é o *saber*, que se apresenta na forma impessoal ou na terceira pessoal do plural, designada, quase sempre, pela desinência do verbo (“eu” + “tu”, como uma forma de indicar um conteúdo amplamente compartilhado entre o Falante e o Ouvinte). Ao colocar o conteúdo após a marca de Genericidade, o Falante antecipa ao Ouvinte que a informação asseverada a seguir é, na verdade, parte de um corpo de conhecimento amplamente compartilhado. Caso opte por antecipar a proposição e apresentar a marca de “compartilhamento” apenas na posição final do enunciado, o efeito de sentido de compartilhamento pode ser atenuado, tendo seu valor de “verdade geral” enfraquecido¹²². As ocorrências (160) e (129), retomadas a seguir, demonstram,

¹²² Percebemos que a posição final pode constituir, também, uma forma de restringir o escopo de atuação da marca de Genericidade sobre o conteúdo que deve ser interpretado como compartilhado. É o caso, por exemplo, da ocorrência (19), em que a marca de Genericidade não escopa o conteúdo asseverado como um todo, mas apenas uma parte desse conteúdo “alguns bastante erráticos”: (23): Os habitantes de Belgrado acham que mais cedo ou mais tarde a Otan vai colocá-los na mira de seus mísseis – alguns

respectivamente, as posições inicial e final, ocupadas pela marca Genericidade no enunciado:

(160): *Sabe-se que*, se qualquer nação ficar afogada nas suas próprias ruínas, ou fôr escravizada por culpa sua, ou injúria de outrem, o valor e o caráter dos seus filhos é que hão de reconstruir ou libertar. (PEXX1MGOE103).

(129): Que estilo é, num sentido mais puro, o sistema de resistência opôsto pelo homem à acção do mundo exterior e, portanto, o feixe de modos que êle tem de se oferecer ao golpe constante e vário da vida, *sabê-mo-lo* nós bem. [...] (PEXX1MGOA91).

Quanto à Percepção de Evento, observamos que, tal como a evidencialidade Genericidade, esse tipo de estratégia ocorre, preferencialmente, nas posições inicial e medial. Esse resultado, também, se justifica em razão da marca perceptual se manifestar por meio da expressão verbal (100% das ocorrências). Nesse caso, a marca perceptual coloca-se entre a fonte da informação e o conteúdo asseverado ou toma o lugar da fonte (que está implícita na desinência do verbo), antepondo-se ao conteúdo asseverado. As ocorrências (96) e (49), aqui retomadas, exemplificam, respectivamente, as posições inicial e medial da marca Percepção de Evento no enunciado:

(96): *Tenho verificado* a vastidão dos conhecimentos literários de Manuel, mormente em literatura estrangeira, quando lhe é dada a palavra para falar sobre escritores de outros países, sem a mínima preparação, assim no correr dos trabalhos [...] (PBXX2MGOE591).

(49): [...] *eu vi* lá na estrada a prima Lili carregada como se fosse um saco de açúcar em viagem para as bandas da vila Pilar. (PBXX2MGOR494).

Na seção a seguir, apresentamos a síntese deste capítulo. Logo após, no capítulo de conclusão, discutimos as conclusões a que chegamos com a investigação da evidencialidade nesta pesquisa, bem como seus possíveis desdobramentos futuros.

5.6 Síntese conclusiva

Neste capítulo, procedemos à análise da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever). Para isso, dividimos este capítulo em cinco grandes seções: (i) categorias contextuais, (ii) categorias retórico-textuais, (iii)

categorias do Nível Interpessoal, (iv) categorias do Nível Representacional, (v) categorias do Nível Morfossintático.

Com relação às categorias contextuais, observamos uma forte correlação entre a manifestação da evidencialidade e os condicionamentos cognitivo-pragmáticos originados nos agrupamentos de gêneros textuais. No que diz respeito à correlação entre evidencialidade, variedade do português e período do século XX, verificamos que essa relação não é muito significativa. Todavia, os dados da 2ª metade do século XX revelam um aumento significativo no número de ocorrências relacionadas, principalmente, à evidencialidade Reportativa.

Quanto às categorias retórico-textuais, verificamos que as marcas evidenciais constituem recursos linguísticos importantes na organização composicional das sequências textuais. No que concerne às formas de discurso, observamos que a escolha pelo discurso direto ou indiretamente reportado depende do agrupamento.

No Nível Interpessoal, constatamos que a força ilocucional Declarativa é a Ilocução preferida das estratégias evidenciais em língua portuguesa. No que diz respeito às funções das marcas evidenciais, os dados mostram que o contexto textual-discursivo condiciona o funcionamento das unidades evidenciais no texto. Quanto às formas de adesão/afastamento em relação à fonte da informação reportada, observamos que o uso de tais marcas permite que o Falante avalie à fonte indiretamente reportada, demonstrando uma maior ou menor comprometimento. No que concerne à relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade, a baixa frequência de uso revela que, do ponto de vista estatístico, essa relação não é produtiva, embora seja relevante na produção de efeitos de sentido ligados à argumentação do Falante.

No Nível Representacional, notamos que a escolha pelo tipo de fonte da informação tem relação com o agrupamento textual. Além disso, o Falante, ao revelar a fonte da informação, demonstra, também, o modo de obtenção dessa informação. Quanto às formas verbais de manifestação da evidencialidade Reportativa, constatamos que a escolha por um verbo de valor axiologicamente marcado ou não marcado depende do agrupamento, revelando efeitos de sentido relacionados ao modo como o Falante deseja orientar a interpretação do Ouvinte com relação ao conteúdo reportado.

No Nível Morfossintático, os resultados apontam que o contexto morfossintático preferido para a expressão da evidencialidade é a Expressão Linguística. Do ponto de vista morfológico, o verbo mostra-se como a classe de palavra mais produtiva de manifestação da marca evidencial, que se coloca, preferencialmente, no enunciado, na

posição inicial ou medial.

6 Conclusão

Esta tese investigou a evidencialidade a partir do paradigma funcionalista. Sob esse ponto de vista, a linguagem é uma atividade cooperativa, condicionada por fatores de ordem cognitiva e discursiva. Na verdade, assume-se que a expressão linguística é a manifestação da intenção comunicativa do Falante, que orienta suas escolhas com vistas a adequar-se às variadas situações de interação social.

Dentre as diversas vertentes funcionalistas existentes, escolhemos uma perspectiva funcionalista moderada, o chamado Funcionalismo Holandês, representado, especialmente, pelos modelos teóricos da Gramática Funcional, de Simon Dik (GF - 1997), e da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengenveld; Mackenzie (GDF - 2008). Embora tais modelos sejam independentes entre si, eles compartilham alguns pressupostos importantes, tais como a noção de que a expressão linguística deve ser analisada em seu contexto real de uso e o princípio de que as propriedades morfossintáticas das línguas naturais são governadas não apenas por fatores internos ao sistema linguístico, mas estão sujeitas a condicionamentos discursivos.

Em relação às principais distinções entre esses dois modelos de gramática, podemos precisar que a GDF se distingue da GF por: (i) considerar como unidade mínima de análise linguística o Ato Discursivo; (ii) optar por uma descrição linguística *top-down* (descendente), partindo da intenção comunicativa do Falante até o Componente de Saída (onde se dá a articulação linguística propriamente dita); (iii) organizar-se em níveis e camadas hierarquicamente ordenados; (iv) conectar o Componente Gramatical aos componentes Conceptual e Contextual, refletindo, assim, os condicionamentos cognitivos e discursivos que regem a organização dos padrões linguísticos.

No que diz respeito ao objeto de estudo desta Tese, assumimos que a evidencialidade constitui um domínio conceptual-funcional, responsável pela manifestação da fonte (origem) da informação, revelando, também, a depender da qualidade da fonte expressa, graus de comprometimento do falante com o conteúdo de seus enunciados. Defendemos, ainda, que, do ponto de vista de sua codificação, a evidencialidade pode manifestar-se por elementos gramaticais e lexicais. No que concerne à língua portuguesa, sua expressão é primordialmente lexical, estando seu uso relacionado às intenções comunicativas do falante, que é quem decide o modo de apresentação da fonte da informação.

Vimos que os estudos sobre a evidencialidade em língua portuguesa se subdividem em dois grandes grupos: (i) os que visam analisar a expressão lexical da evidencialidade em diferentes contextos de uso (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995; CARIOCA, 2005, 2009; LUCENA, 2008; SANTOS, 2008; VENDRAME, 2005, 2010) e (ii) os que objetivam investigar o processo de gramaticalização envolvido no uso de certos operadores evidenciais (CASSEB-GALVÃO, 2001; GONÇALVES, 2003). Apesar de tais estudos terem contribuído fortemente com as discussões sobre a constituição do subsistema evidencial da língua portuguesa, podemos afirmar que esta Tese inovou no sentido de ter analisado a expressão lexical e gramatical¹²³ da evidencialidade em diferentes agrupamentos de gêneros textuais, correlacionando seus usos às especificidades de cada contexto textual-discursivo.

Estabelecido o objetivo geral do presente estudo, que foi descrever e analisar, sob o enfoque funcionalista, a manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais, procedemos a escolha de um *corpus* de análise que contemplasse tal objetivo. Assim, esse requisito foi preenchido pelo *Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa* – COMTELPO, que é formado por textos pertencentes ao português de Portugal (do século XII ao XX) e do Brasil (dos séculos XIX e XX), agrupados em cinco categorias de gêneros textuais, conforme a classificação proposta por Dolz; Schneuwly (1996): gêneros da ordem do narrar (GON) (domínio social da cultural literária ficcional), do relatar (GOR) (domínio social da memória e da documentação das experiências vividas), do argumentar (GOA) (domínio social da discussão de temas controversos), do expor (GOE) (domínio social da sistematização do conhecimento humano em diferentes áreas do saber) e do instruir ou prescrever (GOP) (domínio social da instrução, da normatização, da prescrição ou regulamentação de ações). Para nossa análise, optamos por trabalhar com amostras textuais pertencentes ao português (europeu e brasileiro) do século XX. Optamos por esse recorte metodológico porque procuramos analisar as possíveis diferenças existentes entre os sistemas evidenciais do português europeu (PE) e brasileiro (PB), tendo em vista esse período ser marcado por importantes transformações formais registradas no português do Brasil. Ressaltamos, ainda, que selecionamos, de cada agrupamento de gêneros textuais, 20 páginas, o que resultou em uma amostra textual composta por 400 páginas escritas no século XX em Portugal e no Brasil (163 textos).

¹²³ Na verdade, em processo de gramaticalização.

Partindo, assim, da questão central que norteou esta pesquisa, que diz respeito à relação existente entre as formas de manifestação da evidencialidade e os agrupamentos de gêneros textuais, da hipótese de que as escolhas realizadas no plano linguístico são condicionadas por fatores de natureza cognitivo-contextual, e da classificação da Gramática Discurso-Funcional para o estudo da evidencialidade, formulamos cinco grupos de categorias de análise, a saber: (i) *categorias contextuais*, (ii) *categorias do Nível Retórico-Textual*, (iii) *categorias do Nível Interpessoal*, (iv) *categorias do Nível Representacional* e (v) *categorias do Nível Morfossintático*. Cada grupo de fatores buscou, por sua vez, responder a um questionamento específico; além disso, utilizamos o programa SPSS, que nos auxiliou na análise quantitativa dos dados.

No que diz respeito à manifestação da evidencialidade na totalidade de nossa amostra textual, os dados revelam que as marcas Reportativas (64,1%) e Inferidas (24,0%) constituem as estratégias evidenciais mais frequentes nos agrupamentos de gêneros textuais. Os tipos evidenciais Percepção de Evento e Genericidade representam, respectivamente, apenas, 7,5% e 4,4% das ocorrências registradas nos *corpus*. Tal resultado corrobora a hipótese sugerida por Dall’Aglio-Hattner (1995; 1999), Casseb-Galvão (2001) e Gonçalves (2003) de que a língua portuguesa, a exemplo de outras línguas com sistemas evidenciais mais simples, gramaticalize apenas evidência indireta, assumindo a evidência direta como forma não marcada ou marcada por zero.

Considerando a hipótese de que o plano linguístico sofre condicionamentos decorrentes do domínio textual-discursivo, nossos dados revelam que a expressão da origem da informação não é aleatória, mas, na verdade, está relacionada às capacidades de linguagem envolvidas nos agrupamentos de gêneros textuais. Em outras palavras, observamos que, embora as marcas indiretas (Reportativas e Inferidas) constituam as formas mais recorrentes de manifestação da fonte da informação na totalidade da amostra textual, as análises quantitativas e qualitativas dos dados demonstram que as condições de organização (funcionamento) das entidades evidenciais refletem motivações cognitivas e discursivas inerentes aos agrupamentos de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever).

No que diz respeito à evidencialidade Reportativa, observamos que a expressão indireta da fonte da informação é mais frequente nos gêneros da ordem do relatar (30,9%), do expor (25,7%) e do argumentar (19,4%). Nos gêneros da ordem do relatar (GOR), a marca evidencial Reportativa assume efeitos de sentidos que vão além da mera indicação da origem de um conteúdo asseverado. Assim, o Falante expressa a

fonte indireta da informação: (i) como uma forma de revelar seu descomprometimento com as informações reportadas e (ii) como uma maneira de demonstrar sua subjetividade, ao recordar informações do passado que foram adquiridas por meio de suas relações interpessoais. Nos gêneros da ordem do expor (GOE), a marca Reportativa, na forma de uma citação, introduz uma explicação definidora, cuja fonte indireta da informação é uma pessoa célebre ou assim considerada. Nos gêneros da ordem do argumentar (GOA), a estratégia Reportativa funciona como um argumento de autoridade, fundamentando (demonstrando) a opinião do Falante. Como podemos ver, os evidenciais Reportativos expressam a fonte indireta da informação. Todavia, considerando as capacidades envolvidas nos agrupamentos dos gêneros textuais, podemos identificar efeitos reportativos distintos, que revelam as funções cognitivas e discursivas internas aos contextos textual-discursivos em que mais frequentemente essas marcas ocorrem.

Quanto à evidencialidade Inferida, observamos que os GOA são os que mais favorecem o uso desse tipo de estratégia evidencial (34,0% das ocorrências). Esse resultado demonstra que a inferência, como um processo cognitivo que gera conhecimento, é uma experiência evidencial condicionada à necessidade comunicativa de se chegar a uma conclusão ou conclusões a partir de premissas (dados). Do ponto de vista dos tipos de experiências evidenciais, tais premissas podem estar disponíveis no ato de elaboração do pensamento inferencial ou integrarem o Componente Conceptual do Falante. Os dados revelam, ainda, que o agrupamento dos gêneros da ordem do relatar (GOR) é o segundo contexto mais produtivo para o uso da evidencialidade Inferida (27,5%). Observamos que, nesse agrupamento de gêneros, esse tipo de evidencialidade pode assumir diferentes efeitos de sentidos, dependendo da natureza intersubjetiva do relato produzido. Nos relatos em que o Falante narra um fato no qual não está envolvido diretamente, a marca inferencial funciona ora como uma estratégia de preservação da face do Falante (que mostra seu descomprometimento com relação à confiabilidade da informação descrita na situação), ora como uma forma de orientar a interpretação argumentativa do Ouvinte (que é influenciado a aderir à argumentação pretendida pelo Falante). Nos relatos em que o Falante narra uma experiência pessoal, por outro lado, verificamos que a evidencialidade Inferida assume uma função mais subjetiva, ligada às representações das impressões íntimas do Falante. Como podemos observar, a evidencialidade Inferida expressa a capacidade cognitiva humana de gerar conhecimento a partir de conhecimento pré-existente ou disponível no contexto de

interação. Todavia, certos efeitos de sentido evocados por essa estratégia evidencial parecem estar relacionados ao domínio social no qual o gênero é produzido.

Ainda com relação à evidencialidade Inferida, observamos, em nosso *corpus*, casos em que a marca inferencial introduz um Episódio. Da observação dos dados, concluímos que essa categoria semântica, relacionada à expressão da evidencialidade Inferida, ocorre na estrutura composicional de textos narrativos. Todavia, verificamos que nem sempre o Episódio inferido pelo Falante foi obtido de forma direta, ou seja, por meio visual. Além disso, nossos dados revelam que tanto Episódios como Conteúdos Proposicionais podem ser inferidos a partir de evidências observáveis ou de conhecimento existente no Componente Conceptual do Falante. Tendo em vista isso, acreditamos que uma revisão dos subtipos de evidencialidade Inferida na Gramática Discursivo-Funcional deve considerar como noção central a qualidade da experiência evidencial disponível ao Falante no ato de elaboração do pensamento inferencial.

Quanto à evidencialidade Genericidade, verificamos que seu uso é mais frequente nos GOA (39,3%) e nos GOE (39,3%). Isso demonstra que esse tipo de estratégia evidencial tem sua manifestação motivada por razões relacionadas às ações de linguagem argumentativa e expositiva. Frisamos, ainda, que esse tipo de evidencialidade tem seus efeitos de sentidos relacionados à noção de compartilhamento de uma verdade geral, não apresentando uma relação direta com o modo de obtenção da informação, como ocorre, por exemplo, na expressão direta da fonte da informação (Percepção de Evento).

Com relação à Percepção de Evento, observamos que essa forma de expressão direta da fonte da informação está ligada à necessidade comunicativa do Falante de narrar, no mundo real (GOR – 41,7%) ou no mundo ficcional (GON – 29,2%), fatos, eventos presenciados. Ressaltamos, ainda, que, nos gêneros da ordem do prescrever (GOP), não observamos nenhuma ocorrência desse tipo de marca evidencial. Isso tem relação com o fato de que, na regulamentação ou na prescrição das ações humanas, a fonte da informação toma a forma de uma lei ou instituição normativa, favorecendo, portanto, a manifestação da evidencialidade Reportativa.

Quanto à correlação entre evidencialidade, variação do português e período do século XX, os dados revelam uma fraca associação entre esses fatores. Todavia, constatamos que, na segunda metade do século XX (de 1951 a 1999), o número de ocorrências ligadas à expressão da evidencialidade Reportativa aumenta consideravelmente nas duas variações do português (europeu e brasileiro),

demonstrando que, em língua portuguesa, a marcação da fonte da informação ocorre, preferencialmente, quando o conteúdo descrito na situação foi adquirido de forma indireta. Frisamos, ainda, que ocorre uma diminuição significativa no número de marcas de expressão da evidencialidade Inferida na segunda metade do século XX no português europeu. Embora os dados não sejam conclusivos, parecem sugerir que a evidencialidade Inferida, nessa variação do português, está perdendo “espaço” para a evidencialidade Reportativa. Além disso, parecem demonstrar que os implícitos decorrentes de processos de inferência são menos produtivos no português europeu.

No que concerne à relação entre evidencialidade e categorias do Nível retórico-textual, os resultados revelam que a estrutura composicional dos gêneros textuais condiciona as escolhas realizadas no plano evidencial. A marca Reportativa, por exemplo, predomina nas sequências explicativa (37,3%), narrativa (30,9%) e argumentativa (21,8%). A evidencialidade Inferida, por outro lado, é mais frequente nas sequências argumentativa (48,4%) e explicativa (22,9%). A evidencialidade Generatividade, por sua vez, ocorre, frequentemente, nas sequências argumentativa (53,6%) e explicativa (25,05). A Percepção de Evento mostra-se mais produtiva na sequência narrativa (72,9%). Nas sequências descritiva e dialogal, prevalecem as marcas Reportativas (respectivamente, 22 e 19 ocorrências). Esse dado sugere que os modos de organização linguística delimitam as possibilidades de expressão das entidades evidenciais no plano textual.

Outra categoria retórico-textual investigada foi a correlação existente entre a marca evidencial Reportativa e o tipo de discurso (direto ou indireto) utilizado na apresentação do conteúdo reportado. Observamos que as formas de enquadramento da “fala” reportada sofrem condicionamentos decorrentes dos agrupamentos de gêneros textuais. O discurso diretamente reportado predomina nos GOR (85 ocorrências contra 41 casos de discurso indireto). Por outro lado, nos outros agrupamentos de gêneros textuais (da ordem do narrar, do argumentar, do expor e do prescrever), prevalece o uso do discurso indiretamente reportado, demonstrando que, em tais contextos, os produtores textuais preferem parafrasear as informações reportadas, apresentando-as segundo a interpretação que fazem delas. Podemos notar, ainda, que, ao optar pelo discurso direto, o Falante revela um maior descomprometimento com o conteúdo reportado. Todavia, ao enquadrar a “fala” reportada na forma de discurso indireto, o Falante demonstra um maior grau de integração entre o enunciado do sujeito reportado e seu Ato Discursivo, revelando, portanto, um maior engajamento no que diz respeito ao

conteúdo relatado.

No Nível Interpessoal, investigamos as motivações pragmáticas ligadas ao funcionamento da evidencialidade nos agrupamentos de gêneros textuais. Em primeiro lugar, analisamos o tipo de Ilocução predominante na expressão das estratégias evidenciais. Apesar de os resultados confirmarem que a Ilocução Declarativa é a força ilocucionária padrão dos enunciados evidenciais (98,4%), observamos que as marcas Reportativas e Inferidas podem, também, ocorrer em enunciados Interrogativos e Admirativos. Os resultados demonstram, ainda, que as marcas Genericidade e Percepção de Evento ocorrem na sentença-tipo Declarativa. Todavia, ressaltamos que, na Percepção de Evento, as Ilocuções abstratas Interrogativa ou Admirativa são possíveis, revelando, no entanto, um único efeito de sentido, que é a surpresa ou a admiração do Falante em constatar um Estado-de-Coisas ocorrer. Na evidencialidade Genericidade, por outro lado, o Falante é “forçado” a revestir seu enunciado com a Ilocução Declarativa. Isso significa que o Falante, ao apresentar uma informação como pertencente ao senso comum, deve, necessariamente, optar por uma sentença-tipo Declarativa, pois é essa Ilocução abstrata que permite ao Falante indicar ao Ouvinte que o Conteúdo Proposicional é uma verdade geral amplamente compartilhada.

O segundo fator investigado diz respeito às funções (retórica, pragmática e informacional) que as marcas evidenciais manifestam na construção do sentido do texto. Os dados levam a uma conclusão interessante relacionada ao funcionamento das unidades evidenciais no plano textual. Como a função retórica tem relação com a construção composicional do texto, observamos que as marcas evidenciais exercem essa função textual quando manifestam a “heterogeneidade enunciativa” no texto narrativo ou quando auxiliam a organização do fluxo de informação no texto narrativo através de estratégias como “Figura” e “Fundo”. Como na função pragmática o Falante revela seus objetivos comunicativos relacionados à construção da argumentação no texto, verificamos que as marcas evidenciais exercem essa função quando manifestam graus de (des)comprometimento do Falante com relação àquilo que é dito ou quando revelam a orientação argumentativa do Falante na adesão/afastamento de um ponto de vista. Como a função informacional relaciona-se aos conhecimentos que o Falante possui na exposição de um dado objeto, constatamos que as marcas evidenciais apresentam essa função quando expressam significados proposicionais que permitem a apreensão de um “objeto de discurso” pelo Ouvinte. Assim, da observação dos dados, podemos afirmar que as unidades evidenciais exercem importantes funções textuais na construção do

sentido do texto, gerando efeitos que auxiliam na organização dos conteúdos representacionais e interpessoais no texto.

Partindo do pressuposto de que o efeito de descomprometimento decorrente do uso de marcas evidenciais Reportativas não constitui uma escala absoluta, uma vez que o Falante tem total liberdade no manejo da “fala” reportada, investigamos, em nossa amostra textual, as marcas de adesão/afastamento em relação à expressão indireta da fonte da informação. Os dados demonstram que das 408 ocorrências registradas desse tipo de evidencialidade 71 casos apresentam alguma forma de manifestação de adesão/afastamento à fonte indireta da informação. Tal resultado sugere o aparente compromisso dos produtores textuais com a “imparcialidade” da fonte da informação reportada. Todavia, ressaltamos que, nos GOR, nos GOE e nos GOA, as formas de adesão/afastamento são mais recorrentes, indicando que, em tais práticas sociais, o Falante parece ter mais liberdade para avaliar as informações por ele reportadas.

O último critério interpessoal investigado em nossa amostra textual diz respeito à relação da evidencialidade com a modalidade epistêmica. Os dados revelam que, do ponto de vista da frequência de uso, essa relação não é efetiva, ou seja, embora possível, não se confirma como uma relação efetivamente probabilística em nosso *corpus* de análise. Por outro lado, devemos frisar que a maior parte das marcas epistêmicas encontrada em enunciados evidenciais ocorrem em sequências argumentativas e expositivas, demonstrando um possível condicionamento cognitivo-pragmático envolvido na relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica. Além disso, indica que a relevância pragmática da modalidade epistêmica está relacionada à necessidade de o Falante de construir algum efeito de convencimento sobre o Ouvinte, mostrando, assim, a força com que acredita nos fatos implicados nas proposições.

No que diz respeito à fonte da informação, categoria do Nível Representacional, observamos que o Falante tende a assumir a responsabilidade pelo conteúdo asseverado quando deseja representar, por meio do discurso, suas experiências vividas (GOR – 30,9%) ou provocar a “adesão dos espíritos” (GOA – 30,9%). A fonte denominada “outro definido” está relacionada às necessidades comunicativas do Falante de mostrar-se “fidedigno” às fontes das informações reportadas, revelando um menor comprometimento (GOR – 30,8%). Esse tipo de fonte tem relação, ainda, com o desejo do Falante em informar um saber ligado a um especialista de uma dada área do conhecimento, com finalidade de elucidar uma questão de difícil apreensão (GOE – 27,2%). A fonte denominada “outro indefinido”, por outro lado, liga-se à estrutura

composicional de textos narrativos, apresentando a informação como um boato ou como uma informação ligada a uma tradição cultural. Ressaltamos, ainda, que não encontramos esse tipo de fonte da informação nos GOE. Tal resultado leva à conclusão de que, nesse agrupamento, a não especificação da fonte da informação de um conteúdo reportado está relacionada com a não confiabilidade da informação, efeito de sentido não esperado em gêneros que visam à construção ou à retransmissão de conhecimentos. Por fim, a fonte chamada “genérico” tem seu uso atrelado aos GOE (39,3%) e aos GOA (39,3%), indicando que tal fonte tem seus efeitos de sentido relacionados à argumentação ou à exposição de informações. Da observação dos dados, podemos afirmar que as formas de apresentação da fonte do conhecimento têm suas condições de uso motivadas por fatores de natureza cognitiva e discursiva, corroborando a hipótese de que a linguagem reflete propriedades icônicas originadas na experiência cognitivo-discursiva.

O segundo aspecto representacional investigado em nosso *corpus* concerne à relação entre tipo de fonte e modo de obtenção da informação. De modo geral, observamos que essa relação é pertinente, sobretudo quando a fonte da informação é diferente do Falante e tem ligação com o modo indireto de acesso a uma informação. Nas formas direta (perceptual) e menos direta (inferencial) de obtenção da informação, o Falante pode, dependendo de seus objetivos comunicativos, identificar um “terceiro” definido como responsável pela percepção ou pelo pensamento inferencial. Esse dado leva à conclusão de que o que determina essas experiências evidenciais é a natureza semântica do item lexical que exerce a função de marcador evidencial, e não o fato da unidade evidencial estar na primeira pessoa do singular. Isso demonstra que a evidencialidade, do ponto de vista pragmático, constitui um recurso que ultrapassa a função de indicação da origem do conteúdo asseverado, exercendo efeitos de sentido relacionados ao propósito do Falante de responsabilizar outros sujeitos pela obtenção da informação.

O último fator representacional investigado nesta Tese foi relativo aos valores semânticos dos verbos de elocução que se prestam à manifestação da evidencialidade Reportativa. Verificamos, de modo geral, que, nos GON (27,4%), prevalecem as formas semanticamente não marcadas dos verbos de elocução, ao passo que, nos GOA (25,2%) e nos GOE (20,1%), predominam as formas semanticamente marcadas do verbo. Isso leva à conclusão de que, na argumentação e na exposição, o Falante tem maior “liberdade” no manuseio das informações reportadas, denotando, assim, sua

compreensão a respeito das informações adquiridas por meio de relatos. Nos GOR, observamos que a diferença entre o tipo não marcado e marcado do verbo de elocução é pequena, de apenas 3,5% a mais para a forma não marcada desse tipo de verbo. Tal resultado parece estar relacionado ao fato de esse agrupamento de gêneros textuais permitir a inserção do Falante nos relatos que produz.

Quanto às categorias do Nível Morfossintático, verificamos que os contextos morfossintáticos mais frequentes de manifestação da evidencialidade são a Expressão Linguística (532 ocorrências) e o Sintagma Preposicional (42 ocorrências). Enquanto a Expressão Linguística presta-se à manifestação de todas as formas de evidencialidade, o Sintagma Preposicional constitui uma marca específica de expressão da evidencialidade Reportativa. No que concerne à classe morfológica preferida de manifestação da marca evidencial, os resultados indicam que o verbo constitui a classe de palavra mais produtiva para a expressão da evidencialidade em língua portuguesa, sobretudo as classes semânticas dos verbos de elocução (como *dizer*), percepção (como *perceber*, *ver* e *ouvir*) e conhecimento (como *saber*). Do ponto de vista do alinhamento entre as categorias cognitivo-pragmáticas e a codificação morfossintática da evidencialidade, observamos que a ordenação dos elementos no enunciado evidencial reflete o princípio de Iconicidade relacionado à necessidade comunicativa do Falante de indicar a relação direta entre o conteúdo asseverado e a origem dessa informação (subprincípio da integração).

Embora este estudo tenha contribuído com dados empíricos sobre o funcionamento linguístico e funcional da evidencialidade em língua portuguesa, em correlação com fatores cognitivos e discursivos originados nas diferentes práticas sociais, frisamos que as possibilidades de investigação da evidencialidade não se mostram esgotadas. Ao contrário, seria interessante registrar-se as diferentes e as semelhanças existentes entre os subgêneros textuais que compõem os agrupamentos textuais. Além disso, um estudo diacrônico dos elementos evidenciais no percurso de gêneros textuais poderia contribuir com uma descrição mais detalhada da expressão material da evidencialidade e das preferências decorrentes dos propósitos comunicativos dos gêneros textuais.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A.D. Práticas discursivas em teses de doutorado. *Revista Linguagem em (Dis)curso*. v 6, n 3, 2006. Disponível em: http://aplicacoes.unisul.br/ojs/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/345/366. Acesso em: janeiro, 2012.
- ARAÚJO, J.C. Um percurso teórico-metodológico para o estudo de constelação de gêneros. *Linguagem em (Dis)curso*, v.12, n 1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v12n1/v12n1a09.pdf>. Acesso em: maio, 2013.
- ADAM, J.M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.
- AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2004.
- ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change and mental maps: typologically regular asymmetries. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986, p.188-202.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1959/1979/2000.
- BERBER SARDINHA, T. *Linguística de corpus*. Baurer, São Paulo: Manole, 2004.
- BEZERRA, B. G. Gêneros acadêmicos em cursos de especialização: conjunto ou colônia de gêneros? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v 12, n 3, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v12n3/a02v12n3.pdf>. Acesso em: maio, 2013.
- BIBER, D. Representativeness in corpus design. *Literary and linguistic computing*. Oxford: Oxford University Press, v.8, n.4, p.243-57, out., 1993.
- BYBEE, J. L. *Morphology. A study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: Benjamins, 1985a.
- BYBBE, J., PERKINS, R., PAGLIUCA, W. Mood and modality. In: _____. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- BOYE, K.; HADER, P. Linguistic categories and grammaticalization. *Functions of Language*, Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v.16/1, p. 9-43, 2009.
- BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, v.2, n.3, p.509-532, 1997.
- BUTLER, C. S. Structure and function: a guide to three major structural-functional theories. *Studies in language companion series*, Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v. 63-64, p.573, 2003.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1978.

CARDEIRA, E. *O essencial sobre a história da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2006.

CARIOCA, C. R. *A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo*. 2005. 115f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. *A evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo*. 2009. 228f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CASSEB-GALVÃO, *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que*. 2001. 231f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.

_____. Uma propriedade distintiva na gramaticalização de um operador evidencial reportativo: *token* de narrativa *In*: LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. Paulistana: São Paulo, 2010, p. 121-137.

_____. O componente evidencial da linguagem. *In*: NOGUEIRA, M.T.; LOPES, M.F.V. (Org.). *Modo e modalidade: gramática, discurso e interação*. Fortaleza: Edições UFC, p. 41-58, 2011a.

_____. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos do [diski] no português brasileiro, *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 13(2), p.305-335, 2011b.

CHAFE, W. Evidentiality in English conversation and academic writing. *In*: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: The linguistic coding of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, p.261-72, 1986.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986.

CRYSTAL, D. *A Dictionary of linguistics and phonetics*. Oxford: Blackwell, 1991.

DALL'AGLIO - HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos de ex-presidente Fernando Collor*. 1995. 256f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

_____. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. *In*: NEVES, M.H.M. (Org.). *Gramática do Português Falado*. Volume VII: Novos Estudos. São Paulo: FAPESP, 1999.

DE HANN, F. *Evidentialy and epistemic modality*. Artigo apresentado no 2º ALT meeting, Eugene, OR, 1997a. Disponível em <http://www.unnm.edu/~fdehann/dutch.htm>. Acesso em: 10 jul. 2004.

_____. *Evidentiality in Dutch*, 1997b. Disponível em: <http://www.unnm.edu/~fdehann/dutch.htm>. Acesso em: 10 jul. 2004.

DELANCEY, S. Mirativity: The grammatical marking of unexpected information. *Linguistic Typology 1*, p.33-52, 1997.

_____. The mirative and evidentiality. *Journal of Pragmatics*, v.33, p.369-382, 2001.

DENDALE, P. Le conditionnel de l'information incertaine: marqueur modal ou marqueur évidentiel? In: HILTY, G. (ed.). *Actes du XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Tübingen/Basel, Francke, vol. 1, p. 163-176, 1993.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Introduction: evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics*, v.33, p.339-348, 2001.

DENDALE, P.; VAN BOGAERT, J. Réflexions sur les critères de définition et les problèmes d'identification des marqueurs évidentiels en français. In: BARBET, C; SAUSSURE, L. (Org.). *Langue française 173*, Armand Colin/Larousse, p.13-29, 2012.

DIK, C.S. *The theory of functional grammar*. Parte 1: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publication, 1989.

_____. *The theory of functional grammar*. Part 2: Complex and derived constructions. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Genres et types de discours: considérations psychologiques et ontogénétiques. In: REUTER, Y (Org.). *Les interactions lecture-écrites*. Berna, Peter Lang, p. 155-173, 1994.

_____. Genres et progression en expression orale et écrire: Elément de réflexions à propos d'une expérience romande. *Enjeux*, Namur: Facultes Universitaires Notredame de la Paix, Belgique, v.37-8, p.49-76, 1996.

DUBOIS, J. *et al. Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FIGUEIREDO-GOMES, J.B.; PENA-FERREIRA, E. (Orgs.) *Corpus mínimo de textos escritos em língua portuguesa*. Lisboa, 2006. (no prelo)

FIGUEIREDO-GOMES, J.B. *O percurso de gramaticalização do "é que": um estudo pancrônico*. Fortaleza, 2008. 327 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará.

FLOYD, R. *The structure of evidencial categories in wanka quechua*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1999.

GIOMI, R. *Para uma caracterização do futuro sintético romântico: descrição e análise do futuro do indicativo em Português e Italiano*. 2010. 232f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística Geral e Românica, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

GIVÓN, T. *Syntax I*. New York: Academic Press, 1984.

_____. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. *Syntax: An introduction*. Vol. 1. Amsterdam: Benjamins, 2001.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GRICE, H. P. Logic and Conversation. In. P. COLE; J. L. MORGAN. (eds.) *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, p. 41- 58,1975.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2ª ed. London: Edward Arnold, 1994.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *Journal Semantics*, v.6, 1988.

_____. Layers and operators in functional grammar. *Journal Linguistic*, n.25, 1989.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

IFANTIDOU, ELLY. *Evidentials and relevance*. Amsterdam: Benjamins, 2001.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo:Contexto, 2009.

JAKOBSON, R. Shifters, verbal categories, and the Russian verb. *Selected writings*. The Hague: Mouton, 1957.

JOHANSON, L.; UTAS, B. (Ed.). *Evidentials: Turkic, Iranian and neighbouring languages*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000. (Empirical Approaches to Language Typology, 24).

LAZARD, G. Mirativity, evidentiality, mediativity, or other? *Linguistic Typology* 3, p.91-109, 1999.

_____. On the grammaticalization of evidentiality. *Journal of Pragmatics*, n. 33, p. 359-367, 2001.

- LEVELT, W. J. M. *Speaking*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- LUCENA, I. L. *A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da Assembléia do Ceará*. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MARCUSCHI, L.A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAYER, ROLF. Abstraction, context, and perspectivization — Evidentials in discourse semantics. *Theoretical Linguistics* 16. 101–163, 1990.
- MITHUN, MARIANNE. Evidential diachrony in Northern Iroquoian. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds.), *Evidentiality: The linguistic coding of epistemology*, 89–112. Norwood: Ablex, 1986.
- NEVES, Maria Helena de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2001.
- _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- NICHOLS, J. Functional theory of grammar. *Annual Review of anthropology*, v. 43, 1984.
- NOGUEIRA, M. T; LOPES, M. F. V (Org.). *Modo e modalidade: gramática, discurso e interação*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- NUYTS, J. *Aspects of a cognitive-pragmatic theory of language: on cognition, functionalism, and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1992.
- _____. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, v.31, p.933-969, 1993.
- _____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, v.33, p.383-400, 2001.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- PENA-FERREIRA, Ediene. *Gramaticalização e auxiliaridade: um estudo pancrônico do verbo chegar*. Fortaleza, 2007. 270 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará.
- PESSOA, N. P. *Modalidade deôntica e discurso midiático: uma análise baseada na gramática discursivo-funcional*.²⁰¹¹. 221f. Tese (Doutora em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- PEZATTI, E. G. O modelo funcionalista de S. Dik: a ordem. *Estudo Linguísticos*, v.XXXII, 2003.

PINTO DE LIMA, J. Speech act verbs and the coding of evidentiality in Portuguese. *In: DIEWALD, G.; SMIRNOVA, E. (Org.). Modalität und Evidentialität: Modality and Evidentiality*, Wissenschaftlicher Verlag Trier: Trier, p. 11-33, 2011.

ROMAT, A. G.; TOPADZE, M. The coding of evidentiality: a comparative look at Georgian and Italian. *Rivista di Linguistica*, v. 19.1, 7-38, 2007.
Saussure, 2012.

SANTOS, M. F. *Modalidade epistêmica e evidencialidade: um exercício de análise funcionalista em textos acadêmicos e em entrevistas com pesquisadores*. 2008. 92f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

SQUARTINI, M. The internal structure of evidentiality in Romance. *Studies in Language*, v.25.2. p.297-334, 2001.

_____. Disentangling evidentiality and epistemic modality in Romance. *Lingua* 114, p.873-895, 2004.

_____. L'evidenzialita in rumeno e nelle altre lingue romanze. *Zeitschrift für romanische Philologie*, v.121, p.246-268, 2005.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, G. *Introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1996.

VENDRAME, V. *A evidencialidade em construções complexas*. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

_____. *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. 2010. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitivista*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012, Van Dijk, 2012

VAN DER AUWERA, J.; PLUNGIAN, V. On modality's semantic map. *Linguistic Typology*, v.2, 1997.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, v.12, 1, p.51-97, 1988.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Editora Abril, [s.d.].

ANEXOS

ANEXO A – Textos do português europeu: 1ª metade do século XX

PORTUGUÊS EUROPEU (SÉCULO XX-1ªM)
<p>GON:</p> <p>Conto: <i>O Barão</i>, de Branquinho da Fonseca. O Barão e outros contos, de Branquinho da Fonseca, [1932]1972, p.13-19.</p> <p>Peça: <i>Otávio</i>, de Vitoriano Braga. Teatro completo com peças inéditas, de Braga, [1916]1999, p.107-117.</p> <p>Novela: <i>Páscoa Feliz</i>, de José Miguéis. Páscoa Feliz – novela, de Miguéis, 1932, p.9-14.</p>
<p>GOR:</p> <p>Notícia: <i>O novo Embaixador do Brasil chegou ontem à Lisboa</i>, Diário de Notícias, nº 19.444, 19 JAN 1920, capa e p.2.</p> <p>Notícia: <i>Última Hora</i>, Diário de Notícias, nº 19.448, 23 JAN 1920, p.2.</p> <p>Notícia: <i>O novo governo presta juramento e toma posse</i>, Diário de Notícias, nº 19.493, 9 MAR 1920, capa.</p> <p>Crônica literária: <i>Crônica de Livros</i>, Diário de Lisboa, 1922, p.2.</p> <p>Crônica: <i>Crônicas de António José Saraiva</i>. Crônicas – Entrevistas, críticas e outros escritos de António José Saraiva, [1936-1945]2004, p.31-35.</p> <p>Carta: <i>Cartas de Mário Sá Carneiro</i>. Cartas de Mário Sá Carneiro, [1911-1913]1977, p.44-46.</p> <p>Diário: <i>Diário de Miguel Torga II</i>. Diário II, de Miguel Torga, 1943, p.10-11.</p> <p>Carta: <i>António José Saraiva e Óscar Lopes: correspondência</i>. António José Saraiva e Óscar Lopes: correspondência. Ed. Neves, [1945-1948]41-43.</p> <p>Texto eclesiástico: <i>A prova da virtude</i>. História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal, de Francisco Rodrigues, 1931, p.328-329.</p>
<p>GOA:</p> <p>Artigo de opinião: <i>Palavras</i>, Diário de Notícias, nº 19.510, 26 MAR 1920, capa.</p> <p>Editorial: <i>Patria!</i>, Diário de Notícias, nº 19.493, 9 MAR 1920, capa.</p> <p>Oratória: <i>Sessão de homenagem ao Sr. Dr. Alvora de Castro</i>, Diário de Notícias, nº 19.485 01 MAR 1920, capa.</p> <p>Crítica literária: <i>As décadas portuguesas</i>, por M. Pinheiro Chagas. Revista de Língua Portuguesa nº 7, 1920, p.121-124.</p> <p>Crítica literária: <i>Depois de Dostoievski</i>, de João Gaspar Simões. Presença, Folha de Arte e Crítica, [1927]1993, p.1-2.</p> <p>Entrevista: <i>Um inquérito ao algarve</i>, Diário de Notícias, nº 19.469, 13 FEV 1920, capa.</p> <p>Entrevista: <i>As entrevistas do romantismo</i>, Diário de Lisboa, 5 ABR 1922, p.7.</p> <p>Anúncio publicitário: <i>Annúncios</i>, O século, JAN 1910, p.4.</p> <p>Anúncio publicitário: <i>Publicidade</i>, Diário de Notícias, nº 19.444, 18 JAN 1920, p.5.</p>
<p>GOE:</p> <p>Conferência: <i>As conferências do “Diário de Notícias”</i>, Diário de Notícias, nº 19443, 18 JAN 1920, capa.</p> <p>Conferência: <i>Sessão de homenagem ao insigne sábio e académico Prof. José Leite de Vasconcelos</i>. Boletim da Academia das ciências de Lisboa, [1941]1942, p.6-9.</p> <p>Texto científico: <i>As origens líricas. Estado Actual do problema</i>, por Rodrigues Lapa. Boletim de filologia, Tomo I – Fasc. 1, 1932, p.8-12.</p> <p>Sumário: <i>O problema de português</i>, Diário de Notícias, nº 19.442, 17 JAN 1920, capa.</p> <p>Prefácio: <i>Prefácio do Prof. Fidelino de Figueiredo</i>. Casamento perfeito, de Diogo de Paiva de Andrada, 1944, p. V-VIII.</p> <p>Homenagem: <i>Alguns testemunhos de familiares, amigos e contemporâneos</i>. Escritos íntimos, cartas e páginas autobiográficas, organizada por António Quadros, [1950]1987, p.254-257.</p>

GOP:

Lei: *Código Civil*, Diário do Governo nº 292 – Terça-feira, 16 DEZ 1930, p.2428-2429.

Norma: *Falar e escrever*, de Figueiredo, 1906, p.13-16.

Norma: *Disposições regulamentares relativas ao Campeonato de “Basket-ball” do Porto Militar de Lisboa*, Diário do Governo nº 275 – Terça-feira, 25 NOV 1930, p.2344-2346.

Contrato: *Notariado Português / Jaime Alves Barata*, Limitada, Diário do Governo nº 300 – Quinta-feira, 24 DEZ 1930, p.2136-2137.

Documento oficial: *Preparação técnica do professorado dos liceus*, Diário do Governo nº 251 – Terça-feira, 28 OUT 1930, p.2209-2210.

Documento oficial: *Regulamento dos hotéis*, Diário do Goerno nº 285 – Segunda-feira, 8 DEZ 1930, p.2387-2388.

Acórdão: *Tribunal Superior do Contencioso das Contribuições e Impostos*, Diário do Governo nº 233 – Segunda-feira, 6 NOV 1930, p.3397.

Acórdão: *Tribunal Superior do Contencioso das Contribuições e Impostos*, Diário do Governo nº 305 – Quinta-feira, 31 DEZ 1930, p.4502.

ANEXO B – Textos do português europeu: 2ª metade do século XX

PORTUGUÊS EUROPEU (SÉCULO XX-2ªM)
<p>GON:</p> <p>Romance: <i>Memorial do Convento</i>, de José Saramago (1982, p. 11-20). Peça: <i>Felizmente há luar</i> (Peça em 2 actos), de Luís de Sttau Monteiro ([1961] 1971, p. 13-32). Novela: <i>As aves da Madrugada</i>, de Urbano Rodrigues ([1959] 1970, p. 99-104).</p>
<p>GOR:</p> <p>Notícia: <i>Golpe de estado às primeiras horas de ontem</i>, Diário de Notícias, nº 38.839, 26 ABR 1974, capa e p.2. Notícia: <i>O movimento militar no terreiro do paço</i>, Diário de Notícias, nº 38.839, 26 ABR 1974, p.3. Notícia: <i>Três mortos e muitos feridos à passagem de populares pela sede da D.G.S.</i>, Diário de Notícias, nº 38.839, 26 ABR 1974, p.5 Notícia: <i>Morreu Piteira Santos</i>, Diário de Notícias, 30 NOV 1992.p.5. Reportagem: <i>Com um cravo na mão milhares de pessoas saudaram os libertados da cadeia Caxias</i>, Diário de Notícias, nº 38.839, 26 ABR 1974, p.7. Reportagem: <i>Produção de lixo em crescimento até ano 2000</i>, Diário de Notícias, nº 47.760, 27 DEZ 1999, p.28. Crônica: “<i>Nas horas dramáticas e exaltantes que a nação acaba de viver...</i>”, Diário de Notícias, nº 38.840, 27ABR 1974, capa. Crônica política: <i>Requiem laico de um bispo que era cristão e democrata</i>, Diário de Notícias, 30 NOV 1992, p.6. Crônica política: <i>Mudanças mais do que imprevisíveis</i>, Diário de Notícias, nº 47.760, 27 DEZ 1999, p.28. Carta: <i>Antônio José Saraiva e Óscar Lopes: correspondência</i>. Antônio José Saraiva e Óscar Lopes: correspondência Ed. Neves, [1958] 2004, 404-405. Diário: <i>Diário de Miguel Torga XVI</i>. Diário XVI, de Torga, [1992] 1993, p. 112-115. Hagiografia: <i>Santos António</i>, de Agustina Bessa Luís. Santo António, de Luís, 1973, p. 74-75.</p>
<p>GOA:</p> <p>Artigo de opinião: <i>A debilidade do excesso de poder</i>, O Século, de Quinta-feira, 01 MAI 1986, p.3. Artigo de opinião: <i>Do Pragmatismo</i>, O Século, de Quinta-feira, 01 MAI 1986, p.3. Artigo de opinião: <i>Militares: os bons, os maus e os vilões</i>, O Século, de Quinta-feira, 01 MAI 1986, p.3. Artigo de opinião: <i>À saúde do Senhor Presidente</i>, Diário de Notícias, nº 47.762, 27 DEZ 1999, p.11. Editorial: <i>Balas de papel</i>, Diário de Notícias, nº 38.837, 24 ABR 1974, capa. Editorial: <i>Nuclear – Telhados de vidro</i>, O Século, de Sexta-feira, 02 MAI 1986, p.2. Editorial: <i>Défice</i>, Diário de Notícias, nº 47.763, 30 DEZ 1999, p.3. Carta: <i>A palavra dos outros</i>, O Século, de Sexta-feira, 02 MAI 1986, p.3. Carta: <i>Cartas ao diretor</i>, O Século, de Sexta-feira, 02 MAI 1986, p.2. Oratória: <i>Aurélio Quintanilha – Algumas palavras acerca da sua obra como professor e investigador</i>, Revista Brotéria (1975, p. 157-59). Resenha crítica: <i>Recensões: Evelina Verdelho</i>, Revista Portuguesa de Filologia, vol. XIX, 1991, p.338-339. Crítica literária: <i>Exposições</i>, Diário de Notícias, nº 38.839, 25 ABR 1974, p. 18. Entrevista: <i>Rui Viana</i>, Diário de Notícias, nº 47.760, 27 DEZ 1999, p. 4.</p>
<p>GOE:</p> <p>Conferência: <i>Discurso de Abertura do I Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos</i>, Actas (1978, p.9-10). Conferência: <i>Abertura</i>, por Mira Mateus, Actas da Associação Portuguesa de Linguística (1991, p.7-8). Ensaio: <i>A evolução das classes rurais. Obras completas de António Sérgio: ensaios – Tomo VIII</i> (1974, p.70-1). Ensaio: <i>Sobre o socialismo de Oliveira Martins. Obras completas de António Sérgio: ensaios – Tomo</i></p>

VIII (1974, p. 194-95).

Texto científico: *O futurismo literário em Portugal*. Portugal futurista, 1982, p. XXV-XXVII.

Resumo: *Resumo de capítulos*. Introdução à Linguística Geral e Portuguesa, org. Faria, [1996]2005, p.25-28.

Introdução: *Introdução – Obras de Abel Salazar*. Antologia: Obras de Abel Salazar, 1999, p. V-VIII.

GOP:

Norma: *Normalização e liberação da vida política nacional*, Diário de Notícias, nº 38.840, 27 ABR 1974, capa.

Lei: *Presidência do Conselho de Ministros*, Diário da República, nº 288, 13 DEZ 1999, p.8790-92.

Convenção: *Convenção relativa à Avaliação dos impactos ambientais num contexto transfronteiras*, Diário da República, nº292, 17 DEZ 1999, p. 8987-88.

Contrato: *Contrato-programa de desenvolvimento desportivo (4)*, Diário da República, nº 299 – Segunda-Feira, 29 DEZ 1997, p. 15.810 (2).

Manifesto: *Salvação Nacional*, Diário de Notícias, nº 38.839, 26 ABR 1974, p.2.

Documento oficial: *Câmara Municipal de Cascais*, Diário de Notícias, nº 47. 762, 29 DEZ 1999, p. 56.

Parecer: *Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário*, Diário da República, nº 301-31 DEZ 1999, p. 15.961-962.

ANEXO C – Textos do português brasileiro: 1ª metade do século XX

PORTUGUÊS BRASILEIRO (SÉCULO XX-1ªM)
<p>GON:</p> <p>Conto: <i>O besouro e a rosa</i>, de Mário de Andrade. Os contos de Belazarte, de Mário de Andrade, [1923]1956, p. 11-14.</p> <p>Romance: <i>O mestre José Amaro</i>, em <i>Fogo morto</i>, de José Lins do Rego. Ficção Completa, [1943] 1976, p.479-486.</p> <p>Peça: <i>A mulher sem pecado</i>, de Nélson Rodrigues. Teatro quase completo, de Nélson Rodrigues, [1941]1966, p. 21-40.</p> <p>Novela: <i>Teia</i>, de Autran Dourado. Novelas de aprendizado, de Autran Dourado, [1947]1980, p. 21-25.</p>
<p>GOR:</p> <p>Notícia: <i>A morte do S.S. O Papa</i>, Fon-Fon! Revista Semanal, 28 JAN 1922, capa.</p> <p>Reportagem: <i>O Brasil perdeu, com a morte de Leoncio Pinto, na Baía, uma de suas glórias científicas</i>, Dom Casmurro, 16 FEV 1946, capa.</p> <p>Reportagem: <i>Fialho de Almeida não se suicidou</i>, Dom Casmurro, 16 FEV 1946, capa.</p> <p>Crônica jornalística: <i>Ainda uma questão econômica</i>, Dom Casmurro, 13 MAI 1937, p.6.</p> <p>Crônica jornalística: <i>Congresso da língua nacional cantada</i>, de Mário de Andrade, Dom Casmurro, 19 AGO 1937, p. 2.</p> <p>Crônica: <i>O príncipe contraditório</i>, de Humberto de Campos. Os párias – Crônicas, de Humberto de Campos, 1937, p. 94-95.</p> <p>Crônica: <i>Em Cachoeiro</i>, de Rubem Braga. Os trovões de antigamente, de Rubem Braga, [1947]1973, p. 118-119.</p> <p>Carta: <i>A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto</i>. A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto, org. de Edgard Cavalheiro, 1918-1919, p. 22.</p> <p>Carta: <i>Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira</i>. Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira, org. de Moraes, 1922-1923, p.59;62.</p> <p>Carta: <i>Cartas de Mário Andrade a Carlos Drummond de Andrade</i>, [1944]1982, p.218-219.</p> <p>Texto eclesiástico: <i>Anchieta</i>, de Jorge de Lima. Anchieta, de Jorge de Lima, 1934, p. 7-8.</p> <p>Texto eclesiástico: <i>Os jesuítas</i>. Os jesuítas, publ. do Centro Brasileiro de Publicidade, 1941, p. 19.</p>
<p>GOA:</p> <p>Artigo de opinião: <i>A academia anarquizada</i>, de Nestor Vitor. Obra crítica de Nestor Vitor, [1912]1969, p.442-443.</p> <p>Artigo de opinião: <i>Resposta aos integralistas</i>, de Murilo M. Mendes, Dom Casmurro, 19 AGO 1937, p.2.</p> <p>Artigo de opinião: <i>As mulheres não querem ser mais mulheres</i>, de Galeão Coutinho, Dom Casmurro, 9 JAN 1943, p.2.</p> <p>Editorial: <i>Nós</i>, Dom Casmurro, 13 MAI 1937, p.1.</p> <p>Editorial: <i>Nós</i>, Dom Casmurro, 20 MAI 1937, p.1.</p> <p>Carta do leitor: <i>Carta aberta a Bricio de Abreu</i>, Dom Casmurro, 5 FEV 1943, p.2.</p> <p>Oratória: <i>Humberto de Campos: Trinta anos de discursos acadêmicos</i>. Antologia da Academia Brasileira de Letras, 1920, p.257-258.</p> <p>Oratória: “<i>Juventude, divino tesouro</i>”, por Manuel Bandeira. Manuel Bandeira – prosa, por Villaça, [1947]1983, p.144.</p> <p>Crítica artística: <i>Ovinte de música</i>, de Manuel Bandeira. Andorinha, andorinha, Manuel Bandeira, [1925-1926]1986, p.89.</p> <p>Crítica artística: <i>Florentino quase caipira</i>. Andorinha, andorinha, Manuel Bandeira, [1933]1986, p.46.</p> <p>Crítica artística: <i>Gramatiquice e gramática</i>. Andorinha, andorinha, Manuel Bandeira, [1926]1986, p.239-240.</p> <p>Resenha crítica: <i>Gilberto Freire</i>. Andorinha, andorinha, Manuel Bandeira, [1937]1986, p.242-243.</p> <p>Entrevista: <i>Resposta a uma enquete da “Mocidade Paulista”</i>. Prefácios e entrevistas – Monteiro Lobato, [194-]1956, p.181-183.</p>

GOE:

Conferência: *Conferência de Luís Câmara Cascudo*. Conferência (Tricentenário dos Guararapes), Revista do Arquivo Público Estadual – Recife, 1949, p.65-69.

Ensaio: *Trágica história de um criador de valores*. Ensaio – Obras de Elysio de Carvalho, [1909]1997, p.119-122.

Ensaio: *D. Vital*, por Jorge de Lima. Poesia Completa, de Jorge de Lima, [1937]1980, p.455-456.

Ensaio: *Caetés – Romance: Ensaio de interpretação de Floriano Gonçalves*. Obras de Graciliano Ramos, 1947, p.9-12.

Prefácio: *Prefácio de Ribeiro Couto*. Tratado de ortografia da língua portuguesa, de Gonçalves, 1947, p. IX-X.

Homenagem: *Emiliano Pernetá*. Obra crítica de Nestor Vítor, [1911]1969, p.421-423.

Homenagem: *In Memoriam – o maestro Calos Gomes*. Um artista brasileiro (In Memoriam), de Bocanera Jr., [1912]1913, p II – III.

GOP:

Lei: *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934, p.1-3.

Lei: *Legislação Brasileira de Desportos*. Legislação Brasileira de Desportos, de Marinho, [1941]1946, p.16-18.

Norma: *Administração das entidades desportivas*. Legislação Brasileira de Desportos, de Marinho, [1945]1946, p.23-25.

Condições: *O ensino normal no Estado de São Paulo*. O ensino Normal de São Paulo, de Mascaro, [1930]1956, p.9-10.

Parecer: *Parecer para a madeira Mamoré Company*. Obras completas de Rui Barbosa, vol. XL, [1913]1962, p.111-114.

Carta oficial: *Cartas de Epiácio Pessoa*. Obras completas de Rui Barbosa, vol. XLVII, [1920]1976, p.11-12.

Portaria: *Instruções para a organização dos estatutos das confederações e federações desportivas*. Legislação Brasileira de Desportos, de Marinho, [1941]1946, p.49-51.

ANEXO D – Textos do português brasileiro: 2ª metade do século XX

PORTUGUÊS BRASILEIRO (SÉCULO XX-2ªM)
<p>GON:</p> <p>Romance: <i>Grande sertão: Veredas</i>, de Guimarães Rosa ([1956] 1986, p.1-10). Romance: <i>Viva o povo brasileiro</i>, de João Ubaldo Riberio (1984, p. 132-5). Peça teatral: <i>Auto da Compadecida</i>, de Ariano Suassuna (1955, p. 23-29; 184-188). Novela: <i>O príncipe da vila</i>, de Cyro Martins (1987, p. 8-9).</p>
<p>GOR:</p> <p>Reportagem: <i>500 anos – Nós, brasileiros (“Que brava gente é esta?”)</i>, Revista Época, de 24 MAI 1999, p. 4-7. Reportagem: <i>500 anos – Nós, brasileiros (“Orgulho bate insatisfação”)</i>, Revista Época, de 24 MAI 1999, p. 8-9. Reportagem: <i>500 anos – Nós, brasileiros (“Que vergonha FHC!”)</i>, Revista Época, de 24 MAI 1999, p. 16-17. Notícia: <i>Morreu Cassiano Ricardo e outras</i>, Jornal de Letras, nº 279, JAN 1974, capa. Crônica jornalística: <i>Os trovões de antigamente</i>, de Rubem Braga (1973, p. 190-2). Crônica jornalística: <i>O governo subiu ao morro e pediu desculpa</i>, de Ventura, Revista Época, 24 MAI 1999, p. 59. Crônica jornalística: <i>O homem ainda é a melhor medida</i>, de Ventura, Revista Época, 24 MAI 1999, p. 138. Memória: <i>Às margens do Guaíba – Porto Alegre, 1905</i>, de Vivaldo Coaracy. Encontros com a vida (memórias) ([1951]1962, p.3-4). Autobiografia: <i>Meus verdes anos</i>, de José Lins do Rego. Ficção completa ([1956]1976, p.1165-1166). Carta: <i>Cartas a Alphonsus de Guimarães Filho</i>, de Mário de Andrade e Manuel Bandeira. Itinerário – Cartas a Alphonsus de Guimarães Filho ([1961]1974, p. 122-25). Hagiografia: <i>Santos e visagens. Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá</i>, de Eduardo Galvão (1954, p. 43-45). Texto eclesiástico: <i>Aspectos do Padre Antônio Viera</i>, de Ivan Lins (1956, p. 29).</p>
<p>GOA:</p> <p>Artigo de opinião: <i>Opinião de Eduardo de Paula</i>, Minas Gerais (Suplemento literário), 05 NOV 1966, p.4. Artigo de opinião: <i>Opinião de Jonas Bloch: teatro/artes plásticas</i>, Minas Gerais (Suplemento literário), 13 MAI 1966, p. 5. Artigo de opinião: <i>Literatura de transgressão (I)</i>, Jornal de Letras nº 279, JAN 1974, p.2. Editorial: <i>A guerra vista de perto</i>, Revista Época, 17 MAI 1999, p.14 . Editorial: <i>A Edição nº 1 do Ano II</i>, Revista Época, 24 MAI 1999, p.11. Carta do leitor: <i>Cartas</i>, Revista Época, 24 MAI 1999, p.144. Carta do leitor: <i>Cartas</i>, Revista Época, 18 OUT 1999, p.134. Oratória: <i>Um Uberaba</i>, de Monteiro Lobato, Conferência, artigos e crônicas – Obras Completas de Monteiro Lobato (195, p.15-16). Crítica literária: <i>A síntese cabralina</i>, de Assis Brasil, Jornal de Letras, nº 279, JAN 1974, p. 3. Resenha crítica: <i>Mattoso Câmara e os estudos de linguística</i>, de J. Carvalho, Jornal de Letras, nº 279 JAN 1974, p. 3. Entrevista: <i>José Osvaldo de Araújo no depoimento de M. A. Penna</i>, Minas Gerais (Suplemento literário), 24 SET 1966, p. 7. Debate: <i>Debates</i>, da Comissão Mista da Câmara dos Deputados, Constituição do Brasil de 1967 – Anais II (1969, p. 227-29).</p>
<p>GOE:</p> <p>Conferência: <i>Discurso no Colégio Anchieta</i>, de Rui Barbosa (1953, p. 7-9). Conferência: <i>Plano de ação do Ministério da Cultura</i>, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 154 nº 378, MAR 1993, p. 104-05.</p>

Texto científico: *Uma categoria nominal: o gênero*. Princípios de Linguística Geral, de Mattoso Câmara Jr. (1959, p. 157-61).

Ensaio: *A serpente mítica primeva: a importância do rio*, de Carvalho. Jurupari: estudos de mitologia brasileira (1979, p. 44-47).

Texto acadêmico: *A língua literária do século XX*, de Edith Pimentel Pinto. História da língua portuguesa (1988, p. 8-12).

Texto acadêmico: *A tradição gramatical Luso-brasileira*, por Evanildo Bechara. Pesquisas linguísticas em Portugal e no Brasil, ed. por Gartner (1999, p. 9-10).

Homenagem: *Dois homenagens ao poeta*, de Austregesilo de Athayde. Homenagem a Manuel Bandeira, org. por Carvalho e Silva (1989, p. 75-76).

GOP:

Lei: *Das Universidades. Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, org. por Barros, 1960, p. 496-97.

Lei: *Constituição do Brasil de 1967*, Anais I, 1969, p. 26-27.

Norma: *Os deveres*. Práticas do processo administrativo, org. por Pereira, 1966, p. 86-89.

Estatuto: *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 152; Suplemento, 1991, p. 26-29.

Parecer: *Acumulação*. Ensino Superior no Brasil – Legislação e Jurisprudência, 1954, p. 38-39.

Exposição de motivos: *Exposição de Motivos nº 7/54, de 15/10/1954*. Separata do Relatório e Balanço Geral do Exercício de 1954, IPASE, 1956, p.17-18.

Documento oficial: *Proposta Orçamentária do IPASE*. Separata do Relatório e Balanço Geral do Exercício de 1954, IPASE, 1956, p.20-22.

Ata: *Reuniões da CEPHAS*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 153; Suplemento, 1992, p.112-113.